XXVI Jornada do Gelne

Área Temática 16
Psicolinguística e Processamento da linguagem

ANAIS ELETRÔNICOS DA XXVI JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE

Capítulo da obra *Pesquisas em Língua, Linguística e Literatura no Nordeste: uma Jornada de quase 40 anos do Gelne.* ISBN 978-85-66530-69-8

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

MANUTENÇÃO DO TÓPICO DISCURSIVO EM CONVERSAS ENTRE SURDOS: A IMPORTÂNCIA DA ESPACIALIZAÇÃO

DANNYTZA SERRA GOMES (UFC)
SANDRA MAIA-VASCONCELOS (UFC)

Introdução

O interesse em pesquisar as línguas de sinais e a forma como se dá a interação entre surdo-surdo vem, entre outras coisas, da inquietação em demonstrar sua importância para a Linguística e contribuir para o avanço da ciência neste campo, pois parece não ser o bastante saber que a língua de sinais é uma língua natural que apresenta toda a complexidade linguística das línguas orais. Para Ferreira-Brito (2010, p. 11), a língua de sinais, no nosso caso, língua brasileira de sinais, "é uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros, da mesma forma que o português, o inglês, o francês, etc. surgiram ou se derivaram de outras línguas para servir aos propósitos linguísticos daqueles que as usam".

Para isto, é necessário acompanhar as transformações sociais e históricas que muitas vezes contribuem para uma mudança linguística, fazendo-se necessária a revisão de alguns modelos teóricos já formulados anteriormente. Isso porque iniciar um estudo de uma língua de modalidade visuoespacial pode, de certa forma, afetar estudos linguísticos e suas teorias, como: i. pressupostos teóricos acerca da linguagem ou capacidade linguística; ii. conceito atual que se tem de gramática; iii. mudança de atitude do pesquisador sobre as pesquisas linguísticas.

O reconhecimento da LS como língua natural do sujeito surdo pela Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 promove alterações nas pesquisas e nas práticas até então utilizadas. Isso demonstra a necessidade de se estudar a língua em uma amplitude que vá além da modalidade oral e escrita e alcance uma estrutura que abarque a modalidade visuoespacial. Passa-se, então, a considerar essa linguagem de sinais como fenômenos linguísticos.

Sendo uma língua, a Libras possui as mesmas características de uma língua oral, em termos de organização estrutural e de prática social. Desse modo, os surdos encetam conversas, desenvolvem diálogos e obedecem às mesmas estratégias dos ouvintes durante a interação. Na língua oral é constante a presença de recorrência vocabular, troca de falantes, recursos verbais caracterizados como marcadores conversacionais. Nosso questionamento inicial organizou-se no sentido de identificar e analisar se na língua de sinais, na interação entre surdos, esse processo ocorre de maneira similar.

Os objetivos desta pesquisa foram elaborados a partir de leituras que tratam da dificuldade enfrentada pelo sujeito surdo de se fazer "ouvir" através da língua de sinais, pois o surdo tem sido excluído da sociedade desde o início dos tempos. Para muitos, a fala parece ser instrumento imprescindível para a comunicação dos grupos. Por não compreender a forma de comunicação do surdo, ou seja, a linguagem gestual, o ouvinte muitas vezes impossibilita o acesso do surdo ao caminho para a aprendizagem da Língua Portuguesa, em sua modalidade oral.

A língua brasileira de sinais

A linguagem do indivíduo surdo vem, ao longo dos anos, sendo estruturada através da língua de sinais, que é uma língua natural, autônoma e que tem propriedades diferentes das línguas orais. O status de língua foi adquirido a partir da década de 1960, quando as línguas de sinais passaram a ser estudadas e analisadas, figurando no cenário acadêmico (STOKOE, 1960; STOKOE et al., 1965). Estes estudos identificaram a língua de sinais como um sistema linguístico altamente estruturado e tão complexo quanto as línguas orais (CHAVEIRO & BARBOSA, 2004). Sobre essas pesquisas, Santana (2007, p. 94-95), citando Stokoe (1972), diz:

> A língua de sinais teve seu estatuto linguístico estabelecido por Stokoe (1972) apenas recentemente, quando foi realizada pelo autor a análise dos aspectos fonológicos, semânticos e sintáticos da língua de sinais. Com relação à fonologia, temos os quiremas, unidades de características distintivas, como os morfemas. Tal qual a combinação de sons – fonemas – cria as unidades de significados (as palavras), as combinações

> na dimensão gestual – quiremas – produzem diversidade de unidades com significados (sinais). Os quiremas não são segmentos, mas aspectos de um sinal. [...]

De fato, as pesquisas de Stokoe (1960) e Stokoe *et al* (1965) inauguraram os estudos sobre as línguas de sinais. Surgiram, então, outras pesquisas, realizadas, em grande parte, sobre a língua americana de sinais que demonstraram "a riqueza de esquemas e combinações possíveis entre os elementos formais que servem para ampliar consideravelmente o vocabulário básico" (QUADROS, 2004, p. 31). No Brasil, as primeiras investigações sobre a Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras, começaram a partir de 1980 e sobre sua aquisição a partir de 1990. Sobre este assunto, Quadros (1997) sustenta que ao sujeito surdo deve ser garantida uma aprendizagem através de uma língua visuoespacial, ou seja, a língua de sinais. Nesse sentido, é necessário que a língua de sinais seja entendida como a primeira língua do sujeito surdo, pois ela possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence (QUADROS, 1997).

A Libras possui um conjunto de regras como gramática, semântica, pragmática, sintaxe, que preenche os requisitos científicos para que seja considerada um instrumental linguístico com grande força comunicativa. É constituída de todos os elementos classificatórios que requerem o conceito de "língua", não sendo, assim, simplesmente uma versão manual da língua oral usada pela comunidade ouvinte. Seu aprendizado exige conhecimento e prática, pois é uma língua viva e autônoma (STUMPF, 2005).

A língua de sinais é formada a partir da combinação da forma, do movimento das mãos – que evocaremos mais adiante como configuração – e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos. Adicione-se que para uma comunicação clara, deve-se, não somente seguir a estrutura visuoespacial da Libras e do aprendizado dos sinais, como também preocupar-se com a precisão da realização de cada sinal, com o movimento adequado e as expressões não manuais correspondentes (CASTRO & CARVALHO, 2005). Tal detalhamento é previsto na Libras por cinco parâmetros fundamentais: a configuração de mãos, o ponto de articulação, o movi-

mento, a orientação e as expressões não manuais. A ocorrência combinada desses parâmetros produz o sinal. O sinal representa *grosso modo* as palavras ou o alfabeto manual, como comentado no início dessa seção.

A Conversa e a Etnometodologia

A conversa é uma entre as atividades de interação que pode abranger situações comuns do cotidiano, tais como atender a um telefonema ou fazer compras. Podemos defender que a facticidade é um tipo de atividade de interação que põe em questão as noções de intencionalidade entre interlocutores. Da mesma forma que pode ocorrer em situações mais formais como discursos políticos, apresentação de programas de televisão. Segundo Leite (2008, p. 09), "encontros conversacionais com diferentes níveis de complexidade se mostram fundamentais tanto para o sucesso quanto para o fracasso dos mais diversos empreendimentos sociais humanos". Assim, podemos compreender a conversa como uma tarefa simples ou como mais elaborada, dependendo da situação de interação.

Para os estudiosos da Análise da Conversa, a linguagem é vista como o ato de realizar ações individuais e sociais. Isto é, a conversa é uma atividade social que o sujeito desempenha quando começa a falar. Um dos primeiros autores brasileiros a publicar um livro tratando sobre a AC foi Marcuschi (1986, p. 14), que afirma que "a conversação é a primeira das formas de interação a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora". Enfim, para este autor, a conversação seria o gênero base da interação entre os seres humanos.

Na mesma linha de pensamento de Marcuschi, Fávero (2005 p. 15) defende que a conversa "é definida como atividade na qual interagem dois ou mais interlocutores que se alternam constantemente, discorrendo sobre temas próprios do cotidiano". Para Marcuschi (1986), a conversa é considerada como a mais básica das atividades do ser humano, que vai além, quando define oralidade como uma prática social que pode aparecer de várias formas ou gêneros e, define a fala como uma forma de "produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral" (MARCUSCHI, 2007, p. 25).

Observando a conversa pelo viés da interação, podemos citar Goffman (2002, p.19):

> A fala é socialmente organizada, não apenas em termos de quem fala para quem em que língua, mas também como um pequeno sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas, em suma, um encontro social. Uma vez que um estado de fala tenha sido ratificado, é preciso haver pistas à disposição para requisitar a palavra e cedê-la, para informar o falante quanto à estabilidade do foco de atenção que está recebendo.

Se retomarmos o conceito de situação social podemos apontar a conversa como um empreendimento da interação, o que para Hughes (s/d) se constitui em uma realidade *sui generis*. O que aponta que a fala de Marcuschi (2007) corrobora com tal pensamento.

Autores como Atkinson e Heritage (1984) apontam o objetivo central de se analisar a conversa, mesmo essa sendo um ato do cotidiano não perde seu caráter analítico. Descrever e explicar as estratégias de que se utilizam os falantes no momento em que participam de uma conversa socialmente organizada parece ser uma forma de compreender o comportamento das outras pessoas. Essas atividades percebidas através das análises das conversas podem ser explicadas como um conjunto de procedimentos compartilhados pelos falantes para que haja essa organização social da fala.

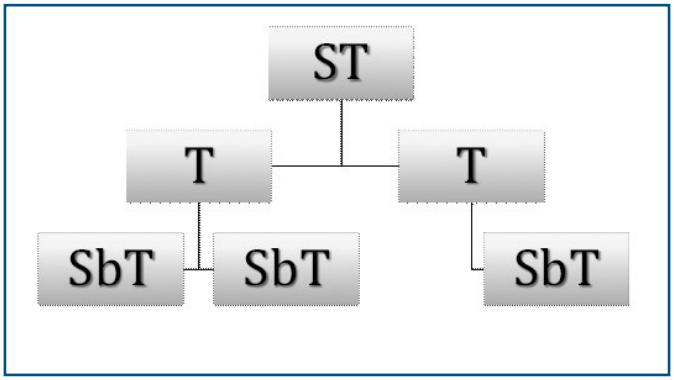
Para esta pesquisa elegemos o tópico discursivo como categoria central de análise. Para tanto faremos uma breve explanação sobre o conceito de tópico, que, segundo Dionísio (2006, p. 71), pode ser definido "como uma atividade em que há certa correspondência de objetivos entre os interlocutores e em que há um movimento dinâmico da estrutura conversacional", transformando, dessa maneira, o tópico num elemento central na produção da conversa. Já Fávero (2005) vê o tópico como o assunto acerca do que se fala. Ela trata o tópico como um elemento que estrutura e mantém a conversa, visto que os interlocutores compreendem quando estão interagindo dentro do mesmo tópico e quando há mudança ou corte dele. No entanto, Koch (1990 p. 146) trata tópico como "um fragmento textual que se caracteriza pela centração em determinado tema, como um dos subtópicos em que se divide o tópico discursivo global". Da mesma forma, Jubran *et al* (1992) considera o tópico discursivo como o assunto discutido em determinado ponto do texto e sobre

o qual se concentram de forma dominante os elementos do ponto em questão. Buscando atender aos questionamentos formulados para esta pesquisa faremos opção pela definição que trata o tópico como assunto a ser tratado na conversa.

O tópico discursivo pode ser estabelecido pelo grupo que está engajado numa ação comunicativa num determinado contexto, pois dessa forma eles podem negociar o assunto que será abordado. Muitas vezes, a identificação de tópico pode ser feita através do contexto situacional, onde as marcas linguísticas estão relacionadas a informações do mundo extralinguístico (FÁVERO, 2005). O tópico pode ainda ser considerado como uma categoria primitiva que ocorre na conversa através de enunciados relevantes e sugeridos pelos próprios interlocutores (JUBRAN *et al*, 1992). Partindo dessa perspectiva, podemos inferir que o tópico apresenta duas propriedades básicas: a centração e a organicidade.

A centração diz respeito ao conteúdo, como o assunto a ser tratado, que vai ser dito, a questão de se falar sobre algo. Dessa forma, são utilizados referentes explícitos ou inferidos que contribuem para o desenvolvimento da interação. A centração abrange ainda alguns traços específicos: a *concernência*, um tipo de relação semântica entre os enunciados que é responsável pela integração do conjunto de referentes explícito ou inferíveis; a *relevância*, que depende do foco assumido pelos elementos do que vai ser dito e a *pontualização*, local onde se situa esse conjunto em determinado momento da mensagem (JUBRAN *et al*, 1992).

A organicidade está relacionada à ligação entre os temas desenvolvidos numa conversa. A autora destaca que essa interdependência se dá a partir de dois planos: um sequencial (distribuição linear ou horizontal) e outro hierárquico (distribuição vertical). O plano hierárquico poderá ser melhor visualizado na figura abaixo:



A noção de verticalidade refere-se às relações de interdependência que se estabelecem entre tópicos de acordo com a maior ou menor abrangência do assunto e permitem dizer que há níveis na estruturação dos tópicos, indo desde um constituinte mínimo–subtópico (Sbt) - até porções maiores – tópicos (T) ou supertópicos (ST) - constituindo um Quadro tópico, ilustrado acima.

Para realizarmos esse estudo optamos por seguir o viés etnometodológico de pesquisa. A Etnometodologia considera que a realidade social é construída e desenvolvida pela prática diária por seus atores sociais em interação e, por isso mesmo, busca abordar as atividades cotidianas e as circunstâncias práticas através do raciocínio sociológico. Através do senso comum, os estudiosos dessa área estão preocupados em compreender o sentido e o raciocínio prático que os atores demonstram em suas ações.

Para os estudos etnometodológicos, a linguagem culta não interessa, visto que os estudos enveredam pelo caminho das práticas do cotidiano, pois esta linguagem está repleta de expressões indiciais. Portanto, a etnometodologia se baseia na prática do cotidiano numa tentativa de buscar explicações para uma realidade observada. Realidade esta que, na década de 1970, dividiu a etnometodologia em duas partes: uma parte demonstra maior preocupação com o lado tradicional da sociologia; a outra parte cabe aos analistas da conversação que buscam pistas em nossas conversas a fim de garantir-lhes sentido e continuidade (GUESSER, 2003). Enquanto os sociólogos buscam respostas para “como conversamos?”, os linguistas querem desvendar de que forma a linguagem é estruturada e como favorece a conversação (DIONÍSIO, 2006).

Para alcançarmos os objetivos desse estudo selecionamos quatro surdos fluentes na língua brasileira de sinais, dois homens e duas mulheres. Todos os informantes já se conheciam, o que tornou a interação muito mais fluida. Os tópicos das conversas foram apresentados previamente e aos informantes foi solicitado que conversassem livremente. Nessa pesquisa procuramos tornar o ambiente bastante amigável, a fim de que as conversas se tornassem as mais espontâneas possíveis, visto termos a etnometodologia como princípio da AC.

Resultados

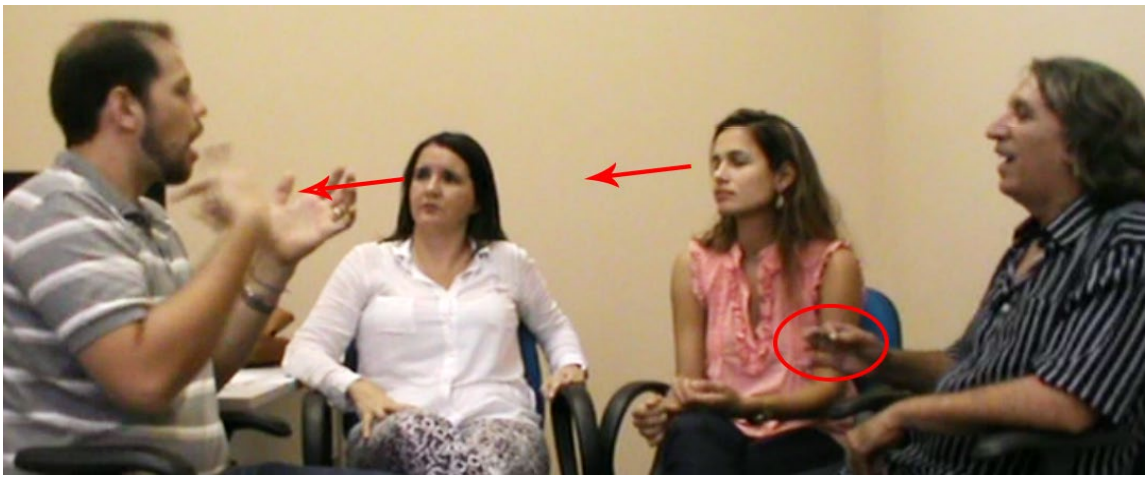
Apresentaremos como resultado desse estudo a análise da conversa sobre o tema "Leitura, compreensão de textos em português, dificuldades encontradas, gramática da LP**",** objetivando perceber como o processo de aprendizagem de LP ocorreu para cada um dos informantes envolvidos na conversa.

Tópico	Leitura, compreensão de textos em português, dificuldades encontradas, gramática da LP.
Objetivo	Observar o uso do Tópico, do Subtópico e a possível presença do constrangimento durante a conversa com quatro interactantes.
Hipótese	Ocorre o uso do Tópico e do Subtópico e os temas ligados a eles aparecem com frequência durante todos os momentos na fala dos informantes; pode ocorrer a ruptura e a retomada tópica a qualquer tempo da conversa; caso ocorra o constrangimento ele é desfeito pelos interlocutores antes do final da interação.
Resultado	Podemos perceber a marca de Tópico em termos como *leitura, escola, tempo verbal, significado de palavras em LP, compreensão da leitura, aprendizado;* o uso do Subtópico pode estar presente em termos como *vocabulário, auxílio da família, desenvolvimento da LS, estudos, uso de dicionário, acesso a informação, tecnologia, internet*; mas a ruptura do tópico ocorre quando se fala em nome de *alguns softwares, morada em outro estado, internet para me aproximar das pessoas*; mas há a retomada tópica percebida por expressões: *alfabetização em LP, compreensão após o aprendizado da LS, auxílio da família*. Em seguida uma das informantes faz duas perguntas *a família ajudou a vocês com a aprendizagem da LP? e a internet ajudou?* Quando se flou sobre o auxílio da internet para o desenvolvimento escolar dos surdos houve uma sobreposição de falas, todos os informantes falaram ao mesmo tempo sobre os benefícios da internet. O constrangimento ocorre bem no início da conversa quando Vanessa utiliza um sinal específico para aprendizagem de língua materna e Sérvulo usa esse sinal para o que corresponderia em LP fazer um trocadilho. Os outros informantes sorriem e em seguida iniciam a conversa sobre o tema pedido.

Ao analisarmos essa conversa, percebemos que o fato de termos mais de dois interactantes juntos, ou seja, a variação do número de participantes na conversa que gera maior complexidade no momento de analisarmos a interação realizada em uma língua visuoespacial.

A centração é mantida através de suas propriedades. Isso é percebido pela relevância que é dada ao tema a ser discutido. Quando se fala nas dificuldades de aprendizagem, na compreensão de termos da LP e do possível auxílio vindo das famílias. A concernência é promovida pela relação entre os mecanismos utilizados para a manutenção tópica, percebida pela referências que eles fazem de experiências vividas por eles sobre o tema em desenvolvimento. A pontualização é marcada pela preservação das duas primeiras propriedades que apontam para a finalidade de conversa entre eles. Eles optam sobre o que vão falar ou não e mantém o foco nessa escolha o máximo de tempo que podem. Quando ocorre a ruptura do tópico, eles buscam a retomada logo que podem.

A organicidade se dá nos dois planos propostos por Jubran (2006), o plano linear com as articulações intertópicas traçando relações com tópicos da mesma linha do que está sendo dito e o plano hierárquico ou vertical que estabelece a dependência entre supertópico, tópico e subtópicos da conversa analisada. Vejamos no gráfico como se estabelece o pelo hierárquico:



Logo abaixo podemos visualizar a propriedade da espacialização através da foto em que Rodrigo está falando, Kátia e Vanessa olham para ele, enquanto Sérvulo sinaliza, mas não é captado pelos outros interactantes, pois a tenção visual das duas está focada na fala de Rodrigo. Assim, confirmamos que essa propriedade está relacionada ao sentido visual e motor dos usuários de Libras e se não for considerada, pode gerar falhas na manutenção e continuidade tópica.

A espacialização como ponto presente em determinado local exige que o sentido visual esteja deslocado para o interactante que fala, para que o que se diz não se perca por ter sido desconsiderado pelos demais participantes da conversa. Com a atenção visual de Kátia e Vanessa voltada para o que diz Rodrigo, elas não podem saber o que Sérvulo poderia estar dizendo. Nesse caso, ele apenas concorda com Rodrigo, mas se ele fosse discordar e argumentar sobre o que está sendo dito, o deslocamento visual precisaria ocorrer para que houvesse a continuidade tópica. Dessa forma, a espacialização é concreta para que o tópico seja mantido

Como esse parece ser um tema familiar aos nossos informantes, não percebemos dificuldades no decorrer da interação. Eles acionam o supertópico imediatamente no início da conversa e o sustentam aparados nos tópicos que aparecem em verde no gráfico acima. Esses tópicos mantêm uma relação direta com o supertópico, porque são temas propostos pelos interactantes para que seja tecida a interação. Logo, esses tópicos também se encontram ligados aos subtópicos em azul no gráfico, que têm o objetivo de dar fluidez a conversa, pois também são temas relacionados ao assunto discutido pelos interlocutores. A ocorrência da ruptu-

ra tópica, marcada em laranja, é identificada durante a interação porque os temas não mantêm uma relação direta com o supertópico sugerido para que a interação acontecesse.

Considerações Finais

Nossa proposta de começar um estudo que aborde, identifique e analise a interação entre surdos nos pareceu de valor, vez que as teorias que tratam sobre o tema da interação entre ouvintes não davam conta da interação entre surdos. Diante deste vazio teórico, vimos propor um ajuste na modelização de métodos e elementos da Análise da Conversa que atenda ao estudo das interações entre surdos em usuários da Libras.

Nosso interesse prioritário é mostrar que os elementos utilizados em línguas orais, Centração e Organicidade, são partilhados também nas línguas de sinais até o momento em que a *Espacialização*, categoria que emergiu de nossas análises, não seja fator de interferência para a interação. Portanto, buscamos apresentar evidências de que o desenvolvimento do tópico discursivo, assim como suas propriedades, está presente nos discursos realizados em línguas visuoespaciais. Percebemos de maneira mais sistemática os lugares e os valores dos tópicos, dos subtópicos, mas também das rupturas ocorridas durante a interação, muito frequentemente pelo toque que um sujeito faz em outro. Vemos ainda nos estudos dos vídeos como se operam as intervenções por superposição ou tomada de tópico, quase sempre marcados pelo movimento do corpo ou pelo toque no corpo do outro. Além disso, percebemos o toque como um agente inibidor do descaso conversacional, do mesmo modo como a alteração de posição do corpo em relação ao outro – a que atribuímos a categoria de espacialização – foi atenuador ou agravador de constrangimentos.

Referências

CASTRO, A. R. de; CARVALHO, I. S. de. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. Brasília: Editora Senac, 2005.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. A surdez, o surdo e seu discurso. Revista Eletrônica de Enfermagem. V. 6, n. 02, p. 166-171, 2004. Disponível em www.fen.ufg.br Data de acesso: 25 de julho de 2008.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIN, F.; BENTES A. C. *Introdução à lingüística*: domínios e fronteiras, v. 2. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FÁVERO, Leonor L. et alii. *Oralidade e escrita*: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA-BRITO, L. *Por uma gramática da língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1995.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ P. M. (Org.) Sociolinguística interacional. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUESSER, A. H. A etnometodologia e análise da conversação e da fala. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168

HERITAGE, J. C. Etnometodologia. In GIDDENS, A. e TURNER, J. (org.). *Teoria Social Hoje*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 1ª reimpressão, São Paulo: UNESP, 1999.

KOCH, I. G. V. *et al*. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. *In*: CASTILHO, A. T (org.). *Gramática do Português Falado*. Volume I: A ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990.

JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*, v.II. Campinas/SP: UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1992.

LEITE, T. A. A segmentação de língua de sinais brasileira (Libras): um estudo linguístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos*: a aquisição da linguagem. Porta Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira*: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STUMPF, M. R. Práticas de bilingüismo: Relato de experiência. Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 290-299, jun 2005.

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

O PAPEL DESEMPENHADO PELA ESTRUTURA DO TEXTO NO ESTABELECIMENTO DE INFERÊNCIAS DE DIFERENTES TIPOS

DENISE DIAS ALMEIDA (UFPE)
ALINA GALVÃO SPINILLO (UFPE)

Introdução

Compreender textos é habilidade complexa que envolve vários fatores e dimensões. De acordo com *Yuill e Oakhill (1991), a compreensão leitora requer identificar letras, reconhecer palavras, reter e resgatar informações na memória e construir uma representação mental coerente de todo o texto. A complexidade deste processo decorre, ainda, como afirma Spinillo (2013), do fato de que ela a*rticula, de maneira indissociável, três dimensões: (i) a dimensão social, pois a leitura está inserida em um contexto social em que atuam os conhecimentos prévios do leitor, suas motivações, objetivos e expectativas, dentre outros aspectos; (ii) a dimensão linguística, que trata do processamento do texto ao nível da palavra, da sentença, e do texto como um todo, dando materialidade às relações lexicais, semânticas, sintáticas, morfossintáticas, pragmáticas e estruturais do texto; e (iii) a dimensão cognitiva, que se refere à memória de trabalho, monitoramento e estabelecimento de inferências. No presente artigo, as inferências são o foco principal da pesquisa apresentada.

O estabelecimento de inferências é considerado um processo de alto nível responsável pela compreensão profunda do texto (e.g., KING, 2007; MARCUSCHI, 2008; SPINILLO; MAHON, 2007; *YUILL; OAKHILL, 1991), estando presente nos modelos de compreensão de textos mais adotados na literatura (KINTSCH, 1998), sendo objeto de estudo em diversas investigações.*

Na literatura na área, a maioria dos estudos examina o estabelecimento de inferências em textos narrativos – geralmente a histórias, sendo relevante investigar o estabelecimento de inferências em textos de outros tipos, com vistas a saber se

esse processo seria de alguma maneira influenciado pela estrutura e organização que caracterizam textos de diferentes tipos. Tendo isso em consideração, o presente estudo teve por objetivo analisar as inferências estabelecidas por um mesmo leitor ao ler um texto com estruturas distintas, sendo um argumentativo e outro narrativo.

Considerações sobre compreensão de textos e processo inferencial

Cain e Oakhill (2007) consideram que a compreensão é o objetivo final da leitura: é a partir da compreensão que o leitor adquire informações, vivencia mundos ficcionais, se comunica em diversas situações sociais e consegue sucesso acadêmico. De acordo com diversos autores (e.g., KING, 2007; YUILL; OAKHILL, 1991; MARCUSCHI, 2008) existem diferentes níveis de compreensão. Um leitor habilidoso é aquele que consegue construir uma representação mental organizada e coerente do texto, estabelece inferências, indo além da informação literalmente presente no texto. O leitor menos habilidoso, por sua vez, apresenta dificuldades em usar seu conhecimento de mundo, em integrar informações intratextuais e extratextuais, em elaborar inferências, limitando-se às informações literais nele veiculadas.

A literatura menciona diversos modelos de compreensão de textos, porém, é importante destacar os que enfatizam a elaboração de inferências como crucial para uma compreensão apropriada do texto. Um exemplo disso é o modelo de Construção-Integração (CI) de Kintsch (1998) que é adotado como referencial teórico deste estudo. Nesse modelo, as inferências são consideradas essenciais para estabelecer a coerência global do texto e para preencher as lacunas, indo além do eu é explicitado. Esse modelo pressupõe fases. A primeira fase, conhecida como construção, combina as características de sistemas simbólicos que envolvem um sistema baseado em regras e que constrói representação do texto e do conhecimento ativado a partir de significado das proposições e palavras. A memória de trabalho ativa os conhecimentos prévios que possibilitam a construção de inferências. Já a segunda fase, de integração, ocorre a nível local e global. O leitor acrescenta novas informações e as integra com as informações antigas, construindo sentidos e observando possíveis inconsistências. Se o leitor encontra construções não adequadas, rejeita-as e organiza a sua compreensão de forma coerente.

Assim, é inegável o papel das inferências na construção e produção de sentidos do texto lido. Autores como Yuill e Oakhill (1991), Marcuschi (1996, 2008), Coscarelli (2003), Spinillo e Mahon (2007) caracterizam a compreensão como processo inferencial, pois o texto não traz todas as informações, e com a elaboração das inferências é possível formar sentidos e uma representação mental organizada do texto. Desta forma, inferir é um processo de construção e integração das informações contidas no texto e possibilita associar com informações que não estão explícitas (SANTA-CLARA; SPINILLO, 2006). Segundo Coscarelli (2003) é possível definir inferências como informações agrupadas à representação mental do texto a partir de informações organizadas em esquemas que são ativados durante a leitura. A autora pontua que as perspectivas teóricas aceitam a ideia de que o texto tem lacunas e que existem informações implícitas que necessitam ser inferidas pelo leitor.

São diversos os tipos de inferências, e estas tem sido estudada por diferentes autores que adotam diferentes classificações (e.g., GRAESSER; SINGER; TRABASSO, 1994; WARREN; NICHOLAS; TRABASSO, 1979). As perguntas adotadas neste trabalho tiveram como base as inferências do estudo de Spinillo e Mahon (2007) composta por três tipos: de estado, causais e de previsão. Os dois primeiros tipos são mais comumente encontrados nas diferentes classificações das inferências apresentadas na literatura, enquanto que a inferência de previsão é menos investigada e requer a antecipação de fatos e acontecimentos não mencionados no texto. Para que fosse possível examinar este tipo de inferência foi necessário adotar a metodologia *on-line* de investigação que consiste na leitura interrompida, em que o texto é apresentado parte por parte.

Os tipos de textos

Como o pressente estudo versa sobre a compreensão de textos de diferentes tipos, cabe descrever brevemente as características principais dos textos narrativo e argumentativo os quais serão alvo da leitura dos participantes nesta investigação.

A estrutura prototípica do texto narrativo, especificamente a história, se constitui pela presença de uma introdução da cena e dos personagens, uma situação-problema e um desfecho. A principal característica é a descrição e sucessão de eventos temporais que são narrados e levam o texto a uma resolução da situação problema

(SPINILLO; SILVA, 2010). As ações, a ordem cronológica e interpretativa possibilita atribuir razões aos fatos narrados.

O texto argumentativo tem como característica fundamental pontos de vista do escritor e/ou de personagens acerca de tema polêmico, é composto por justificativa que sustentam a opinião exposta, contra-argumentos que seriam as restrições e objeções do ponto de vista (LEITÃO, 2001). Também se observa que as relações causais assumem papel importante na argumentação ao contrapor as posições divergentes. Após a apresentação no texto das opiniões conflituosas, o texto finaliza com uma conclusão acerca da polêmica apresentada.

Considerando os tipos de inferências acima citados (ver SPINILLO; MAHON, 2007), pode-se pensar que na história as inferências causais fazem referência às relações de causa e efeito entre os eventos, as ações e motivações dos personagens, e no texto argumentativo, as justificativas que sustentam os pontos de vista divergentes estão relacionadas ás inferências causais. Já as inferências de estado dizem respeito às diferentes opiniões e pontos de vista no texto argumentativo, enquanto que no texto narrativo referem-se aos personagens, ao tempo, ao local e aos eventos narrados. As inferências de previsão, no caso do texto narrativo, se referem a eventos que poderão ocorrer, e no caso do texto argumentativo versam sobre pontos de vista e justificativas que ainda não foram apresentados.

Método

Participaram do estudo 100 crianças com idades de 8 e 9 anos, alunas do 3º e 4º anos do ensino fundamental de escolas particulares da cidade de Petrolina-PE. As crianças foram individualmente solicitadas a responder perguntas inferenciais (causais, estado e de previsão) a partir da leitura interrompida de um texto narrativo e de um texto argumentativo.

Com o objetivo de realizar perguntas inferenciais de previsão, o texto foi apresentado a partir da metodologia *on-line* de leitura. Nesta metodologia o texto é apresentado em blocos ou sessões em que o leitor não visualiza todo o conteúdo do texto. A leitura interrompida propicia atenção maior as passagens e informações do texto, exige menos da memória de trabalho e proporciona ao pesquisador acompanhar a elaboração das inferências pelo participante. Após a leitura são realizadas

perguntas inferenciais e de explicação (SPINILLO; MAHON, 2007; SPINILLO; HODGES, 2012; SPINILLO, HODGES; ARRUDA, 2016).

Cada estudante foi entrevistado individualmente por uma mesma examinadora em duas sessões com tempo livre para sua realização. Os textos foram apresentados em papel A4, em que o estudante pode visualizar e acompanhar a leitura conjunta. Optou-se pela leitura conjunta, posto que nesta faixa etária alguns alunos poderiam ter dificuldade de decodificação das palavras. As sessões foram gravadas em áudio e transcritas para análise.

O texto narrativo foi uma história composta por 467 palavras dividida em seis blocos. O texto argumentativo era um texto de opinião com 363 palavras e foi dividido em cinco blocos. A divisão em blocos respeitou o sentido de cada texto e teve como objetivo possibilitar a leitura interrompida que era necessária para a apresentação de perguntas inferenciais de previsão.

Foram realizadas seis perguntas inferenciais em cada texto. As perguntas continham uma ordem fixa, sendo duas causais, duas de estado e duas de previsão em cada tipo textual. As perguntas do texto narrativo: Qual o esporte que Pedrinho fazia? (estado); Qual era a notícia que Baratinha ia dar? (previsão); Por que não ia ter mais campeonato? (causal); Qual era a ideia que Pedrinho teve? (previsão); Por que os meninos limparam o terreno? (causal) e Qual foi a decisão que Seu Nicolau tomou? (estado).

Já as perguntas do texto argumentativo foram: O que acha que os adultos disseram? (previsão); O que acha que as crianças disseram? (previsão); Por que, segundo os adultos, os jogos eletrônicos fazem as crianças chegarem atrasadas na escola? (causal); Por que os adultos entrevistados achavam que os jogos eletrônicos fazem as crianças ter problemas na escola? (causal); Quem foram os adultos entrevistados nesta pesquisa? (estado) e Qual a opinião do autor do texto? (estado). Os textos na íntegra podem ser conhecidos em Spinillo e Almeida (2014).

As respostas às perguntas inferenciais foram classificadas em quatro categorias, baseadas na classificação de Spinillo e Mahon (2007, p. 466-467). Na categoria I a criança não responde, mesmo com a intervenção da examinadora. Na categoria II a resposta é incoerente e/ou improvável, não tendo relação com as informações expostas no texto. Na categoria III a resposta é coerente e/ou provável, contudo incompleta, pois apesar de apropriada, são omitidas informações. Na categoria IV

a resposta é coerente e/ou provável e completa, contendo as informações necessárias. Firam consideradas incorretas as respostas classificadas nas categorias I e II e como corretas as respostas classificadas nas categorias III e IV.

As respostas às perguntas foram analisadas e categorizadas por dois juízes independentes. Os casos de divergência foram analisados por um terceiro juiz.

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco e respeitou a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Foram apresentadas as cartas de anuência, modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que devido à idade dos participantes foi assinado pelos pais e/ou responsáveis pelos menores.

Resultados

Como mencionado, as respostas foram classificadas da seguinte forma: as categorias I e II foram consideradas como erros, e as classificadas em III e IV como acertos. Pode-se visualizar na tabela 1 que os participantes pontuaram mais acertos no texto argumentativo nas perguntas inferenciais causais (84%) do que nas perguntas de previsão (63%) e nas de estado (62,5%). Já no texto narrativo, o número de acertos foi mais expressivo nas perguntas de estado com 83%, seguido das causais e de estado com respectivamente 60,5% e 22,5%.

Tabela 1: Número (máximo: 200) e porcentagem de acertos (em parênteses) por pergunta em cada texto

Texto	**Pergunta Causal**	**Pergunta de Estado**	**Pergunta de Previsão**
Argumentativo	168(84)	125(62,5)	126(63)
Narrativo	121 (60,5)	166 (83)	45 (22,5)

Observa-se em relação à causalidade que esta foi mais frequente no texto argumentativo, o que não ocorreu no texto narrativo, uma vez que houve a predominância de acertos nas inferências de estado. As inferências de previsão foram menos frequentes no texto narrativo do que no argumentativo. Acredita-se que esses

resultados são consequência das propriedades estruturais de cada texto, tendo em vista que a história é de natureza ficcional e assim, aberta a várias possibilidades, enquanto o texto argumentativo, um texto de opinião, apresenta um foco mais preciso e com menos possibilidades de variações do que o a história.

Considerações Finais

Especificamente sobre as respostas dadas as perguntas inferenciais (causal, estado e previsão), os participantes tiveram um bom nível de compreensão textual. A frequência das respostas nas categorias II e III mostrou que as relações inferenciais tiveram variação em relação ao tipo textual, isto é, ocorreram diferenças devido às propriedades estruturais que caracterizam cada tipo de texto. Pode-se concluir que existe relação entre compreensão de textos e tipos textuais, visto que as especificidades de cada tipo de texto parecem influenciar na compreensão, especialmente no estabelecimento de inferências.

Referências

CAIN, K; OAKHILL, J. Children's Comprehension Problems in Oral and Written Language: a cognitive perspective. New York: Guilford Press, 2007.

COSCARELLI, C. V. *Em busca de um modelo de leitura*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2003. Disponível em: http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/publica.htm.>.

GRAESSER, A. C; SINGER, M; TRABASSO, T. Constructing inferences during narrative text comprehension. *Psychological Review*, v. 101, n.3, p. 371-395, 1994.

KING, A. Beyond Literal Comprehension: A Strategy to Promote Deep Understanding of Text. In D. S. MCNAMARA (Org.), *Reading comprehension strategies: theories, interventions and technologies*. Mahwah: Erlbaum, 2007. p. 267-290.

KINTSCH, W. The role of knowledge in discourse comprehension: a construction-integration model. *Psychological Review*. v. 95, n. 2, p. 163-182, 1988.

LEITÃO, S. Composição textual: Especificidade da escrita argumentativa. In: J. Correa; A. G. Spinillo; S. Leitão (Orgs.), *Desenvolvimento da linguagem: Escrita e textualidade*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001. p.117-141.

MARCUSCHI, L. A. Exercícios de compreensão ou copiação nos manuais de ensino da língua? *Em Aberto*. v. 69, n.16, p. 63-82, 1996.

MARCUSCHI, L. A. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANTA-CLARA, A; SPINILLO, A. G. Pontos de convergência entre o inferir e o argumentar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n.1, p. 87-94, 2006.

SPINILLO, A. G; MAHON, É. da R. Compreensão de texto em crianças: comparações entre diferentes classes de inferência a partir de uma metodologia *on-line*. *Psicologia Reflexão e Crítica.* v. 20, n. 3, p. 463-471, 2007.

SPINILLO, A. G; SILVA, A. P. M. O. Coesão e Estrutura Textual: uma relação investigada a partir da escrita de textos narrativos e argumentativos. In: LUNA, M. J. DE M; SPINILLO, A. G; RODRIGUES, S. G. (Org.). *Leitura e Produção de Texto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 101-136, 2010.

SPINILLO, A. G; HODGES, L. V. dos S. D. Análise de erros e compreensão de textos: comparações entre diferentes situações de leitura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso), v. 4, p. 63-70, 2012.

SPINILLO, A. G. A dimensão social, linguística e cognitiva da compreensão de textos: considerações teóricas e aplicadas. In M. MOTA; A. G. SPINILLO (Eds.), *Compreensão de textos: processos e modelos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

SPINILLO, A. G; ALMEIDA, D. D. Compreendendo textos narrativo e argumentativo: há diferenças? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v.66*,* n.3, p. 115-132, 2014.

SPINILLO, A; HODGES, L. V. S. D; ARRUDA, A. S. Reflexões Teórico-Metodológicas acerca da Pesquisa em Compreensão de Textos com Crianças. Ps*icologia: Teoria e Pesquisa*, v.32, n.1, p. 45-51, 2016.

WARREN, W. H., NICHOLAS, D. W., & TRABASSO, T. Event chains and inferences in understanding narratives. In R. O. FREEDLE (Org.), *New directions in discourse processing*. Norwood: Ablex, 1979, p. 23-51.

YUILL, N; OAKHILL, J. *Children's problems in text comprehension: an experimental investigation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

RASTREANDO FIGURAS EM DISLÉXICOS

LUCIANA MENDES (UFRJ)
MARCUS MAIA (UFRJ)
RENATA MOUSINHO (UFRJ)

Introdução

Para ler é fundamental distinguir letras e imagem, mas no cérebro, a mesma região é ativada para ambos os estímulos, havendo relação entre uma habilidade e outra. Mas, onde está a especificidade entre esses estímulos no cérebro? Para DEHAENE (2012), há uma reciclagem neuronal na habilidade de ler palavras e letras regida pelo princípio de invariância. Neste caso, fala-se da invariância visual, na qual se pode perceber um objeto e reconhecê-lo sob qualquer dos seus ângulos de apresentação e isto ocorreria com figuras e também com letras. Logo, um objeto é percebido apesar da variação angular de apresentação no espaço. Uma xícara, se apresentada com a alça para direita, para esquerda, de cabeça para baixo ou ligeiramente inclinada, continua sendo uma xícara. O cérebro processaria a imagem decompondo-a pelo princípio do paralelismo maciço e da hierarquia, no qual a imagem mental progressivamente é recomposta por uma pirâmide hierárquica de neurônios. Como um microprocessador eletrônico, o cérebro organiza em paralelo uma imagem permitindo o reconhecimento. (DEHAENE & COHEN, 2007, KOLINSKI & FERNANDES, 2014).

KEIJI TANAKA (2003) observou este processamento monitorando macacos com eletrodos que mediam a atividade neuronal após a apresentação de figuras e imagens. Descobriu que no cérebro dos macacos havia um mosaico de detectores neuronais das formas elementares de figuras. Assim os primatas podiam reconhecer objetos pela sua descrição física através destes neurônios localizados na superfície do córtex temporal inferior. Estas formas elementares parecem ter função importante no reconhecimento de objetos e também em combinações de letras do al-

fabeto. Elas foram denominadas de protoletras, já que são parecidas com letras, chegando algumas a serem idênticas. (TANAKA, 2003). Ao depurar as imagens com formas elementares e observar as respostas neuronais, foi-se reconstruindo um mapa neuronal para formas. Assim, os neurônios vizinhos à área ativada de reconhecimento de determinada imagem presentes na superfície do córtex dos primatas, tiveram tendência a codificar formas similares ou depuradas, aceitando a variabilidade física. E por esta condição que o cérebro consegue suportar variâncias de formas e isto explicaria o reconhecimento da variabilidade de objetos (cadeira de praia, cadeira de escritório, cadeira de madeira, cadeira de plástico – todas são cadeiras), de rostos (rosto de uma pessoa jovem e posteriormente envelhecida), por exemplo.

Este mesmo processo ocorreria com as letras porque não há coincidências, as letras ou formas que originam as letras também obedecem este princípio. Não por acaso foram escolhidas determinadas formas de letras, estas estariam presentes na experiência visual da humanidade e representariam ícones aceitáveis pelo cérebro. Assim, por exemplo, a letra T apareceria frequentemente em vários objetos, como o encontro de linhas nos vértices de um cubo. O cérebro provavelmente prefere decodificar estas formas, frequentes e invariantes, mesmo considerando mudança de tamanho e luminosidade de exposição. Assim, seria mais interessante fixar os olhos nestas formas, buscando esta invariância. Não seria coincidência ou propriedades acidentais a frequência com que as imagens dispostas no mundo contenham segmentos paralelos e que a formação de bordos componha a tridimensionalidade dos objetos. O que guiaria esta preferência do córtex seria a detecção de características, como os vértices. O apagamento de linhas paralelas, ou dos vértices, atrapalharia a distinção da figura e seu reconhecimento, pois distorceria a imagem, sem criar referência para a reconstrução visual dos elementos que compõe o objeto e o fazem ser reconhecidos em qualquer disposição espacial.

IRVING BIEDERMAN (1987) apresentou uma teoria para o fato de que a percepção visual humana se apoia nas propriedades não acidentais dos objetos – paralelismo dos traços e bordos tocantes. Da mesma forma aconteceria com caracteres como O ou 8, ou P/p/**p**, por exemplo, ou figuras como as apresentadas neste experimento. É possível que algumas formas favoreçam o reconhecimento visual e haja uma relação entre elas e o reconhecimento de letras, uma vez que parece que

formas foram internalizadas no decorrer da evolução das espécies e sejam agora pré-conectadas no sistema visual, utilizado também para leitura e reconhecimento de letras.

Aprender novas formas é uma evolução sofisticada do córtex e parece que houve uma adaptação de uma habilidade em função de uma necessidade do mundo exterior, que é a leitura. Esta faz parte do processo de aprendizagem formal devendo ser guiado e ensinado, não podendo ser espontâneo, embora exista adaptação e faça parte da evolução humana. O cérebro da criança já chega à escola pronto e adaptado para realizar associações, e para utilizar o princípio combinatório de imagens e funções associativas (sons, movimentos e etc.). Mas é preciso expor a criança a novos estímulos visuais, como as letras e ensiná-la que podem variar de formato e atribuição sonora. (cf. CAGLIARI & CAGLIARI, 1999; DEHAENE, 2012; SCLIAR-CABRAL, 2010, 2014).

Quando o cérebro da criança não desenvolve habilidades necessárias ao processamento fonológico da leitura, suspeita-se de dislexia. Crianças com dislexia encontram problemas no processamento visual desde o início, muitas vezes falhando em habilidades básicas iniciais de associação, como reconhecer figuras em espelho ou distinguir duas figuras que apresentam pequenas diferenças. Estes sinais podem refletir em um comportamento visual que afeta o reconhecimento das letras e consequentemente da decodificação das palavras e leitura. A dislexia é descrita como o transtorno específico de aprendizagem, resultando em leitura silabada e com esforço, muitas vezes imprecisa na decodificação sonora, o que prejudica a interpretação final do material lido, podendo ocorrer em palavras isoladas, frases ou texto. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5ª edição – American Psychiatric Association, 2014), a dislexia seria confirmada após se enquadrar nas características descritas no manual diagnóstico, como as aqui mencionadas, e, se estimulado por seis meses, persistir com as dificuldades. (APA, 2014. *DSM-V*, 5ª edição)

A motivação deste estudo recai sobre a possibilidade de estudar como se dá o processamento visual de figuras por disléxicos, guiando-se nos parâmetros da psicolinguística. Investigar o aspecto visual da leitura se justifica no fato da dislexia apresentar alterações de reconhecimento de caracteres, o que pode acarretar esforço cognitivo desnecessário e atrapalhar a compreensão, função esta primordial

na leitura. Para tanto, mediu-se o tempo de fixação ocular em diferentes tipos de figura, e qualificou-se o índice de acerto de igualdade entre elas. Comparou-se o resultado entre dois grupos, um controle e outro disléxico.

De forma mais específica, verificou-se a percepção em diferenciar figuras com diferenças nos planos vertical, horizontal e figuras totalmente diferentes; verificou-se também se haveria percepção para figuras iguais que tem seus vértices distanciados; e se haveria predileção para figuras diferentes por alguma característica de relação espacial (horizontal ou vertical).

Metodologia

O método utilizado foi do tipo experimental com uso de técnica de rastreamento ocular com o equipamento de monitoramento ocular TOBII TX300, realizado no laboratório LAPEX/UFRJ na Faculdade de Letras. A técnica de rastreamento ocular ou *eyetracking* é um método direto que permite observar o processamento da linguagem no exato momento em que está ocorrendo, *on-line*. Ela identifica os pontos exatos de fixação do olhar e da movimentação sacádica progressiva ou regressiva diante de estímulos de letras, palavras, frases e imagens. Também é possível medir no rastreamento a duração das fixações totais ou da primeira fixação numa área, o que proporciona medidas diretas e precisas para auxiliar os psicolinguistas a entender os processos de cognição visual e desenvolver modelos de processamento da linguagem (MAIA, 2015).

As variáveis independentes deste estudo foram características e grupos. As características são os pares de figuras que guardam a diferenciação nos planos vertical (V), horizontal (H), diferente em outros aspectos (D), e que são iguais com traçado contínuo (Ic) e iguais de traçado descontínuo (Id). E estas características foram observadas nos grupos, controle e disléxico. As variáveis dependentes foram tempo de fixação ocular em cada figura do par apresentado e o acerto de diferenças e igualdades entre os pares, em cada grupo analisado, de acordo com design 6X2.

Os grupos alvo (com dislexia) e controle (sem dislexia) foram constituídos de 30 crianças entre as idades de 7 a 14 anos, do 1º ao 4º ano do primeiro segmento de Ensino Fundamental, de escolas na cidade do Rio de Janeiro. As crianças disléxicas foram diagnosticadas por equipe multidisciplinar no Projeto ELO-UFRJ (Escrita,

Leitura e Oralidade), algumas destas crianças eram de escolas privadas e outras de escolas particulares. A aprovação para pesquisa foi concedida pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Neurologia Deolindo Couto – CEP/INDC com o número **009/2010.** Foram excluídas deste grupo crianças que apresentaram comorbidades à dislexia e que não se encontravam em acompanhamento terapêutico.

As crianças do grupo controle foram da Escola Municipal Tenente Antônio João, localizada na Ilha do Fundão, sendo esta pesquisa submetida como projeto na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e aprovado, segundo processo 07/001803/2015 (publicado no D.O do Rio de Janeiro no dia 16 de julho de 2015 fls 61). Para inclusão das crianças no grupo controle foi utilizado o critério de indicação da professora como bom aluno e posteriormente foram realizadas avaliação de linguagem expressiva e de velocidade de leitura oral de forma a garantir que estas crianças não possuem dificuldades na linguagem oral e nem de decodificação leitora e compreensão.

Os materiais utilizados no experimento foram 56 pares de figuras, sendo 7 de cada condição diferente: V, H, D. As figuras H e V guardam somente esta diferença e as figuras D guardam diferenças entre si que não tem relação com verticalidade ou horizontalidade. Para balancear os estímulos, pares de figuras iguais foram utilizadas, sendo 7 Ic e 21 pares Id. As figuras foram dispostas de forma a ocupar áreas parecidas e terem os mesmos tamanhos entre si. Os estímulos foram randomizados manualmente (pseudo-randomizados). A inspiração para estas figuras foi o teste já usado largamente para percepção visual, conhecido como *Reversal Test,* desenvolvido por Ake W. Edfeldt Stockholm em 1955. Este teste é conhecido como Teste das Figuras Inversas e tem objetivo de investigar a percepção visual em crianças no início do processo formal de aprendizagem através de relações espaciais (MORA, 2006; LOURENÇO, 2012). A escolha de figuras distantes no vértice e iguais pareadas foi para balancear os estímulos diferentes e para comparar posteriormente com outro teste no *eyetracker*, utilizando letras, tendo como referência o estudo de figuras descrito por KOLINSKY & FERNANDES (2014) e os estudos expostos por DEHAENE (2012), seguindo a teoria de reciclagem neuronal para leitura.

O procedimento se iniciou com a calibração do aparelho, seguido de uma prática para familiarizar a criança com a atividade. A criança foi orientada a não desgrudar os olhos da tela do computador, olhando para duas figuras que apareceriam juntas na tela e observar se estas seriam completamente iguais. Então, elas deveriam apertar um botão marcado no teclado do computador em amarelo, para assim fazer aparecer outra tela contendo duas palavras SIM/NÃO. Caso as letras fossem totalmente iguais, olharia para a palavra SIM, se não o fossem, bastaria olhar para a palavra NÃO. Neste caso, a decisão de assertividade de igualdade também era realizada com os olhos. E assim ocorreria sucessivamente até o fim do experimento. Caso a criança demorasse a apertar a tecla para trocar a tela, a tela trocaria sozinha, em 5 segundos, como um slide de apresentação (*Time Out*). Estes são exemplos dos estímulos apresentados:

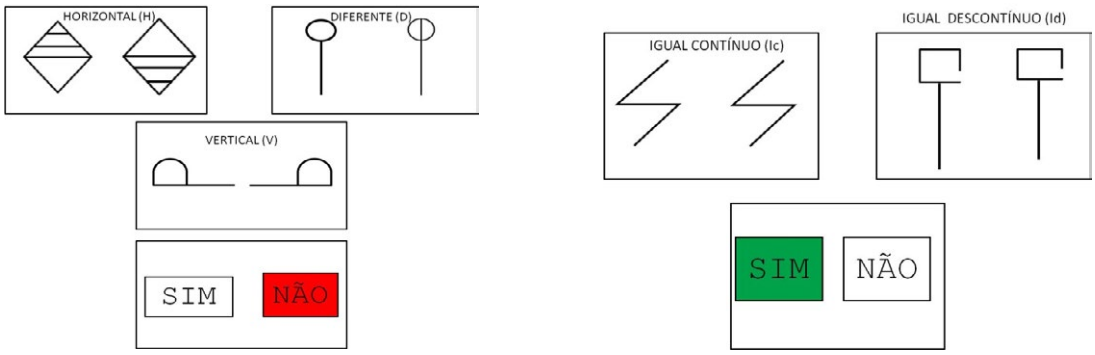


Figura 1 – Exemplos de estímulos do experimento das figuras. Fonte: Arquivos pessoais

Análise dos dados

Os dados foram analisados em duas medidas: médias de tempo de reação (medida de processamento imediato), e os índices de acerto das condições de diferenciação e igualdade (medida de processamento reflexivo). As médias de tempo foram observadas especificamente os pontos de vértices das figuras em primeira fixação, sendo aferidas em milésimo de segundo. Esta área pode ser referência de identificação cognitiva visual. O índice de acerto foi obtido pela resposta para a pergunta se as figuras eram iguais ou não. Para tratamento dos dados, foi utilizado programa estatístico ezANOVA.

Tabela 1: Médias dos tempos da primeira fixação na área no experimento do *Eye Tracking* com os pares de figuras entre os grupos, descritas em milésimos de segundo.

CARACT.	HORIZONTAL				VERTICAL				DIFERENTE				IGUAL CONT				IGUAL DESC			
LOCAL//	dir		esq		dir		esq		dir		esq		dir		esq		dir		esq	
GRUPO	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D
Média	24.20	31.93	20.77	24.16	30.84	34.95	24.24	26.25	36.56	34.96	25.88	27.18	28.79	16.29	23.16	22.07	29.11	27.27	24.14	25.52
Desvio Padrão	9.48	18.66	12.46	9.95	15.42	15.97	12.33	10.78	24.19	19.47	13.47	13.97	12.45	16.64	11.03	10.01	21.01	17.65	17.56	14.33
Variância	89.95	348.34	155.34	98.98	237.78	255.16	151.92	116.16	585.09	378.94	181.53	195.28	155.10	276.98	121.58	100.30	441.58	311.59	308.30	205.37

Fonte: Análise de dados (Mendes, 2015)

Os grupos, disléxico e controle, diferiram nas respostas, sendo o disléxico mais lento do que o controle em todas as modalidades diferentes (H, V, D), o que não aconteceu com os itens iguais (Ic e Id). A ANOVA revelou valores de significância p (p-valor) para cada variável: Característica F(4,4180) = 39,4 p<0,000001***; Localidade F(1,4180) = 118 p<0,000001***; Grupo F(1,4180) = 0,371 p<0,542564. A variável característica (H, V, D, Ic, Id) foi altamente significativa, sendo o item Ic o que apresentou menores latências de fixação, seguido do H, Id, V e D, tendo este último demandando mais tempo de fixação, somando ambos os grupos. Para localidade entre as disposições dos estímulos, a preferência foi para direita, o que já foi comprovado em outras pesquisas (RAYNER, WELL E POLLATSEK (1980)).

A variável grupo não apresentou índices relevantes, tendo ambos os grupos o mesmo padrão de respostas, ou valores compensados em algumas características. A análise em cada grupo vai ajudar neste aspecto. Ao contrastar os itens, tem-se: Característica X Localidade F(4,4180) = 11,9 p<0,000001***, neste caso, o tempo de fixação foi mais rápido à direita; Característica X Grupo F(4,4180) = 19,2 p<0,000001***, no qual o grupo controle foi sempre mais rápido no tempo de fixação que o disléxico; Localidade X Grupo F(1,4180) = 5,47 p<0,019**, nesta relação houve significância, mostrando que o item mais rápido foi o que se localizava à direita e o grupo controle foi evidentemente mais rápido do que o disléxico, conforme já observado em várias outras pesquisas envolvendo tempo de resposta e dislexia. Ao cruzar as três variáveis têm-se: Característica X Localidade X Grupo F(4,4180)=8,24 p<0,000001***, reafirmou-se que o grupo mais rápido foi o controle, fixando por menos tempo os itens à direita e sendo mais rápido na identificação de Ic.

Os grupos foram observados em separado para delinear o padrão, tomando controle de *baseline*, já que não há experimento ou testagem deste tipo para se tomar como padrão de comparação. Neste grupo, em percentual de tempo, o item H foi o menos fixado e o item D o mais. Os itens V, Ic e Id não tiveram relevância na comparação estatística. Comparando H e V, tem-se: ([H] X [V] t(418)=5,32 p<0.0001***); e em relação ao distanciamento dos vértices, tem-se: [Ic] X [Id] t(418)=0.19 p<0.850), que não foi significante estatisticamente. O grupo disléxico teve perfil bem diferente do controle, onde os itens H, V e D não tiveram diferenças entre si nos escores, sendo fixados por mais tempo do que os itens iguais ([H]X[V] t(418)=1.78 p< 0.076; [H]X[D] t(418)=1.62 p< 0.1049; [V]X[D] t(418)=0.01 p< 0.9956. Os itens iguais tiveram relevância entre si, sendo o Ic fixado por menos tempo em relação ao Id ([Ic]X[Id] t(418)=6.56 p< 0.0001***).

Na medida reflexiva, foi considerado o tempo de fixação em milésimo de segundo na palavra SIM ou NÃO, de acordo com o acerto da comparação.

Tabela 2 – Escores de acerto e erro na identificação sonora das letras em relação aos estilos em cada grupo analisado.

caract.	H				V				D				Ic				Id			
julgam.	SIM		NÃO		SIM		NÃO		SIM		NÃO		SIM		NÃO		SIM		NÃO	
grupo	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont	disl	cont
média	79,81	82,81	47,63	74,32	35,24	26,21	105,33	150,72	21,8	25,72	114,22	145,14	108,97	153,9	20,12	7,7	118,7	147,77	10	8,64
des Padrão	58,46	55,93	51,12	72,43	71,53	37,68	62,09	69,93	32,84	44,78	60,54	70,3	57,06	69,27	30,59	11,85	91,34	95,87	24,02	25,4
Variância	3417,7	3128,6	2613,36	5246,26	5116,44	1420,1	3854,79	4889,73	1078,63	2005,5	3665,47	4941,99	3255,62	4797,7	935,47	140,35	8342,6	9191	576,75	645,15

Fonte: Análise de dados (Mendes, 2015).

De uma forma geral, os índices foram mais acertados do que errados pelos grupos, sendo que o grupo disléxico errou mais que o controle nos itens iguais (Ic e Id). O item H obteve escores de maior índice de erros em ambos os grupos, sendo menos acertados pelo disléxico. Os resultados tratados por ANOVA, comparando características (H, V, D, Ic, Id), assertividade da resposta (sim/não) e os grupos (controle e disléxicos) foram os seguintes: característica F(4,1045)=3,49 p<0,0077***; julgamento F(1,1045)=31,1 p<0,000001***; grupo F(1,1045)=117 p<0.000001***. Comparando-as entre si, tem-se diferenças relevantes na comparação entre característica e julgamento (F(4,1045)=561 p<0,000001***) e quando a comparação ocorre entre as três variáveis (característica X julgamento X grupo F(4,1045)=30,0 p<0,000001***).

Já quando a comparação foi entre as demais variáveis, as diferenças não foram estatisticamente significantes, indicando que os grupos tiveram escores parecidos em relação às características.

Olhando individualmente os grupos tem-se o grupo controle acertando os itens de forma equilibrada entre D, V, Ic e Id. O grupo disléxico errou de forma significativa na condição H comparando com as demais.

Discussão

Comparando ambos os grupos na percepção de figuras V ou H observa-se que o grupo controle foi mais rápido quando as figuras eram diferentes por horizontalidade. Esta característica parece ser bem evidente na comparação de estímulos. Olhando o padrão de respostas do grupo controle, o aspecto que demandou mais tempo e consequente esforço cognitivo do que todas as demais características foram os pares de figuras D, evidenciando que esta exigiu da capacidade de parear e analisar as diferenças. Isto pode ter acontecido por demora em realizar o pareamento com figuras ou formas análogas, tal como o já descrito por outros pesquisadores (IRVING BIEDERMAN, 1987; DEHAENE & COHEN, 2007, KOLINSKI & FERNANDES, 2014). As figuras V, Ic e Id não apresentaram diferença no tempo de primeira fixação no vértice, tendo tempos parecidos maiores do que nas figuras H e menores do que D. Parece então, que estas características apresentam facilidade de pareamento e tolerância da invariância visual. (IRVING BIEDERMAN, 1987; DEHAENE & COHEN, 2007, KOLINSKI & FERNANDES, 2014).

Em relação aos acertos de identificação de igualdade o grupo controle errou mais na condição H, demonstrando que esta condição não parece ser sensível à percepção nesta faixa etária. Esta condição também foi fixada por menos tempo por este grupo, talvez por imaturidade para perceber simetria direita e esquerda (CAGLIARI & CAGLIARI, 1999), ou por ainda não conseguirem traçar um paralelismo entre estas formas em plano visual horizontal (DEHAENE, 2012; SCLIAR-CABRAL, 2010, 2014)

O grupo disléxico teve comportamento diferente do controle na percepção dos itens iguais, pois a continuidade de traçado parece ter sido relevante, aumentando o tempo de fixação. Provavelmente por haver esforço cognitivo ao analisar traços

descontínuos, ficando evidente a dificuldade de disléxicos em reconhecer formas que são iguais e que não tem referência de continuidade. Parece que a continuidade guia a percepção deste grupo, tal como nos primórdios da percepção humana, refletindo uma imaturidade na percepção em relação ao funcionamento cerebral. Talvez isso aconteça pela hipótese de não migração neuronal em disléxicos, já que nestes indivíduos há falhas na migração harmoniosa dos neurônios corticais em direção à região temporal esquerda, interferindo no seu posicionamento de conexão com as regiões visuais e linguísticas (DEHAENE, 2012). Logo, haveria dificuldade no pareamento das imagens o que é muito relevante se fosse perdido parte do traçado, principalmente os que norteiam este processo, como os vértices (DEHAENE & COHEN, 2007, KOLINSKI & FERNANDES, 2014). Nos itens diferentes, os disléxicos não apresentaram diferença significativa de processamento, demorando o mesmo tempo em qualquer diferença, V, H ou D.

Qualitativamente pode-se observar diferença no padrão de movimentação ocular entre os grupos. O grupo disléxico rastreou de forma abrangente a tela do computador, fixando menos o estímulo alvo do que o controle, inclusive a região principal de vértice.

Considerações Finais

O estudo aqui descrito mostrou diferença de percepção entre os grupos no tratamento de figuras pareadas. Os disléxicos fixaram pouco na área demarcada dos vértices, e as crianças boas leitoras fixaram mais. O comportamento visual dos disléxicos mostrou-se muito abrangente, percorrendo toda a tela e não indo direto ao ponto alvo ou local onde aparece um estímulo, ao contrário do grupo controle.

Os disléxicos apresentaram percepção diferenciada dos itens iguais, pois a continuidade de traçado parece ter sido relevante, já que aumentou o tempo de fixação, e aumento da demanda cognitiva quando os traços eram descontínuos. Parece que os disléxicos têm dificuldade em reconhecer formas que são iguais, mas que não dão referência de continuidade, tal como nos primórdios da percepção humana. Os disléxicos trataram da mesma forma as figuras diferentes, não apresentando diferença no comportamento para H, V ou D. O que não ocorreu com o grupo controle que apresentou mais rapidez em D, seguido de V, demorando mais em H.

Diante destes resultados, reforça-se a importância de se favorecer o processamento visual na leitura, não como foco central, mas como necessário no reconhecimento de formas e letras, principalmente em indivíduos disléxicos. Acredita-se que a continuidade de traçado seja relevante para este grupo, tal como nos primórdios do processamento visual, quando não se realizava simetrização entre estímulos. A simetrização permite ao indivíduo reconhecer qualquer objeto, mesmo que rotacionado em seu eixo tendo sido uma evolução garantida pela reciclagem neuronal e pela migração de células na composição das sinapses para a leitura na humanidade (cf. DEHAENE, 2012; 2013; SCLIAR-CABRAL, 2013). Os resultados aqui apresentados podem agregar conhecimento aos estudos com dislexia e leitura, sem esgotar o assunto e sim indicar caminhos de estudos aprofundados nesta área.

Referências

BIEDERMAN, I. Recognition-by-components: A theory of human image understanding. *Psychological Review, 94,* 115-147, 1987.

CAGLIARI, G. & CAGLIARI, L. C. *Diante das letras: a escrita da alfabetização*. Mercado das Letras, São Paulo, 1999.

DEHAENE, S.; COHEN,L.(2007).Cultural recycling of cortical maps. *Neuron* 56, 384–398. doi:10.1016/j.neuron.2007.10.004

DEHAENE, S. *Os neurônios da leitura*: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução: Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, *2012.*

DSM 5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - American Psychiatric Association. Artmed, 2014.

KOLINSKY, R.; FERNANDES, T. *A cultural side effect: learning to read interferes with identity processing of familiar objects*. Frontiers in psychology October 2014 | Volume 5 | Article 1224

LOURENÇO, L. C. M. M. *Intervenção Pedagógica Com Uma Criança Disléxica*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Departamento de Ciências da Educação. Lisboa, 2012.

MAIA, M. Processamento de Frases. In: MAIA, M. (org) *Psicolingística, psicolinguísticas: uma introdução*. Contexto: São Paulo, 2015.

MORA, Hernández Lorena. *Evaluación Diagnóstica em La Atencion de Estudiantes com necesidades educativas especiales*. EUNED, 2006.

RAYNER, K. Eye movements in reading and information processing: 20 years of research. *Psychological Bulletin, 124*(3), 372-422, 1998.

SCLIAR-CABRAL, L. Evidências a favor da reciclagem neuronal para a alfabetização. *Letras Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 43-47, jul/set, 2010.
SCLIAR-CABRAL, L. Psicolinguística e alfabetização. In: MAIA, M. (org) *Psicolingística, psicolinguísticas: uma introdução*. Contexto: São Paulo, 2015.
TANAKA, K. Columns for complex visual object features in the Inferotemporal Cortex: Clustering of Cells with similar but slightly different stimulus selectivities. *Cerebral Cortex* Jan 2003, V 13 N 1.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

A CAUSALIDADE NA CONSTRUÇÃO [POR + SN +DE + X] EM PERSPECTIVA FUNCIONAL.

CLEIDE DA SILVA FARIAS SANTIAGO (UFRN)

Introdução

As escolhas de determinados recursos linguísticos, no uso da linguagem feita pelos falantes, não ocorrem de maneira aleatória, arbitrária. Estudos baseados no uso real da língua têm constatado que essas escolhas decorrem de motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos mais diversos contextos de interação.

Assumindo essa perspectiva, este trabalho propõe a investigação da causalidade na construção *[POR + SN + DE + X].* Em (1) e (2), apresentamos dados com ocorrências dessa estrutura.

(1) I: Marcos... fotografia é observação...
E: Você apagou né? Você tinha falado que ia ajeitar...
I: sim é... eu tinha eu...pensei que tivesse concluído o trab/ mas quando cheguei a parte em que eu achava que ia dar nó mesmo... que seria essa parte de registrar os pássaros...no último momento eu...eu dei uma borrada que...é... comprometeu a cor do céu né? E eu tive que refazer todo o céu novamente... ***por ... por conta dessa borrada*** ... tive que refazê-lo todinho... é porque não é fácil de encontrar o mesmo tom... na mistura das tintas...inclusive esse azul da roxa com o branco é... na proporção exata você encontra a mesma cor do céu entendeu? (D&G Natal, p. 56)

(2) I: é... eu gosto de várias coisas... né... que são muito interessantes... mas... uma coisa que eu... aprendi a fazer desde pequeno e gosto muito é nadar... eu comecei a nadar basicamente porque tinha um problema

> de saúde ... né... até os doze anos eu nadava por nadar... ***por causa do problema.***.. quando eu fui chamado para participar da equipe do América e comecei a ... entrar no clima... realmente... de competição... (D&G Natal, p. 98)

Nas duas amostras, extraídas do *Corpus D&G* (**Grupo** *Discurso & Gramática***)** Natal-RN, temos a ocorrência da construção mencionada, a qual foi utilizada, em cada caso, para explicitar o motivo/causa da ocorrência de algo. Na amostra em (1), com o uso de ***por conta dessa borrada***, o informante indica a causa de ele ter tido de refazer um quadro (uma pintura), (por ter borrado, manchado a pintura). Em (2), ***por causa do problema*** traz o motivo que fez com que o informante começasse a nadar (a existência de uma determinada doença).

Dito isso, nos propomos estudar essa construção, com vistas a descrevê-la em termos formais e funcionais, considerando seu uso em diversas situações reais de comunicação.

A pesquisa fundamenta-se teórico-metodologicamente na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), nos termos caracterizados por Furtado da Cunha et al. (2013). Agregamos contribuições da Gramática de Construções representada por Goldberg (1995), Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013).

Assumimos o postulado básico de que fatores de natureza comunicativa/interacional e cognitiva desempenham papel relevante na organização estrutural das diferentes construções linguísticas (BISPO, 2014).

O banco de dados utilizado para esta pesquisa foi o *Corpus Discurso & Gramática Natal*, (FURTADO DA CUNHA, 1998); *D&G Rio de Janeiro*, (VOTRE; OLIVEIRA, 2014), que apresenta tanto amostras da língua falada como da língua escrita. Composto por uma coletânea de cinco tipos de textos distintos previamente definidos: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião.

A pesquisa apresenta uma abordagem de viés quali-quantitativo, com predominância da primeira. O aspecto quantitativo refere-se à dimensão numérica dos dados a serem levantados no *corpus*, os quais darão conta da caracterização e frequência de uso do objeto de pesquisa. No tocante à dimensão qualitativa, ela refere-se ao caráter explicativo da pesquisa, visando elucidar motivações semân-

ticas e discursivo-pragmáticas implicadas nas instanciações da construção causal *[POR + SN + DE + X].*

Possui também um caráter explicativo e descritivo. O caráter explicativo vincula-se à análise e interpretação do fenômeno investigado, com foco na relação dinâmica entre este e as situações comunicativas em que ocorre. Descritivo, porque visa à identificação, registro e caracterização de fatores que se relacionam com o objeto de estudo.

Com isso, pretendemos neste artigo, apresentar alguns aspectos formais e funcionais da construção em estudo, bem como, a frequência de uso (*type* e *token)* dessa construção no *corpu*s selecionado verificando a maior ou menor formalidade no gênero textual e a modalidade da língua em que aparecem.

Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)

O termo Linguística Funcional Centrada no Uso correspondente a (Usage-Based Linguistics, na literatura norte-americana) identifica uma tendência funcionalista de estudo das línguas, também denominada Linguística Cognitivo- Funcional, conforme Tomasello (1998). Essa abordagem é resultado da união das tradições desenvolvidas pelas pesquisas de representantes da Linguística Funcional norte-americana, tal como defendida por Givón (1979, 1995, 2001), Traugott (2011), Bybee (2010, 2011), Langacker (1987), e Tomasello (1998), entre outros.

Segundo a perspectiva desses estudiosos, os fenômenos linguísticos decorrem da interação comunicativa, e desse contexto de uso emanam as motivações para o surgimento de diferentes estruturas linguísticas.

Para a LFCU, uma *construção* é um esquema que une forma e função, constituindo-se parte do nosso conhecimento sobre a língua. Assim, quando falamos, selecionamos itens lexicais e construções armazenados no léxico (FURTADO DA CUNHA *et al*., 2013).

A LFCU tem como pressuposição o conceito de que a língua é motivada por princípios e processos cognitivos, sociais, comunicativos e linguísticos. Desses princípios, processos e categorias analíticas, faremos uso no presente artigo do *chunking*, e das projeções metafóricas e metonímicas para explicar o uso da construção em estudo.

Em linhas gerais, *chunking* é um processo cognitivo de domínio geral envolvido na configuração linguística (BYBEE, 2010). Ele é responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências de elementos que frequentemente coocorrem. É o que se dá, por exemplo, com elementos como *por causa de, por conta de, pelo fato de, por falta de e pela falta de,* entre outros, os quais, associados a um elemento *X* (nome ou oração) formam um todo, passando a coocorrer sempre juntos e podendo ser entendido como uma única unidade, dando origem à construção *[POR + SN + DE + X]* que veicula uma relação semântica de causa.

(3)... eu conhecia ele **por causa de outros eventos**...(D&G Rio de janeiro 1, P.66)

(4)... eu machuquei **por conta da queda...** ...(D&G Rio de janeiro 1, P. 118)

(5)...**pelo fato dela** morar longe da minha casa... ...(D&G Rio de janeiro 1, P 08)

Para dar conta da questão da causalidade na construção em estudo, recorremos aos processos metafóricos e metonímicos que podem licenciar o uso de elementos menos recorrentes no preenchimento dos *slots* da construção causal [*POR + SN + DE + X].* Como por exemplo, o type "por conta", o slot SN preenchido pelo substantivo conta que adquire uma acepção de causa devido a uma transferência de sentidos por domínios cognitivos distintos, uma vez que, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o léxico conta apresenta um significado distinto da ideia de causa.

con·ta
(derivação regressiva de contar)
substantivo feminino
1. .Ato ou efeito de contar.
2. Importância de uma despesa.
3. Dívida. **"conta"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013,
https://www.priberam.pt/dlpo/conta [consultado em 02-05-2016].

Todos os significados atribuídos à conta se referem à quantia devida. A acepção de causa somente é observada a partir do século XVI com uma gradualidade ao longo dos séculos e uma freqüência maior no século XIX em diante. Dados verificados de acordo com levantamento realizado no *Corpus do Português.*

> (6) O que o senhor acha disso? Felício - O problema é que a legislação é feita justamente por essas pessoas que têm as regalias, os procuradores, os juízes, os advogados. Depois o Executivo paga a **conta** dessas regalias dos servidores que têm mais conhecimento dos truques, das brechas da lei, para poderem aumentar de maneira escandalosa seus vencimentos...(19Or:Br:Intrv:ISP).

> (7) ... no último momento eu ... eu dei uma borrada que ... é ... comprometeu a cor da ... do céu né? e eu tive que refazer todo o céu novamente ... por ... **por conta dessa borrada** ... tive que refazê-lo todinho ...(D&G Natal, p. 56)

Em (6), o sentido atribuído ao léxico *conta* diz respeito à quantia devida, ao passo que em (7), *conta* apresenta uma acepção de causa/motivo.

Esse fenômeno de transferência de sentido se explica pela mudança semântica. A mudança ocorre através do uso nas situações de comunicação, são estratégias adotadas e negociadas pelos falantes decorrentes de motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas. As implicaturas para a mudança semântica decorrentes de fatores semântico-cognitivos referem-se à capacidade cognitiva dos seres humanos em armazenar informações na memória, processar e interpretá-las, bem como, a simbolização e transferências entre domínios no momento do discurso.

A mudança semântica também é decorrente de outros mecanismos, a inferência sugerida através dos processos de metaforização e metonimização.

A metáfora é um processo de transferência entres domínios concretos, já conhecidos do falante, para um domínio abstrato. Esse conceito de metáfora se aplica ao construto *conta* com extensão de causa/motivo.

O outro mecanismo para a mudança semântica diz respeito à *metonímia*, segundo Lakoff e Turner (1989 *apud* FURTADO DA CUNHA *et al*., 2013), constitui um

mapeamento dentro de um mesmo domínio conceitual, de modo que uma entidade de um domínio pode ser utilizada para se reportar a uma outra entidade desse mesmo domínio. É o caso das microconstruções causais identificadas no corpus "por causa" e "pelo fato". Ambas fazem parte do mesmo domínio com acepção de motivação, causa/efeito, causa/consequência ou ainda causa/motivo.

Definindo a Gramática de Construções

A Gramática de Construções é um modelo de análise que concebe a língua como sendo um pareamento de forma-significado ou "construções, organizadas em uma rede (GOLDBERG, 2006; LANGACKER, 2008). Para a GC, não há distinção rígida entre léxico e gramática, eles são entendidos como um contínuo que vai das palavras a sequências maiores..

Segundo Goldberg (1995), a língua é aprendida em *chunks*, em pedaços, e as construções são pares aprendidos de forma com função semântica ou discursiva, que variam em constituição (de esquemáticas para parcialmente esquemáticas, para expressões totalmente especificadas), tamanho, forma e complexidade.

Das propriedades das Construções enfatizaremos a questão da esquematicidade na construção em estudo.

Os autores, Traugott e Trousdale (2013), definem *esquematicidade* como sendo uma propriedade da categorização que envolve abstração. Um esquema é visto como uma generalização taxonômica de categorias, linguísticas ou não.

Esquemas linguísticos são instanciados por subesquemas e, nos níveis mais baixos, por microconstruções: membros-tipos específicos de esquemas mais abstratos.

Vejamos o esquema linguístico da construção causal *[POR + SN + DE + X]* que é uma construção mais abstrata e instanciada por microestruturas "por causa de X, por conta de X, pelo fato de X, e pela falta de X", deixando de ser mais abstrato e passando para o mais preenchido.

Segundo Bybee (2010), esquematicidade envolve posições e o preenchimento delas "por uma variedade de palavras e sintagmas)"

Podemos assumir que a construção em estudo é parcialmente esquemática, por apresentar partes fixas parcialmente preenchidas pelas preposições *por* e *de* seguidas, respectivamente de um slot podendo ser preenchido por um SN (palavras ou sintagmas com acepção de causa) e outro slot X que é preenchido por um SN ou uma oração.

Apresentação e análise dos dados

Os dados encontrados totalizaram 91 ocorrências da construção causal *[Por + SN + DE + X].* Constatamos que a construção em estudo representa um esquema abstrato que licencia diferentes microestruturas a depender do elemento que ocupa o *slot* SN. Identificamos quatro diferentes elementos ocupando o *slot* de SN, quais sejam: **causa**, **conta**, **o fato e falta**, compondo, cada um deles, um *type* da construção em estudo.

O quadro abaixo sintetiza os resultados quanto do preenchimento do *Slot* SN da construção:

Tabela 1: Ocorrências de types e tokens

QUADRO GERAL DE OCORRÊNCIAS POR TYPES E TOKENS		
TYPE	OCORRÊNCIAS	PERCENTUAIS (%)
POR CAUSA DE X	80	87,91
POR CONTA DE X	4	4,40
PELO FATO DE X	2	2,20
POR FALTA DE X/ PELA FALTA DE X	5	5,49
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	91	100,00

Fonte: acervo da pesquisa

Quanto aos types identificados, observamos que o type *por causa de X* apresentou o maior número de ocorrências somando 80 (87,91%) dos dados do *corpus,* ao passo que os demais types ficaram assim distribuídos: o type *por conta de X* apresentou 04 (4,40%) ocorrências; o *pelo fato de X* somou apenas 02 (2,20%) ocorrências e o type *por falta de X/pela falta de X* totalizou 05 ocorrências (5,49 %).

As 91 ocorrências da construção estão distribuídas em uma coletânea de cinco tipos de textos distintos: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião, tanto amostras na língua falada como na língua escrita, das quais, 18 (19,78%) pertencem às narrativas de experiência pessoal, 22 (24,18 %) as narrativas recontadas, 13 (14,29%) pertencem a descrição de local, 09 (9%) aos relatos de opinião e 29 (31,87%) pertencem aos relatos de opinião.

Tabela 2: Ocorrências por gênero textual

QUADRO GERAL DE OCORRÊNCIAS POR GÊNERO TEXTUAL		
GÊNERO	OCORRÊNCIAS	PERCENTUAIS (%)
NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA PESSOAL	18	19,78
NARRATIVA RECONTADA	22	24,18
DESCRIÇÃO DE LOCAL	13	14,29
RELATO DE PROCEDIMENTO	9	9,89
RELATO DE OPINIÃO	29	31,87
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	91	100,00

Fonte: acervo da pesquisa

Dos resultados levantados identificamos que a construção [POR + SN + DE + X] foi utilizada pelos informantes tanto na modalidade falada quanto na escrita. Os dados totalizaram um quantitativo de 74 (81,32%) ocorrências na modalidade oral e 17 (18,68%) ocorrências na modalidade escrita.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento das ocorrências por type/token nas modalidades falada e escrita da construção [POR+ SN+DE+X] no corpus selecionado.

Tabela 3: Ocorrências nas modalidades falada e escrita

DETALHAMENTO DE OCORRÊNCIAS NAS MODALIDADES FALADA E ESCRITA				
TYPE	FALADA		ESCRITA	
	OCORRÊNCIAS	(%)	OCORRÊNCIAS	(%)
POR CAUSA DE X	64	86,49	16	94,12
POR CONTA DE X	4	5,41	0	0,00
PELO FATO DE X	1	1,35	1	5,88
POR FALTA DE X/ PELA FALTA DE X	5	6,76	0	0,00
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	74	100,00	17	100,00

Fonte: acervo da pesquisa

Os types, *por conta de X e por falta de X/ pela falta de X***,** não apresentaram nenhuma ocorrência na modalidade escrita**,** aparecem apenas na modalidade oral, com apenas (5,41%) e (¨6,76%) das ocorrências, respectivamente, ainda assim, em número pouco significativo se comparados ao type *por causa de X* que apresentou (86,49) das ocorrências do corpus.

Observando o quadro abaixo podemos observar o detalhamento das ocorrências por gênero nas modalidades falada e escrita.

Tabela 4: Ocorrências por gênero nas modalidades falada e escrita

DETALHAMENTO DE OCORRÊNCIAS POR GÊNERO NAS MODALIDADES FALADA E ESCRITA				
GÊNERO	FALADA		ESCRITA	
	OCORRÊNCIAS	(%)	OCORRÊNCIAS	(%)
NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA PESSOAL	15	20,27	3	17,65
NARRATIVA RECONTADA	15	20,27	7	41,18
DESCRIÇÃO DE LOCAL	9	12,16	4	23,53
RELATO DE PROCEDIMENTO	9	12,16	0	0,00
RELATO DE OPINIÃO	26	35,14	3	17,65
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	74	100,00	17	100,00

Fonte: acervo da pesquisa

A seguir, procedemos à análise dos aspectos formais (morfológicos) e funcionais (semânticos) relacionados à construção em estudo. Ela exibe características morfológicas, constituída da preposição *por* seguida de um nome, acompanhado da preposição *de* seguida de um elemento de valor nominal (nome ou oração), podendo ser assim representada como uma construção causal *[POR + SN + DE + X]*, uma vez que, a qual foi utilizada, em cada caso, para explicitar o motivo/causa da ocorrência de algo.

(8) E: [e você...] e você se machucou?
I: não... eu machuquei ***por conta da queda***... né? que caí de cima... de... um jumento... caí de cima de um cavalo... foi uma queda/ é uma queda grande... mas não foi nada sério não...(D&G, Rio 1, p. 118)

(9) I: ninguém percebe... ele vai arrumando as cartas e deixa sempre uma carta alta... em cima do bolo que está embaixo já... aí puxa/ mas isso só quando neguinho já está muito bêbado também... porque... pô... jogo com todo mundo sem estar bebendo... não dá pra roubar muito porque... uma hora alguém percebe ((riso)) ainda mais roubando assim... renunciando não... renunciando tu pode renunciar à vontade que... uma vez ou outra assim só... que eu::/ a outra dupla percebe... e sueca é divertido ***por causa disso***... né? uma dupla perde... aí entra outra... e...sempre fica::/ eu sempre fico na mesa... porque eu sempre ganho no jogo... (D&G, Rio 1, p.41)

(10) I: claro ... tem um filme que eu assisti ... faz algum tempo ... mas me marcou muito ... que foi o sociedade dos poetas mortos ... né ... conta a história dos jovens que estudam num ... colégio interno ... né ... como todo colégio interno é rígido ... né ... esse num fugia à regra e eles ... tem um professor que ... que ... que é formado ... né ... que é o novo professor deles ... que foi aluno desse colégio e esse professor de certa forma ... ele revoluciona ... né ... pelo jeito de ensinar ... que é um professor ... um pouco mais liberal ... até ***pelo fato de ter estudado lá*** e sentido na pele ... né ... todo drama ... e com ... o desenrolar do filme ...(D&G, Natal, p. 97)

Observe que nas amostras extraídas do *Corpus*, temos a ocorrência da construção em estudo, onde o *slot* SN é preenchido por um nome e o *slot* X preenchido por um nome ou oração, respectivamente. Na amostra em (8), com o uso de ***por conta da queda,*** o informante indica o motivo de ter se machucado. Em (9), ***por causa disso,*** traz a explicação, o motivo de sueca ser divertido. Já em (10), ***pelo fato de ter estudado lá,*** traz o motivo de o professor ser liberal (por ter estudado lá).

Em (8), a composição da construção ***por conta da queda,*** está representado pelo construto *por conta* (prep + N) e *da queda* representado por (prep + N). Na amostra (9), ***por causa disso,*** o *por causa* é representado por (prep + N) e *disso* (prep + pronome). E em (10), ***pelo fato de ter estudado lá***, o construto *pelo fato* foi representado por (prep. + nome) e *de ter estudado lá* (prep + oração).

Em termos semânticos, observamos que o núcleo do *SN* é um substantivo cuja semântica se relaciona à ideia de causa (*causa*, *conta*, *fato e falta)* e o núcleo do slot *X* pode apresentar-se ora preenchido por um SN e ora por uma oração, a depender do type que o slot SN tenha selecionado. De acordo com a observação dos dados os types por causa de X, por conta de X e por causa de X selecionam um SN para preenchimento do slot X e o type pelo fato de X, este por sua vez, seleciona tanto SN como orações.

Considerações finais

Ao propor o estudo da construção causal *[POR + SN + DE + X]* nos dispusemos estudá-la, com vistas a descrevê-la em termos formais e funcionais, considerando seu uso em diversas situações reais de comunicação.

Com base em análise preliminar, verificamos que essa construção exibe características morfológicas e semântico-pragmáticas específicas quanto aos elementos que ocupam as posições SN e X e quanto à função comunicativa que desempenha no processo de interação verbal.

De posse dos dados quantitativos, verificamos que o *type por causa de X* se mostrou mais recorrente com (87,91%) das ocorrências, ao passo que *pelo fato de X* foi o menos frequente com apenas (2,20%) delas. Acreditamos que a maior produ-

tividade do type *por causa de X* se deve a semântica do léxico causa que apresenta em sua sinonímia a razão de ser, motivo, explicação de algo.

Constatamos que o elemento selecionado para compor o slot *SN* apresenta valor semântico relacionado à ideia de causa/motivo para explicitar a ocorrência de algo. Determinamos o elemento que preenche o *slot* que tanto pode ser um SN quanto uma oração, a depender do type. Foi possível correlacionar a frequência de uso dessa construção a características do tipo textual em que aparecem e as condições de produção.

Referências

BISPO, E. B. Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição. *Revista de Estudos Linguísticos Veredas*, v. 18, n. 1, p. 222-235, jan./jul., Juiz de Fora – MG, 2014

BYBEE, J. Usage-based theory and grammaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 69-78.

_____. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge, United Kingdom: CUP, 1990.

DAVIES, Mark and FERREIRA, Michael. (2006-) *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Available online at http://www.corpusdoportugues.org

FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. *et al*. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso*: uma homenagem a Mário Martelotta. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X /FAPERJ, 2013, v. 1, p. 13-39.

GOLDBERG, A.E. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. E.*Constructions at work*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GIVÓN, T. *Sintaxe*: an introduction. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive Grammar: A Basic Introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. J. *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro, http://www.discursoegramatica.letras.ufrj.br. Acesso em: 11/06/2015.

PRIBERAM, Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em https://www.priberam.pt/dlpo/conta [consultado em 02-05-2016].

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization and mechanisms of change. In: In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: OUP, 2011, p. 19-30.

TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*: cognitive and functional approaches to language structure New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
VOTRE, S. J.; OLIVEIRA, M. R. (orgs.). *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.discursoegramatica.letras.ufrj.br

SIMPÓSIO TEMÁTICO

A FUNCIONALIDADE DOS PRONOMES RELATIVOS: *"O QUE"* EM QUESTÃO

NOELMA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS (UEPB-UFPB/PROLING)
CAMILO ROSA SILVA (UFPB/PROLING)

Introdução

O presente trabalho objetiva investigar as funções sintáticas e semântico-discursivas do pronome relativo "o que", em textos argumentativos. De forma específica, pretendemos analisar o processo de gramaticalização pelo qual esse item está passando e caracterizar o contexto sintático em que ele está inserido. Os textos que constituem o nosso *corpus* são redações produzidas em um processo seletivo numa escola técnica brasileira cujos candidatos concorrem a uma vaga no ensino médio integrado ao profissionalizante, ou seja, sua formação escolar consiste em, no mínimo, ensino fundamental completo. Para esta pesquisa, foram analisados 45 textos, nos quais foram encontradas 24 ocorrências do item "o que", considerado pronome relativo, introduzindo orações adjetivas. Dessas 24 ocorrências, percebemos, pelo menos, dois tipos de relação entre as orações, uma relação de hipotaxe e uma relação de encaixamento. É com base nessas relações diferenciadas que organizamos o trabalho, buscando uma melhor compreensão acerca do comportamento desse item "o que". Os exemplos aqui transcritos foram reproduzidos cuidadosamente a fim de manter a grafia original, mesmo com problemas formais. Os textos foram numerados aleatoriamente, apenas a título de organização dos dados, assim ao final de cada excerto a ser analisado, colocamos a numeração correspondente antecedida da sigla TI, que significa Técnico Integrado.

Na próxima seção, apresentamos as perspectivas teóricas a respeito da articulação entre as orações, focalizando a visão funcionalista que fundamenta a nossa discussão. Posteriormente, delimitamos nossa abordagem para uma discussão teórica a respeito das orações adjetivas, já que elas são o contexto sintático em que

se inserem os pronomes relativos. Na última seção, analisamos as ocorrências das orações encontradas no *corpus*, com um olhar direcionado para a relação entre as orações e o papel do relativo.

2. A articulação entre as orações: a sentença complexa

Os pronomes relativos ligam orações. Portanto, o contexto imediato desses itens é o período composto (denominação tradicional) ou a sentença complexa, oração complexa (denominação funcionalista). Dessa forma, sentimos a necessidade de abordar, do ponto de vista teórico, como se dá a relação das orações dentro da sentença complexa, delimitando os aspectos teóricos para chegarmos a uma abordagem mais detalhada a respeito do nosso objeto de estudo.

Tradicionalmente, a relação entre as orações em um período composto classifica-se como subordinação e coordenação. Na perspectiva funcionalista, coordenação/subordinação não são processos dicotômicos. Alguns autores (a exemplo de HOPPER; TRAUGOTT, 1993 e GIVÓN, 1984) propõem analisar essas articulações a partir de contínuos. Hopper e Traugott (1993, p.170) sugerem um *continuum* que vai da parataxe (não dependência e não encaixamento), passando pela hipotaxe (dependência, mas não encaixamento) até a subordinação (dependência e encaixamento). Os autores representam essa relação entre as orações da seguinte forma:

Parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
- dependência		+dependência		+dependência
- encaixamento		-encaixamento		+encaixamento

Nessa concepção, parataxe e hipotaxe estão para o parâmetro “dependência”, enquanto coordenação e subordinação estão para o parâmetro “integração”, assim, as orações adjetivas restritivas poderiam continuar sendo classificadas como subordinadas, já que há uma relação de dependência e encaixamento com a oração nuclear. Situando as orações classificadas de acordo com a perspectiva tradicional no *cline* proposto por Hopper e Traugott (1993, p.171), teríamos a seguinte representação:

Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
Orações coordenadas		Orações adverbiais		Orações substantivas
		Orações adjetivas explicativas		Orações adjetivas restritivas
				Orações adjetivas sem antecedente expresso

Seguindo esse raciocínio, encaixamento "[...] não é nem parataxe, nem hipotaxe, porque não é mecanismo de 'relação' entre as orações, mas é mecanismo de 'constituência' de uma oração que entra no eixo tático que vai formar a frase complexa" (NEVES, 2007, p. 228), funcionando como constituinte da estrutura de um sintagma. As orações representativas do encaixamento são as completivas e as adjetivas restritivas que se encaixam nas suas orações principais.

Mathiessen e Thompson (1988 apud NEVES, 2007) destacam que a análise das orações complexas não deve se limitar ao nível interno das frases, mas deve considerar as funções discursivas.

Givón (1984) também nega uma dicotomia entre coordenação e subordinação e defende que toda e qualquer oração é, de certa forma, dependente do seu contexto imediato. Assim, o autor defende que há uma explicação icônica para justificar a forma como as orações se relacionam e comunga da opinião de que a integração entre elas deve ser estudada a partir de um *continuum*.

Na próxima seção, voltamos a nossa atenção para as orações adjetivas, pois elas se constituem o contexto imediato dos pronomes relativos. Analisadas sob a perspectiva funcionalista, elas se situam entre a hipotaxe (orações explicativas) e a subordinação (orações restritivas e sem antecedente expresso).

Da hipotaxe ao encaixamento

De acordo com a perspectiva tradicional, as orações adjetivas enquadram-se na classificação de subordinadas, podem ser explicativas ou restritivas, assumem função sintática e semântica equivalentes ao adjetivo e são introduzidas por pronomes relativos, que recuperam, sintática e semanticamente, seu antecedente. Essa explicação parece servir como regra geral da classificação das adjetivas, mas a própria gramática tradicional reconhece que há orações relativas sem antecedente expresso. Como o nosso foco, no presente trabalho, é o item *o que*, inevitavelmente, analisaremos esse tipo de oração que a tradição chama de relativas sem antecedentes.

De qualquer forma, em coerência com os princípios funcionalistas, já contextualizados na seção anterior, e considerando o critério da articulação entre orações, as adjetivas serão tratadas, a partir desse momento, como orações hipotáticas e encaixadas. É nosso interesse, ainda, nessa pesquisa, analisar como se estabelece a relação entre a oração adjetiva e a oração a qual ela se liga. Tradicionalmente, chama-se oração principal, já que as adjetivas são consideradas subordinadas, mas, neste trabalho, adotamos a mesma classificação de Antônio (2004) e nomeamos de "Oração-núcleo", quando houver relação de hipotaxe, e "Oração-matriz", quando houver encaixamento.

A materialização da hipotaxe adjetiva: as relativas apositivas

Os estudos de Decat (2011; 2014) têm apontado para a ocorrência de um tipo de oração que ela chama de desgarrada, as quais são adjetivas, mas, ao contrário do que defende a tradição, apresentam-se "soltas, livres, sintaticamente isoladas, como se fosse enunciados independentes." (DECAT, 2014, p. 158).

Esse tipo de estrutura recebe a classificação de *relativa apositiva*, porque assume aspecto semântico e formal de aposto, é separada por vírgula (ou outra forma de pausa), traz informação adicional e se aproxima de "adendo". E a classificação de *desgarrada* é atribuída às estruturas em que a oração relativa ocorre após um *ponto*, já que é uma pausa maior do que a *vírgula* e marca a falta de encaixamento

entre as orações. Contudo, vale salientar que toda a análise sintática, semântica e pragmática que Decat (2011; 2014) realiza nas estruturas que ela chama de desgarradas cabe nas orações relativas apositivas também separadas por vírgula ou travessão. As funções a elas atribuídas podem ser as mesmas. Entendemos que a pontuação é um aspecto meramente formal e não as impede de assumirem as funções textual-discursivas e sintáticas previstas para as totalmente desgarradas (separadas por ponto).

A autora fundamenta-se na noção de "unidade de informação" (UI), proposta por Chafe (1980 apud DECAT, 2014):

> Segundo este autor [Chafe, 1980], trata-se de um "jato de linguagem" que contém toda a informação que pode ser controlada, ou monitorada, pelo falante num único foco de *consciousness*, ou, nos termos de Kato (1985, p.35), "estado de consciência".[...] As unidades de informação – também chamadas de "blocos de informação" – possuem, segundo Chafe (1980), cerca de sete palavras e podem ser identificadas: a) pelo contorno entonacional (entonação) de final de oração; b) pela pausa (ou hesitação), mesmo breve, que separa uma unidade de outra; c) pela caracterização como uma única oração. (DECAT, 2014, p.158-159).

Assim como Decat (2011; 2014) e França (2016), apoiamo-nos também nesse conceito de UI e buscamos compreender como se dá a relação entre as orações relativas e as suas "principais", assim chamadas tradicionalmente. A UI se constitui um enunciado completo e tem comportamento independente do ponto de vista sintático, daí a contribuição para entendermos as noções de encaixamento e desgarramento entre as orações.

No que se refere às construções apositivas, apoiando-se no conceito de UI, França (2016) as considera como desgarradas, ocorram elas com vírgula, travessão ou ponto. Para tanto, propõe que se analisem as construções apositivas a partir de um contínuo, que revela o grau de independência sintática entre as estruturas. Eis a proposta da autora (FRANÇA, 2016, p.111):

Vírgula	>	travessão	>	ponto
-desgarramento				+ desgarramento

França (2016) assume, dessa forma, que toda estrutura apositiva é uma unidade de informação à parte e que os sinais de pontuação são apenas manifestações diferentes dessa aposição desgarrada. Dessa forma, dois critérios importantes devem ser levados em consideração para se classificar uma estrutura como sendo apositiva e desgarrada: a pontuação e uma "[...] possível intenção do usuário em relação a indicar um corte mais visível no fluxo textual, atribuindo, assim, um maior realce para informações específicas" (FRANÇA, 2016, p.111), ou seja, ela entende o desgarramento como um recurso que visa a chamar a atenção do leitor para os argumentos a serem expostos no texto.

Concordamos com França (2014), quanto à afirmação de que as estruturas apositivas são unidades de informação à parte, por isso analisaremos as relativas apositivas com esse olhar. Contudo, na presente pesquisa, evitaremos o uso da classificação *desgarrada,* já que, no *corpus*, não foram encontradas relativas apositivas após o ponto, apenas com vírgula, portanto elas se situam no menor grau de desgarramento, conforme o *cline*, proposto pela autora.

Decat (2014) esclarece que as relativas apositivas desgarradas são estratégias sintáticas usadas diante da necessidade de focalização e argumentação, de acordo com os objetivos comunicativos do autor do texto. Essa perspectiva, permite uma nova interpretação à concepção tradicional de que as relativas apositivas são informações secundárias, de caráter parentético ou de adendo (DECAT, 2014), podendo, até mesmo, ser retiradas sem comprometer o sentido da oração. No *corpus*, em todas essas sentenças nas quais encontramos as relativas apositivas, podemos reconhecer seu valor argumentativo. Vejamos alguns exemplos:

> (1) "Algumas pessoas usam a internet para fazer o mal, como criar vírus e até mesmo praticar cyberbulling, **o que** não chega a rebaixar a internet como uma coisa ruim". (TI10).

Em (1), é possível interpretar a sentença como sendo uma retomada e uma avaliação da sentença anterior, inclusive, com certo valor semântico de concessão, ou seja, o autor do texto informa que, mesmo com esses usos negativos, a internet não é rebaixada a uma coisa ruim. O pronome "o que" retoma tudo o que foi dito anteriormente.

Em (2), abaixo, com valor semântico de causa/consequência, a relativa apositiva se apresenta também como um argumento forte no texto.

> (2) "E esta, faz com que eles usem aparelhos celulares em sala de aula, ou, desperta a ansiedade de acabar logo a aula, apenas para chegar em casa e se direcionar rapidamente ao computador e passar duas horas lá, com o pretexto de estar se distraindo, **o que** pode causar dificuldades na visão dores na coluna, ou até sedentarismo." (TI18).

Nesse caso, além de "o que" retomar a informação anterior, essa retomada se amplia. Interpretamos que a causa da dificuldade na visão, das dores na coluna e do sedentarismo, a que se refere o autor, não ocorre porque o sujeito passa duas horas no computador, menos ainda pela ansiedade de fazer isso, mas sim pela frequência com que se repete essa ação.

O próximo exemplo, (3), apresenta quatro ocorrências de "o que" em um mesmo texto.

> (3) "Mas o seu uso sem controle [...] pode trazer doenças para o seu corpo, como a tendinite e a curvatura da coluna, **o que** as prejudica a vida toda, além das doenças o mal uso da internet faz com que os xingamentos sejam maiores, a discriminação racial, entre outras descriminações, conhecidas como cyberbulling, **o que** se torna frequente na internet hoje.
> Com a propagação desse meio no mundo, aumentou-se os números de redes de aliciamento de menores no Brasil e no mundo, a criação das redes sociais também fazem sua má parte, que seja ela na criação de perfis falsos, **o que** faz com que o usuário aliciador se disfarça melhor nesse mundo virtual. A parte do uso melhor das redes sociais por adolescentes é o seu contato com familiares e amigos pelo mundo, **o que** diminui o tempo de contato entre os dois e talvez com outros amigos". (TI14).

Podemos interpretar que as orações por eles introduzidas assumem as funções de retomada e avaliação simultaneamente. Todos cooperando para a construção da argumentação textual. Nesse sentido, confirma-se o ponto de vista de Decat

(2014) quanto ao uso das relativas apositivas como uma estratégia argumentativa. Isso se sobressai, ainda mais, quando observamos que as sentenças são construídas logo após uma afirmação ou constatação do sujeito em relação ao tema, seja pelo conhecimento de mundo, seja pela consulta aos textos da prova. Assim, as apositivas são usadas como um artifício para comprovar ou conseguir persuadir o leitor a respeito do que está sendo argumentado.

A análise dessas sentenças nos leva a perceber que a função textual-discursiva de retomada, conforme apresentada por Decat (2014), na verdade, é inerente às relativas apositivas introduzidas por "o que" e, independentemente do conteúdo que essa oração tenha, esse pronome tem a responsabilidade de retomar, de forma resumida, tudo o que foi dito anteriormente. Daí a classificação de "pronome resumidor", nas palavras de Decat (2011).

A materialização do encaixamento das orações introduzidas por "o que": substantivas ou adjetivas?

A discussão a respeito das relativas introduzidas pelo item *o que* está longe de ser consensual. Essas orações fazem parte do grupo que se apresenta como "exceção" à regra geral de que as adjetivas são introduzidas por um pronome relativo que faz referência a um nome, pois também encontramos na língua em uso as relativas que ocorrem sem o antecedente. Neves (2000) as trata como *relativas sem antecedentes*; Castilho (2010) as nomeia de *adjetivas livres*. Eis um exemplo desse tipo de oração, retirado do *corpus:*

> (4) "Hoje em dia é só a gente abri a página do google e colocar **o que** deseja pesquisar [...] (TI19).

Como podemos ver, a oração "o que deseja pesquisar" não está encaixada em um nome, o que leva a uma análise do item *o que* como um relativo sem antecedente, ou, pelo menos, sem antecedente expresso. Castilho (2010, p.366) afirma que "as adjetivas ou relativas são sentenças encaixadas num sintagma nominal, em que atuam como Complementadoras" e elas "podem encaixar-se em qualquer expressão-núcleo desse sintagma, aí incluída a categoria vazia [...]", situação na qual se enquadra esse exemplo.

Independentemente da nomenclatura que utilizam, os autores acima citados defendem em comum que esse pronome tem um formato especial, por ser composto de duas palavras[1], além disso já traz em si o valor semântico do núcleo nominal ao qual se refere. No caso específico de *o que*, seria o valor embutido de "coisa", o demonstrativo corresponderia a "aquilo/aquele". Assim, parafraseando o exemplo anterior, teríamos:

(4a) "Hoje em dia é só a gente abri a página do google e colocar **aquilo que** deseja pesquisar[...] (TI19).

Bechara (1999, p.468-469) aborda a questão a respeito da "substantivação de orações originariamente adjetivas". Ele menciona a resistência de alguns autores de reconhecerem que, diante do apagamento do antecedente dos relativos *que* e *quem*, a oração adjetiva passa a ser substantiva. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor e suas respectivas análises:

Quadro 1: Orações adjetivas transpostas a substantivas

O homem que cala e ouve não dissipa *o que sabe*, e aprende *o que ignora* [MM].	*o que sabe* – objeto direto de dissipa *o que ignora* – objeto direto de aprende
Os que mais blasonam de honra e probidade, são como os poltrões que se inculcam de valentes [MM]	*os que mais blasonam de honra e probidade* – sujeito de *são*
Os elogios de mais crédito são os que os nossos próprios inimigos nos tributam [MM].	*os que os nossos próprios inimigos nos tributam* – predicativo de *são*

Fonte: Elaboração própria, inspirado em Bechara (1999)

Como podemos observar no quadro acima, Bechara (1999) tenta comprovar que, ao transpor a relativa, classificada como "sem antecedente expresso", para substantiva essa oração passa a exercer as funções próprias das substantivas ori-

1. Mostrativo neutro + pronome relativo, segundo Castilho (1993).

ginais. É importante destacar que, embora o autor admita a possibilidade de se realizarem as duas análises, considerando-as como substantiva ou adjetiva, ele deixa clara sua preferência pela substantivação das adjetivas e argumenta que essa opção encara uma realidade da língua, pois analisa a oração na forma como ela é usada e não promove uma substituição para uma forma equivalente a ela.

Para nós, esse é um forte argumento, uma vez que toda nossa análise se realiza sobre a língua em uso. Contudo, é importante considerar outros argumentos que vão nos levar a uma conclusão mais consistente em relação ao nosso objeto de estudo.

Azeredo (2008, p.311-312) também coloca esse tipo de oração na categoria das orações substantivas e chama os elementos que as introduzem de pronomes indefinidos ou advérbios interrogativos e não de pronomes relativos.

Para fundamentar a análise dessas orações, recorremos às noções de unidade informacional (UI), já adotada nas relativas apositivas, e às noções de dependência e de encaixamento, necessárias para uma compreensão do comportamento desse tipo de oração.

Conforme explicitado, anteriormente nesse texto, buscamos situar as orações adjetivas no *cline* proposto por Hopper e Traugott (1993), quanto às formas de articulação entre as orações. Assim, situamos as orações adjetivas entre a hipotaxe e a subordinação, considerando essa última como total encaixamento. As relativas apositivas, como vimos, são hipotáticas e as relativas restritivas e sem antecedente expresso são subordinadas, devido a sua relação de encaixamento com a oração -matriz. Considerando que nossa proposta, aqui, é analisar apenas as orações introduzidas pelo item *o que*, o alvo da análise será as orações tidas como relativas sem antecedente expresso e situadas nesse *cline* como orações encaixadas.

Apropriando-nos mais uma vez da noção de Chafe (1980 apud DECAT, 2011, p.29), a respeito de Unidade Informacional, lembramos que a UI é uma informação completa, um "jato de linguagem", possível de ser manipulado pelo falante. Trazemos aqui três características destacadas pela autora que servem para nossa reflexão: a) "as unidade informacionais tendem a caracterizar como constituindo uma única cláusula"; b) "a unidade de informação pode ser expandida por intermédio de mecanismos variados, dentre os quais, as cláusulas-complemento e as cláusulas

relativas restritivas"; c) "O fato de uma cláusula não poder constituir por si só um enunciado decorre de não ser ela uma unidade de informação".

Complementando essa argumentação com a noção de que, na subordinação, estabelece-se uma relação de "constituência" e encaixamento, entre a oração-matriz e a subordinada, entendemos que apenas a sentença completa pode ser considerada uma unidade de informação e que, portanto, haverá dependência sintática e semântica entre elas. Consideremos uma sentença completa como a que se segue:

> (6) "Portanto, é preciso saber aproveitar de forma atenta **o que** as redes sociais nos oferecem, pois desta forma podemos usufruir delas sem sofrer danos". (TI06).

Percebemos que há pelo menos duas unidades de informação nessa sentença: 1) é preciso saber aproveitar de forma atenta o que as redes sociais nos oferecem; 2) pois desta forma podemos usufruir delas sem sofrer danos. Na primeira UI, há claramente um encaixamento da oração subordinada no verbo, completando-lhe o sentido, isto é, "o que as redes sociais nos oferecem" completa o sentido do verbo "aproveitar". A análise formal entende que o complemento do verbo é o pronome demonstrativo, então teríamos essa interpretação: aproveitar "o"/"aquilo"/"algo" que as redes sociais nos oferecem. Assim, a oração subordinada "que as redes sociais nos oferecem" seria uma relativa restritiva encaixada no demonstrativo, que, por sua vez, assume o papel de núcleo nominal.

Outra interpretação possível, já defendida por Neves (2000) e Castilho (2010), é a de que essa relativa se encaixa num núcleo vazio. Nesse caso, há praticamente a mesma interpretação anterior, de "o que", como "aquilo que", mas esse item não estaria encaixado em nenhum núcleo. Dessa forma, teríamos: aproveitar Ø o que as redes sociais nos oferecem. Contudo, voltamos a uma questão importante: para essa análise ser possível, precisamos fazer modificações significativas na sentença, quais sejam: a) Considerar a existência de um núcleo: *aproveitar **algo** o que as redes sociais nos oferecem;* b) Apagar o "o" do pronome, já que "algo" e "o que" parecem não se combinarem no mesmo espaço: *aproveitar algo que as redes sociais nos oferecem*. Isso torna incoerente a análise de "o que" como um pronome composto.

Por outro lado, se a proposta funcionalista é analisar a língua em uso, tal qual ela se manifesta, ultrapassando os limites da sintaxe da frase, ampliando o campo de visão dos mecanismos que perpassam a construção dos textos e que estabelecem os elos entre as sentenças, entendemos como uma limitação considerar o complemento verbal apenas um "o", ou uma "categoria vazia", numa sentença em que, de fato, o que completa o sentido do verbo é a oração integralmente. Vejamos outros exemplos:

> (7) "Cada vez mais os jovens se privam de sua vida pública por meio do vício da internet, ele encontra nela meios de fazer amigos, contar **o que** sente, e esquece do velho modo de fazer amizade e se divertir". (TI34).

> (8) "O consumo exagerado da internet pode causar alguns problemas pois acabamos se importando mas com **o que** está acontecendo nas redes sociais e esquecemos das outras coisas que são mais importantes.[...](T140).

Analisando os exemplos acima, podemos observar que em (7) e (8), há uma relação entre verbo e complemento: Contar *o que* sente; se importar *com o que está acontecendo*. Seria uma visão limitada entender que apenas o "o" ou uma categoria vazia complementa o sentido dos verbos contar e importar, quando sabemos que a oração integralmente preenche o espaço do complemento. Diante da dinamicidade da língua, ampliamos essa concepção e entendemos que as orações relativas, nesses contextos, assumem a função sintática de orações substantivas.

Aceitar essa postura implica reconhecer a existência de um processo de reanálise do pronome relativo "o que", que está assumindo funções de conjunção integrante, já que a oração adjetiva está assumindo a função de substantiva. Referimo-nos ao processo de reanálise, porque a conjunção integrante já se originou do pronome relativo latino *quod* (PROCESSY, 2009). Segundo Processy (2009, p.79), que analisou dados de duas sincronias do português (século I a.C e século IV, d.C.), houve uma gradualidade da mudança: inicialmente havia um pronome com antecedente, do qual derivou um relativo sem antecedente e, deste, o conectivo subordinador. Castilho (2010) também já sinalizara na sua gramática essa possibilidade de reanálise do pronome relativo em conjunção.

Não podemos deixar de considerar que uma grande diferença entre esse pronome em processo de reanálise e a conjunção integrante é que ele não apenas conecta as orações, mas assume função sintática nelas. Repetindo o exemplo (7), temos:

> (7) “Cada vez mais os jovens se privam de sua vida pública por meio do vício da internet, ele encontra nela meios de fazer amigos, contar **o que** sente, e esquece do velho modo de fazer amizade e se divertir”. (TI34).

Ao isolar a sentença encaixada, observamos que, sintaticamente, o pronome “o que” preenche o espaço do argumento de “sentir”. Então, de fato, ele traz embutido o traço semântico de coisa, de “algo”, e ao mesmo tempo apresenta traços funcionais de conjunção integrante e de pronome relativo. Ficamos nesse limite. Reconhecemos a necessidade de considerar um volume maior de dados para chegarmos a conclusões mais precisas a respeito do comportamento de “o que”.

Considerações finais

A proposta inicial deste trabalho foi analisar as funções sintáticas e semântico-discursivas do pronome “o que” e o contexto em que eles estão inseridos. Nos dados da pesquisa, encontramos sentenças complexas, formadas por orações introduzidas pelo pronome “o que”, que estabelecem relações diferentes. Quanto ao pronome, observamos o seguinte: a) as funções são diferentes e dependem do tipo de relação com a oração a que se liga; b) é um item composto, portanto, suas partes não podem ser analisadas separadamente; c) sintaticamente, ele continua ocupando um espaço argumental da oração a que pertence.

Quanto ao contexto em que se inserem, podemos dividir as sentenças em dois grandes grupos: no primeiro grupo, há uma relação de hipotaxe entre uma oração-núcleo e uma oração-satélite. A oração satélite é introduzida pelo pronome “o que” e assume a função sintática de relativa apositiva. O pronome, por sua vez, assume a função de conector e de pronome resumidor (mantendo a classificação de Decat (2011) e continua assumindo uma função sintática dentro da oração relativa. Nos nossos dados, em todas as ocorrências dessas orações relativas apositivas, o pronome tem a função sintática de sujeito.

No segundo grupo, há uma relação de encaixamento entre uma oração-matriz e uma oração encaixada. A oração encaixada assume função sintática de complemento verbal, o que nos leva a considerá-la uma oração tipicamente substantiva, e o pronome "o que", além de encaixar as duas orações, assume função semelhante à função da conjunção integrante. Contudo, fica evidente que, nessas orações, o pronome relativo continua assumindo alguma uma função sintática. Nossa hipótese, é que, nesse contexto, o pronome relativo esteja passando por um processo de reanálise, de pronome relativo para conjunção integrante.

Referências

ANTÔNIO, Juliano Desiderato. **Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2004.

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.** 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Os mostrativos no português falado. In: _____. (Org.). **Gramática do português falado.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, v.3: As abordagens, 1993, p.119-147.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Orações relativas apositivas desgarradas no português em uso. In: BISPO, Edvaldo Balduino; OLIVEIRA, Mariângela Rios. (Orgs.). **Orações relativas no português brasileiro**: diferentes perspectivas. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.158-189.

_____**. Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa.** Campinas: Pontes Editores, 2011.

FRANÇA, Josefa Jacinto de. **Construções Apositivas**: estruturas desgarradas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**: A functional typological introduction. Amsterdã, Philadelphia: John Benjamins publishing company. 1984.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Texto e discurso.** São Paulo: Contexto, 2007.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

A GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM *ATÉ*:MAPEANDO MULTIFUNÇÕES

IARA FERREIRA DE MELO MARTINS (UEPB)
FLORIPES FLORÊNCIO FERREIRA (UEPB)

Introdução

Os estudos do Funcionalismo se caracterizam a partir da língua em uso, analisando-se não só as pressões do contexto de uso, mas também fatores sociais e interpessoais. Isto é, estudam a língua como um processo e não como um conjunto de nomenclaturas e funções estanques.

A gramaticalização, um dos principais estudos dessa corrente linguística, é a base teórica deste trabalho, pois essa pesquisa nasceu da necessidade iminente de descrição do item linguístico **até** a partir de seu uso em contextos orais paraibanos. Aideia de que há um contínuo na trajetória da gramaticalização impõe-se como um dos princípios que norteiam os estudos voltados para a compreensão desse tipo de mudança linguística. Essa trajetória, segundo Heine,Claudi e Hünnemeyer (1991), se manifesta em escala crescente de abstratização, obedecendo a uma transferência do universo referencial para o discurso, e vai do sentido mais concreto para o menos concreto. É nesse contexto teórico que pretendemos mostrar as multifunções acionadas pelo **até**, bem como a trajetória de gramaticalização desse item que parte de uma função mais concreta(espacial) para uma mais abstrata (textual).

O *corpus* no qual mapeamos as diversas possibilidades de uso do item linguístico ***até***é constituído por seis entrevistas sociolinguísticas (informantes sem nenhum ano de escolarização), integrantes do Projeto de Variação Linguística no Estado da Paraíba - VALPB (HORA e PEDROSA, 2001). As ocorrências discursivas extraídas dessa amostra, como atividade de co-produção numa situação concreta de uso, construíram-se através de planejamento localmente dimensionado e situado, o que

contribuiu para imprimir um caráter de relativa espontaneidade e imprevisibilidade quanto aos rumos que cada participante deu às suas intervenções.

Há, na Língua Portuguesa, pelo menos três diferentes usos para o item até: a) uso espacial; b) uso temporal e c) uso textual. Com base nesses usos, pretendemos comprovar a hipótese de que o item **até** vem sofrendo um processo de gramaticalização, sobretudo no que se refere aos princípios de Hopper (1991).

Dessa forma, para a análise qualitativa dos dados, acolhemos os postulados teóricos da gramaticalização, que se constitui no processo pelo qual itens lexicais, em certos contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais, num processo unidirecional que se caracteriza por uma trajetória do tipo ESPAÇO> (TEMPO)> TEXTO. (Hopper e Traugott, 1993).

A organização desse trabalho é feita em quatro partes. Na primeira, apresentamos os aparatos teóricos que dão sustentação ao estudo proposto, principalmente, os postulados desenvolvidos por Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), Hopper e Traugott (1993) Givón (1990, 1991, 1993 e 1995), Martelotta, Votre e Cezario (1996) e Neves (1997, 2001); a segunda parte constitui uma descrição e análise dos dados. Na terceira, buscamos traçar, a partir da multifuncionalidade de **até**, sua trajetória de gramaticalização, e nas considerações finais, resumem-se os usos mais recorrentes do desse itemencontrados na fala de João Pessoa.

Ancorando-se no Funcionalismo linguístico

O quadro teórico em que se insere esta pesquisa está alicerçado à luz de pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico (Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991)), Traugott e Heine (1991), Givón (1990, 1991, 1993 e 1995), Martelotta, Votre e Cezario (1996), com destaque ao processo da gramaticalização.

Assim sendo, a concepção de gramática que norteia este artigo é a de "gramática emergente" (Hopper, 1991), definida como atividade em tempo real, *on-line*, que emerge cotidianamente do discurso. A gramática, desta forma, não é algo distinto do discurso, e sim toma parte ativa em sua formação, sempre que interagimos. Logo, quando itens lexicais e/ou gramaticais, como o **até**, se tornam habituais, aparecem com frequência no discurso, gramaticalizam-se e, se já eram gramaticais,

gramaticalizam-se em funções ainda mais gramaticais. É por isso que palavras, sintagmas e demais construções que são fixas hoje podem não ser amanhã e um item passível de nunca mais ser repetido pode, porventura, reaparecer e se fixar como gramatical.

A partir de tal perspectiva, então, é possível concebermos que palavras, sintagmas e demais construções que são fixas hoje podem deixar de sê-lo no futuro. Como também não podemos descartar a reutilização de um item que tenha caído em desuso em determinada sincronia da língua. "Qualquer item ou construção arcaizados podem ser reabilitados, seja na mesma função exercida anteriormente, seja num novo papel. Assim, a gramática – e a língua – movem-se num eterno deixar de ser/vir a ser/sendo". (Martins, 2004, p.161)

As inovações gramaticais ou qualquer expressão linguística não podem ser analisadas sem que se tenha em mente que elas realizam funções não apenas das intenções e das informações transmitidas pelo falante, mas também das informações pragmáticas do destinatário e do seu conhecimento a respeito das intenções do emissor.

No processo de mudança linguística interagem dois tipos de condicionalismos: um interno à própria língua (inerente ao sistema linguístico) e um externo (extralinguístico). Se a língua se organiza como um sistema dinâmico em permanente busca do equilíbrio, as suas estruturas poderão ser, elas próprias, causadoras de mudança no sentido de preencher lacunas, ou serem pressionadas pelo ambiente externo.

Mas, por que muda a língua? A resposta a esta questão deve ser procurada no próprio sistema linguístico. Se a função da língua é permitir a comunicação entre seus usuários, dois requisitos terão de ser cumpridos: continuidade e adequação às necessidades dos falantes. A língua muda, pois, porque é um sistema em perpétua adaptação às necessidades das comunidades que a utilizam e essas necessidades também mudam. Cardeira (2006) argumenta que se as circunstâncias históricas, sociais e culturais mudam – em algumas épocas paulatinamente, em outras quase abruptamente – é fato que as necessidades expressivas dos falantes também se modificam.

A gramaticalização, por sua vez, é um dos caminhos de mudança linguística. É definido por Hopper e Traugott (1993, p.63) como um processo de mudança situada num "*continuum* que se estabelece entre unidades independentes, localizadas em

construções menos ligadas, e unidades dependentes tais como clíticos, auxiliares, construções aglutinativas e flexões".

A partir do estabelecido acima e não perdendo de vista que o estudo da língua é simultâneo ao estudo da situação comunicativa, como frisa Halliday (1973), devemos investigar como a língua é usada, procurando descobrir seus propósitos. Então, a partir de uma visão de que toda a análise linguística que desconsidere a interação de variados contextos se torna insuficiente e insatisfatória, propomos, na seção seguinte, esboçar as análises de alguns exemplos do *corpus*, a fim de comprovar as várias funções do **até** e a existência da escala de abstratização desse item. Para tal, separamos os exemplos de acordo com a funcionalidade exercida por cada um dos casos.

Descrição/Análise dos dados

A construção linguística até, no *corpus* VALPB (HORA e PEDROSA, 2001), foi flagrada exercendo três funções: 1) até espacial, 2) até temporal, 3) até textual. A pesquisa nos revela usos da língua em ação. Estamos nos referindo à concepção segundo o qual o discurso permite uma relativa liberdade de criação de novas expressões a partir das já existentes na língua.

O item até, dessa forma, originalmente tem significação de limite espacial, passa pela significação de limite temporal e chega ao limite textual-argumentativo.

Até Espacial

O elemento linguístico **até** aparece, no exemplo seguinte, com sentido espacial, significado original, com o qual estabelece o percurso de um ponto a outro no espaço.

> (1) Entrevistador: Tem algum lugar que o senhor gostaria de conhecer?
> Informante: Ah, se eu pudesse (...), dava outra volta de novo em Natal, que isso aqui tudo eu conheço, num sabe? Menos Rio, São Paulo. Esses lugarzinho aqui perto, Natal, **até** o Ceará eu conheço, Pra sul eu conheço **até** Maceió. (...)(M.L.S, 2001, p.84)

Em (1), o item **até** é utilizado como uma preposição, de acordo com a classificação da Gramática Tradicional, pois relaciona dois termos - veiculando a ideia espacial - limitando até onde se vai em um espaço. Ou seja, indica o fim (no espaço) que não se ultrapassa. Outros exemplos, encontrados na pesquisa, também revelam o uso espacial "foi até em casa", indicando que esse uso é o mais concreto de todos.

Até Temporal

Nos exemplos seguintes, o item linguístico **até** funciona com sentido temporal, limitando um tempo posterior, vejamos:

(02) Entrevistador: Como foi sua infância?
Informante: Rapaiz, minha infância bem, bem, pra mim foi divertida, porque eu nunca estudei, eu fazia só brinca, só brinca, só brinca e nada de me interessa, **até** hoje também e só tô nesse trabalho só, e só pra ganha um dinheirinho porque eu num tenho estudo num tenho estudo, porque você sabe né? Acho que a pessoa sem estudo só fica nesse trabalho: pedreiro, guarita, esses, tal negócio. (A.C.S, 2001 p.72)

(03) Entrevistador: E como é o final de semana?
Informante: (...) acho aí que tá bom. Final de semana é:: eu vô pra o som :: eu vô curti aquele funkizinho, vai eu e a comade : : e a gente pula **até** o amanhecer ali, ali, no Nova Querência.... (J.M., 2001, p.66)

No exemplo (02), acima, o adjunto adverbial de tempo "hoje", após o item **até**, revela o caráter temporal da sentença. O **até** sinaliza um limite em relação a esse tempo. A expressão "até hoje", de fato, é bastante comum em contextos em que se quer delimitar um período de tempo – desde algum tempo até o presente instante. Da mesma forma que, no exemplo acima, o informante diz que na infância só fazia brincar e nunca estudou, não conseguindo, assim, um "emprego melhor". Ele poderia ter dito que "até hoje" permanece em empregos desse nível porque não estudou e gostava mesmo era de brincar.

Em (03), notamos, também, a ideia de marca no tempo “até o amanhecer” quando o limite estabelecido é “amanhecer”. Ou seja, o falante pula e dança com a companheira durante a noite inteira, incluindo o amanhecer do outro dia.

Até Textual – operador argumentativo

Koch (2000, p.31) classifica como operadores argumentativos aqueles “operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala de orientação no sentido de determinada conclusão”. De acordo com a autora, incluem nesse grupo *até, inclusive, mesmo e até mesmo*.

O item **até**, nessa função, distancia-se da sua significação espaço-temporal para caracterizar-secomo estratégia argumentativa. O objetivo, aqui, é chamar a atenção do interlocutor para as intenções comunicativas do produtor do discurso, vejamos:

(04) Informante: O dinheiro dele só era pra beber. Então eu lembro que eu botei a porte dele abaixo , tomei o dinheiro pra comprar a late de leite para minha menina, então, isso, aí, a gente se se acha numa situação muito difícil. Foifoi isso que me aconteceu. Eu **até** bati nele, pra tomar o dinheiro do leite, da minha menina, pra comprar uma lata de leite. (J.S.,2001, p.58)

(05) Informante: Tem um ditado véi: “A pessoa quanto mais tem, mais quer”, né? Que tem muito rico aí que tá ganhando tudo do pobre, mas se ele puder tirar mais uma camisinha que ele tem, ele tira. E é nisso que continua o destroço do mundo, porque se fosse um país que tivesse uma ordem severa num acontecia isso. Mas como dize que **até** oos Estados Unido as coisa tá a mesma coisa, tá impestado de ladrão também. Quer dizer que num adianta nada. (A.C.S, 2001, p.80)

No exemplo (04), a ideia principal que se quer transmitir é de que a informante precisou **inclusive** bater no companheiro para pegar o dinheiro para alimentação da filha, se não ele gastaria com bebidas. A informante defende sua tese de agressão ao companheiro, alegando que a filha iria ficar sem o leite. Nessa função

específica, constatamos que o elemento **até** assume um valor de **inclusão,** tendo ainda um caráter de realce discursivo, que exerce papel importante para reforçar a veracidade do fato recontado.

No excerto (05), observamos que o informante explica que é constante, no Brasil, a exploração dos pobres por aqueles que possuem muitos recursos financeiros. No entanto, essa exploração já é revelada, através da imprensa mundial, também em outros países **até/inclusive** nos Estados Unidos. A ideia que se quer realçar é que os Estados Unidos - um país conhecido como desenvolvido, referência mundial, com sua economia estável e políticos honestos–também está contaminado pela roubalheira.

Os operadores argumentativos podem ser utilizados, ainda, para quebrar/desfazer uma expectativa do ouvinte quanto à determinada informação. Vejamos o exemplo abaixo:

> (06) Entrevistador: Como você reagiu quando soube que tava grávida?
> Informante: Eu num falava nem com os povo dentro de casa, eu. Aí quando eles descobriram que eu tava grávida aí que nenhum falou comigo. Veio falar depois que eu descansei que eu vim que eu vim pra dentro de casa. Mas eles num queriam não: "Num vou querer não, num vou querer não." **Até** que quis. (M.H.S., 2001, p.107)

O item **até** funciona como um sinalizador de contra-expectativa e não mais apresenta um caráter inclusivo. Observamos isso quando a informante relata como as pessoas,*mesmo* não aceitando o fato de sua gravidez e a ignorando em casa, acabam por aceitá-la no convívio familiar após o nascimento da criança. "Até que quis", então, quebraa expectativa, construída anteriormente pela informante, da sua não aceitação na casa.

Acredita-se que os usos inovadores surgem na língua por necessidades comunicativas não preenchidas, é o que parece acontecer com o item **até,** pois, para dar conta de conteúdos cognitivos, cuja denominação linguística adequada parece não existir, os falantes se valem da forma já disponível, ampliando seus significados. Segundo Votre e Rocha (1996), os usuários fazem uso de construção já estáveis na gramática para poder expor suas ideias e sentimentos.

ATÉ: trajetória de gramaticalização

Esse estudo pode reivindicar que, em relação ao **até**,o princípio da unidirecionalidade se impõe e parece mover as alterações por que passa o citado item. De acordo com Hopper e Traugott (1993), a gramaticalização se processa unidirecionalmente. Essa característica marca a evolução linguística aqui cotejada numa escalaridade: do concreto para o abstrato, ou, num ponto de vista mais moderado, do [+ concreto] para o [– concreto], corroborando a literatura funcionalista que postula que há um aumento de abstratização à medida que o elemento se gramaticaliza, conforme podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 1: distribuição das funções de *até* quanto aos traços concretude/abstratização

+ CONCRETO		+ ABSTRATO
Até espacial	Até temporal	Até textual –operador argumentativo

A gramaticalização, de modo geral, se evidencia quando o elemento **até**, por metáfora **espaço > texto > tempo**, segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), passa a fazer alusão a dados dos textos já mencionados ou por mencionar, estabelecendo relações de uma parte discursiva com outra e orientando o interlocutor quanto a essas relações. Manifesta, então, a seguinte trajetória:

Até espacial > até temporal > até textual-operador argmentativo

Analisando passo a passo esse percurso, começamos, primeiramente, evidenciando que o ponto de partida para a gramaticalização do elemento **até** é o seu valor original espacial, passando pelo limite temporal e no ponto final da trajetória, flagramos o **até**existindo em função do texto,como operador argumentativo, revelando, pois, um caráter de realce discursivo.

Numa avaliação geral do panorama aqui delineado, o levantamento sincrônico esboçado permite que afirmemos que o ‘novo’ perfil semântico-funcional do **até**consubstancia um caso de gramaticalização em curso**,** tendo em vista que, no

seu ‘novo’ uso, o**até** vem se distanciando semanticamente de seu item lexical-fonte e assumindo outras funções. Essa constatação ratifica nossa hipótese básica sobre o pressuposto da direcionalidade da mudança, que aponta, preferencialmente, para uma pragmatização do significado.

Considerações Finais

Os sujeitos não interagem somente pela língua, mas com a língua. Com ela, os falantes participam de modo cooperativo da construção dos referentes e dos diferentes significados em contextos particulares de uso. Isso quer dizer que os significados são construídos por meio de escolhas que esses falantes fazem durante a ‘negociação’ dos processos comunicativos.

A escolha do item **até**, por exemplo, pode significar uma coisa; seu lugar no sintagma, outra; e sua combinação com outro elemento, outra coisa diferente. Seu caráter multifuncional é, pois, a prova da liberdade que o falante tem para selecionar esse elemento e atribuir-lhe novos papéis, promovendo a sua utilização em novos contextos, segundo as suas necessidades comunicativas.

O elemento linguístico **até**, no seu processo de gramaticalização, desenhou uma escala de**abstratização crescente e unidirecional**, uma vez que esteve continuamente associado a novos significados progressivamente mais abstratos, partindo da noção de tempo e desembocando na categoria mais abstrata de texto, obedecendo a trajetória: espaço > tempo > texto.Com base nesses usos, comprovamos a hipótese de que o item **até** vem sofrendo um processo de gramaticalização.

Referências

CARDEIRA, Esperança. O essencial sobre a história do português. Lisboa: Caminho, SA, 2006.

HALLIDAY, Michael A. K. Exploration in the functions of language. London: Edward Arnold, 1973.

HEINE, B. CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization:** a conceptual framework. Chicago, University of Chicago Press, 1991.

HORA, D. e PEDROSA, Juliene L.R**. Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba** – VALPB, João Pessoa: Idéia, 2001.

HOOPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT e HEINE (eds.) Approaches to grammaticalization. v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991.

ILARI, Rodolfo *etalii*. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: Gramática do português falado. Vol. I, (Org. Ilari, R.*et alii*). Campinas: UNICAMP, 1990.

MARTELOTTA, M.; NASCIMENTO, E.; COSTA,S. **A Gramaticalização e Discursivização de ASSIM**. In: MARTELOTTA, M.;VOTRE S. J.; CESÁRIO, M.Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996, p.261-276.

KOCH, Ingedore G. V.; BARROS, Kazuê S.M. (Orgs.) Tópicos em linguística de texto e análise da conversação. Natal: EDUFRN, p.156-171,2000.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião José; CEZARIO, Maria Maura. Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

MARTINS, Iara F. de.Da gramática ao Discurso: as múltiplas funções do item ***assim*** na língua falada em João Pessoa. In: Maria E. A Christiano; Camilo R. Silva e Dermeval da Hora (Orgs.) Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Ideia, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2001.

VOTRE S. J.; CESÁRIO, M.**Gramaticalização no Português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

A GRAMATICALIZAÇÃO E OS USOS DO *DEPOIS* EM GÊNEROS ACADÊMICOS

CARLA DANIELE SARAIVA BERTULEZA (UERN)
JOÃO BOSCO FIGUEIREDO-GOMES (UERN)

Introdução

Sabemos que os advérbios são tratados pela tradição gramatical como uma classe fechada, cujos elementos têm características de circunstanciadores, como tempo, modo, dúvida, intensidade, entre outros. Entretanto sabemos também que se trata de uma classe heterogênea que não se prende somente a um núcleo, mas também ao conteúdo semântico-discursivo da oração, podendo alguns de seus elementos assumirem novas funções. É o caso do *depois* que, dependendo do gênero, ocorre diferentemente do uso prototípico como advérbio de tempo.

Com base na orientação teórica da Linguística Funcional Centrada no Uso (FURTADO DA CUNHA et al., 2013), este artigo tem como objetivo descrever sincronicamente os usos do item *depois* nos gêneros acadêmicos dissertação de mestrado e tese de doutorado.

O artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, apresentamos a orientação teórica desta investigação que reside na proposição denominada pelo grupo Discurso & Gramática como Linguística Funcional Centrada no Uso – LFCU; depois, vem a metodologia, seguida da análise e discussão dos usos do item *depois* nos gêneros acadêmicos, mostrando os resultados e as tendências de seus diferentes usos.

A Linguística Funcional Centrada no Uso

Historicamente, a denominação dessa abordagem provém de *usage-based model* (modelo baseado no uso), termo que foi utilizado primeiramente por Langacker (1987) para designar modelos teóricos que privilegiam o uso da língua. Em Martelotta (2011), o modelo passou a ser traduzido como "linguística centrada no uso" e, mais recentemente, como proposição teórico-metodológica do Grupo Discurso e Gramática – D&G, essa vertente passou a ser designada *Linguística Funcional Centrada no Uso* – LFCU (FURTADO DA CUNHA et al. 2013).

A LFCU é, pois, uma abordagem resultante da junção das tradições de pesquisas de representantes da Linguística Funcional, como Givón, Hopper, Traugott, Bybee, Heine, entre outros, como também representantes da Linguística Cognitiva, como Lakoff e Langacker. Essas correntes apresentam diversos pressupostos teórico-metodológicos em comum, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção escrita entre léxico e gramática, a relação entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação.

Segundo Furtado da Cunha *et al*. (2013), o princípio da Linguística Funcional Centrada no Uso é que a estrutura da língua emerge a partir dos contextos em que esta é usada. Assim, essa abordagem compreende a regularidade e a instabilidade da língua como sendo influenciadas e modificadas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007). A LFCU é também um tipo de abordagem que, em sua análise, expõe tanto os aspectos formais, das formas pela estrutura social, como também dados relacionados aos contextos comunicativos, ou seja, dados semânticos, pragmáticos e discursivos. Desse modo, existe o interesse pela dimensão formal (fonético-fonológica e morfossintática) e a dimensão significativa (semântica, pragmática e discursiva). Na dimensão significativa, os fatores discursivo-pragmáticos e semântico-cognitivos funcionam para satisfazer demandas comunicativas, seguindo da eventualidade discursiva para a regularização estrutural previsível; nesse processo de regularização acontece um crescente grau de abstratização. Na dimensão formal, estão os processos de mudança relacional entre os signos e a transformação da construção na qual eles interagem.

Assim, a Linguística Funcional Centrada no Uso tem como objeto de estudo temas que estejam relacionados à emergência e à regularização de padrões construcionais no âmbito da proposição, envolvendo fatores fonológicos, morfológicos e sintáticos, como também o discurso e os aspectos linguísticos relacionados à organização do texto. Essa abordagem também leva em conta aspectos relacionados às restrições cognitivas que incluem a captação de dados da experiência, sua compreensão e seu armazenamento na memória, como também aspectos associados à capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão de acordo com os dados da experiência.

A gramática é vista pela LFCU como um conjunto de esquemas/processos simbólicos que são usados na elaboração e na organização de um discurso coerente. Segundo Furtado da Cunha et al. (2013), a gramática é constituída de categorias morfossintáticas rotinizadas, apresentando padrões funcionais mais regulares e formas opcionais em processo de mudança motivada por fatores cognitivo-interacionais. Desse modo, a gramática e o discurso estão unidas e agem em mútua dependência, em que um (re)modela o outro.

Assim, a gramática é concebida como um "sistema aberto, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia" (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p. 18). Considerando o aspecto emergente da gramática, as regras que regulam o sistema linguístico resultam de um grupo de princípios de adaptação contextual. A gramática, por esse viés, é um fenômeno sociocultural em que sua estrutura e sua regularidade vêm do discurso, sendo moldadas em um processo contínuo. Então, dominar uma gramática de uma língua significa dominar os mecanismos de natureza sintática e os processos associados a: organização textual (planos discursivos, coesão e coerência, etc.) e aos fenômenos interacionais (intenções e expectativas dos participantes, leituras de interação, implicaturas conversacionais, etc.). Existe uma estreita relação entre esses pontos, porque o texto é organizado contextualmente e o próprio lugar da interação, posto que os interlocutores, "como sujeitos ativos, negociam o sentido de maneira interativa, tanto respondendo ao contexto quanto criando contexto." (TRAUGOTT; DASCHER, 2005).

Segundo Furtado da Cunha *et al.* (2013), a gramaticalização designa fenômenos de variação e mudança linguística, que se modificam tanto sincrônica como diacronicamente, considerando, como vimos, aspectos relacionados à dimensão significativa e a dimensão formal. O processo de gramaticalização tem como princípio cognitivo a exploração de velhas formas para novas funções (WERNER; KAPLAN, 1963), o que faz com que conceitos concretos sejam movimentados para o entendimento de um elemento menos concreto. Assim, os falantes e ouvintes, devido às assimetrias de suas experiências, negociam e adaptam funções e formas para o sucesso da troca comunicativa, permitindo que a língua altere os seus padrões discursivos e a sua contraparte mental.

Segundo Heine *et al*. (1991), torna-se possível expor o processo de gramaticalização por meio do grupo de categorias conceptuais, de acordo com uma escala de abstração crescente, em que cada elemento seguindo um percurso unidirecional se liga a outro elemento a direita por meio de "flechas" (">" leia-se "passa para"), resultando no que muitos pesquisadores chamam de "metáforas categoriais":

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Para os autores, essas categorias representam um domínio de conceituação relevante para a estruturação da experiência humana. Martelotta (2008) ilustra essa escala de abstratização, em português, por meio de exemplos, com a palavra "braço" que indica uma parte do corpo e passa a designar um objeto como "braço da cadeira", uma atividade, como em "braçada", uma medida de espaço, como em "uma braça" e uma qualidade, como em "Ele é meu braço direito". Essas categorias representam uma variedade de conceitos definidos perceptual e linguisticamente.

Continuando essa perspectiva, mais recentemente, a LFCU, baseada em Traugott (2012) e Traugott e Trousdale (2013), entende a gramaticalização como uma mudança construcional que acaba por moldar a gramática da língua e implicar diluição de fronteiras categoriais mais nítidas. Nessa ótica, um uso qualquer, motivado por fatores de ordem pragmático-discursiva pode se tornar, via repetição frequente, uma expressão fortemente esquemática e convencional, em termos de sentido e estrutura, que cumpre uma nova função, de estatuto mais gramatical. Ou seja, o

que era livre escolha passa a ser idiomático e os novos usos, com maior vinculação entre si, tornam-se mais abstratos e (inter)subjetivos. (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA, 2014)

Metodologia

O corpus utilizado na investigação faz parte do banco de dados de Dissertações e Teses sobre gramaticalização, organizado por Figueiredo-Gomes e Bertuleza (2013) e intitulado corpus DISSERTAÇÕES E TESES – DISSERTES.

O corpus DISSERTES constitui um banco de dados que permite uma análise do Português culto Brasileiro, norma exigida em trabalhos acadêmicos, que contém uma média de 2.000.000 palavras, dos gêneros acadêmicos Dissertações e Teses, defendidas no período de 1998 a 2012. Como o corpus é formado por trabalhos de gramaticalização, há muitas amostras de fala, ilustrando os fenômenos de estudo. Para caracterizar os usos do *agora* em gêneros acadêmicos, por razões metodológicas, isolamos todas as amostras de fala, uma vez que esses usos não caracterizam o gênero em questão.

A fim de analisarmos os usos do item *depois* nos gêneros acadêmicos, selecionamos as categorias de análise resultantes dos estudos existentes sobre esse item, quais sejam, os estudos de Martelotta (1994), Lopes e Morais (2000), Gonçalves (2007), Koch (1987) e Neves (2000). Na seleção das variáveis, incluímos todos os usos identificados nos trabalhos sobre esses itens, embora alguns sejam próprios da língua falada, nós mantivemos no levantamento, posto que esses usos podem ter se gramaticalizado na escrita.

Como o corpus deste trabalho é formado por dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, sentimos a necessidade de defini-los enquanto gêneros acadêmicos. Segundo Swales (1990), o gênero acadêmico é associado a gêneros escritos que apresentam alguma investigação produzida por seus(suas) autores(as) com interesse de expor suas descobertas ou discutir questões teóricas e/ou metodológicas. Segundo a ABNT, esses dois gêneros, apesar de acadêmicos, são diferentes, pois a dissertação evidencia o conhecimento de literatura existente sobre um assunto e a capacidade de sistematização do candidato ao título de mestre, já a tese apresenta

uma investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão, que concede ao candidato o título de doutor, último título de escolaridade reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES.

Para o tratamento dos dados, obedecemos aos seguintes passos: após selecionarmos as dissertações e as teses, fizemos a conversão do formato *pdf (Adobe Reader) dos gêneros acadêmicos para o formato *txt, extensão necessária à aplicação do programa *WordSmith Tools* (SCOTT, 2008), uma ferramenta de grande valia para os pesquisadores da Linguística de Corpus, que possibilita a coleta de amostras de usos da linguagem. O programa *WordSmith Tools* apresenta três ferramentas, são elas: o *WordList*, que permite gerar listas de palavras, contendo todas as palavras do arquivo ou arquivos selecionados, elencadas em conjunto com suas frequências absolutas e percentuais; o *Concord*, que faz concordâncias de uma palavra específica com partes do texto onde ocorreu; e o *KeyWords*, que coleta palavras de acordo com a frequência.

Nesta pesquisa, o programa WordSmith Tools contribuiu para a coleta de amostras em que ocorrem os usos do item *depois* e para o cálculo de frequência dos usos desse item. O programa permitiu também listarmos as concordâncias do item *depois* com os outros elementos que são usados no texto e extrairmos as amostras para a análise dos usos em comum.

Usos e funções do item depois em gêneros acadêmicos

O item depois, segundo Said Ali (1971), originou-se de pois com valor de advérbio equivalente a “mais tarde” e “em seguida”. Seu valor de advérbio foi reforçado ao justapor-se à partícula de. No português arcaico, a forma depos (de + pós) conviveu com o item depois, com valores semelhantes, mas a primeira, mas tarde, caiu em desuso. Para a tradição gramatical, o item depois é caracterizado como um circunstanciador temporal. Considerando os achados dos estudos de Martelotta (1994), Lopes e Morais (2000), Gonçalves (2007), Koch (1987) e Neves (2000), encontramos alguns dos usos apresentados por esses autores nos gêneros acadêmicos e outras funções assumidas pelo item depois e presentes nos gêneros acadêmicos, como os apresenta a Tabela 01.

Tabela 01 – Frequência dos usos do item Depois nos gêneros acadêmicos

Item Depois	Dissertação	Tese	Total
Espacial	32/17,8%	42/23,4%	74/41,3%
Sequencial temporal	19/10,6%	27/15,8%	46/25,6%
Dêitico temporal	13/7,2%	05/2,7%	18/10,5%
Sequencial textual	03/1,6%	13/7,2%	16/8,9%
Indicador de futuridade	12/6,7%	02/1,1%	14/7,8%
Conector de tempo	04/2,2%	02/1,1%	06/3,3%
Divisor de época	02/1,1%	02/1,1%	04/2,2%
Introdutor de tópico	–	01/0,5%	01/0,5%
Total	85/47,4%	94/52,5%	179/100%

Conforme a Tabela 01, no *corpus* DISSERTES ocorrem os seguintes usos do item *depois*, que apresentamos conforme a frequência: *espacial*, *sequencial temporal, dêitico temporal, sequencial textual, indicador de futuridade, conector de tempo, divisor de época,* e *introdutor de tópico,* que diferentemente apresentamos, a seguir, conforme as noções de ESPAÇO, TEMPO e de TEXTO.

Em alguns casos, acolhemos as noções já apresentados por outros estudiosos, mas, em outros, defendemos ou noções diferentes ou acumulamos as noções que eram convergentes, ou até mesmo, a partir dos dados, sugerimos a identificação de outros usos que garimpamos nos dados dos gêneros acadêmicos dissertação de mestrado e tese de doutorado.

O uso do *depois espacial* estão estudados nos trabalhos de Martelotta (1994), de Lopes e Morais (2000) e de Gonçalves (2007), que o considera um uso prototípico cuja função é indicar a sucessão no espaço, por isso o elegemos para iniciar a análise, salientando que, sendo o sentido primeiro, ainda continua muito frequente nos gêneros acadêmicos, possivelmente por ter um registro mais formal, portanto mais erudito.

Ao analisarmos as ocorrências referentes ao item *depois* no *corpus* DISSERTES, encontramos usos do *depois espacial* em 41,3% das ocorrências, localizando um elemento no espaço e, estruturalmente, vem acompanhado da preposição *de*, como apresenta a amostra (95).

> (95) No que diz respeito à posição que *embora* aparece com esses verbos, o item aparece, comumente, **depois de** seu complemento verbal, assim como nas ocorrências (27), (28) e (29), ou em menor recorrência, posposto ao verbo. (114-D-26)

Conforme as amostras, em (95), a dissertação que trata sobre a gramaticalização de "embora", apresenta por meio do item *depois* a localização do elemento "embora" indicando que esse elemento ocorre frequentemente no trabalho após os complementos verbais.

Como falamos anteriormente, o item *depois*, originalmente, é uma noção espacial, mas, em certos contextos, ocorre um uso metafórico em que a noção de espaço referente a lugar se transfere para o espaço referente a tempo. Nos estudos sobre esse item, essa noção de tempo do item *depois* é apresentada por meio da sua característica de circunstanciador temporal, no entanto há usos em que o *depois* apresenta noção de tempo variada, inclusive como conector temporal. Desse modo, apresentamos, a seguir, os usos temporais assumidos pelo item *depois* nos gêneros acadêmicos, quais sejam: *sequencial temporal, dêitico temporal, indicador de futuro, conector de tempo e depois divisor de época*.

Um dos usos temporais apresentados pelo item *depois* no *corpus* DISSERTES trata-se do *sequencial temporal* que ocorre em 25,6% das ocorrências, portanto o uso do item *depois* mais recorrente no *corpus* DISSERTES. Essa função caracteriza-se como um uso que apresenta a sequência lógica dos fatos, ou seja, a ordem cronológica dos acontecimentos, como em (97).

> (97) De acordo com esse modelo, denominado top-down, o falante "primeiro decide o propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para atingir seus propósitos, **depois** codifica sua informação gramatical e fonológica e finalmente parte para a articulação. (71-D-18)

Na amostra (97), o item *depois* apresenta a função de sequenciar o tempo dos eventos. Notamos que em (97) o item *depois* aparece sequenciando o modelo "top-dow", indicando que após o falante decidir o propósito comunicativo, selecionar a informação, o informante codifica a informação gramatical.

A função de *depois dêitico temporal*, com 10,5% das ocorrências, apresenta-se nos gêneros acadêmicos, assim como nos estudos resenhados no capítulo 2, como advérbio que indica uma circunstância que tem a função de expressar uma sucessão no tempo, e não mais no espaço, como em (99).

> (99) Melo (1970: 237) critica os estudiosos que passaram a desconsiderar a correlação devido à NGB, afirmando que, apesar de ele manter sua posição, há aqueles que aceitam "a doutrina careada pela NGB". Tal fato, explica ele, ocorre, ou porque já estivessem convencidos de tal doutrina ou porque se converteram **depois**, passando a dizer que as orações que ele continua a considerar correlativas são "subordinadas adverbiais". (105-D-29)

Conforme a amostra (99), o item *depois* deixa de fazer referência a uma localização no espaço e passa a indicar uma sucessão temporal, em (99), a amostra do gênero dissertação apresenta o pensamento de Melo sobre a "correlação" em que para ele os estudiosos que desconsideraram o termo já estavam convencidos da "doutrina da NGB" ou tinham se convertido em um momento posterior.

Há também ocorrências do item *depois* apresentando noção temporal de *referência ao futuro*, com 7,8% das ocorrências. Os trabalhos resenhados sobre o *depois* não mencionam essa função, mas entendemos que, nesse uso, o item *depois* seguido de verbo infinitivo é utilizado para referir-se a uma ocorrência em um tempo futuro, como mostra (101).

> (101) Os itens lexicais que se tornam gramaticalizados devem, primeiramente, servir a funções discursivas, tornando-se sintaticamente fixos para, **depois** virem a se constituir um morfema. (25-D-25)

Conforme a amostra (101), o item *depois* é empregado fazendo referência a um tempo em que o falante prever uma ocorrência no futuro. Em (101), o item *depois* + o verbo *vir* permite implicar que os itens lexicais precisam primeiro se tornar fixos para, no futuro, tornarem-se um morfema.

Outra função temporal assumida pelo item *depois* é a função de *conector de tempo* que ocorre em 3,3% das ocorrências. Esse uso tem como função localizar no tempo, ações, eventos ou estados de coisas do mundo real, e ocorre por meio do conector *depois que*, como em (103). Vale ressaltar que, nos trabalhos de outros estudiosos, o uso da expressão *depois que* também é apresentado com valor temporal. Para Lopes e Morais (2000), independente da configuração sintática, o item funciona como um localizador temporal.

> (103) **Depois que** o item passa a ser utilizado em contextos que sugerem o significado novo e em contextos em que a leitura do significado fonte já não era mais possível, passa pelo contexto que o autor chama de convencionalização. (14-D-26)

Na amostra (103), a construção *depois que* funciona como conector de tempo. Na amostra (103), a expressão *depois que* introduz o enunciado, em que o autor da dissertação refere-se ao tempo em que um determinado elemento, após ser utilizado em determinados contextos, passa a ser chamado de convencionalização.

No *corpus* DISSERTES ocorre também o uso temporal *depois divisor de época* em 2,2% das ocorrências. Trata-se de um uso em que item marca uma mudança na época passada para época da enunciação, como apresenta (105).

> (105) Achamos importante fazer um estudo mais detalhado do pensamento de Said Ali, não só por ter sido quem tratou do assunto mais profundamente, como também porque teve grande influência em autores posteriores (...). Ele é, assim, um marco no estudo deste ponto de nossa gramática: não só reflete uma tradição anterior, porque parte do que ensinam gramáticos anteriores, como apresenta uma visão pessoal e crítica do problema, que tem profunda repercussão posterior: pode-se dizer que **depois** dele praticamente não houve contribuição original à análise de LV.

Conforme as amostras (105) o item *depois* indica uma mudança de época, contrastando entre passado X presente, em (105) o item *depois* presente na menção "depois dele" refere-se ao estudioso de gramática Said Ali e que no presente após ele não houve mais contribuições originais a análise de LV.

O item *depois* também assumiu funções mais relacionadas aos segmentos do texto, apresentando as funções de: *sequencial textual* e *introdutor de tópico.* Na função *sequencial textual,* presente em 8,9% das ocorrências, o item *depois* enfraquece sua noção de tempo e passa a assumir a função de organizar o texto. Esse uso está presente nos estudos de Martelotta (1994), Lopes e Morais (2000) e Gonçalves (2007). Trata-se de um uso que organiza, enumerando a ordem dos assuntos abordados no texto, como em (107).

> (107) A ordem de apresentação dos marcos predicativos (primeiro, o predicado e, **depois**, os argumentos) é apenas uma convenção, visto que a ordem real será definida apenas no nível das regras de expressão. (175-D-28)

De acordo com a amostra (107), o item *depois* apresenta a progressão do texto, contribuindo para o detalhamento da ordem na qual os eventos se encontram nos gêneros acadêmicos. Em (107), o *depois* indica a ordem em que serão apresentados os marcos predicativos no texto.

Outra função textual apresentada por *depois* é a de *introdutor de tópico* que ocorre em 0,5% das ocorrências no *corpus* DISSERTES. Trata-se de um uso que tem como função introduzir um tópico ou um novo momento do discurso, por meio de uma mudança no tópico ou no assunto, como mostra (109).

> (109) **Depois** dos verbos de crença (por exemplo, crer, acreditar e achar), a autora afirma que a escolha de um determinado modo verbal depende do significado pretendido, entretanto, ela constatou que o MI aparece freqüentemente depois desse tipo de verbo. O MS se torna mais freqüente quando este tipo de verbo é negado na oração matriz, como em não crer, não achar. (148-T-18)

Conforme as amostras, em (109), o uso do item *depois* ocorre introduzindo um tópico no qual apresenta o pensamento de uma autora ao fato de que uma "escolha de um determinado modo verbal depende do significado pretendido".

Assim como os trabalhos resenhados no Capítulo 2, registramos, nos usos do item *depois*, os esquemas idealizados: o formal *advérbio* > *conjunção* > *marcador discursivo* e o semântico ESPAÇO > TEMPO > TEXTO nos gêneros acadêmicos *dissertação de mestrado* e *tese de doutorado* embora com especificidades mais caracterizadoras dos gêneros em questão.

Conclusão

Os resultados empíricos revelam que o item *depois* apresenta novos usos e funções nos gêneros acadêmicos, como: *dêitico temporal*, *sequencial temporal*, *conector de tempo, indicador de futuridade*, *divisor de época*, *sequencial textual* e *introdutor de tópico.* Os resultados mostram também que o item agora segue a trajetória metafórica: ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

Com base nesses resultados, concluímos que o item *depois* é multifuncional e assume funções específicas, em certos contextos, que contribuem, principalmente, na organização e na construção de sentido do texto acadêmico, por meio das funções *introdutor de tópico e sequenciador textual*, corroborando, assim, os pressupostos da LFCU, sobretudo no que diz respeito à teoria da gramaticalização.

Desse modo, podemos tomar a variação e a mudança como um processo que pode ser trabalhado, nos diversos níveis de ensino e mesmo no nível acadêmico, posto que a variação é um traço inerente e mesmo constitutivo das línguas, em maior ou menor grau; já a mudança, embora seja uma tendência nas línguas, não tem que acontecer. Baseados nisso e nos resultados apresentados, sugerimos, pois, que essa concepção possa ser levada em conta nas atividades de análise e reflexão linguística nas aulas de língua portuguesa.

Referências

BERTULEZA, C. D. S.; FIGUEIREDO-GOMES. **Córpus DISSERTES**. Açu/RN: UERN, 2013. (em andamento)

DUQUE, P. Q. O processo de gramaticalização do item agora. In: XIII CNLF. **Anais...** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 943.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (Org.). **Funcionalismo e ensino de gramática**. – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007, p.13-51.

FURTADO DA CUNHA, M. A. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional). In: **Sintaxe em foco** / [Organizado por] Medianeira Souza. [et al.]. – Recife: PPGL / UFPE, 2012.

FURTADO DA CUNHA, M, A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CESÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. Abordagem construcional de gramática e ensino de língua portuguesa. In: **V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa** – De volta ao futuro. (Resumo do simpósio) Leece, Itália: Università del Salento, 2015. Disponível em: < http://simelp.it/simposio > acesso em: 29 ago. 2014.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Linguistics**, v. 1, Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. M. Advérbios circunstanciais. In: ILARI, R. (org.) **Gramática do português falado**: A ordem. Campinas. UNICAMP/FAPESP. V. 1. 1992.

NIEDZIELUK, L. C. Afinal, como se apresenta o agora no discurso oral de Florianópolis: conector/elo discursivo ou advérbio temporal? In: VI Encontro - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – Celsul. **Anais...** Florian2004.

PHILIPPSEN, Neusa I. Deslizamentos funcionais do item agora: a gramaticalização em processo. **Revista Philologus**, Ano 17, N° 49. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2011.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

RODRIGUES, F. C. D. **Padrões de uso e gramaticalização de agora e então**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Letras, 2009.

SCOTT, M. **WordSmith Tools**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
SOUZA JÚNIOR, R. C. **A multifuncionalidade do item agora em tiras de quadrinho: da gramática ao discurso**. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-Programa de Pós-graduação em Letras, 2005.
SWALES, J. M. **Genre Analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
TOMASELLO, M. (Ed**). The new psychology of language**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Orford University Press, 2013.
WERNER, H.; KAPLAN, B. **Symbol-formation**: na organismic developemental approach to language and the expression. Of thought. New York/London/Sidney: Wiley, 1963.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

A RETOMADA DE REFERENTES POR MEIO DO SUJEITO POSPOSTO: *STATUS* EVOCADO E SN PÓS-VERBAL

GABRIELA FERNANDES ALBANO (UFRN/CNPQ)

Introdução

A ordenação dos constituintes tem, no português brasileiro (doravante, PB), relevância sintática, visto que marcam a função sintática dos elementos em uma sentença. Um reflexo da predominância dessa ordenação no PB se manifesta na tendência por classifica-la como uma língua SV (sujeito-verbo). Contudo, não são raros registros de casos da ordem VS (verbo-sujeito). Essa, apesar de excepcional, pouco frequente, e, por isso, marcada (cf. PEZATTI; CAMACHO, 1997), serve a uma finalidade e muitas pesquisas têm se debruçado na busca por descrever e analisar as ocorrências dos sujeitos pospostos no PB, segundo várias linhas teóricas, (BERLINCK, 1988; GOMES, 2006; SPANO, 2008; MARQUES, 2012).

Apesar da inquestionável relação entre ordenação dos itens linguísticos e marcação de suas funções sintáticas, estudos anteriores têm demonstrado que o fluxo informacional do discurso e a maneira como o locutor apresenta a informação, tida como periférica ou central, reflete também na organização dos constituintes na cláusula (NARO; VOTRE, 1986; HUFFMAN, 2002; ABRAÇADO, 2013).

O fluxo informacional e seu reflexo na ordenação dos elementos na cadeia discursiva não é um tema recente nas pesquisas linguísticas. Incialmente, o *status* informacional era tratado de forma binária, com a seguinte distinção: *tema*, informação velha, ocupando a posição pré-verbal; e *rema*, informação nova, ocupando preferencialmente a posição pós-verbal (cf. FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). Esse enfoque binário foi questionado e, posteriormente, Prince (1981) ampliou as categorias referentes ao *status* informacional para quatro tipos: além de novo e velho (ou evocado), a autora propôs as categorias inferível – referentes depreendidos do contexto interacional – e disponível – referentes de menção única, porém de domínio

público, a exemplo de nome de celebridades, países, organizações, além de itens como *o sol*, *a lua*, etc. Com efeito, a comunicação não se dá em apenas um plano, como exposto, e as informações velhas, inferíveis e disponíveis servem de alicerce para a manifestação de uma informação nova (GRICE, 1975 *apud* BERLINCK, 1997).

Trazendo o princípio da informatividade para a organização sintática, a tradição com frequência associa a posição pré-verbal à informação velha/evocada e a posição pós-verbal à informação nova. Berlinck (1997), em seu estudo, questiona essa associação. Para tanto a autora, limitando-se aos casos de dado textualmente, propõe um grau de "dadidade". Para isso, retoma a pesquisa de Votre e Naro (1986) e corrobora com os autores quanto ao caráter "apresentativo" do SN pós-verbal não ser a principal característica que licencia o uso dessa ordem. Para os autores, antes de tudo, VS tem a função de introduzir referentes não focais, consistindo em uma informação periférica para o fluxo discursivo. Berlick (1997) conclui salientando que a ordem dos elementos obedece a um jogo de equilíbrio da informação: o último elemento da frase é o mais "carregado" do ponto de vista da informação. Ao apresentar a noção de "dado" de forma escalar, comprovou que quanto mais distante o sujeito "dado" estiver de sua menção anterior, maior a necessidade de expressá-lo por meio de um sintagma nominal.

O presente artigo, inspirado nas pesquisas de Naro e Votre (1986) e Berlinck (1997), tem como objetivo analisar as ocorrências de sujeito posposto evocado do ponto de vista da retomada de referentes. Pretendemos investigar se o grau de "dadidade", como proposto por Berlinck (1997), influencia na retomada feita por SN pleno, no caso dos referentes distantes de sua menção anterior, ou na retomada por pronomes anafóricos, no caso de referentes próximos de suas menções anteriores. Tencionamos, também, investigar o princípio que estaria por trás do posicionamento desses sujeitos evocados após o verbo.

Nosso artigo tem como perspectiva teórica o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, visto que, na base da nossa pesquisa, está a propriedade discursiva *status* informacional. Uma das características fundamentais do funcionalismo é a busca por explicar os fenômenos linguísticos por meio de princípios, propriedades e motivações de natureza cognitivo-comunicativa. Logo, essa teoria se alinha a nossa proposta de investigação. Nosso *corpus*, por sua vez, é comporto

por sujeitos pós-verbais retirados do jornal *Tribuna do Norte*, jornal físico de mais circulação no estado do Rio Grande do Norte.

Este artigo está dividido da seguinte forma: na primeira seção apresentamos a propriedade da informatividade. Em seguida, discutimos os resultados obtidos pelo fator s*tatus* informacional. Na terceira seção, focamos na análise apenas dos sujeitos velhos/evocados e cruzamos a distância da menção anterior com o tipo de realização do SN sujeito posposto. Por último seguem as considerações finais e as referências.

A informatividade dos itens linguísticos

Para as pesquisas na área do funcionalismo norte-americano, a gramática é uma entidade dinâmica que supre as necessidades comunicativas dos falantes no momento da interação. Por essa razão, as estruturas gramaticais "estão constantemente sendo modificadas e negociadas durante o uso" (HOPPER, 2001, p. 28). A gramática de uma língua consiste, então, em um sistema adaptativo aberto, materializado na forma de discurso, no qual as formas estão constantemente sendo reestruturadas e ressemantizadas durante a comunicação (cf. HOPPER, 1998).

Nessa linha teórica, gramática e discurso são indissociáveis. As estruturas e as regularidades que configuram a gramática enquanto sistema cognitivo emergem no discurso e são moldadas por ele em um processo contínuo (cf. HOPPER, 1998). A gramática alimenta o discurso com padrões linguísticos maleáveis e sujeitos aos propósitos comunicativos dos falantes, enquanto as novas estratégias, advindas das pressões de uso, rotinizam-se entrando para a gramática. Furtado da Cunha e Tavares (2007, p. 19) destacam que "a morfossintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva".

Givón (1995) concebe a língua como uma atividade social e culturalmente determinada e, assim como Bybee (2006), entende que a estrutura linguística serve a funções cognitivas e comunicativas, visto não se tratar de um sistema autônomo, mas sim motivado pelas situações de uso. Givón (1995) também compreende as estruturas linguísticas como motivadas, icônicas e moldadas pelas pressões adap-

tativo-funcionais que são exercidas durante a performance real. Segundo o autor, é no discurso que a língua é adquirida, que a gramática emerge e muda.

Na perspectiva funcionalista, os fenômenos linguísticos são explicados através de princípios, propriedades e motivações de natureza cognitivo-comunicativa. Dentre elas está o princípio da informatividade. A *informatividade* refere-se ao conhecimento (supostamente) compartilhado pelos interlocutores, e se manifesta discursivamente a partir de estratégias que envolvem a ordenação dos constituintes na frase, a sintaxe de referência e o *status* informacional. Estudos que relacionam a posposição do sujeito ao s*tatus* informacional do SN sujeito têm obtido resultados bastante frutíferos (cf. BERLINK, 1988; GOMES, 2006; MARQUES, 2012, LAMIN, 2013).

O *status* informacional diz respeito a como os referentes nominais são apresentados no discurso. Com o intuito de classificar o tipo de informação denotada por um sintagma nominal, Prince (1981) amplia as categorias para além de *novo* e *velho*, e, baseando-se na *familiaridade presumida*, propondo um *continuum* informacional. Nessa proposta, a autora leva em consideração que "o falante assume que o ouvinte conhece, admite ou pode inferir algo particular (sem necessariamente pensar nisso)" (PRINCE, 1981, p. 235). Os referentes de um sintagma nominal, para a autora, podem ser categorizados como *novos*, *inferíveis*, *velhos/evocados*.

Os referentes são tidos como *novos* quando são introduzidos pela primeira vez no discurso. Entretanto, Prince (1981) diferencia dois tipos de informações novas: (i) completamente novas (*brand-new*), quando uma nova entidade é "criada" durante a produção do texto; (ii) disponíveis (*unused*), quando se supõe que a entidade seja familiar ao ouvinte, faz parte do domínio público, ou seja, nome de famosos, entidades, eventos, etc.

A seguir, apresentamos exemplos dessas duas categorias:

(1) "Entre as novidades do III Prêmio de Jornalismo do MPRN estão **a inclusão de mais uma categoria, a de fotografia, a possibilidade de participação também de estagiários e o incremento da entrevista como peça que pode concorrer ao prêmio**." (Tribuna do Norte, ano 65, nº 58, notícia, sociedade)

(2) “Para ontem a noite, no encerramento da campanha de Antonia (DEM), estavam sendo aguardados **o deputado estadual Galeno Torquato e o governador Robinson Faria**.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 82, coluna social, sociedade)

O primeiro foi retirado de uma notícia, a qual discorria sobre o III Prémio de Jornalismo. O referente em (1) introduz um informação nova ao discurso ao apresentar em detalhes as novidades acrescentadas nessa nova edição do prêmio. O segundo exemplo foi extraído de uma coluna social. Trata-se, em (2), de um referente facilmente acessível, visto que é um indivíduo relacionado a um cargo público, o de deputado estadual, portanto familiar ao leitor.

Os *velhos* (ou evocados) são referentes já mencionados anteriormente no texto (textualmente evocados) ou participantes do contexto discursivo (situacionalmente evocados). Levamos em consideração na pesquisa apenas as entidades textualmente evocadas. No exemplo abaixo, retirado de uma coluna opinativa de esporte, o sujeito posposto *o futebol de resultado* já havia sido introduzido no discurso previamente.

(3) “Esta é a filosofia do técnico Gilmar Dal Pozzo que assumiu recentemente o ABC. Formado na escola gaúcha é adepto da marcação forte, da aplicação tática e do chamado futebol de resultados, que muitas vezes desagrada o torcedor que quer ver sempre espetáculo, plasticidade, o que nem sempre é possível. (...) Está em ação no ABC, **o futebol de resultado**, que é o que de fato interessa ao final de uma competição.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 59, coluna opinativa, esporte)

Por fim, os *inferíveis* são referentes que o autor do texto supõe ser perceptível, inferível pelo leitor, com base em outras entidades já mencionadas textualmente ou por meio do contexto, via relação lógica. O exemplo abaixo foi retirado de uma notícia sobre as celebrações do Corpus Christi. Apesar dos sujeitos pospostos *procissão* e *benção* aparecerem pela primeira vez no discurso, trata-se de informações inferíveis pelo contexto a partir do sintagma anterior *a celebração de Corpus Christi* e *missa*, visto que no catolicismo em toda celebração referente a essa data, após a missa ocorrem a procissão e a benção final.

> (4) "A celebração de Corpus Christi, tradicional do Catolicismo, será realizada na maioria das paróquias do Estado, promovendo a fé na presença de Jesus Cristo nas espécies do pão e do vinho. [...] Após a missa acontecerá **a procissão**, conduzindo Jesus Eucarístico, até a Praça André de Albuquerque, onde será dada **a benção**." (Tribuna do Norte, ano 65, nº 59, notícia, sociedade).

Na próxima seção apresentamos os resultados obtidos no nosso *corpus* por essa categoria de análise.

Sujeito posposto e *status* evocado

Os resultados obtidos da frequência de sujeitos pospostos em relação ao *status* informacional foram organizados da tabela a seguir.

Tabela 1: Frequência de sujeito posposto em relação ao s*tatus* informacional

Status informacional	**N**	**%**
Novo	118	53
Disponível	33	14
Inferível	17	8
Velho/Evocado	55	25
Total	**223**	**100**

Como esperado, e amplamente comprovado na literatura (cf. BERLINK, 1997; GOMES, 2006; SPANO, 2008; MARQUES, 2012), o sujeito posposto veicula, preferencialmente, informação nova (53% das ocorrências). Embora a porcentagem não tenha sido tão significativa a ponto de condicionar sozinho o fenômeno da posposição, o *status* novo ainda detém uma frequência maior do que a soma das demais categorias juntas. Os referentes disponíveis e inferíveis, respectivamente 14% e 8%, apresentaram frequência não desprezíveis e comprovam o que Gomes (2006) pontuou: a tendência de que em textos jornalísticos o discurso se construa em torno de referentes que sejam familiares ao leitor.

Contudo, na nossa análise, o que mais se destacou foi a frequência dos sujeitos pospostos veiculando informação velha no discurso. Essa categoria apresentou o segundo maior grau de ocorrência, com 25%.

A partir dos resultados obtidos pela análise do *status* informacional, devido à codificação numérica em termos não baixos de sujeitos evocados, procedemos a análise qualitativa do sujeito posposto evocados. Pretendemos com isso investigar a natureza desse referente evocado a partir da distância que mantém sua última menção no discurso.

Sujeito posposto evocado e distância da mensão anterior

Quanto aos sujeitos pospostos veicularem informação já mencionada, realizamos, então, uma análise qualitativa com relação há distância desse sujeito pós-verbal da sua menção anterior, visando determinar o comportamento desse grupo. Para tanto, baseamo-nos na proposta de Berlinck (1997), que salienta a existência de graus de "dadidade" – ou seja, um *continuum* relacionado ao quão evocada uma informação é. De modo que, quanto mais longe for um referente de sua última menção, menos previsível ele se torna.

A autora, com o intuito de medir o número de orações que separavam o SN analisado de sua menção anterior, estabelece, então, as seguintes distâncias: (1-5), (6-10), (11-19) e (20+). Referente ao nosso *corpus*, sentimos a necessidade de acrescentar a categoria "imediatamente anterior", no que se refere aos dados em que a menção foi feita no período anterior, portanto sem uma distância de pelo menos um período.

Abaixo exemplos para ilustrar a verificação das distâncias entre as menções.

(5) "A presidente da Comissão Eleitoral do Sintro-RN, Francisco Elepídio de Araújo, informou que das 22 urnas de lonas conseguidas junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TER), 20 serão despachadas, a partir das 4 horas da manhhã, para as garagens das empresas de ônibus, enquanto duas urnas serão instaladas na sede do Sindicato, na descida do Baldo, centro, sendo uma apenas para a votação dos aposentados e outra para os eleitores em geral. Dessas 20 urnas, acrescentou **ela**, seis serão itinerante e 14 ficarão fixas, nas garagens das empresas de transporte coletivo, de turismo e de transporte de funcionário de empresas privadas." (Tribuna do Norte, ano 65, nº 59, notícia, sociedade) **>>** *menção imediatamente anterior*

(6) “Segundo o diretor do DER, diante da situação, a obra deve ser feita “no mais curto prazo possível”. **[**Por isso não pode ser feita uma licitação dentro dos trâmites normais, o que exigiria um prazo de, pelo menos, seis meses.**]** A alternativa da autarquia, disse **ele**, deverá ser a realização de uma pesquisa de preço para a contratação da empreiteira que executará o serviço de recuperação do topo de tabuleiro e da canalização de drenagem de águas pluviais.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 83, notícia, sociedade) >> *menções separadas por um período*

(7) “O relatório do TCE chama atenção para o fato de não haver nenhuma documentação comprobatória das horas trabalhadas, como folha de ponto ou qualquer outro dispositivo. [Para chegar ao valor do dano ao bem público, o Tribunal calculou o trabalho durante horas diárias e 15 dias úteis dentro da normalidade. O produto do trabalho também é questionado pelos técnicos do TCE. (...)] O resultado de todo o trabalho de qualidade questionável foi uma licitação deserta, ressalta **o relatório da corte de contas**.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 58, notícia, economia) >> *menções separadas por seis períodos*

Segundo Berlinck (1997), a distância que separar as menções analisadas representa um fator significativo para determinar o seu conteúdo. Com feito, quanto mais longe da menção anterior, menos previsível será e maior será a necessidade de retomá-lo por meio de um SN pleno (ARIEL, 1987 *apud* BERLINCK, 1997). Logo, de acordo com essa tendência, haveria grau de “dadidade” que determinariam, então, que os referentes, por exemplo, em (5) e (6) têm carga informativa menor do que o exemplo em (7). Enquanto o exemplo em (5) retoma um referente que foi mencionado no período imediatamente anterior, permitido, assim, que possa ser expresso por meio de pronomes; por sua vez, o exemplo em (7) recupera um referente mencionado há seis períodos de distância, tornando-se menos previsível e necessitando que sua retomada seja feita por meio de um SN pleno, explicitando sua maior carga informativa.

Abaixo apresentamos o cruzamento da distância da menção anterior com o tipo de retomada, sendo duas possíveis, a saber: (i) SN pleno e (ii) pronomes anafóricos. Com relação aos intervalos de distância, como mencionado anteriormente, usamos as distâncias (1-5), (6-10), (11-19), (20+) e acrescentamos "imediatamente anterior".

Tabela 2: Cruzamento entre distância da menção anterior e realização do SN sujeito posposto

	SN pleno	**Pronome anafórico**	**Total**
Distância			
Imediatamente anterior	8/9 89%	1/9 11%	9/55 16,4%
(1-5)	41/43 95%	2/43 5%	43/55 78,2%
(6-10)	3/3 100%	0/3 0%	3/55 5,4%
(11-19)	0 0%	0 0%	0 0%
(20+)	0 0%	0 0%	0 0%
Total	52/55 95%	3/55 5%	

Assim como na análise de Berlink (1997), grande parte dos sujeitos evocados se situam a um intervalo de distância de (1-5) períodos da menção anterior, equivalendo a 43 dos 55 dados de sujeito posposto evocado, correspondendo a 78,2% de todas as ocorrências. Em segundo lugar está o intervalo "imediatamente anterior", com 9 das 55 ocorrências totais, portanto 16,4% das ocorrências. Por último, o intervalo (6-10) com 3 dos dados, logo 5,4 % . Os intervalos (11-19) e (20+) não apresentaram ocorrências, o que nos leva a interpretar que, no nosso c*orpus*, há uma preferência por situar o sujeito posposto evocado próximo de sua última menção.

Quanto ao tipo de retomada, se por SN pleno ou por pronome anafórico, o resultado na tabela 2 nos surpreendeu. Apesar da tendência por situar o sujeito posposto evocado relativamente próximo a sua última menção, 78,2% (43/55), ou imediatamente após 16,4% (9/55), o tipo de retomada ainda é preferencialmente por meio do SN pleno, com 89% (8/9) na distância *imediatamente anterior*, 95% (41/43) no intervalo (1-5) e 100% (3/3) no intervalo (6-10). Na verdade, poucas foram as retomadas feitas por pronome anafórico, mesmo em contextos tão próximos entre as menções, *imediatamente anterior* teve uma frequência de 11% (1/9) e o intervalo (1-5) uma frequência de 5% (2/43).

Portanto, outro fator, nesse caso, pode estar condicionando a posposição dos sujeitos pospostos que veiculam informação velha no discurso. Pode-se inferir, visto que o SN pleno – logo extenso – é a estratégia de retomada mais produtiva, mesmo entre os referentes que se encontram próximos da sua menção anterior, que a extensão seja um fator que também condicione o fenômeno.

Devido a essa hipótese cruzamos as ocorrências dos sujeitos pospostos evocados, divididos nas distâncias entre as menções, com a extensão do SN. Para tanto, baseamo-nos em Spano (2008) e postulamos duas categorias: até 3 elementos constituindo o SN, consideramos [- extenso]; consequentemente, 4 ou mais, considera-se como [+ extensos]. Retomando os exemplos apresentados anteriormente, segundo essa classificação, os sujeitos pós-verbais em (4), (5) e (6) são [- extensos]; enquanto os sujeitos pospostos em (1), (2), (3) e (7) são [+ extensos].

A seguir os resultados obtidos por essa análise:

Tabela 3: Cruzamento entre distância da menção anterior e extensão do SN sujeito posposto

	[+ extenso]	**[- extenso]**	**Total**
Distância			
Imediatamente anterior	6/9 67%	3/9 33%	9/55 16,4%
(1-5)	25/43 58%	18/43 42%	43/55 78,2%
(6-10)	3/3 100%	0/3 0%	3/55 5,4%
(11-19)	0 0%	0 0%	0 0%
(20+)	0 0%	0 0%	0 0%
Total	34/55 62%	21/55 38%	

Esses resultados corroboram com a tendência de SNs complexos, do ponto de vista informacional – consequentemente mais longo – ocorram por último na sentença. Na literatura, é amplamente atesta a tendência por sujeitos [+ extensos], logo mais os sintagmas mais complexos do ponto de vista do processamento são posicionados por último (cf. GOMES, 2006; SPANO, 2008; LAMIM, 2013). A tabela 3 corrobora com os resultados encontrados em pesquisas anteriores, não importa o intervalo entre as menções analisadas, há uma predominância de sujeitos [+ extensos]: *imediatamente anterior* com 67% (6/9); (1-5) 58% (25/43) e (6-10) 100% (3/3). Ao todo, dos 55 sujeitos pós-verbais evocados, 34 são pesados do ponto de vista constitucional, totalizando 62% das ocorrências. Enquanto, 21 dados, dos 55, logo 38%, são [- extensos].

Considerações finais

Nossa análise tinha como objetivo analisar as ocorrências de sujeito posposto evocado do ponto de vista da retomada de referentes em um *corpus* composto por ocorrências retiradas de textos jornalísticos da *Tribuna do Norte*, jornal físico de maior circulação na capital do Rio Grande do Norte. Tencionávamos, também, investigar o princípio que estaria por trás do posicionamento deles após o verbo. Na base teórica da nossa pesquisa, encontra-se o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, na qual os fenômenos linguísticos são explicados a partir de princípios e propriedades cognitivo-comunicativa. Dentre essas propriedades está o princípio da informatividade.

Apesar da forte associação entre posição pré-verbal e *status* evocado e posição pós-verbal e *status* novo, encontram-se casos, não raros, em que o sujeito posposto veicula informação velha no discurso. Nosso artigo investigou a retomada feita pelo SN posposto nesses casos de sujeito já mencionado, associando a distância da sua última menção ao tipo de realização do SN – se SN pelo ou pronome anafórico. Partimos, portanto, do pressuposto de que quanto mais próximo esse SN sujeito estiver de sua menção anterior, mais previsível ele é, e menor a necessidade de retomá-lo por meio de SN pleno; do mesmo modo, quanto mais longe estiver de sua menção anterior, menos previsível e mais a necessidade de retomá-lo por meio de SN pleno.

Submetendo nossos dados a essa análise, porém, constatamos que apesar de os sujeitos pospostos se concentrarem em regiões muito próximas de suas menções anteriores – 16,4% das menções encontram-se no período imediatamente anterior e 78,2% encontra-se num intervalo de (1-5) –, há uma preferência por retomar o referente por meio de SN pleno, pesado do ponto de vista da quantidade de massa fônica, logo complexo do ponto de vista do processamento – 62% desses SN posposto são [+ extensos] enquanto 38% são [- exntensos].

A partir desses resultados, e em consonância com Berlinck (1997), concluímos que, devido a essa preferência por retomar por meio de SN plenos e mais extensos, no caso dos sujeitos evocados, atua-se fortemente o princípio de equilíbrio da informação, o qual postula que o último elemento da cadeia sintagmática tende a ser o mais “pesado” do ponto de vista informacional.

Referências

ABRAÇADO, J. *Ordem de palavras*: da linguagem infantil ao português coloquial. Niterói: EdUFF, 2003.

BERLINCK, R. A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____ Nem tudo que é posposto é novo: estatudo informacional do SN e a posição do sujeito em português. *Alfa*, 41 (n. esp.), 1997. p. 57 – 78.

BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 04, p. 711-733, 2006.

FURTADO DA CUNHA. M. A; COSTA, M. A; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. FURTADO DA CUNHA, M. A; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E (Orgs.). *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, M. A; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: _____ *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007, p. 12-51.

GIVON, T. *Functionalism and grammar.* Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GOMES, R. L. R. *Posposição do sujeito no português e no espanhol*: um estudo contrastivo. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.) The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure. New Jersey/ London: Lawrence Erlbaum,1998. p. 155-175.

_____ Emergent grammar and temporality in interactional linguistics. In: AUER, P.; PFÄNDER, S. (Eds.) *Constructions*: emerging and emergent. Berlin: De Gruyter, 2001. p. 22-44.

HUFFMAN, A. Cognitive and semiotic modes of explanation in functional grammar. In: REID, W.; OTHEGUY, W. R.; STERN, N. R. (Eds.) *Signal, meaning and message*: perspectives on sign-based linguistics. Amsterdam: John Benjamnins, 2002. p. 311-337.

MARQUES, P. M. *Estudo diacrônico da ordenação do sujeito em relação ao verbo no português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given/new information. In: P. COLE (ed.). *Radical Pragmatics*, New York, 1981.

PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G. *Ordenação de constituintes na sentença*: uma interpretação funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 41, n. esp., 1997. p. 99-126.

SPANO, M. A ordem Verbo-Sujeito no Português Brasileiro e Europeu: Um estudo sincrônico da escrita padrão. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

VOTRE, S; NARO, A. *Emergência da sintaxe como um efeito discursivo*. Rio de Janeiro, 1986. p. 454-81. (Relatório final do Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação).

SIMPÓSIO TEMÁTICO

A TRANSITIVIDADE NA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: OS TERMOS-CHAVE EM TEXTOS ACADÊMICOS

VICTOR RAFAEL DO NASCIMENTO MENDES / SEEC-RN
WELLINGTON VIEIRA MENDES / UERN

Introdução

Os estudos voltados para a Linguística Sistêmico-Funcional têm sido discutidos, desde o princípio de suas abordagens, durante o fim do século XX, em contextos semânticos e formais. Por ser uma teoria recente, embora a origem dos estudos de sistemas na linguística funcional seja tão antiga quanto os estudos linguísticos, boa parte das obras, escritas em língua inglesa de referência utilizadas na LSF, não foram traduzidos para a língua portuguesa, quais sejam: Halliday e Hassan (1976); Halliday (1985); Mathiessen e Thompson (1988); Halliday e Mathiessen (2004), dificultando, assim, a compreensão para quem está iniciando suas leituras teóricas em virtude do não domínio linguístico na língua inglesa.

Nos anos 90, os estudos abrigados na Linguística Sistêmico-Funcional tiveram um relevante avanço no Brasil e no exterior, expandindo, ainda mais, as discussões em torno da teoria referida. No entanto, boa parte dos pesquisadores brasileiros que referenciam a LSF utilizam obras (livros, artigos, periódicos e relatórios) escritas em língua inglesa para a construção teórica de seus trabalhos, traduzindo os termos para a língua portuguesa (LP) sem observar a construção terminológica equivalente adequada.

Embora haja muitos trabalhos referentes à Linguística Sistêmico-Funcional elaborados no meio acadêmico brasileiro, são poucas as obras publicadas em língua portuguesa (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011; FUZER & CABRAL, 2010) que não dão conta de muitos termos da área cuja equivalência terminológica é bastante

rigorosa. Em algumas situações, os termos são utilizados/traduzidos para a LP de forma inadequada por pesquisadores iniciantes.

Após uma pesquisa feita na ferramenta de navegação de internet; *Google*, e em boa parte da literatura brasileira, foi possível perceber a ausência de obras que elenquem em um dicionário ou um glossário de termos especializados relativos à Linguística Sistêmico-Funcional em língua portuguesa.

A título de esclarecimento, o nosso trabalho está dividido em cinco (7) seções, as quais sejam: Introdução, onde informamos a elaboração do problema pesquisado, as motivações e os objetivos. Na segunda seção, partimos para o Referencial Teórico, no qual discutimos a teoria referente terminologia. Na terceira seção, informamos como se organiza um glossário, tomando referência a teoria da lexicografia. A quarta seção discute a respeito dos passos métodos utilizados para a construção/elaboração deste trabalho. A quinta elenca a composição estrutural do glossário. Na sexta seção apresentamos a composição microestrutural do glossário. Por último (sétima seção), apresentamos as conclusões do que foi feito/construído para este momento.

Terminologia

Nascida em Viena (Áustria), através do engenheiro e documentalista Eugen Wüster, a Terminologia ganhou um tratamento de disciplina, no século XX, surgindo, assim, os primeiros passos da teoria terminológica moderna. Seus princípios de surgimento também obtiveram êxito nas escolas de Praga (República Checa) e na Rússia.

Considera hoje uma das áreas essenciais do conhecimento científico, por aplicar um caráter terminológico de análise em muitos campos de estudos especializados, os estudos terminológicos são importantes por realizarem um trabalho que tem por objetivo perceber como as palavras, em domínio específico, estão sendo usadas em determinadas áreas. As palavras, usadas em contextos especializados, são chamadas de Termos e é este o centro dos estudos da teoria terminológica.

Como em muitas outras teorias (a LSF, Linguística, etc.), a terminologia é interdisciplinar por manter um vínculo próximo e estreito com muitas outras disciplinas: na filosofia (estruturando os conceitos e formas de conhecimentos), psicologia (teo-

ria da percepção), linguística (estruturação do léxico), lexicologia (descrição e informação (ões) da (s) palavra (s)).

Sobre essa discussão, Sager (1990, p. 04) afirma que a terminologia,

> [...] diz respeito ao estudo e ao uso de sistemas de símbolos e signos linguísticos empregados para a comunicação humana em áreas de atividades de conhecimentos especializados. É primeiramente uma disciplina linguística [...] Tem caráter interdisciplinar, uma vez que toma emprestados conceitos e métodos da semiótica, epistemologia, classificação, etc. [...] Apesar de a terminologia ter sido no passado muito mais ligada aos aspectos lexicais das línguas de especialidade, o seu escopo abrangia a sintaxe e a fonologia. No seu aspecto aplicado, a terminologia está ligada à lexicografia e aos usos de técnicas da ciência da informação e da tecnologia.

Referente ao aspecto aplicado da terminologia, observamos, na citação acima, que há dois aspectos interligados para a compreensão teórica da terminologia: a lexicografia, que utiliza planos estruturais para organizar um glossário e/ou dicionário (os quais veremos na próxima seção desse trabalho) e os usos de técnicas da ciência da informação e da tecnologia que nos permitem entender que a terminologia é pertencente à linguagem não como algo ideal e homogêneo.

Organização do glossário

> "[...] o trabalho com a terminologia volta-se para os princípios e metodologias de organização e elaboração de dicionários técnicos e/ou científicos, glossários, banco de dados terminológicos [...]".
> (Márcio Sales Santiago)

Com base na afirmação de Santiago, discutimos, nesta seção, sobre os princípios teóricos da lexicografia. A lexicografia tem sua base de sustentação nos estudos da lexicologia e é compreendida, de forma ampla, como a arte de fazer dicionários/glossários e, de forma teórica, como uma disciplina que tem como produto de estudo o próprio dicionário/glossário. A lexicografia, de acordo com Pontes (2009, p.

19), é “definida como disciplina do âmbito da Linguística Aplicada, que se preocupa com problemas teóricos e práticos que dão suporte à elaboração de dicionários”.

A organização estrutural de um trabalho lexicográfico está estabelecida em diversos níveis, ou seja, como afirma Pontes (2009, p. 66),

> [...] constitui-se de uma estrutura global [...] Isso significa que o texto lexicográfico se forma a partir de uma sucessão de informações que se apresentam com algum tipo de dependência mútua, isto é, as informações não aparecem na sua composição de maneira aleatória ou ao acaso; pois se é um texto, é possível identificar os traços característicos que fazem com que a sucessão de informações tenha coerência e, além disso, estejam conectadas entre as porções internas do produto.

De acordo a afirmação de Pontes (2009), nos foi possível perceber que a organização de um texto lexicográfico é estabelecida por níveis estruturais, os quais dependem um do outro para formarem o produto final: um dicionário, glossário, vocabulário, etc. Estes níveis estruturais estão divididos em: megaestrutura, macroestrutura, medioestrutura e microestrutura, os quais serão melhor explicados na seção seguinte.

Metodologia

Com o objetivo de melhor compreender a terminologia, tendo como ponto de partida a abordagem funcionalista e os usos dos termos que estão ainda se estabelecendo em LP, apresentamos a metodologia de pesquisa que está descrita, a seguir, no que tange ao contexto e ao material e procedimentos de pesquisa.

A pesquisa tem como instrumentais principais as bases teóricas já mencionadas, na terminologia, organização do glossário e LSF, como fundamento e filiação do estudo. No que diz respeito ao material de análise, este estudo constituiu *corpus* específico, formado por trabalhos de conclusão de cursos, quais sejam: uma monografia, uma dissertação e uma tese de doutoramento que abordem o quadro da LSF, escritos em língua portuguesa. Como se trata de uma pesquisa de graduação, cujo alcance não é exaustivamente abrangente, o *corpus* é suficiente para elaboração de glossário de termos-chave da LSF. Quanto aos instrumentos utilizados para

procedimentos de análise, este trabalho se vale de ferramentas eletrônicas, como *WordList*, *Concord* e *KeyWords,* do pacote computacional *WordSmith Tools,* cuja apresentação mais detalhada se encontra no item 4.4.

A coleta de dados para composição de *corpus* obedeceu ao critério de relevância temática, ou seja, os trabalhos de conclusão de curso, selecionados para este trabalho, versam sobre LSF e tem em seus referenciais teóricos exposição de seus conceitos e pressupostos principais, de modo que seja possível a identificação de terminologia recorrente.

Para o tratamento dos dados, obedecemos aos seguintes passos: após selecionarmos os trabalhos de conclusão de curso (monografia, dissertação e tese), fizemos a conversão do formato *.pdf (Adobe Reader) para o formato *.txt extensão necessária à aplicação do programa *WordSmith Tools* (SCOTT, 2008), uma ferramenta de grande valia para os pesquisadores da Linguística de *corpus* que possibilita a coleta de amostras de uso da linguagem.

O pacote computacional *WordSmith Tools* apresenta três programas principais, são eles: o *WordList* que permite gerar listas de palavras contendo todas as palavras do arquivo ou arquivos selecionados, elencadas em conjunto com suas frequências absolutas e percentuais; o *Concord* que faz concordâncias de uma palavra específica com partes do texto onde ocorreu e o *KeyWords* que coleta palavras de acordo com a frequência.

Nesta pesquisa o programa *WordSmith Tools* permitiu o levantamento dos termos-chave da LSF, utilizados por estudantes brasileiros, de modo que será possível a sua definição a partir do padrão de ocorrência/recorrência. Após o levantamento dos termos-chave da LSF, iremos organizá-los em fichas terminológicas, as quais irão nos permitir elaborar uma tabela de informações estruturadas em torno das unidades terminológicas encontradas.

Fichas terminológicas

Para a elaboração desta e das posteriores seções metodológicas, a título de esclarecimento, utilizaremos como referência os estudos advindos de Almeida (2006) e as adaptações de Medeiros (2012), Figueiredo-Gomes (2014) e Figueiredo-Gomes & Oliveira Jr. (2015).

A ficha terminológica organiza, de forma bem estruturada e completa, dados acerca de uma unidade terminológica. É uma tabela de informações na qual é possível definir, delimitar, classificar e exemplificar um termo. Nela estão contidas informações importantes do termo estudado/analisado, tais como a fonte textual de coleta de um termo, segmentos de texto onde esse termo ocorre, contextos de uso(s), informações sobre variantes denotativas, sinônimos e construções recorrentes que o acompanham. No entanto, as fichas terminológicas não seguem um modelo padrão (FIGUEIREDO-GOMES, 2014, p. 06).

A proposta de ficha terminológica para esta pesquisa apresentará, caso seja possível, nove campos, conforme o Quadro 02 (FIGUEIREDO-GOMES, 2014, p. 06), adaptado de Medeiros (2012, p. 82-83):

Quadro 01 – Ficha Terminológica (FIGUEIREIDO-GOMES, 2014, p. 06).

FICHA TERMINOLÓGICA	
1. Número da Ficha	
2. Termo-entrada	
3.Informação gramatical	
4. Contexto (1)	
5. Contexto (2)	
6. Contexto (3)	
7. Definição (provisória)	
8. Subdomínio	
9.Equivalente em Inglês	

Os nove campos descritos na ficha terminológica serão preenchidos conforme informações fornecidas pelo *corpus* deste trabalho. As informações serão organizadas conforme critérios estabelecidos pelos campos da ficha terminológica. Feito isso, os campos preenchidos da ficha terminológica serão retirados dos *corpora*, o que possibilitará as informações para a feitura do verbete (FIGUEIREDO-GOMES, 2014, p. 07).

Composição microestrutural do glossário

A microestrutura é a principal parte constituinte de um glossário, pois esta integra a principal informação de uma obra lexicográfica. Nela estão inseridas informações a respeito do termo, a saber: gramaticais, definição(ões), contexto(s), equivalentes, remissivas, etc. Sobre isso, Barbosa (1995, apud Medeiros, 2012) afirma que "[...] uma vez adotado um programa para uma obra lexicográfica, teremos que sustentá-lo ao longo de toda a obra, caso contrário, corremos o risco de empobrecer a qualidade da obra lexicográfica".

Uma microestrutura, para Barbosa (1995, p. 266), deve ser constituída de:

Quadro 02 – Microestrutura possível para um dicionário terminológico, proposto por Barbosa (1995, apud MEDEIROS, 2012, p. 87).

Artigo = [+ Entrada (vocabulário) + Enunciado terminográfico (+ Paradigma Informacional 1 (pronúncia, abreviatura, categoria, gênero, número, etimologia, área, subárea, etc.), + Paradigma definicional (acepção específica da área científica/tecnológica ou de um falar especializado), +/- Paradigma Pragmático (exemplo de emprego específico daquela área), +/- Paradigma informacional (frequência, normalização, banalização/vulgarização/popularização, etc.), +/- Paradigma informacional (remissivas relativas ao universo do discurso em questão)].

No entanto, a proposta de microestrutura, que utilizamos nesta pesquisa, é advinda de Medeiros (2012), a qual se baseia no modelo proposto por Barbosa (1995), vejamos a seguir no quadro 03:

Quadro 03 – Proposta de microestrutura de Medeiros (2012, p. 87).

VERBETE= [termo entrada + Enunciado terminográfico + (Paradigma Informacional (categoria gramatical) + Paradigma definicional (definição) + Paradigma Pragmático (exemplo de emprego específico daquela área, contexto) + Paradigma de Forma Equivalente (equivalentes em Espanhol e Inglês) (+/- remissivas +/- notas)].

Informaremos, a seguir, um resumo detalhado do que constitui cada elemento do verbete, nos quais adotamos as orientações conforme os estudos de Figueiredo-Gomes (2014, p. 08-09), quando este propõe:

> 1) Termo entrada: entende-se por entrada a unidade léxica de qualquer extensão que, na composição do verbete lexicográfico é objeto de definição ou explicação e, eventualmente, de tratamento enciclopédico (PONTES, 2009). Em outras palavras, é o termo principal. A apresentação desse termo segue regras definidas como: o emprego de letras maiúsculas, em negrito e na forma lematizada. Essa forma se apresenta com o substantivo e o adjetivo no masculino singular; e se houver verbo, no infinitivo; 2) Paradigma de Forma Equivalente: apresenta-se na língua de chegada (no nosso caso, em inglês), com letra minúscula, em negrito, no singular; 3) Paradigma Informacional (categoria gramatical): informa a natureza gramatical do termo. Apresenta-se em itálico e abreviado. Exemplo: Adjetivo – adj; 4) Paradigma definicional (definição): limitar-nos-emos, para este projeto, apenas ao registro das definições encontradas no próprio corpus e nas obras de referências, seguindo os princípios propostos por González-Jover e Vargas Sierra (apud COLLAÇO, 2008, p. 87-88); 5) Paradigma Pragmático: exemplo de emprego específico daquela área retiradas do contexto. Serão apresentados entre os sinais <>; 6) Remissivas: poderão ocorrer ou não. Remetem o usuário a outro termo relacionado ao termo do verbete. São representadas pela sigla TR; 7) Notas: serão usadas, quando necessário, para fornecerem informações a respeito do termo no verbete.

Composição macroestrutural do glossário

A organização macroestrutural do glossário obedeceu ao critério de ordem alfabética (linear: rigor a ordem alfabética com entrada principal e agrupamento: reunião das palavras por famílias lexicais e, posteriormente, ordem alfabética), o qual possibilitará apresentar os termos técnicos da LSF e seus respectivos equivalentes em língua inglesa. Nesta pesquisa, optamos por organizar um vocabulário bilíngue especializado (português-inglês / inglês-português).

A composição macroestrutural dispõe sobre os dados referentes da unidade terminológica, a qual é integrada em dois elementos: a entrada (unidade lexical ou terminológica que encabeça um verbete) e o enunciado lexicográfico/terminográfico (informações fornecidas sobre ela) (FIGUEIREDO-GOMES, 2014, p. 09).

Passos para a eloboração do glossário

Para a organização desta seção, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos a respeito do glossário. Por opção metodológica de pesquisa, iremos organizar duas (02) fichas terminológicas, as quais irão nos possibilitar mostrar as informações de alguns termos da LSF. O critério de escolha dos dois (02) termos tem por explicação básica por serem uns dos mais técnicos da área especializada, quais sejam: **Lexicogramática** e **Transitividade**. As fichas terminológicas irão nos possibilitar organizar dados bem estruturados e completos a respeito do termo em estudo. Informamos, ainda, que a conclusão de todas as fichas terminológicas, nas quais estarão contidos todos os termos-chave da LSF, será feito em um trabalho de pós-graduação, no qual será possível obter a conclusão deste glossário. A numeração da ficha obedecerá à ordem linear do termo, de como está disposto no vocabulário.

FICHA TERMINOLÓGICA	
1. Número da Ficha	50
2. Termo-entrada	Lexicogramática
3. Informação gramatical	Substantivo composto
4. Contexto (1)	"[...] as circunstâncias podem sim aparecer livremente em todos os tipos de processos, com vistas a atender aos propósitos dos usuários que fazem uso da linguagem quando a emprega no estrato da **lexicogramática**" (SILVA, 2013, p. 45).
5. Contexto (2)	"[...] as relações tema/rema contribuem para a estrutura da **lexicogramática** e as relações dado/novo, para a estrutura da informação" (MENDES, 2010, p. 21).
6. Contexto (3)	"A transitividade é a categoria da **lexicogramática** relacionada ao componente ideacional da Linguística Sistêmico-Funcional" (SOUZA, 2006, p. 26).
7. Definição (provisória)	Realização do estrato semântico-discursivo através do sistema de texto, de transitividade e de modo e que se realiza materialmente pelas escolhas no estrato grafofonológico.
8. Subdomínio	Linguística Sistêmico-Funcional
9. Equivalente em Inglês	Lexicogrammar

FICHA TERMINOLÓGICA	
1. Número da Ficha	95
2. Termo-entrada	Transitividade
3. Informação gramatical	Substantivo
4. Contexto (1)	"[...] gramática entende a **transitividade** como uma propriedade exclusiva do verbo, cabendo a mesma a familiar oposição entre verbos transitivos (que necessitam de um complemento para que sua significação esteja completa) e verbos intransitivos (que dispensam esse complemento)" (SILVA, 2013, p. 13)
5. Contexto (2)	"[...] i) o estudo acerca dos textos produzidos em ambiência digital pode ampliar a noção que se tem de **transitividade** e, consequentemente, de como as circunstâncias contribuem para o sentido nesse suporte [...]" (MENDES, 2010, p. 04-05).
6. Contexto (3)	"O terceiro componente do sistema de **transitividade** são as circunstâncias que se referem às condições e coerções relacionadas ao processo, tais como a Extensão temporal [...]" (SOUZA, 2006, p. 58).
7. Definição (provisória)	Sistema de relação entre componentes que constitui uma representação através de um processo e participantes (quem faz o quê) de circunstâncias associadas ao processo (onde, quando, como, por que, etc.).
8. Subdomínio	Linguística Sistêmico-Funcional
9. Equivalente em Inglês	*Transitivity*

A microestrutura do glossário

As 02 (duas) microestruturas, a seguir apresentadas, foram elaboradas através das terminológicas preenchidas na seção anterior, nas quais foram colhidas informações para a feitura da composição microestutural do glossário.

L – l

LEXICOGRAMÁTICA *Subs. comp.* Realização do estrato semântico-discursivo através do sistema de texto, de transitividade e de modo e que se realiza materialmente pelas escolhas no estrato grafofonológico. <[...] as relações tema/rema contribuem para a estrutura da lexicogramática e as relações dado/novo, para a estrutura da informação>. **lexicogrammar**.

T – t

TRANSITIVIDADE *Subs.* Sistema de relação entre componentes que constitui uma representação através de um processo e participantes (quem faz o quê) de circunstâncias associadas ao processo (onde, quando, como, por que, etc.). <O terceiro componente do sistema de **transitividade** são as circunstâncias que se referem às condições e coerções relacionadas ao processo, tais como a Extensão temporal>. **transitivity**.

A construção das duas microestruturas acima apresentadas é o resultado da organização feita pelas fichas terminológicas. Dessa forma, será possível elaborar todas as informações microestruturais referentes à LSF, uma vez que esta possibilitou, com facilidade e agilidade, a constituição dos verbetes do glossário.

Conclusão

Ao longo da feitura deste trabalho monográfico, discutimos, sob o enfoque da teoria da terminologia, noções básicas da organização de um glossário e de como se configura sua composição estrutural. No que tange à organização do glossário, fizemos uma rápida discussão a respeito da teoria da lexicografia, cujo objetivo maior

é arte de fazer dicionários, glossários, vocabulários, etc., acerca dos aspectos mega-estruturais, macroestruturais, medioestruturais e microestruturais.

Nosso maior objetivo nesta pesquisa foi estudar os termos-chave da linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de cursos (monografia, dissertação e tese) de graduação e pós-graduação, objetivo este que nos possibilitou compilar um vocabulário terminológico (Português – Inglês / Inglês – Português) e elaborar proposta do glossário dos termos-chave da LSF.

Ao iniciar nossa pesquisa, definimos como principal público-alvo, para iniciados e iniciantes, o especialista em Linguística Sistêmico-Funcional. Portanto, utilizamos como fonte de pesquisa três trabalhos de conclusão de cursos, de três gêneros diferentes (monografia de graduação, dissertação de mestrado e tese de doutorado), que utilizaram a teoria referida no aporte teórico de seus textos.

Obtivemos como resultado, para este momento, o levantamento de 100 (cem) unidades terminológicas, as quais foram compiladas no vocabulário em LP – LI / LI – LP (NASCIMENTO-MENDES, 2015). A título de esclarecimento, as definições de todas as unidades terminológicas encontradas serão feitas em um trabalho de pós-graduação, quando será possível obter a feitura de um glossário de termos-chave da LSF, seguindo a proposta aqui elaborada. Assim, acreditamos que os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram cumpridos, já que respondemos nossos principais questionamentos.

Referências

CABRÉ, M, T. **Terminology:** theory, methods, and applications. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1999.

DAMIM, C. **Parâmetros para uma avaliação do dicionário escolar.** 2005. 233 p. Dissertação (mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FIGUEIREDO-GOMES, J. B. **Termos-chave da gramaticalização segundo a perspectiva da linguística funcional**. (Projeto de pesquisa PIBIC/CNPq). Departamento de Letras Vernáculas, *Campus* Avançado Prefeito Wálter de Sá Leitão, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Açu, 2014.

FIGUEIREDO-GOMES, João Bosco; OLIVEIRA JR., Lázaro Vieira Almeida. **Termos-chave da gramaticalização**. Açu: Edições UERN, 2015.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira de. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara R. Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Santa Maria: UFSM, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **A course in spoken English**: Intonation. London: Oxford University Press, 1970.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English.** London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2nd edition. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. Revised by. 3rd edition. London: Arnold, 2004.

MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. A. The structure of discourse and "subordination". IN: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MEDEIROS, F.R. B. **Elementos para a microestrutura de um glossário dos termos da audiodescrição.** Fortaleza. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará/Brasil, 2012.

MENDES, W. V. **As circunstâncias e a construção de sentido no blog**. Pau dos Ferros: UERN, 2010. (Dissertação de mestrado).

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar: o que é e como se ler**. Fortaleza, Eduece, 2009.

PORTO DAPENA, J. A. **Manual de técnica lexicográfica.** Madrid: Arco Libros, 2002.

SAGER, Juan C. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1990. 254 p.

SCOTT, M. **Word Smith Tools**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SANTIAGO, M. S. **Redes de palavras-chaves para artigos de divulgação cientifica da Medicina:** Uma proposta à luz da Terminologia. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, 2007, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SILVA, J. F. **O papel das circunstâncias na construção dos sentidos em narrativas orais dos quilombolas de Portalegre/RN**. Pau dos Ferros: UERN, 2013. (Monografia de graduação).

SOUZA, M. M. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife: UFPE, 2006. (Tese de doutoramento).

SIMPÓSIO TEMÁTICO

AS RELAÇÕES PARAFRÁSICAS DEPREENDIDAS DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS INTRODUZIDAS POR *OU SEJA*

JOSEFA JACINTO DE FRANÇA (UVA)
CAMILO ROSA SILVA (UFPB)

Considerações iniciais

Nesse artigo, temos como objeto de estudo construções apositivas introduzidas pelo marcador de base verbal *ou seja*, particularmente as estruturas *desgarradas* ou unidades independentes, nos termos de Decat (2011)**.** As construções apositivas aqui focalizadas remetem a estruturas constituídas de duas unidades: a unidade *base ou matriz,* e a unidade *apositiva*, a segunda encabeçada pelo marcador já referido e separada da primeira unidade através por um sinal de pontuação. Convém mencionar que ambas as unidades podem ser formadas ora por sintagmas nominais (SNs), ora por cláusula ora por um conjunto de cláusulas. Essa(s) cláusula(s), portanto, resultando em período simples ou período composto, respectivamente, visto que são caracterizadas pela presença de formas verbais ou de locuções verbais.

Na presente análise, consideramos a dimensão estrutural das construções apositivas, constituídas conforme descrito acima, e mostramos como pode se estabelecer a relação de (des)equilíbrio entre o material sintático das estruturas das duas unidades, A e B, através da utilização do critério denominado *peso*. No que tange à dimensão conteudística, avaliamos as relações parafrásicas que se impõem como característica inerente à relação apositiva. Ou seja, a paráfrase se apresenta como uma característica genérica de construções apositivas, no que se refere à atividade de reformulação que envolve o aspecto semântico-discursivo da aposição.

O trabalho constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla, que inclui outros marcadores de base verbal, coletados em periódicos semanais da esfera jornalística (VEJA, ISTOÉ e ÉPOCA), do ano de 2012, mas, para este momento, consideramos uma amostra de doze textos de teor opinativo e limitamo-nos ao marcador *ou seja*.

Como aporte teórico, nos situamos na seara do funcionalismo linguístico. Na base dessa corrente, os enunciados são relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal; o que leva o pesquisador a analisar dados extraídos de situações reais de interação comunicativa. Em assim sendo, a língua não pode ser vista como um conhecimento autônomo, desvinculado do comportamento social; mas reflete uma adaptação, feita pelo falante dessa língua, às diferentes situações de comunicação. Assim esclarecidos, procuramos, ao longo da análise, não nos distanciarmos dessas concepções.

No que concerne ao tema em estudo – a aposição –, respaldamo-nos nas proposições teóricas de Halliday (1985), como também, no referencial analítico desenvolvido por Nogueira (1999), Dias (2005; 2006), Gonçalves (2007) e Meyer (1992). Além desses autores, fomos conduzidos pela proposta de Wenzel (1985), no que se refere à classificação de paráfrase, e pela proposta de Decat (2011), no que se refere a estruturas *desgarradas.*

No fluir do texto, realizamos um esboço sobre as linhas gerais que costuram o fenômeno da aposição; e, na sequência, primeiramente, observamos aspectos estruturais que concernem à relação de peso (simetria/assimetria) nas construções apositivas do *corpus*, para, depois, analisarmos a atuação da paráfrase nas unidades apositivas B.

O fenômeno da aposição (perspectivas tradicional e linguística)

O tratamento da “aposição” pela tradição gramatical não tem sido suficientemente esclarecedor. Há falta de consenso entre os gramáticos no que se refere à conceituação, à identificação e, principalmente, à diferenciação do aposto instanciado linguisticamente como sintagma simples ou sintagma oracional, o que tem causado insatisfação naqueles que demonstram interesse em pesquisar ou mesmo em estudar esse tema.

Consideremos os pontos de vista de Bechara (1999) e de Cunha e Cintra (1985) para ilustrar esse ponto. O primeiro define o aposto como um Substantivo - ou expressão equivalente - modificador de um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva), denominado de termo fundamental. Tal modificação

acontece sem que seja necessário outro instrumento gramatical marcante desta função adnominal. O autor assinala que, sob o aspecto semântico, a aposição[1] pode ser denominada *específica* ou *especificativa* e *explicativa*. Já os últimos entendem ser o aposto um "termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou de apreciação." (p.151-2). A partir daí, classificam o aposto em explicativo, especificativo, atributivo, oracional e enumerativo.

De igual modo, na literatura linguística, não há consenso entre os estudiosos no que se refere aos limites conceituais de uma construção apositiva. Comumente, o termo *aposição* tem sido aplicado à justaposição de duas ou mais expressões. As investigações a respeito do estatuto sintático da aposição, dos critérios de identificação e classificação têm gerado divergências entre aqueles que buscam enquadrá-la em um dos tipos de relação – a coordenação, a parataxe, ou a subordinação –, o que resulta em restrição ou expansão no conjunto de construções consideradas apositivas.

Segundo Meyer (1992), a aposição é uma relação gramatical realizada por construções que possuem características sintáticas, semânticas e pragmáticas específicas. Segundo o autor, a maior parte das aposições apresenta-se constituída por Sintagmas Nominais (SNs), podendo também realizar-se por aposição não-nominal sintagmática (Sintagma Preposicional, Sintagma Adverbial, Sintagma adjetival – Sprep; SAdv; SAdj, respectivamente), oracional, sentencial, ou ainda por diferentes classes de palavras. Quanto ao aspecto sintático, na aposição, as unidades A (base) e B (apositiva) apresentam uma relação de gradação: da aposição mais prototípica até a que está na fronteira entre a aposição propriamente dita e a relação de coordenação.

Já Halliday (1985), considera a aposição como uma relação lógico-semântica de expansão que se dá dentre a cláusula matriz e a cláusula apositiva; esta expandindo a outra, elaborando o significado da primeira, promovendo uma maior caracterização do elemento já presente, exemplificando, clarificando a informação e adicionando atributo.

---

1. O autor não diferencia os termos aposição/aposto.

Conforme Gonçalves *et al.* (2007), as construções apositivas apresentam-se divididas em dois grupos: de um lado, temos as que apresentam uma unidade apositiva (B) introduzida por conector (ø); do outro lado, as que apresentam a unidade apositiva (B) introduzida por conector discursivo, tais como *quer dizer*, *ou seja, isto é*, *vale dizer* e *por exemplo*. Para os autores, as unidades apositivas introduzidas por conectores discursivos de base verbal comumente apresentam função semântica de paráfrase e a função textual discursiva de avaliação (ou avaliação conclusiva).

Na visão de Meyer (1992), Nogueira (1999, 2005) e Dias (2005, 2006), as unidades apositivas introduzidas por conector (ø) também apresentam a função parafrásica como a mais recorrente.

Na seção a seguir, cuidamos da dimensão estrutural das construções em estudo, analisando a relação de peso que se estabelece entre as unidades A e B.

Relação de peso (simetria/assimetria) nas aposições do *corpus*

Observamos a conexão entre a unidade A (base ou matriz) e a unidade B (apositiva), para verificarmos como se codifica a relação semântica existente entre ambas as unidades; no caso, a *correferência do ponto de vista do locutor*, a qual nos leva a visualizar ora a existência de certa simetria, ora de certa assimetria entre as duas unidades. Embora ocorra tanto simetria como assimetria nas construções apositivas, a assimetria é que parece lhe ser mais típica, no que se refere à aferição de peso. É provável que isso seja consequência das características apontadas por Halliday (1985), para quem a unidade apositiva expande, clarifica e adiciona atributos à unidade matriz. Assim, a (in)completude semântica da matriz é determinante do volume informacional e consequentemente estrutural que a apositiva vai demandar.

A categoria *peso* relaciona-se, portanto, à aferição do volume estrutural e sua codificação sintática que compõem as unidades da construção apositiva.

Percebemos que, quando o elemento base da unidade A é formado por um SN (frase sem a presença do verbo, conforme a tradição gramatical) e a unidade B é formada por cláusula ou cláusulas, essa unidade B se apresenta *pesada* em relação à unidade A, que, consequentemente, se apresenta *leve*. Mas o inverso também é factível entre as duas unidades, ou seja, a unidade A pode se apresentar *pesada*, e a unidade B *leve*.

No caso de as duas unidades serem constituídas por cláusula ou cláusulas, será considerada *leve* a unidade que apresentar um menor número de cláusulas (- cláusulas); e será considerada *pesada* a unidade que apresentar um maior número de cláusulas (+ cláusulas). Nessas situações em que os pesos são distintos, temos a relação de assimetria.

Pode acontecer também de as duas unidades da aposição serem formadas por SNs; o que as torna *lev*e e *leve* (simetria). Do mesmo modo, nos casos em que as duas unidades da construção apresentam o mesmo número de cláusulas, a construção será considerada *pesada* em ambas as unidades; ou seja, *pesada/pesada*, resultando também em simetria.

No quadro, a seguir, podemos melhor visualizar como se apresentam os fatos linguísticos mencionados acima:

QUADRO 1: Formação das unidades da construção apositiva.

Unidade A(elemento base)	**Unidade B (apositiva)**	**Relação de peso**
Sintag. Nominal	Cláusula	leve/pesada
Cláusula(s)	Sintag. nomina(SN)	pesada/leve
Sintag. Nominal(SN)	Sintag, nominal (SN)	leve/leve
Cláusula	Cláusulas	leve/pesada
Cláusulas	Cláusula	pesada/leve
Cláusula	Cláusula	pesada/pesada
(-) Cláusulas	(+) Cláusulas	leve/pesada
(+) Cláusulas	(-) Cláusulas	pesada/leve

Vejamos alguns dados do *corpus*, em que a relação de peso é *simétrica*, seguindo-se das construções em que a relação é *assimétrica*.

Relação de peso simétrica:

A relação de peso pode se dar de forma simétrica em duas situações: com ambas as unidades leves, caso (1) ou com ambas pesadas, como em (2), a seguir:

> (1) Mirabeau, enquanto atirava, em público, a fogueira, trocava cartas em segredo com o rei Luis XVI. Pela medida do homem comum, seria um canalha. Mais adiante, ao galgar o posto máximo na TV espanhola, empreende maciça cobertura das viagens e dos atos do futuro rei, contribuindo para torná-lo familiar aos espanhóis. Quem esperaria de tal espertalhão o gesto daquela noite? Um gesto de coragem, de graça, de rebeldia, de liberdade, um gesto de violência mas também um gesto de autoridade. **Ou seja: um gesto de um político puro.** (*VEJA*, dez., 2012)

Nesta ocorrência, a relação se estabelece entre a unidade A, formada por SN e a unidade B, também formada por SN. Há, portanto, um equilíbrio de peso entre as duas unidades que compõem a construção apositiva.

> (2) A Delta, não por coincidência, mantinha um contrato de consultoria com o ex-ministro José Dirceu, condenado a dez anos de prisão por chefiar a quadrilha do mensalão. A Delta, não por coincidência, fez chegar à CPI informações de que aqueles repasses-fantasma tinham como destino funcionários públicos e campanhas políticas. **Ou seja: parte do dinheiro que a empresa faturava do governo era revertido em milionários pagamentos de propina.** (*VEJA*, dez., 2012)

Temos o caso em que se relacionam duas cláusulas na unidade base, destacada por sublinha, e duas cláusulas na unidade apositiva, destacada em negrito. Há, portanto, uma relação de peso calcada no equilíbrio entre as estruturas.

Essa relação pode se ampliar para estruturas ainda mais densas, com maior volume informacional e codificação sintática mais complexa, como a que mostramos a seguir:

(3) As descobertas sobre a irisina foram divulgadas pelas prestigiosas revistas científicas *Nature e Cell*. Os estados conduzidos pelo médico Bruce Spiegelman, da universidade Harvard, nos Estados Unidos, avaliaram o impacto da irisina em camundongos. Durante três semanas, as cobaias praticam uma hora diária de atividade física sobre rodas (o equivalente a um exercício em esteira ergométrica), em ritmo de caminhada rápida. A partir do 21º dia (da décima semana no calendário humano), os animais produziram irisina em quantidade suficiente para ativar em determinadas células de gordura a termogênese, processo no qual ocorre à produção de calor. **Ou seja, o que se mostra aqui é que a irisina tem o poder de acelerar o metabolismo do tecido adiposo (em até cinqüenta vezes) e, portanto, de fazer emagrecer.** (*VEJA*, ago., 2012)

Há quatro cláusulas compondo a unidade base e o mesmo número de cláusulas na unidade apositiva.

Relação de peso assimétrica:

A relação de peso pode se dar de forma assimétrica em duas situações: apresentando a unidade A leve e a unidade B pesada, ou a unidade A pesada e a unidade B leve, conforme constataremos a seguir:

(4) Sparks tornou-se o autor preferido entre os jovens. Leia o livro, assista ao filme. O segmento, contudo, não exclui o que os Publishers chamaram de "sucesso de prateleira". **Ou seja**, **os títulos que ficam entregues à poeira nas livrarias**. (*ISTO É*, mai., 2012)

Observamos a presença de um SN compondo a unidade base com aposição de uma cláusula na segunda unidade; uma assimetria estrutural, portanto, se confirma com o peso maior da unidade apositiva. Mas esse desequilíbrio não se efetiva somente na relação SN(s)/Cl(s); ele pode ser observado também quando uma das unidades apresenta um número de cláusulas maior que o da outra, vejamos:

(5) Diz Sterling Anderson, do MIT: "É verdade que novos dispositivos deixam as pessoas menos cuidadosas, mas isso não é razão para deixarmos de desenvolver sistemas que salvam vidas".**Ou seja, em vez de aprender com seus erros correndo o risco de se acidentar, os motoristas serão educados com luzes, sirenes, vibrações no banco ou tendo que se conformar em entregar o controle para alguém mais habilidoso ao volante: seu próprio carro.** (ISTOÉ, jul., 2012)

Nessa ocorrência, encontramos uma relação entre estruturas robustas, constituídas, a da unidade base por 05 (cinco) cláusulas, enquanto a da unidade apositiva apresenta 07 (sete) cláusulas. O desequilíbrio estrutural pende, mais uma vez para a unidade apositiva.

A relação de assimetria também ocorre em gradiência decrescente, isto é, a estrutura mais pesada é a que compõe a unidade base. É o que ocorre em:

(6) O perfumista experiente é capaz de montar a primeira versão de uma nova fragrância usando apenas a memória, imaginando como será o resultado da mistura dos ingredientes selecionados. **Ou seja: resfriados não impedem um perfumista de criar, mas podem atrapalhar, dependendo da etapa de criação.** (VEJA, mar., 2012)

Nesse caso, a unidade A contém 05 (cinco) cláusulas, enquanto a unidade B se desenvolve com apenas 03 (três) cláusulas. O desequilíbrio é estruturalmente favorável à unidade base.

Na próxima seção, voltamos o olhar para aspectos semântico-discursivos da aposição, contemplando a análise das relações parafrásicas que a configuram.

O fenômeno da paráfrase nas aposições

Os linguistas que se voltam para análise de língua falada, ao abordarem o fenômeno da paráfrase, apresentam pensamento convergente ao considerá-la como um termo que se utiliza na comparação de enunciados formalmente distintos. Castilho (2004), por exemplo, define paráfrase como "uma repetição de conteúdos que,

precisamente por terem sido repetidos, se acrescentaram semanticamente e, nesse sentido, mudaram". (CASTILHO 2004, p. 75).

Nogueira (1999) vê a paráfrase como um dos tipos principais de atividades de reformulação, na qual há equivalência semântica. A pesquisadora, quando se refere, especificamente, à aposição reformulativa, afirma ser o próprio falante quem retoma o que foi formulado anteriormente, parafraseando, retificando, conforme suas intenções em relação à possibilidade de ser compreendido. Já para Wenzel (1985), a paráfrase se materializa quando, em dois enunciados linguísticos, há uma ideia igual ou semelhante. Nesse caso, o segundo enunciado seria uma retomada parcial ou total do primeiro.

Pelo exposto, não nos restam dúvidas de que a paráfrase consiste, basicamente, em repetição de conteúdos; tais conteúdos podem, entretanto, sofrer deformações semânticas, ou seja, não há garantia de que se preserve a essência da informação parafraseada. Nesse sentido, Fuchs (1982, p. 49-50) conceitua paráfrase como "transformação progressiva do 'mesmo' (sentido idêntico) no 'outro' (sentido diferente). Para redizer a 'mesma coisa', acaba-se por dizer 'outra coisa', no termo de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, imperceptíveis."

Assim, os mesmos conceitos e tipos alçados acerca da paráfrase pelos diversos autores, para a análise da língua oral, estão sendo aqui estendidos à modalidade da língua escrita, por entendermos que quem escreve utiliza-se de paráfrases, assim como o faz na oralidade, com a finalidade primeira de garantir ao leitor a compreensão dos conteúdos expostos na produção de seus textos ou tornar mais consistente o teor argumentativo presente em determinadas passagens do texto.

Logo, não seria precipitado afirmar que esse recurso se revela claramente nos dados do *corpus* deste trabalho. Senão, vejamos um exemplo:

> (7) Até alguns anos atrás, as novidades mais bem-vindas na segurança automotiva eram os freios ABS e os airbags. Agora, a tendência é apostar em dispositivos "de para-choque", **ou seja**, **aqueles que evitam colisões, geralmente pela redução automática da velocidade.** (ISTOÉ, jul., 2012)

Percebemos, na formulação da paráfrase contida nessa ocorrência de aposição, que a informação apresentada no elemento base da unidade A (em sublinha) é retomada e reformulada na unidade apositiva B, procurando o autor conservar a

equivalência semântica entre as duas fatias de informação. Provavelmente, o autor assim procede visando tornar mais clara a interpretação daquilo que enuncia, como também, pode estar antecipando-se a potenciais lacunas que o conhecimento de mundo do leitor poderia apresentar.

O dado a seguir, coletado no *corpus* da pesquisa, ilustra uma situação em que a paráfrase parece extrapolar a reformulação, deformando em algum grau o conteúdo básico da unidade retomada:

> (8) Mirabeau, enquanto atirava, em público, a fogueira, trocava cartas em segredo com o rei Luis XVI. Pela medida do homem comum, seria um canalha. Mais adiante, ao galgar o posto máximo na TV espanhola, empreende maciça cobertura das viagens e dos atos do futuro rei, contribuindo para torná-lo familiar aos espanhóis. Quem esperaria de tal espertalhão o gesto daquela noite? Um gesto de coragem, de graça, de rebeldia, de liberdade, um gesto de violência mas também um gesto de autoridade.“**Ou seja: um gesto de um político puro”.** (VEJA, dez., 2012)

Seria forçado interpretar o conteúdo da unidade apositiva, que parafraseia e reformula o da unidade base, como equivalentes, uma vez que se pode atribuir sentidos os mais variados à expressão “político puro”, não se restringindo sua abrangência à listagem de características (atribuídas pelas locuções adjetivas: de coragem, de graça, de rebeldia, de liberdade, de violência, de autoridade) que o nome “gesto” recebe na primeira unidade.

Pelo visto, o fenômeno da paráfrase encontra-se extremamente vinculado à aposição. Para classificar os dados do *corpus*, conduzimo-nos, basicamente, pela proposta de Wenzel (1985), apresentada por Hilgert (1989), a qual considera os seguintes tipos de paráfrases reconstrutivas: *completa; desconcretizadora*; *concretizadora*; *expansiva*; *sintetizadora; enfatizadora*; *atenuador*a e *epilinguístic*a.

Apesar de essa divisão das paráfrases reconstrutivas ser relativa à sua realização em textos da oralidade, assumimos sua aplicação no *corpus*, por entendermos que a prática negociada de fazer reformulações também ocorre na escrita, embora, nesta, o autor não possa contar com a participação imediata do leitor. No entanto, essa prática é potencialmente estabelecida, guardadas as devidas limitações, consi-

derando-se a possibilidade de antever-se a participação responsiva do interlocutor, conforme as pressuposições formuladas pelo autor.

Tendo em vista estarmos diante apenas de um recorte, aplicamos a proposta de Wenzel (1985) aos dados, enquadrando as ocorrências do marcador discursivo *ou seja* em apenas quatro tipos de paráfrase. A distribuição se faz acompanhar, respectivamente, de definições e exemplos, que ilustram os tipos, considerando o uso do elemento linguístico analisado.

Vejamos os dados:

> (9) Na Suíça, o cientista Henry Markram, diretor do Instituto do Cérebro, da Escola Politécnica de Lausanne, tenta recriar as funções do cérebro de um mamífero. Até agora, conseguiu reproduzir o córtex de um rato e intenta fazer o mesmo com o humano. Ele estima que o seu cérebro humano estará pronto em 2014. Na França, cientistas da Universidade de Montpellier orquestraram resultado igualmente ousado: transformaram uma célula de um homem de 74 anos em célula-tronco embrionária.**Ou seja,** a deixaram **em um estado no qual tornou novamente capaz de se transformar em qualquer tecido do corpo**. (*ISTO É*, fev., 2012)

Temos, neste caso, o que se denomina **paráfrase completa**. Esse tipo se caracteriza pelo fato de observar todo o enunciado original parafraseado "com outras palavras", ampliando as oportunidades de compreensão dos ouvintes, levando, assim, em consideração que nem todas as pessoas que ouvem um discurso compartilham o mesmo repertório lexical.

De fato, a construção apositiva, em negrito no exemplo, parafraseia todo o elemento base, destacado em sublinha, ampliando a oportunidade de a informação contida nesse elemento ser bem compreendida pelo leitor/ouvinte. Detectamos uma preocupação do autor, especialmente, em esclarecer o que seria uma *célula-tronco embrionária*, considerando, talvez, o desconhecimento do leitor em relação a essa terminologia.

Em (10), a seguir, ocorre a **paráfrase enfatizadora**, isto é, aquela em que a ênfase pode ser dada via recursos linguísticos diversos, tais como: sinônimos amplificadores, advérbios intensificadores, ou outros:

(10) E, como VEJA já havia revelado, vinha da sigma o dinheiro que pagava os valiosos serviços de consultoria prestados por José Dirceu à Delta.**Ou seja: para Dias, há fortes evidências de que o lucro de Dirceu pode ter sido muito maior que os 20 000 reais declarados.** (*VEJA*, dez., 2012)

O autor utilizou recursos linguísticos de intensificação, a exemplo dos adjetivos (*fortes* e *maior)* e do advérbio (*muito*) para impor mais reforço na defesa de seu ponto de vista sobre o que é veiculado na unidade base.

Já em (11), o caso se constitui como exemplo de **paráfrase atenuadora**: aquela que lança mão de estratégias para que a atenuação seja perceptível. Nesse tipo de paráfrase, podem ser usados alguns advérbios delimitadores ou expressões que se prestem a atenuar um termo, ou mesmo todo o enunciado original.

(11) Em primeiro lugar, os chineses entenderam que é melhor ter quarenta alunos em contato com um bom professor do que vinte, em duas salas, uma com um professor bom e outra com um ruim. Em segundo lugar, diminuindo radicalmente o número de funcionários administrativos, que não dão aula. **Ou seja, aquilo que é menos importante precisa ser sacrificado.** *(VEJA*, jan., 2012)

A expressão *menos importante* atenua o conteúdo da unidade base. O uso do advérbio de intensidade negativa imprime o ponto de vista do enunciador, revelando sua percepção acerca da atribuição de menor relevância à classe dos *funcionários administrativos*.

Por fim, vejamos um último dado:

(12) Cheguei à conclusão que falta pouco para ser criado no Brasil o Ministério do Politicamente Correto, cujo objetivo será cercear o uso de palavras e expressões da língua "politicamente incorreto". **Ou seja, controlar o que o falante tem de mais precioso, a sua liberdade de expressão.** (*VEJA*, março, 2012)

O trecho em negrito refere-se ao emprego da linguagem pelos falantes, em geral, posicionando-se sobre a inadequação de uma decisão que interfere no modo de as pessoas usarem a língua. Essa preocupação com o que ocorre em relação aos usos linguísticos situados em contextos específicos é bem característica dos eventos de comunicação.

Temos, assim, exemplo de **paráfrase epilinguística**, tipo que se caracteriza pelo fato de seu conteúdo alimentar reflexões ou questionamentos sobre a língua(-gem), ao mesmo tempo em que desenvolve ideias em torno dos usos linguísticos em si mesmos.

Considerações finais

Assumimos que a aposição, no *corpus* analisado, identifica-se como uma relação de expansão por elaboração, nos termos de Halliday (1985), entre sintagmas nominais (SNs), cláusula, cláusulas, período ou períodos.

Nosso propósito consistiu em abordar tanto a dimensão estrutural como a conteudística do fenômeno observado. Isso nos levou a verificar, na relação de peso, a ocorrência da simetria como também da assimetria entre as unidades formadoras da aposição. No que concerne a essa relação, observamos que o conector *ou seja* introduz unidades apositivas ora simétricas, ora assimétricas; entretanto, no *corpus*, estas são mais recorrentes que aquelas.

Percebemos, ainda, que, no tocante à dimensão semântico-discursiva, o falante lança mão de paráfrases, procurando sustentar a interação e obter êxito na comunicação. Além disso, as características de reformulação e de esclarecimento da aposição viabilizadas pelas paráfrases ratificam o *desgarramento* entre as unidades A e B das construções apositivas do *corpus*, tendo como marca material, na escrita, o uso dos diversos sinais de pontuação demarcadores das fronteiras entre as unidades em estudo.

Referências

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
CASTILHO, A. T. A língua falada no ensino do português. São Paulo, Contexto, 2004.
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1985.
DECAT. M. B. N. Estruturas desgarradas em língua portuguesa. Campinas: Pontes, 2011.
DIAS, N. B. Cláusulas apositivas em português; estatuto sintático-discursivo. Comunicação no GEL. Santo André. Junho de 2005a.
_____. Cláusulas apositivas "desgarradas" em português: estatuto sintático-discursivo. Veredas / UFRJ, 2005b.
_____. Cláusulas apositivas "desgarradas" em português: estatuto sintático-discursivo. In: Veredas. Juiz de Fora. V.8, n.1, p. 63-67, 1º semestre 2006.
FUCHS, C. La paraphrase. Paris: Press universitaries de France, 1982.
GONÇALVES, S. C.*et al*.(org.) *Introdução à gramaticalização*: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola, 2007.
HALLIDAY, M.A.K. An introduction to function grammar. 2 ed., London, Edward Arnold, 1985.
HILGERT, J. G. A paráfrase um procedimento de construção do texto diálogo. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutoramento, 1989.
MEYER, C. F. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.
NOGUEIRA, M. T. *A oposição não restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*.**(**Tese de Doutorado). Unesp/Araraquara, 1999.
WENZEL, A. *Funktionem komunicativer paraphrasen.* In: *Dialogfosschun*. Tradução: J. G. HILGERT. São Paulo, 1985.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAIS DA "RELATIVA LIVRE" INTRODUZIDA POR PRONOME *QUEM*

ALINE PRISCILLA DE ALBUQUERQUE BRAGA (UFRN/CNPQ)[1]

Introdução

Pesquisas de natureza tipológica, como a realizada por Keenan (1985), revelam que a cláusula relativa restritiva pode ser classificada em dois tipos, com base na existência de um nome domínio: as orações que apresentam o nome domínio expresso são denominadas relativas com antecedente, já aquelas que ou não exibem esse nome domínio ou o exibem dentro da relativa são consideradas relativas livres (sem antecedente). A título de exemplificação, atentemos para as amostras assinaladas em (1) e em (2).

(1) A sua carta de 6 do mes proximo passado| me deo grande saptisfação [...] de ter| achado com saúde toda a sua Familia, **á quem| rendo os meus respeitos**, que igualmente são derigi=|dos por minha mulher [...] (*Corpus* PHPB, carta particular)

(2) No dia 20 do corrente, perdeo-se [...] hum| alfinete de peito de 1 brilhante; roga-se **a quem| o achar**, o entregue no Armazem de Dias e| Costa, á rua nova do Commercio, número 10, que | será bem recompençado. (*Corpus* PHPB, anúncio)

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista do CNPq.

A estrutura destacada em (1) apresenta os seguintes elementos: um sintagma nominal modificado pela relativa (o substantivo *família*); uma cláusula restringidora (a sequência *á quem rendo os meus respeitos*) e um sintagma nominal relativizado (o pronome relativo *quem*). Em (2), contudo, não é possível atestar a existência do sintagma nominal modificado pela oração iniciada por *quem*, pois ele estaria interno à cláusula relativa, segundo Keenan (1985).

Em virtude da carência de estudos sobre as relativas sem antecedente que se debrucem sobre critérios outros, além dos formais, busco, na pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo, contribuir com as investigações científicas sobre a "relativa livre"[2] introduzida por *quem* no Português Brasileiro escrito, assumindo-a como uma *construção linguística*[3]. Neste artigo, em particular, pretendo, por meio da análise preliminar de algumas ocorrências, responder a duas questões basilares para os objetivos a que me proponho na dissertação: que propriedades formais essa construção exibe?; que características funcionais ela apresenta?

O aporte teórico-metodológico utilizado advém da Linguística Funcional Centrada no Uso, que integra contributos provenientes da Linguística Funcional norte-americana e da Linguística Cognitiva. Para empreendimento deste trabalho, considero ainda proposições oriundas da Gramática de Construções. O *corpus* desta pesquisa compõe-se de textos extraídos do conjunto de *corpora* do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), particularmente anúncios de jornais e cartas particulares que circularam no Brasil ao longo do século XIX.

Pressupostos teórico-metodológicos

Conforme mencionado na sessão anterior, utilizo, nesta análise, o arcabouço teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso[4] (doravante LFCU), a partir de

2. Coloco essa denominação entre aspas, pois, ao fim da pesquisa de mestrado, pretendo nomear a construção com base em suas propriedades formais e funcionais detectadas a partir da análise empreendida.

3. Unidade simbólica convencional, na qual forma e função são pareadas (cf. GOLDBERG, 1995).

4. Denominação cunhada pelo Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática (D&G) a partir do termo Linguística Centrada no Uso proposto por Martelotta (2011) como correspondente a *Usage-Based Linguistic*

pressuposições do funcionalismo norte-americano, representado por Bybee (2010), Givón (1979; 1984), entre outros, e da Linguística Cognitiva, conforme descrita em Langacker (2008) e Tomasello (1998). Considero ainda, neste trabalho, os postulados oriundos da Gramática de Construções, representada por Croft (2001), Croft e Cruse (2004), Goldberg (1995; 2006) e Traugott e Trousdale (2013).

A LFCU consiste em uma tendência de estudo das línguas com base nas funções (semânticas, discursivas e pragmáticas) que elas desempenham, em situações concretas de interação, e na consideração de que o comportamento linguístico dos seres humanos é reflexo de capacidades cognitivas gerais, presentes em domínios outros, além do referente à linguagem (BYBEE, 2010). Assim, ao uso dos mecanismos formais, de que dispõem os falantes de uma língua, estão estreitamente relacionados aspectos da experiência humana no que concerne às suas tarefas individuais e sociointeracionais.

Dentre as categorias analíticas da LFCU, recorro aos processos de *Chunking* e de *Perspectivação* e ao princípio de *Iconicidade*, para explicar, funcionalmente, a recorrência à construção "relativa livre" introduzida por *quem*, no *corpus* considerado.

Referido por Bybee (2010), o *chunking* é um tipo de relação sequencial em que, quando dois ou mais *chunks* menores ocorrem juntos com certa frequência, formam um *chunk* maior contendo os menores em uma unidade maior. Em virtude da repetição com a qual certos encadeamentos são utilizados, eles passam a ser acessados com maior facilidade, como se fossem uma única unidade.

Para a LFCU, a *perspectivação* consiste em o produtor de um texto escolher uma maneira particular de focalizar um determinado evento ou situação, em detrimento de outra(s), de acordo com os efeitos de sentido que deseja produzir. Assim, essa noção relaciona-se ao direcionamento da atenção, ou focalização, sobre um aspecto da cena referencial que é salientado, ao passo que os demais aspectos são postos em plano secundário (cf. TOMASELLO, 1998; LANGACKER, 2008).

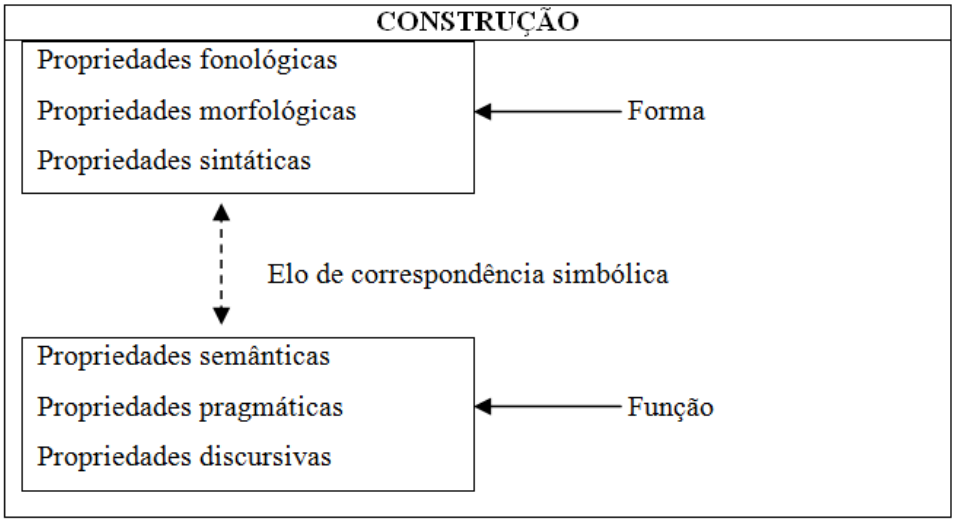
A *iconicidade*, por fim, pode ser definida como a correlação motivada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico e o seu *designatum* (GIVÓN, 1984). Em sua forma mais branda, ela se manifesta por meio de três subprincípios, a saber: (i)

(BYBEE, 2010). O rótulo *Linguística Funcional Centrada no Uso* destaca, ao mesmo tempo, o papel fundamental do uso para essa abordagem teórica, além de sua base funcionalista.

quantidade de informação: segundo o qual, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma linguística para codificá-la; (ii) integração: o qual estabelece que os conteúdos que estão mais próximos mentalmente também estão mais próximos no nível da codificação; e (iii) ordenação linear: por meio do qual entende-se que a ordenação das orações no discurso tende à importância que elas têm e à sequência temporal em que os eventos ocorrem.

No que concerne à Gramática de Construções (doravante, GC), o modelo de que faço uso, nesta análise, advoga como unidade básica da gramática as construções linguísticas: unidades simbólicas convencionais formadas por um pareamento de *forma x função*, cuja organização ocorre em redes hierárquicas (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013).

As propostas de Croft (2001) e Croft e Cruse (2004) defendem que o pareamento *forma x função* ocorre por meio de um elo de correspondência simbólica em que cada uma das dimensões é constituída por três propriedades, conforme ilustra o esquema abaixo:



Esquema 1: Modelo construcional de Croft (2001)

Com base no esquema 1, depreende-se que uma construção não se limita apenas à configuração formal que exibe: a ela agrega-se também um arcabouço funcional, resultante das propriedades da semântica e da interação (aspectos discursivos e pragmáticos). Desse modo, implica dizer que, nessa proposta, a análise linguística deve privilegiar não apenas o módulo formal ou funcional da língua, mas sim o elo de correspondência simbólica entre forma e função.

Em relação aos aspectos metodológicos, nesta pesquisa, adoto uma abordagem de cunho eminentemente qualitativo, com suporte quantitativo, visto que busco não só mensurar e caracterizar as ocorrências da construção "relativa livre" introduzida por *quem* nos gêneros anúncio e carta particular, como também esclarecer possíveis motivações funcionais implicadas na recorrência a essa construção. Quanto aos seus objetivos, ela é natureza descritivo-explicativa, tendo em vista que procuro descrever e analisar as características do objeto de estudo com base nos contextos em que ele ocorre. Utilizo-me ainda do método hipotético-dedutivo, posto que, com base em um aporte teórico previamente estabelecido – o da LFCU e o da GC – aplico as categorias de análise por eles postuladas na investigação do objeto escolhido.

O *corpus*, utilizado para o empreendimento deste trabalho, consiste em um recorte da plataforma de *corpora* pertencente ao projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), particularmente amostras de anúncios de jornal e de cartas particulares que representam o Português Brasileiro escrito, ao longo do século XIX.

Para este artigo, inicialmente, selecionei 100 ocorrências da construção "relativa livre" introduzida por *quem*, sendo 60 delas provenientes dos anúncios e 40 das cartas. Em um segundo momento, procedi à tabulação e classificação dos dados a partir do seguinte critério: o papel sintático que a "relativa livre" introduzida por *quem* exerce em relação à oração matriz.

Análise dos dados

A assunção, neste trabalho, de que orações descritas como "relativas livres" introduzidas por *quem* podem ser analisadas como uma unidade simbólica convencional torna indispensável a descrição de elementos concernentes ao polo formal e ao polo funcional que, juntos, constituem a arquitetura das construções linguísticas, conforme postulam Croft (2001) e Croft e Cruse (2004) .

Nesta seção, evidencio tanto características inerentes ao âmbito da forma (morfológicas e sintáticas) quanto pertencentes ao da função (semânticas e discursivo-pragmáticas) da construção analisada. Ressalvo, contudo, que a análise a que procedo ainda é preliminar, visto que estou em fase inicial da pesquisa. Como ponto de partida, atentemos para os dados destacados em (3), (4) e (5).

(3) **Quem perdeu hum cavalo sellado** procure-o em caza de Manoel Joaquim de Santa Anna [...]. (*Corpus* PHPB, anúncio)

(4) Remeto-lhe sua Burra que condusio o Vigario, porem que aqui estava intregue ao Rodrigues que tinha fugido e foi pega-do no Bucarú, **aquem vier aparte d'elle** direi o ocorrido [...] (*Corpus* PHPB, carta particular)

(5) Em consequencia dos negocios estarem muito bicudos e o dinheiro andar tão| grudados nas algibeiras **de quem o tem**, resolvi fazer grande reducção nos preços|de minhas obras. (*Corpus* PHPB, anúncio)

Com base nessas ocorrências, é possível perceber que, do ponto de vista sintático, a construção "relativa livre" introduzida por *quem* encaixa-se ao predicador da oração matriz – o verbo *procurar* em (3) e *dizer* em (4) – exercendo um papel de argumento oracional; ou a um elemento nominal presente na oração principal – o substantivo *algibeiras* em (5) – desempenhando um papel de modificador nominal oracional. Vejamos, na tabela 1, o quantitativo dos papéis sintáticos exibidos por essa construção, nos anúncios e cartas pessoais analisados.

Tabela 1: Distribuição das ocorrências quanto aos papeis sintáticos exercidos pela "relativa livre" introduzida por quem em relação à oração matriz.

PAPEL SINTÁTICO	**GÊNERO TEXTUAL**		**QTD**	**PORC (%)**
ARGUMENTO	**ANÚNCIO**	**CARTA PART.**		
Sujeito	43	9	52	52,0
Objeto direto	1	8	9	9,0
Objeto indireto	10	10	20	20,0
Complemento relativo	2	10	12	12,0
MODIFICADOR	**ANÚNCIO**	**CARTA PART.**		
Adjunto adnominal	4	3	7	7,0
TOTAL			100	100,00

De acordo com o levantamento dos dados, os números expostos na tabela 1 revelam que, em relação ao papel sintático de argumento, foram encontradas 93 ocorrências (93% do total), das quais 52 delas possuem a função sintática de sujeito (52% do total), 9 de objeto direto (9% do total), 20 de objeto indireto (20% do total) e 12 de complemento relativo (12% do total). No que diz respeito ao papel de modificador, contudo, foram encontradas apenas 7 ocorrências (7% do total), exercendo todas elas a função sintática de adjunto adnominal. Como argumento oracional, elas aparecem antecedidas de preposição, para os casos de objeto indireto e complemento relativo, mas não aparecem introduzidas por esse elemento, para os casos de sujeito e objeto direto. No que diz respeito ao papel de modificador, aparecem sempre introduzidas por elemento preposicional.

Conforme a Hierarquia de Acessibilidade, proposta por Keenan e Comrie (1977), as funções sintáticas, em termos cognitivos, exibem a seguinte escala de complexidade (da menor para a maior): sujeito > objeto direto > objeto indireto > oblíquo > genitivo > comparativo. Com base nessa escala, o elevado índice de instanciações da construção investigada no papel de argumento parece estar relacionado à menor complexidade cognitiva que os papéis sintáticos de caráter argumental exibem (sobretudo a função sintática de *sujeito*, a menos complexa, segundo a escala, e mais recorrente, dentre as funções sintáticas que a construção "relativa livre" introduzida por *quem* pode desempenhar), se comparado com o papel de adjunto adnominal (modificador), que corresponde à função de *genitivo*, na escala descrita.

Em relação às propriedades morfológicas da construção estudada neste trabalho, por tratar-se de uma explanação ainda preliminar, comentarei apenas a respeito do pronome *quem*. As investigações que a defendem como oração relativa classificam-no como um pronome relativo condensado (cf. ROCHA LIMA, 2001), pois, embutido a ele, estaria outro pronome, *aquele*, e, para fins de análise da estrutura, seria preciso desmembrar em *aquele que*[5]. Esse viés analítico, todavia, apresenta o inconveniente de não analisar a estrutura tal como ela é, mas sim de analisar uma estrutura substituta.

5. Said Ali (1971) considera o pronome *quem* como "relativo indefinido", contudo, ele não é favorável ao desmembramento em "aquele que", pois não considera essa estrutura como uma oração relativa e sim como uma sentença substantiva.

Consoante os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a investigação a que me proponho, cumpre-me analisar a língua em uso. Parece-me, portanto, contraditório recorrer a substituições em detrimento de considerar os elementos à maneira como eles aparecem. Com base nas ocorrências destacadas em (3), (4) e (5), o *quem*, embora exerça uma função sintática na oração da qual faz parte (sujeito, nesses casos), não faz referência a um termo a ele antecedente[6]. Em (5), ocorrência em que a construção exerce papel de adjunto adnominal, ainda que seja a mesma função sintática desempenhada por uma oração restritiva com antecedente, o pronome *quem* não retoma o sintagma nominal em que se encaixa, *algibeiras*.

De modo oposto a uma referência anafórica, as ocorrências do *corpus* indiciam que esse pronome, juntamente com os outros elementos da construção, parece apontar para um referente circunscrito fora do texto (na situação comunicativa). Nessa perspectiva de análise, não considero relevante, portanto, atribuir ao pronome *quem* a classificação de relativo, visto que ele não é efetivamente usado com as propriedades definidoras dessa categoria. As ocorrências dispostas em (6) e em (7) ilustram melhor essa observação.

(6) No dia 10 do Corrente fugio [...]um escra-|vo de nome Benedicto [...] **quem o entregar| n'esta Cidade a sua Mãe Dona Anna Maria de Souza| e na Villa de Jacarehy ao mesmo Senhor**, receberá as| alviçaras. (*Corpus* PHPB, anúncio)

(7) Quem for economico não deixará de ir á GRANDE LOJA DO PREÇO FIXO [...] (*Corpus* PHPB, anúncio)

6. Conforme exposto em Rocha Lima (2001), as características básicas para a definição de um pronome como *relativo* parecem ser o fato de ele retomar o antecedente nominal em que se encaixa e exercer uma função sintática no interior da oração relativa.

As instanciações destacadas em (6) e em (7) referem-se, claramente, aos possíveis leitores do anúncio, especialmente aqueles que entregarem o escravo fugido, em (6), e for econômico, em (7). O anunciante parece não fazer referência a uma pessoa em específico, mas sim a todas, desde que façam/exibam a ação/característica expressa pelos sintagmas verbais que seguem o pronome *quem*. As ocorrências dessa construção, no *corpus*, sugerem, portanto, que, do ponto de vista semântico, ela representa um referente genérico e indefinido que faz/fizer X ou exibe/exibir propriedade X: ao mesmo tempo em que essa construção denota uma ideia de generalidade e de indefinição, em virtude da semântica exibida pelo pronome que a introduz, o verbo que a compõe (acrescido ou não de outros itens) parece atenuar o sentido genérico e impreciso inerente ao elemento pronominal.

Nesse sentido, a emergência do *chunking*, processo cognitivo de domínio geral, parece ser determinante para a recorrência, pelo usuário, à construção "relativa livre" introduzida por *quem* no *corpus* investigado, visto que a repetição do encadeamento *quem* + *verbo* (e possíveis elementos relacionados ao verbo) sugere a constituição de um arranjo sintático maior (a "relativa livre" introduzida por *quem*), que pode ser acessado como uma única unidade dotada de um sentido próprio, *aquele que faz/fizer X ou exibe/exibir propriedade X*. Em relação ao *quem*, elemento fixo dessa construção, a ideia de *chunking* parece ser evidenciada diante da impossibilidade de focalizá-lo, por meio da clivagem, desprovido do verbo (ou locução verbal) que o segue.

Ressalvo, contudo, que a atuação do processo de *chunking* para a formação da "relativa livre" introduzida por *quem*, parece ter originado um "*chunk* fraco", visto que o *slot* referente ao predicado não é preenchido por um verbo específico e a palavra verbal pode figurar sozinha ou seguida por outros elementos a ela relacionados.

Em relação ao referente para o qual essa construção aponta, a análise dos dados mostra que nem todas as ocorrências comportam-se como as assinaladas nos dados (6) e (7). Vejamos as instanciações destacadas em (8), (9) e (10).

> (8) [...] enquanto acaza não cae se poderá obter milhor presso, se cair como não podemos levantala ordem dar hua bacatela pelo terreno e nem mesmo. averá **quem oqueira** [...] (*Corpus* PHPB, carta particular)

(9) Queira mandar suas| ordens **á quem com parti=|cular apreço se honra em| ser| Seo Amigo**. (*Corpus* PHPB, carta particular)

(10) [...] fugio um escravo crioulo de| nome Generoso [...] **quem o prender** entregará nesta Cidade| a Antonio Nunes Ramalho. (*Corpus* PHPB, anúncio)

O uso da construção "relativa livre" introduzida por *quem* nas amostras assinaladas em (8), (9) e (10) sinaliza que o referente para o qual ela remete está situado fora do texto. Contudo, esse referente não é o mesmo para todas as ocorrências; da mesma sorte, a motivação discursivo-pragmática, para a recorrência a cada uma das instanciações ilustradas, parece diferir.

O dado ilustrado em (8) provém de uma carta pessoal em que a remetente escreve para a irmã, com o intuito de informá-la que uma casa que esta possui em Minas Gerais está na iminência de cair e, antes disso, seria melhor vendê-la. Em um determinado trecho da correspondência, a autora diz que se a casa cair, não haverá nem mesmo "quem queira o terreno" por um preço que seja lucrativo para o vendedor. O uso da "relativa livre", nesse caso, remete à terceira pessoa do discurso (os possíveis compradores) que remetente e destinatário não sabem exatamente de quem se trata. A necessidade de referir-se a uma pessoa (ou a um grupo de pessoas), cuja identidade é desconhecida pelos interlocutores, pode configurar-se, portanto, como uma motivação para que esse referente seja codificado por essa construção.

A amostra destacada em (9) também foi extraída de uma carta particular. Nela, o autor pede a um amigo um determinado favor (que o destinatário envie para ele a obra "Memorias Históricas da Bahia") e, no fim do documento, escolhe despedir-se desta forma: "queira mandar suas ordens á quem com particular apreço se honra em ser Seo Amigo". Nessa ocorrência, o produtor do texto usa a construção "relativa livre" para referir-se a si mesmo, fazendo remissão à primeira pessoa do discurso, portanto. O teor genérico e indefinido que o remetente atribui a ele mesmo, por meio da codificação linguística escolhida, confere um aparente distanciamento na maneira de expressar a qualidade que ele possui (ser amigo do destinatário, nesse

caso). Considerando o objetivo central da carta e as escolhas lexicais para codificar a oração em que a "relativa livre" encaixa-se, *queira mandar suas ordens*, o uso dessa construção pode estar relacionado à necessidade de o interlocutor atenuar o caráter impositivo da expressão e aumentar a cooperação entre os dois, tendo seu pedido aceito.

A ocorrência assinalada em (10), contudo, assemelha-se às exemplificadas em (6) e (7). Nela, o anunciante refere-se aos seus possíveis leitores por meio da "relativa livre" introduzida por *quem*, fazendo remissão à segunda pessoa do discurso, portanto. Com base nessas ocorrências, é possível que a utilização de uma estrutura desse tipo, pelo anunciante, seja uma maneira de direcionar sua atenção aos possíveis leitores do anúncio. Para elucidar melhor essa motivação, vejamos as amostras de anúncios em (11) e (12).

(11) Doce de Cajú: Vende-se excellente doce de | calda, accondiccionado em latas | de 8 kilos á 25$ 000 a lata, | optimo para embarque até na | Europa, garantindo-se a quali- | dade; em Olinda, na rua de S | Bento número. 47. (Corpus PHPB, anúncio)

(12) LIVRARIA São BENTO|Está em final liquidação esta livraria; portanto, **quem quizer possuir pelo custo bons romances nacionaes e extrangeiros** é andar depressa. |Rua 2, casa número 46. (Corpus PHPB, anúncio)

As amostras destacadas em (11) e em (12) exemplificam anúncios relativos à venda de produtos. No segundo caso, o anunciante não se limita apenas à descrição do item que deseja vender, mas sim direciona seu foco atencional para os possíveis compradores, conferindo-lhes saliência perceptual em relação aos outros aspectos presentes na cena referencial, como, por exemplo, o produto que é vendido. A inserção dos possíveis compradores na cena, possivelmente, funciona como uma estratégia do anunciante para que o leitor adira à mercadoria que ele vende.

Em relação a motivações funcionais para a recorrência a essa estrutura, no *corpus* considerado, reconheço também a atuação do principio de *iconicidade*, no que diz respeito aos seus três subprincípios: quantidade, proximidade e ordenação linear. Voltemos à ocorrência contida em (10), para percebermos como esse princípio atua.

Em relação à quantidade, verifica-se que a informação presente na sentença *quem o prender* poderia ter sido expressa por arranjos com alguma equivalência semântica, como "o homem/o cidadão que o prender" (oração relativa restritiva com antecedente). A codificação mais econômica, do ponto de vista estrutural, escolhida pelo escrevente, nesse dado, pode estar relacionada à menor granularidade (detalhamento) que o anunciante intenciona dar à proposição, tendo em vista a economia linguística que caracteriza o gênero anúncio e o público genérico a que se destina. Nesse caso, é como se dissesse "qualquer um que o prender, entregue-o".

No que diz respeito à proximidade, pode-se entender que a maior integração entre a forma verbal da construção "relativa livre", *prender*, e a da oração com a qual esta se relaciona, *entregará*, é motivada pela intenção comunicativa de que a ação exposta na segunda oração seja executada tão logo que a codificada pela primeira ocorra, em virtude do propósito comunicativo a que o anúncio em questão se destina.

Em se tratando da ordenação linear, nota-se que a disposição da construção "relativa livre", em relação à oração com a qual se relaciona, obedece à sequência cronológica esperada para que os eventos por eles codificados ocorram (primeiramente, alguém prenderá, nesse caso, um escravo fugido; em seguida, entregá-lo-á ao dono), o que torna o anúncio transparente em relação à sequência das ações e, por conseguinte, mais claro ao entendimento do leitor.

Considerações finais

As discussões empreendidas neste artigo, ainda que preliminares, revelaram aspectos sobre a forma e a função que a "relativa livre" introduzida por *quem* exibe em contextos reais de uso.

No âmbito semântico-sintático, essa construção representa um referente de sentido impreciso e genérico que, sintaticamente, modifica um nome ou completa a predicação de um verbo presentes na oração matriz a qual ela se subordina. Do ponto de vista discursivo-pragmático, ela é utilizada para referir-se a uma pessoa (ou a um grupo) que apresenta uma determinada propriedade e está situada no contexto comunicativo, quando o produtor desconhece de quem se trata ou, ainda que saiba, intenciona conferir-lhe um caráter de indefinição e genericidade, com base nas motivações sociointeracionais que possui.

Ainda há muito que ser feito para uma análise mais completa desse objeto de estudo, na perspectiva adotada. O próximo passo será o refinamento das discussões empreendidas neste artigo, para que seja possível investigar qual a rede construcional que representa a construção em análise.

Referências

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010

CROFT, W.; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntatic theory in typological perspective.* Oxford: Oxford University Press, 2001.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística Funcional Centrada no Uso*: uma homenagem a Mario Martelotta. Rio de Janeiro/ Cataguases-MG: FAPERJ/Mauad, 2013. p. 13-36.

GIVÓN, T. *On understanding grammar.* New York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax*: a functional-typological introduction. v. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GOLDBERG, A. E. *Constructions:* a construction grammar approach to argument structure. Originally presented as the author thesis (Ph.D.). California: Unversitiy of California, 1995.

_____. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford University Press, Oxford, 2006.
KEENAN, E. L. Relative Clauses. In: SHOPEN, T. *Language, typology and syntactic description*, v. II: Complex Constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 141-170.
KEENAN, E. L.; COMRIE, B. *Noun phrase accessibility and universal grammar*. Linguistic Inquiry 8, 1977.
LANGACKER, R. W. *Cognite Grammar*: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.
ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua* Portuguesa. 40ª edição. Rio de janeiro: José Olympio, 2001.
SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.
TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psicology of language*: cognitive and functional approaches to language structure. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Construcionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

ASPECTOS SEMÂNTICO-DISCURSIVOS DA CONSTRUÇÃO *VAI VER*

MARIA APARECIDA DA SILVA ANDRADE (UFRN)

Introdução

O presente trabalho é um recorte de uma tese de doutorado em andamento e discorre sobre a multifuncionalidade da construção *vai ver* no que tange aos aspectos semântico-discursivos em textos falados e escritos. Tal estudo fundamenta-se teoricamente nos conceitos de objetividade e (inter)subjetividade (TRAUGOTT e DASHER, 2002) bem como na Gramática de Construções, mais precisamente nos parâmetros esquematicidade, produtividade e composicionalidade (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

A construção *vai ver*, dependendo do contexto discursivo em que se encontra, codifica outros sentidos além do já consagrado pelas gramáticas normativas, para as quais cada elemento componente dessa estrutura é visto, numa acepção concreta, do mundo objetivo, como um item lexical espacial e de percepção respectivamente.

Orientando-se por uma perspectiva cognitivo-funcional da língua(gem), defende-se, nessa pesquisa, que o usuário codifica o seu discurso, selecionando o que há disponível no seu repertório linguístico, para manifestar sua atitude ou seu ponto de vista acerca de uma proposição. Tal escolha pode ter ou não alguma relação de identidade entre o que se deseja revelar e a construção linguística eleita para isso.

É o que acontece com a construção *vai ver,* a qual também é usada para codificar sentidos mais abstratos, relacionados à (inter)subjetividade do falante (TRAUGOTT e DASHER, 2002). O usuário pode manifestar uma posição pessoal, subjetiva, acerca de uma proposição ou mesmo uma atitude mais intersubjetiva, quando procura, de forma intencional ou não, atuar sobre o discurso do interlocutor para revelar o seu descontentamento, por exemplo.

Outro ponto a se destacar neste trabalho é que o usuário codifica a (inter)subjetividade, numa perspectiva construcional, por meio de arranjos construcionais, formados a partir de combinações de elementos lexicais e gramaticais, por exemplo, os quais compõem um bloco semântico indivisível, dado que não é possível predizer o sentido pelos elementos componentes da construção.

Aporte teórico

Essa pesquisa respalda-se teoricamente na Linguística Funcional Centrada no Uso – LFCU ou Linguística Cognitivo-Funcional, conforme Tomasello (1998). Essa corrente teórica, que identifica uma visão funcionalista de estudo das línguas, congrega duas vertentes linguísticas: a Linguística Funcional (TALMY GIVÓN, PAUL HOPPER, SANDRA THOMPSON, WALLACE CHAFE, entre outros) e a Linguística Cognitiva (GEORGE LAKOFF, RONALD LANGACKER, GILLES FAUCONNIER, entre outros), de acordo com Tomasello (1998; 2003).

As duas propostas teóricas compartilham pressupostos teórico-metodológicos como, por exemplo, não distinção estrita entre léxico e gramática, rejeição à autonomia da sintaxe, incorporação da semântica e da pragmática, relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem no contexto de comunicação, entre outros. (FURTADO DA CUNHA, BISPO E SILVA, 2013).

A LFCU defende como princípio básico o fato de que a estrutura da língua emerge à medida que é usada. Assim, as práticas discursivas no cotidiano social é que motivam e delineiam a aparente regularidade e instabilidade da língua. Nessa perspectiva, gramática é compreendida como resultado da configuração de fatores de ordem cognitiva e comunicativa da língua (TRAUGOTT, 2004).

Para a Linguística Funcional Centrada no Uso, a língua é dinâmica, pois atende às necessidades comunicativas de seus usuários. Assim, a gramática de uma língua não é algo estático, pronta, acabada, imutável, indiferente às pressões de uso, cabendo aos usuários tão somente apreendê-la. Ao contrário, pelo fato de uma gramática codificar um sistema linguístico, nenhum nível apresenta-se autônomo; semântica, morfossintaxe, fonologia e pragmática funcionam juntas na interação comunicativa.

Gramática de construções e os parâmetros esquematicidade, produtividade e composicionalidade

O termo construção passou a ter um tratamento teórico a partir das publicações de Fillmore (1985), Fillmore, Kay & O'Connor (1988), Kay e Fillmore (1999) e Goldberg (1995), os quais propuseram tanto uma abordagem teórica do conceito de construção como também o reconhecimento das construções como unidades básicas da língua. A partir de então, surge uma nova perspectiva de análise linguística: a Gramática de Construções (*Construction Grammar)*.

Uma construção constitui-se de uma unidade simbólica convencional, formada pelo pareamento entre forma e significado, cujos elementos não são preditíveis pelos componentes individualmente presentes na composição (GOLDBERG, 1995).

Langacker (1987), citado por Bybee (2010), ao discutir sobre a interação entre sintaxe e léxico, defende que há milhares de expressões convencionalizadas que são parte do conhecimento que o falante tem da sua língua, que embora sigam padrões gramaticais gerais, há combinações convencionalizadas específicas e ilustra como exemplo expressões resultativas como *drive crazy* 'deixar louco', por exemplo. Assim, para essa estudiosa, há possibilidade de que toda a gramática seja vista em termos de construções.

Uma construção pode ser analisada a partir de parâmetros, quais sejam: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. O primeiro é uma propriedade da categorização e está relacionada à abstração. Do ponto de vista linguístico, um esquema é uma abstração semanticamente geral de construções, e segundo Kemmer (2003) representa um padrão rotinizado da experiência. Já o segundo parâmetro relaciona-se à regularidade de uma construção, e a rotinização e a automatização são fatores importantes para o aumento da frequência.

O terceiro, a composicionalidade, diz respeito ao grau em que o elo entre forma e significado é transparente. Sob uma perspectiva construcional, entende-se a composicionalidade como convergência ou não entre aspectos da forma e aspectos do significado. Para Bybee (2010), composicionalidade é associada com a combinação atribuída do significado do todo sobre o significado das partes de uma expressão composta.

Objetividade e (inter)subjetividade

A criatura humana é um ser de linguagem e para que esta se efetive é necessária a existência do outro e assim as trocas interativas possam se efetivar entre falante/escritor e ouvinte/leitor. Ao pensar na língua(gem) numa perspectiva discursiva, em que os usuários estão engajados em uma situação comunicativa, não podemos deixar de considerar que a linguagem é a possibilidade da manifestação da subjetividade entre um eu e um tu que se manifestam enquanto sujeitos.

Segundo Traugott e Dasher (2002), falante/escritor e ouvinte/leitor estão sempre em processo de negociação de sentidos, por isso existem diversas formas de se dizer algo para atender as demandas do contexto interacional. Assim subjetividade se constitui num mecanismo que tem forte dependência do contexto pragmático-discursivo. Vale destacar que a codificação de expressões subjetivas, portanto mais abstratas, se dá a partir do repertório linguístico do usuário com forte dependência do seu contexto biossocial, ou seja, a seleção para a codificação da comunicação está diretamente relacionada à experiência que o usuário tem com a língua pautada em seu mundo objetivo. Concordamos com Oliveira (2013, p. 180), quando diz que:

> Os sentidos, primariamente lexicais e objetivos, voltados para a expressão do contexto biossocial, cumprem trajetória do tipo *objetividade* > *subjetividade* nas interações cotidianas. Tal trajetória resulta do uso de antigas ou primárias formas linguísticas, como nomes e verbos, para a articulação de sentidos mais "leves", voltados para articulação de relações lógicas, de marcação textual, de modalização, entre outras.

Portanto o usuário toma o mundo objetivo como parâmetro, codificado por itens lexicais, para efetivar a (inter)subjetividade, por meio de arranjos semânticos, os quais têm o contexto pragmático-discursivo como motivação. Por meio da inferência sugerida, termo utilizado por Traugott e Dasher (2002), o falante/escritor procura obter a adesão do ouvinte/leitor, de forma consciente ou não, "na expressão de crenças, valores, o grau de comprometimento, entre outras noções abstratas e pessoais" (OLIVEIRA, 2013, p. 181). Existem diversas formas representativas na língua para que os interactantes se manifestem perante o discurso que enunciam, entre as quais se destacarão aqui, a objetividade e a(inter)subjetividade. A primeira

é marcada pela presença de enunciados declarativos, portanto estão ausentes elementos inferenciais, dêiticos e a modalidade, além de não sinalizarem a perspectiva do falante. (TRAUGOTT e DASHER, 2002).

Já na (inter)subjetividade, o falante tanto pode fazer colocações de um ponto de vista pessoal, a qual pode se manifestar de forma clara ou mesmo ele pode se valer de estratégia de preservação da face, por exemplo. Para Traugott (2003), subjetividade "refere-se ao modo pelo qual as línguas naturais, na sua estrutura e no seu modo normal de operação, preveem a expressão do agente locutório de sua consciência de atitudes e crenças do destinatário, sobretudo a sua 'face' ou 'autoimagem'". A (inter)subjetividade é o ambiente em que o contexto de mudança linguística ocorre e para o qual contribui a mudança linguística (TRAUGOTT, 2010),.

Um ponto importante a se destacar é a relação entre a codificação da subjetividade e o padrão discursivo que licencia esse uso. Nesse caso é muito frequente a manifestação da subjetividade em padrões discursivos argumentativos, pelos quais o falante/escritor produz suas estratégias argumentativas. É pela subjetividade que o usuário pode fazer uma avaliação acerca daquilo que enuncia, sustentando um ponto de vista, usando para isso o recurso da modalização, que em muitos contextos representa uma estratégia de preservação da face.

Análise dos dados

Os dados componentes deste trabalho foram coletados de alguns jornais e revistas disponíveis na versão *on line.* O critério levado em consideração para tal procedimento foi o fato de esses exemplares serem representações da língua em uso e não dados inventados para o estudo em questão.

É possível perceber, a seguir, o caráter multiproposicional do discurso codificado na construção *vai ver,* evidenciado pelas diferentes funções discursivas que essa construção assume nos contextos em que se insere. A presente análise busca destacar a multifuncionalidade discursiva desse uso a partir dos aspectos semântico-discursivos envolvidos nessa construção.

Espaço e tempo em *vai ver*

A construção *vai ver* apresenta um esquema abstrato o qual podemos nominá-lo como deslocamento e percepção, e por meio desse esquema abstrato é possível perceber uma gradação na codificação de sentidos, em que de um lado há um sentido mais concreto, da realidade objetiva e, por outro lado, há um mais abstrato, relacionado a tempo, conforme podemos observar nos exemplares, a seguir:

> (01) A maioria dos visitantes **vai** ao museu para **ver** de perto a obra-prima de Michelangelo, Davi. Mas no museu há outras importantes, como quatro Escravos, inacabados, 'São Mateus, uma encomend a para o túmulo do papa Júlio 2º, em Roma, além de obras fiorentinas dos séculos 13 e 14. (http://www1.folha.uol.com.br/turismo. Acesso em: 06 jul. 2015)

> (02) É possível, em uma aula de biologia, estudar o movimento das aranhas, por exemplo. Para isso, os alunos constroem um robô que vai reproduzir o movimento do animal utilizando a matemática. É atrativo, ele **vai ver** o movimento, não só imaginar." (http://www.jb.com.br. Acesso em: 12 nov. 2014).

Nota-se que na ocorrência 01 *vai ver* tem como referência a realidade objetiva na qual se insere o falante, que é codificada por frases predominantemente declarativas, ou seja, não se observa nenhuma colocação de elemento inferencial por parte de quem enuncia nem sinaliza a perspectiva do falante.

Em 01, *ir* e *ver*, do ponto de vista morfológico, atuam enquanto itens lexicais, pois são dois verbos, cada um, sintaticamente, constituindo uma oração. *Ir* flexionado no presente do indicativo (*vai)* vem complementado por uma expressão locativa *(ao museu). Ver* compõe uma oração na qual atua como verbo transitivo direto, cujo complemento é o objeto direto "*a obra-prima".* Essa estrutura vem intercalada por um item gramatical, a preposição "*para",* a qual indica a finalidade do deslocamento. Além disso, o verbo *ir* apresenta-se flexionado no modo indicativo, o que salienta o grau de certeza da proposição proferida pelo falante e, juntamente com *ver,* estão codificando eventos já realizados ou certos de serem realizados.

Em 02, *ir* perdeu suas características enquanto item lexical, pois não possui independência sintática. Semanticamente, perdeu o sentido de deslocamento espacial, visto que passa a atuar como verbo auxiliar de *ver*, para marcar a perspectiva futura desse verbo*,* uma vez que a intenção comunicativa de quem proferiu a frase era asseverar que, por meio de um robô, um aluno veria a simulação do movimento das aranhas e não somente imaginaria. Observa-se que o verbo *ir,* juntamente com *ver,* forma uma construção de futuro, em que *ir* metaforicamente é usado para codificar a noção abstrata de tempo.

É possível perceber que o falante contextualiza o evento 01, do ponto de vista de uma realidade objetiva, concreta, pois descreve o evento como algo que já vem ocorrendo antes de sua fala e que perdura, visto que o objeto de curiosidade do visitante se encontra no museu: Davi, a obra-prima de Michelangelo.

No exemplar 02, mesmo que o falante discuta a partir de uma possibilidade de realização do evento, o uso da construção *vai ver* imprimi uma certeza quanto à concretização da percepção, ou seja, de certa forma a objetividade se faz presente, pois pela percepção visual será possível o aluno ver o movimento das aranhas. Para Traugott e Dasher (2002, p. 22), as expressões objetivas apresentam as seguintes características:

> a) são declarativas, são minimamente marcadas em relação à modalidade; b) todos os participantes em uma estrutura de evento são expressos em estrutura de superfície; e c) itens lexicais estão minimamente preocupados com a perspectiva dos interlocutores (isto é, minimamente dêitico).

A codificação morfossintática da objetividade na construção *vai ver* pode ser vista pela independência sintática e semântica entre si no exemplar 01, configurando-se como verbos lexicais plenos, cada um apresentando sentidos distintos, permitindo que se agreguem outros elementos, sejam lexicais ou gramaticais, tendo em vista *ir* e *ver* serem elementos componentes de cláusulas distintas. Em 02, *ir* atua como verbo auxiliar de *ver,* o qual permanece com a característica referencial de verbo de percepção visual.

A (inter) subjetividade em *vai ver*

Vai ver, em outros contextos discursivos, pode ser vista como uma micro construção ao codificar (inter)subjetividade do falante, conforme se verifica nos excertos, a seguir:

> (03) A relação entre os paparazzi e Sasha é ótima! Ninguém importuna a filha de Xuxa e ponto. Fotos dela são feitas, inclusive na praia, mas só a distância – e em flagras respeitadores. **Vai ver** é uma deferência à rainha, sempre tão cordial com os fotógrafos.(http://mdemulher.abril.com.br/blogs. Acesso em 23 jun. 2014)

> (04) 54 mil nesse troço azul com mesmo motor de sempre, **vai ver se eu estou na esquina**, mais 4 mil você compra o Sandero RS, com ESP e é esportivo de verdade, com 150 cavalos.( )

Em 03, a micro construção *vai ver* assume outras propriedades tanto do ponto de vista discursivo, como semântico e sintático. Discursivamente, funciona como um modalizador dubitativo, pois introduz uma proposição que expressa uma dúvida por parte do locutor. *Ir* e *ver* perderam suas características morfológicas enquanto itens lexicais, visto que ambos não têm nenhuma relação com o sentido referencial de deslocamento e percepção visual respectivamente, tampouco funcionam como locução verbal, porque não há sintaticamente nenhuma relação com o sujeito da oração da qual fazem parte, fato é a presença do verbo ser que morfológica, sintática e semanticamente exerce a função de verbo principal da oração.

Do ponto de vista discursivo, a microconstrução *vai ver* integra uma sequência argumentativa, a qual codifica a subjetividade do falante/escritor, ao manifestar suas crenças, marcando sua perspectiva ou ponto de vista no discurso a respeito da proposição. Além disso, *vai ver* também atua como marca interativa do falante com o ouvinte/leitor. Do ponto de vista sintático, atua como um item gramatical, desempenhando a função idêntica a de um operador argumentativo como *talvez*.

Pragmaticamente, *vai ver* expressa uma perspectiva do falante, o qual faz uma suposição sem comprometer-se diretamente com o que diz, pois ele não tem co-

nhecimento suficiente para que possa asseverar com maior precisão. Assim, procura preservar a sua face mediante o exposto na proposição. Pode se inferir que, no uso de *vai ver,* o falante/escritor codifica uma estratégia interativa de polidez que o resguarda, de certa forma, de uma possível sanção que o interlocutor possa fazer a respeito daquilo que é enunciado.

Concordamos com Bybee (2010) ao afirmar que "Quando a nova construção se estabelece na gramática, ela perde gradualmente suas associações com a construção da qual surgiu, assim como com outras instâncias de palavras ou morfemas que a contêm." Isso ocorre com várias construções do português, como com "embora", que, enquanto conector concessivo, não guarda nenhum traço semântico da construção da qual se originou: "em boa hora"; o mesmo também ocorre com o inglês *gonna*, originada de *going to*.

Observa-se ainda nos exemplares 03 e 04 que o tipo de discurso interfere na acepção de uma construção, assim o valor (inter)subjetivo presente em *vai ver* nos exemplares analisados, decorre justamente por essa micro construção fazer parte de um ambiente discursivo argumentativo. Portanto, ocorre o desbotamento semântico de *vai ver* no contexto discursivo (inter)subjetivo, em que essa microconstrução não guarda nenhuma associação com a construção original de deslocamento e percepção visual respectivamente.

Na construção "*vai ver*", quando codifica tempo futuro, percebemos que *ir* perde sua função enquanto item lexical concreto passando a atuar como auxiliar de tempo futuro, bem como quando codifica sentido ainda mais abstrato ao codificar a dúvida por parte do falante, atuando como modalizador dubitativo, em que nenhum dos elementos componentes guarda algum traço de identidade com a construção original de deslocamento espacial e percepção visual.

Outra configuração assumida pela microconstrução *vai ver* é compor uma expressão idiomática, a qual já se encontra convencionalizada na cultura e, portanto, integrada à gramática do português brasileiro, não podendo, portanto, fazer uma tradução literal. Tal construção é usada eufemisticamente para codificar uma atitude de incredulidade ou descontentamento do falante com algo dito pelo interlocutor. Assim, pragmaticamente, o enunciador procura de certa forma interferir no comportamento de seu interlocutor como uma maneira de demonstrar o descrédito para o discurso, como podemos perceber no excerto 04.

Observa-se que nessa ocorrência, o uso de *vai ver* codifica a presença da intersubjetividade por parte do falante, quando usa a injunção com a intenção de provocar uma mudança de comportamento no interlocutor e, nesse caso, a construção codifica o desagrado do locutor para com o discurso do interlocutor.

Observa-se que, do ponto de vista pragmático, o falante/escritor procura agir sobre o interlocutor, no intuito de interromper um discurso no qual o locutor não acredita. Assim, a micro construção *vai ver,* nesse contexto, pode codificar a manifestação do locutor em mostrar que não é ingênuo, que não se deixa enganar por qualquer discurso falacioso.

Observe-se que em *vai ver se estou na esquina*, embora se observe que *ir* e *ver* parecem manter as características de verbos lexicais, porém na leitura da frase na totalidade observa-se que esses elementos componentes não mantêm o sentido referencial. Na verdade, quem profere essa expressão idiomática, pragmaticamente deseja manifestar que não acreditou no discurso do outro e assim procura induzir o seu interlocutor , a depender do contexto, para que encerre a sua fala, para que mude o rumo da conversa, portanto o sentido codificado é o de negação, rejeição por parte do falante a algo dito pelo interlocutor.

Considerações finais

A análise empreendida neste trabalho a respeito da multifuncionalidade da construção *vai ver* permite que se destaque o seguinte: a construção esquemática geral de movimento e percepção visual codifica tanto usos mais concretos, relacionados à realidade objetiva bem como o mais abstrato, associado a tempo futuro.

Em contextos discursivos mais subjetivos, principalmente na codificação de um ponto de vista do falante, *vai ver* atua como uma microconstrução, com uma configuração morfossintática e semântica diferente da construção original de movimento e percepção visual. Nos arranjos mais subjetivos, *vai ver* atua sintaticamente como operador argumentativo codificando semanticamente a dúvida do falante diante de sua proposição.

Vai ver também se caracteriza como uma microconstrução ao codificar a intersubjetividade e, no caso analisado, compõe uma expressão idiomática que, semanticamente, codifica um desagrado do falante para com o discurso do interlocutor.

Ao proferir a expressão idiomática, o falante pragmaticamente procura interferir no comportamento do outro para que encerre o discurso.

Observa-se, a partir da análise de *vai ver,* que o falante usa a língua criativamente para atender às suas necessidades comunicativas; o contexto discursivo é um fator preponderante na configuração semântica dos vários usos de *vai ver,* os quais convivem na gramática do usuário da língua, intermediados pela cognição e a cultura.

Referências

Beijo para sasha. Disponível em: http://mdemulher.abril.com.br/blogs/nelson-rubens. Acesso em: 23 jun. 2014.

BYBEE, J. Usage-based theory and grammaticalization. In.: NARROG, H.; HEINE, B.(eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization.* Oxford: Oxford University Press, 2011.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. "Chunking and degrees of autonomy" In. *Language, usage and cognition*. Cambridge. 2010.

Confira como visitar museus de graça. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/turismo. Acesso em: 06 jul. 2015.

Construir robôs em aulas é tendência no ensino infantil. Disponível em: http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias. Acesso em: 12 nov. 2014.

FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-255, 1985.

FURTADO DA CUNHA, M.A.; BISPO, E.B.; SILVA, J.R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In:. CESÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A.(orgs.).*Linguística centrada no uso***:** uma homenagem a Mário Martelotta. 1.

GOLDBERG, A. *Constructions. A constructional grammar approach to argument structure.* The University of Chicago Press: London, 1995.

_____. *Constructions at work:* the nature of generalization in language. Oxford University Press, 2006.

Hyundai hb20 rspec estreia por r$ 53.895. Disponível em: http://quatrorodas.abril.com.br. Acesso em 17 abril 2016.

KAY, P.; FILLMORE, C. J. Grammatical constructions and linguistic generalizations: The What's X Doing Y? Construction. *Language*, 75, p. 1-33, 1999.

KEMMER, S. Human cognition and the elaboration of events: some universal conceptual categories. In: TOMASELLO, Michael (Ed.) *The new psicology of language:* cognitive and functional approaches to language structure. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates publishers, 2003.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*: theoretical prerequisites, Vol.I. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

OLIVEIRA, M. R. de; DIAS, N. B.; WILSON, V. Subjetividade – mudança linguística e ensino de Língua Portuguesa. In.: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A.; *Linguística centrada no uso***:** uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2013.

TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

_____. The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure. v. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticaliztion. In: JOSEPH, B. D., JANDA, R. D. (Org.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2003.

TRAUGOTT, E. C. Historical pragmatics. In HORN, L. R.; WARD, G., eds., *The Handbook of Pragmatics.* Oxford: Blackwell, 2004.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E A SINTAXE DO DP EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

DANNIEL CARVALHO (UFBA/CAPES)

Introdução

De acordo com Corbett (1991, p.1), gênero é a mais enigmática das categorias gramaticais. Além de trazer inúmeras interrogações sobre seu comportamento interlinguístico, gênero também o faz intralinguisticamente. Geralmente tratado como um traço intrínseco do nome e de concordância obrigatória no português, a aplicação da regra de concordância de gênero apresenta certas restrições nessa língua. Alguns trabalhos mostram que o comportamento da concordância de gênero não é absolutamente canônico, como pode ser visto nos trabalhos de Lucchesi (2000, 2009), Karim (2004), Bismarck Lopes (2014), Bismarck Lopes e Carvalho (no prelo) entre outros, a respeito da aplicabilidade da regra de concordância de gênero em variedades do português afro-brasileiro. Até mesmo em sua modalidade urbana, o português brasileiro também apresenta comportamento não-canônico em determinados contextos, pelo menos em sua superfície.

Foltran e Rodrigues (2013, p. 269) tratam de exemplos desse comportamento não-canônico ao discutirem a sintaxe das construções copulares do português brasileiro, como nos dados em (1) e (2):

(1) Maria bêbada é chato.

(2) Crianças é divertido.

As autoras defendem que as sentenças em (1) e (2) derivam de estruturas diferentes: no primeiro caso, o padrão de concordância é consequência de uma concordância neutra com uma *small clause* (SC) na posição de sujeito. Já no segundo caso, a falta de concordância é devida à presença de um DP sujeito cujos traços de concordância estão ausentes (FOLTRAN; RODRIGUES, 2013, p. 269). Ao contrário da tradicional proposta de que o sujeito desse tipo de construção é resultado de uma oração infinitiva reduzida (cf. FAARLUND, 1977; ENGER, 2004), as autoras assumem com Weschsler (2011) e Danon (2012) que sentenças como as do exemplo (2) apresentam *concordância fracassada*. Já aquelas em (1) representam uma *situação*, e, desta forma, podem ser representadas como SCs ou DPs sem traços de concordância. Assim, o sujeito da sentença (1) é uma SC, que, segundo as autoras, engatilham concordância *default*, enquanto o sujeito da sentença (2), um DP defectivo, não poderia engatilhar concordância por carecer de traços do tipo *index*, responsáveis pela concordância externa ao DPs, opondo-se aos traços do tipo *concord*, responsável pela concordância interna nesse elemento (cf. POLLARD e SAG, 1994 para uma apresentação desses tipos de traços).

De acordo com as autoras, a possibilidade da não marcação de gênero no predicado decorre da impossibilidade de engatilhar tal concordância. Essa impossibilidade, na verdade, é superficial. Preminger (2014), a partir de dados do quiché, língua da família Maia falada na região central da Guatemala, apresenta uma resposta à essa concordância fracassada em construções agente-foco. Semelhantemente aos dados em (1) e (2), essas construções apresentam concordância *default* obrigatória, e, portanto, não seriam instâncias de variação. A resposta para esse aparente problema surge através de uma interpretação em termos de traços da *minimalidade relativizada* (RIZZI, 1990), a partir da proposta de Béjar e Rezac (2003) para lidar com a distribuição dos traços em sentenças com múltiplos argumentos para um mesmo predicado.

É com base nessa reinterpretação da noção de *concordância fracassada* que proponho uma análise unificada para as estruturas predicativas em (1) e (2) baseada na composição e distribuição dos traços de concordância nesse tipo de estrutura. Desta forma, assumo com Preminger que a aparente concordância fracassada é tão somente o resultado de uma operação *Agree* que lida com subespecificação de tra-

ços, como já fora mostrado em trabalhos anteriores (cf. BÉJAR, 2003, 2008; BÉJAR; REZAC, 2003; CARVALHO, 2008 entre outros).

Foltran e Rodrigues (2013)

Como mencionado anteriormente, Foltran e Rodrigues (2013) defendem que apesar da semelhança entre as construções em (1) e (2), tratam-se de estruturas distintas: (1) apresenta um *small clause* como sujeito e (2), um DP sem traços de concordância. Para dar sustentação a esse argumento, as autoras assumem que SC e DP sujeitos nessas construções são a realização de uma categoria semântica - uma *situação* - selecionada pelo predicado. Assim, uma vez que SC é uma expressão sentencial, pode denotar situação, enquanto o DP pode referir a uma situação por conta da ausência de traços de concordância, o que geraria uma mudança na interpretação literal deste nome para uma propriedade contextual associada a ele.

As autoras partem do pressuposto de que predicados selecionam, como um de seus argumentos, uma categoria semântica, e que cada categoria apresenta um tipo particular de realização sintática (cf. ASHER, 1993; HEGARTY, 2003 citados pelas autoras). A sentença em (1) teria a leitura de que "a situação da Maria estar bêbada é chato". Foltran e Rodrigues assumem, então, que *A Maria bêbada* denota uma situação e que o predicado *chato* seleciona semanticamente uma situação.

Em contrapartida, os exemplos em (3) e (4) seriam instâncias de DPs.

(3) Alunas que bebem é chato.

(4) Crianças pequenas é divertido.

Em (3), uma oração relativa aparece na posição de sujeito de *chato*, enquanto em (4) uma sentença adjetival atributiva cumpre essa função. Para Foltran e Rodrigues, os predicados dessas sentenças remetem a situações e não a indivíduos (*alunas* ou *crianças*). Essas construções, portanto, seriam semelhantes às chamadas *sentenças panquecas* do escandinavo. Para Wechsler (2011), a gramática de uma língua escolhe entre três tipos de concordância: a) gramatical - quando a forma alvo

depende dos traços-φ do controlador; b) semântica - a forma alvo depende do significado do controlador; c) fracassada - o alvo assume a forma *default*. Wechsler, então, propõe que concordância gramatical e semântica são bloqueadas nas *sentenças panquecas*, respectivamente, pela inexistência de traços-φ e porque NPs-*panquecas* "include entity-denoting nominals exhibiting logical metonymy, so that they denote eventuality" (FOLTRAN; RODRIGUES, 2013, p. 280).

Em suma, em sentenças como as em (1), o predicado seleciona como um de seus argumentos uma categoria semântica, uma *situação*, que possuiria uma realização sintática peculiar (uma *small clause*). Já para as sentenças em (3) e (4), adota-se a ideia de que os DPs sujeitos dessas orações predicativas são DPs defectivos, que não apresentam traços *index*, responsáveis pela concordância externa ao DP. Entretanto, Foltran e Rodrigues (2013, p. 289-290) concluem sua análise questionando alguns fatos que não tiveram resposta ao longo de sua discussão, a saber: a) por que apenas DPs genéricos são possíveis em construções como (4) e (5)? b) como é possível que apenas DPs genéricos possam estar presentes em construções com e sem concordância? c) o que motiva a possibilidade de mudar a denotação destes DPs em propriedades contextualmente determinadas? Tentaremos neste trabalho responder a essas questões, que envolvem o estatuto do DP.

Relativização de traços

Na seção anterior, apontamos a necessidade de observar a estrutura do DP para uma análise de suas relações de concordância em sentenças copulares. Danon (2011, p. 297) afirma que pesquisas sobre a sintaxe clausal geralmente considera a estrutura interna do DP como irrelevante para a análise de operações no nível da sentença e pesquisas sobre a estrutura interna do DP geralmente não consideram os processos envolvidos acima do nível do DP. Essa dissociação, a nosso ver, resulta na discrepância das análises dos diferentes tipos de sentenças e seus mecanismos de concordância. Sabe-se que é o DP quem carrega, e consequentemente, valora, os traços de concordância na sentença (cf. CHOMSKY, 1995 e seguintes). Portanto, estabelecer a própria sintaxe do DP torna-se essencial para se estabelecer a sintaxe da sentença. Isso parece óbvio, mas, como aponta Danon, geralmente é negligenciado. Para reavaliar essa dissociação, apresentaremos a seguir parcialmente a pro-

posta de Preminger (2014) na tentativa de restabelecer a necessária simetria entre DP e sentença.[1]

Contra a hipótese de que as estruturas absolutivas em quiché possuem dois morfemas de concordância, um para a terceira pessoa do singular e outra para a segunda pessoa do singular (cf. DAYLEY, 1978; MONDLOCH, 1981; NORMAN; CAMPBELL, 1978; SMITH-STARK, 1978 *apud* PREMINGER, 2014), Preminger (2014) argumenta que há uma provável hierarquia de pessoa nas relações de concordância nesse tipo de construção, e que essas relações não podem ser vistas de forma simplista como uma relação verbo-sujeito ou verbo-objeto. Para ilustrar essa hipótese, Preminger mostra que da mesma forma que a relação 2ª/3ª pessoas, a primeira pessoa tem precedência sobre a terceira no engatilhamento de concordância:

(5)

a. ja yïn x-in /*ø-ax-an ri achim
FOC me COM-1SG/*3SG.ABS-ouvir-AF o homem
“fui eu que ouvi o homem”

b. ja ri achim x-in /*ø-ax-an yïn
FOC o homem COm-1SG/*3SG.ABS-ouvir-AF me
“foi o homem que me ouviu”

Ainda, além de pessoa, número parece também interferir nas relações de concordância para a terceira pessoa, uma vez que o plural tem precedência ao singular:

(6)

a. ja rje’ x-e /*ø-tz’et-ö rja’
FOC eles COM-3-PL/*3SG.ABS-ver-AF ele
“foram eles que viram ele”

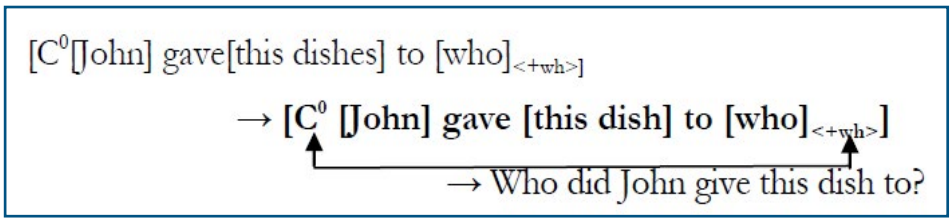
1. A apresentação de Preminger (2014) claramente não está completa. Neste trabalho, detemo-nos à discussão do autor sobre a noção de relativização de traços, deixando de lado como o autor apresenta uma sintaxe precisa para lidar com tal proposta. Uma discussão mais robusta de sua proposta excederia o escopo deste trabalho, além das dimensões exigidas aqui.

b. ja rja x-e /*ø-tz'et-ö rje'
FOC ele COM-3PL/*3SG.ABS-ver-AF eles
"foi ele que viu eles"

Preminger assume com Béjar e Rezac (2003), uma restrição para a distribuição dos traços de pessoa entre múltiplos argumentos internos de um mesmo predicado (PCC – *Person-Case Constraint*). Preminger captura desta proposta a ideia de que as sondas sintáticas para os traços de pessoa e para os traços de número são distintas e, portanto, relativizadas. Assim, para o quiché, o autor verifica que as sondas de pessoa e número nesta língua são relativizadas para olhar apenas para os membros marcados de suas respectivas geometrias de traços ([participante] e [plural], respectivamente).

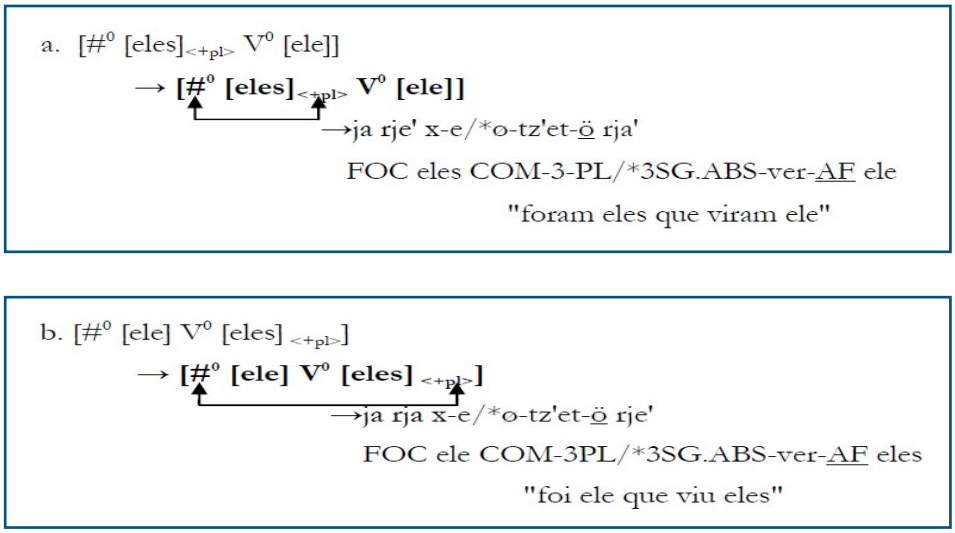
Preminger ainda aponta evidência independente para a relativização, mostrando o que ocorre em interrogativas deslocadas, demonstrando como o traço [wh] ignora possíveis alvos uma vez que eles não possuem compatibilidade (o que Nervins (2011) chamou de *concordância onívora*).

(7)



Em (7), há pelo menos três X^0 potenciais alvos para a sonda, e entre esses alvos, alguns são mais próximos. Crucialmente, a sonda é capaz de ignorar esses alvos uma vez que eles não possuem o traço que ela procura - [wh]. Preminger lembra que esta é a porção "relativizada" da Minimalidade Relativizada (RIZZI, 1990). Assim, o padrão de concordância de (5), da mesma forma que o padrão da interrogativa C^0, envolve uma sonda que procura um alvo XP que possua um traço particular ([wh] no caso da interrogativa C^0, [plural] e/ou [participante] no caso das construções agente-foco em quiché). As sentenças em (5) seriam analisadas como em (8):

(8)



Para tal análise, Preminger lança mão de uma geometria de traços, cuja composição apresentaremos na seção seguinte. A essência de uma proposta de geometria consiste na possibilidade de unificação para os padrões de seleção de traços, demonstrando os que podem ou não ser "ignorados" por uma sonda-φ. Uma interpretação desses padrões pode também, a nosso ver, oferecer uma análise unificada para os padrões de concordância das estruturas copulares no português.

Uma análise unificada para as construções copulares em português

Com base no que foi exposto acima, assumirei com Preminger que uma concordância relativizada é o que está por trás do que Foltran e Rodrigues denominaram concordância fracassada das estruturas de (1-4). Para tal, propomos que nomes são valorados pelos traços contidos em D, que é o *locus* da especificação nominal. Esta proposta encontra suporte na literatura linguística nos trabalhos de Ritter (1993), Kučerová (2014) e, em parte, Sigurðsson (2015).

No inglês, por exemplo, isso pode ser verificado pela ausência de qualquer marca de gênero em seus nominais, o que não impede a recuperação deste traço quando o nominal é substituído por um pronome especificado para gênero (cf. (9-10).

(9) The boat is old, but I can't sell her.
DEF.NEUT barco.NEUT é velho.NEUT, mas eu posso.NEG vender ACC.3.SG.FEM

(10) She is old.
Ela está/é velho.NEUT

Essa constatação tem suporte na proposta de Déchaine e Wiltschko (2002) que assume que pronomes como *her* e *she* são categorias com diferentes sintaxes. Em (9), o pronome objeto se comporta como um pro-φP, enquanto em (10), *she* se comporta com um pro-DP. A relevância de uma divisão em camadas (ou traços, em nossa análise) se dá pelo fato de tais pronomes terem sintaxes diferentes e poderem se comportar ora como Ds, ora como elementos dependentes (φ).

A ausência de um traço D nos nominais em inglês impossibilita qualquer retomada de possíveis traços de concordância dos nomes, como o fazer as anáforas pronominais. A mesma restrição é encontrada no português. Dos exemplos acima também podemos concluir que a presença de D, na forma de um determinante ou de um pronome pessoal, que carrega traços de determinantes, licencia a concordância.

(11) *Boats are old, but I can't sell them Inglês

(12) a. *Barco é velho, mas não posso vendê-lo.
b. *Barcos são velhos, mas não posso vendê-los. Português

A leitura genérica de (11-12) impossibilita a retomada por uma anáfora, uma vez que seus traços não podem ser copiados. Essa leitura se dá pela ausência de qualquer marca de definitude nos referentes.

(13) a. As cervejas geladas são boas, mas não posso bebê-las.
b. *Cervejas geladas é boa/é bom/são boas, mas não posso bebê-la/bebê-lo/bebê-las.
c. Cerveja gelada é bom, mas não posso beber ø.

A sequência em (13) mostra que independentemente da marcação de φ no NP sujeito, quando da ausência de um determinante, impede a retomada deste por uma anáfora. (13a) engatilha concordância morfológica, pois apresenta marcas φ em seu determinante. (13b) não permitem marcação φ na estrutura, enquanto (13c) permite uma marcação neutra, ou seja, não apresenta marcas de traços-φ em seus nominais, apesar de permitir um resgate anafórico genérico.

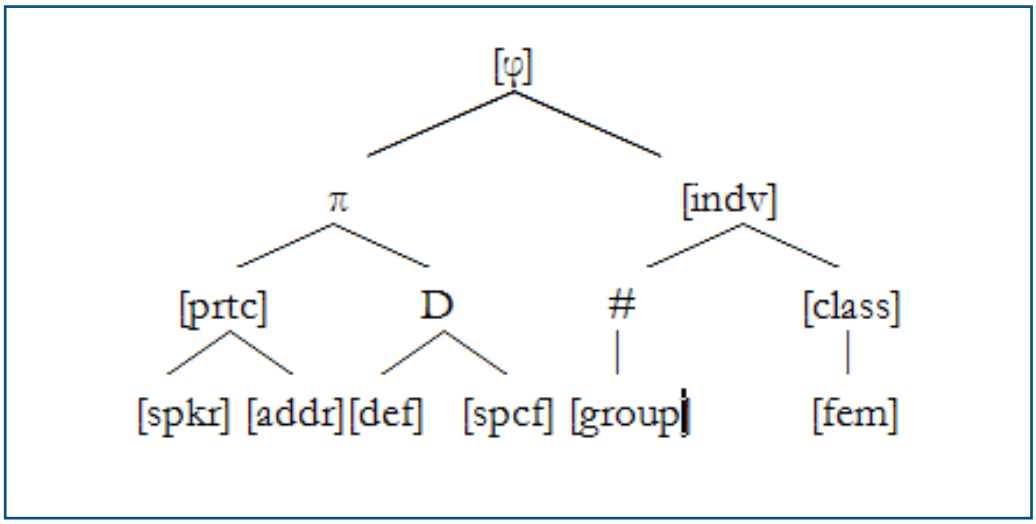
Assim, amparado na noção de concordância relativizada (PREMINGER, 2014), proponho que o traço D (ou φ para Preminger) é responsável pelo engatilhamento da concordância-φ no DP. Em outras palavras, é D quem carrega os traços-φ interpretáveis do DP. A conclusões semelhantes chegam outras propostas (cf. KUČEROVÁ, 2014; RITTER, 1993, SIGURÐSSON, 2015 entre outros). Kučerová (2014), por exemplo, em uma análise independente, chega a conclusões semelhantes ao observar o comportamento da marcação de gênero em dialetos do italiano. Adotando a ideia de *Feature Inheritance* (CHOMSKY, 2008), a autora assume que D é o responsável por introduzir φ na derivação. Já Ritter (1993, p. 795) defende que gênero é uma instância de variação e é gerado em Num - uma categoria funcional dissociada de N, podendo ser anexado a N através de movimento de núcleo. Sigurðsson (2015, p. 1), por seu turno, defende que gênero nos nominais é o reflexo morfológico (pós-sintático) de um *D-linker* na sintaxe e que, portanto, não seria gênero uma propriedade inerente a raízes nominais. A essência destas propostas é a mesma: gênero gramatical não é um primitivo dos nomes, mas sim um objeto de ordem funcional.

Isso nos leva a intuir consequentemente que N não possui traços-φ valorados. Da mesma forma que número, gênero pode ou não ser marcado no predicado, dependendo da presença de um D especificado. Adotando uma geometria de traços, a relação subconjunto/superconjunto, como proposta em Carvalho (2008), seria responsável pela valoração dos traços. Os sujeitos das estruturas copulares em (1) e (2) não possuem a camada D na sua hierarquia de traços. O licenciamento de tais elementos é feito através da valoração do nó dominante disponível, [π].

A impossibilidade de valoração deste traço é o que acarreta a apenas superficial concordância fracassada. Isso se dá pelo fato de haver um nó [π] responsável pela representação de qualquer elemento referencial independentemente (CARVA-

LHO, 2008). Assumimos a estrutura ilustrada em (14) para D^0.[2]

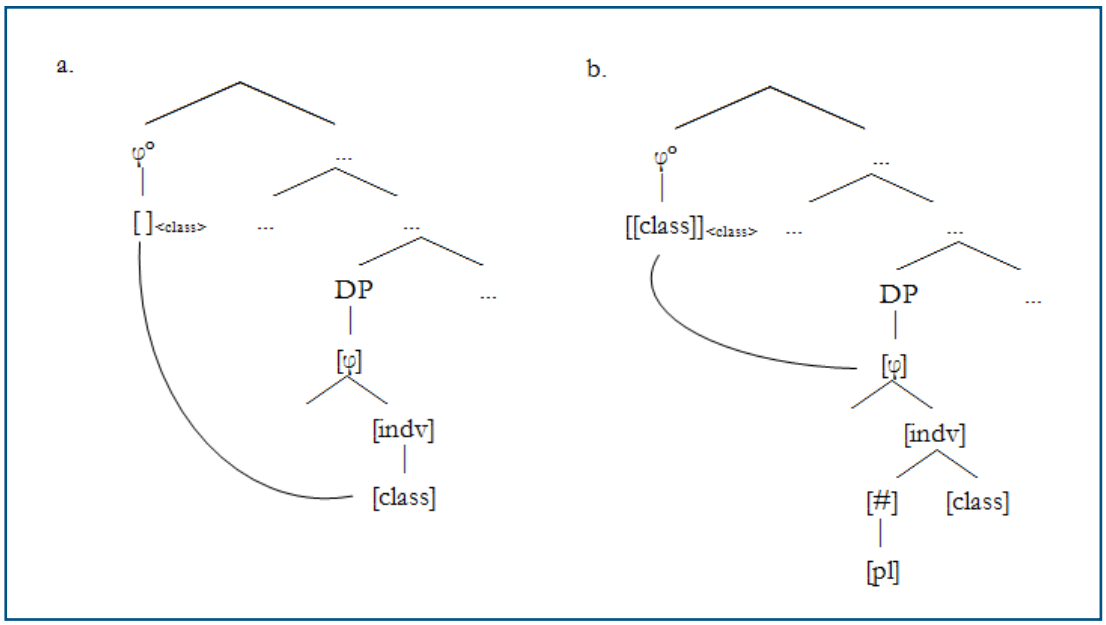
(14)



Assumiremos a representação em (14) para [φ] no português. [Φ] é o nó raiz da estrutura de concordância-φ. A ausência de traços da estrutura na composição de D gera estruturas subespecificadas. Assim, retomando a análise de Preminger, podemos propor (15a) para os dados em (1) e (15b) para os dados em (2).

2. Caravalho (2008) propõe a geometria em (14) para descrever a estrutura de DPs pronominais pessoais em português brasileiro. Acreditamos que esta estrutura também seja a potencial estrutura do DP nesta língua, que pode apresenta-la exaustivamente ou parcialmente, dependendo de fatores computacionais. A notação sucinta dos traços de (14) é: **[prtc]:** este traço caracteriza os participantes no processo discursive; **[π]**: representa a categoria pessoa; **[spkr]:** determina o falante; **[addr]:** determina o ouvinte; **[D]:** identifica um nominal como um argumento e determina definitude e especificidade; **[specf]:** denota um indivíduo particular ou grupo de indivíduos; **[def]:** determina se um DP se refere a um ente presente no universo discursivo; [**indv**]: determina a distribuição de entidades no mundo; **[#]:** determina quantificação; **[group]:** determina não-singular; **[class]**: codifica informações de classe, como gênero e animacidade; **[fem]**: determina o valor relevante de classe no português.

(15)



A possibilidade de marca de plural sem leitura específica em (2) se dá pela ausência do nó D em D^0. Possuindo apenas o nó raiz responsável pelo licenciamento do DP sujeito ([φ]), D^0 ativaria o traço de número deste ($\#^0$) pela relação subconjunto/superconjunto com a sonda.

A contingente relação entre número e gênero, então, pode ser explicada através do movimento de N dentro do DP. Em outras palavras, número pode ser valorado em #P se houver algum traço não valorado na sonda, mesmo quando não há traços de gênero ou definitude para tal. Levando em conta a concordância relativizada proposta por Preminger, agora é possível assumir que mesmo quando há um núcleo intermediário, como #, mas não há traço a ser valorado ali, N pode procurar pelo núcleo mais adequado para valorar seus traços.

Conclusões

Este trabalho apresenta uma alternativa unificada à análise de Foltran e Rodrigues (2013) para as estruturas copulativas do português brasileiro que apresentam *mismatch* entre o sujeito nu e o predicativo. As autoras defendem que há duas estruturas diferentes neste tipo de construção: a) estruturas copulares com sujeitos *small clause* e b) estruturas copulares com sujeitos NP. Desta forma, são apresentadas análises distintas para cada uma das estruturas. Contudo, nos moldes do que Preminger (2014) chaqmou de *concordância relativizada*, propus uma análise unificada para ambas as estruturas, cuja base é a possibilidade de um mecanismo de concordância que permita o licenciamento de argumentos que apresentam φ incompleto. A análise aqui proposta também reconsidera o *locus* de *gênero*, assumindo que ele esteja em D^0, da mesma forma que número e pessoa. O nome entraria na derivação apenas contendo o traço [class], o que permite, na ausência de marcação dos traços-φ, sua leitura genérica. A relação que número e gênero mostram na concordância pode ser explicada através de momvimento interno de N no DP.

Referências

ASHER, N. *Reference to Abstract Objects in Discourse.* Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

BÉJAR, S; REZAC, M. Person licensing and the derivation of PCC effect. In: *Romance linguistics:* Theory and acquisition. PÉREZ-LEROUX, A.T.; ROBERGE, Y. (eds). Amsterdam: John Benjamins, 2003, p. 49-62.

BISMARCK LOPES, I. de C. *Traço e concordância de gênero e a constituição da gramática do português.* 141f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.

_____; CARVALHO, D.S. A marcação de gênero em quatro variedades do português: fatos sócio-históricos. Revista Investigações (no prelo).

CARVALHO, D.S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro.* 150f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, 2008.

CORBETT, G. *Gender.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program.* Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. *Minimalism Inquiries: the Framework.* MITWPL 15. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1998.

_____. *Derivation by Phase*. MIT Occasional Papers in Linguistics 18. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.

_____. *Beyond explanatory adequacy*. MIT Occasional Papers in Linguistics 20. Cambridge, Mass.: MITWPL, 2001.

DANON, G. Nothing to Agree on? Non-agreeing subjects of copular clauses in Hebrew. *Acta Linguistica Hungarica*, vol. 1-2, n. 59, 2012, p. 85-108.

_____. Agreement and DP-Internal Feature Distribution. *Syntax*, v.14, n.4, December 2011, 297–317.

DÉCHAINE, R-M.; WITSCHKO, M. Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry*, v.33, n.3, p. 409-442, 2002.

ENGER, H.O. Scandinavian pancake sentences as semantic agreement. *Journal of Linguistics*, vol.27, n.1, 2004, p. 5-34.

FAARLUND, J.T. Embedded clause reduction and Scandinavian gender agreement. *Journal of Linguistics*. vol.13, n.2, 1977, p. 239-257.

FOLTRAN, M.J.; RODRIGUES, P. On denoting Abstract Entities. *Revista da Abralin*, v.12, n.1, 2013, p. 269-291.

HARLEY, H.; RITTER, E. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language* v.78, 2002, p. 482-526.

HEGARTY, M. Semantic types of abstract entities. *Lingua*, v.113, 2003, p. 891-927.

KARIM, J. M. *A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT.* 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP.

KUČEROVÁ, I. *On two sources of φ-feature valuation and the consequences for syntactic computation*: A case study from the Italian nominal inflection. LingBuzz, Sep. 7, 2014. Available in :<http://ling.auf.net/lingbuzz/002238>

LUCCHESI, D**.** *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira:* Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PREMINGER, O. *Agreement and its Failures*. Linguistic Inquiry Monograph. n. 68. Cambridge: MIT University Press, 2014.

RITTER, E. Where's gender? *Linguistic Inquiry*, vol.24, n. 4, 1993, p. 795-803.

RIZZI, L. *Relativazed Minimality.* Linguistic Inquiry Monograph. n. 16. Cambridge: MIT University Press, 1990.

WECHSLER, S. *The structure of Swedish pancakes.* CSSP, Paris, SEPT. 23, 2011. Available at: <https://sites.google.co

SIMPÓSIO TEMÁTICO

CONECTORES COMPARATIVOS E PROTOTIPICIDADE: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO

AYMMÉE SILVEIRA SANTOS (UFPB)[1]
CAMILO ROSA SILVA (UFPB)[2]

Introdução

Estudiosos da Linguística Funcionalista, a exemplo de Givón (2012), afirmam que o compartilhamento de propriedades entre membros que seriam classificados em determinada categoria não ocorre de maneira igualitária. Tal questão se deve ao fato de que a língua está em constante mudança, o que gera uma flutuação nas propriedades categoriais, fazendo com que os termos que são enquadrados em uma categoria apresentem maior ou menor grau de prototipicidade. O termo prototipicidade advém da teoria dos protótipos, que sugere que os itens possuem características básicas de uma categoria através do acúmulo de maior quantidade de traços ou atributos categoriais. Considerando que a classe dos conectores comparativos detém características básicas, fazendo determinados itens serem classificados como tais, é relevante o desenvolvimento de um parâmetro de atributos/propriedades que possam conferir aos conectores comparativos maior ou menor grau de prototipicidade e possibilite a identificação de modo mais claro do funcionamento sintático de itens tidos como conectores comparativos, conforme o contexto em que se inserem.

Sob essa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo principal analisar o comportamento dos conectores comparativos a partir da verificação da presen-

1. Mestranda em linguística pela Universidade Federal da Paraíba.

2. Doutor em Letras, Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba.

ça/ausência de critérios de pertencimento à referida categoria, em entrevistas de falantes da cidade de João Pessoa- PB. A partir desse objetivo geral, desdobram-se três objetivos específicos: i) propor critérios de pertencimento à categoria dos conectores comparativos; ii) identificar as ocorrências dos conectores comparativos no *corpus* de análise; e iii) analisar a prototipicidade desses conectores a partir da verificação da presença/ausência dos critérios referidos.

A temática ora enfocada se faz relevante ao verificar-se que há poucos estudos usando a Teoria dos protótipos, que propõe a análise de um dos aspectos basilares em se tratando de estudos funcionalistas, a categorização, já que antes de qualquer investigação funcionalista se faz necessário entendermos o porquê de itens investigados serem classificados em determinada categoria e não em outra. Além disso, tal questão está intrínseca ao princípio funcionalista denominado decategorização, proposto por Hopper (1991) e bastante estudado. Em outras palavras, antes de entendermos o processo pelo qual uma forma perde ou neutraliza as marcas de categorias plenas (nome e verbo) e passa a assumir características de categorias secundárias, a exemplo das conjunções, se faz necessário entendermos quais os parâmetros que definem os motivos pelos quais determinada forma pertence a uma categoria plena ou secundária.

O estudo desenvolve-se a partir da coleta de dados provenientes do *corpus* do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB. Nesse *corpus*, foram selecionadas entrevistas coletadas de falantes originários de João Pessoa - Paraíba, abrangendo um total de 48 (quarenta e oito) informantes, sendo 24 (vinte e quatro) do sexo masculino e 24 (vinte e quatro) do sexo feminino, com níveis de escolaridade variando entre Ensino Fundamental I e/ou II e Ensino Médio ou Ensino Superior.

A teoria dos protótipos

A teoria dos protótipos, proposta pelo linguista cognitivista Taylor (1989), parte da crítica à visão clássica de categorização das formas linguísticas, a partir da qual se considera que as classes gramaticais possuem propriedades inerentes. As classes gramaticais, de acordo com a visão clássica, seriam classificadas em termos de possuírem ou não determinado(s) traço(s), através da relação de contraposição de uma forma linguística a outra.

Taylor (1989) afirma que a categorização linguística é o processo pelo qual as pessoas categorizam o mundo à sua volta a partir do uso da língua e a categorização metalinguística, portanto, seria o processo pelo qual, ao usarmos a língua, a categorizamos. Categorizar é um processo complexo, pois como bem salienta o estudioso, as categorias não possuem limites claros e seus membros não necessariamente possuem igual *status*. Dessa forma, como há o entendimento de que as categorias são fluidas e seus membros são maleáveis, as formas linguísticas que pertencem a mais de uma categoria, ou que apresentam uma determinada função, mas não apresentam todos os atributos de determinada categoria na qual sua função é inserida, podem ser analisados.

Segundo a teoria dos protótipos, os membros de uma determinada classe são categorizados de acordo com seus atributos. Tais atributos não têm relação com propriedades inerentes ao objeto em si, mas sim com o papel desempenhado pelo objeto dentro de uma determinada sociedade. Eles são funcionais porque se referem ao uso para qual um determinado objeto é utilizado pelos falantes no momento em que interagem uns com os outros.

É relevante reconhecer o que Givón ([1984] 2012) denomina de "configuração prototípica", em que "dentro de cada categoria, há o membro que ostenta o maior número de propriedades características, e é segundo essa semelhança que os demais membros devem ser classificados" (p.42).

Os itens de uma categoria compartilham em proporções não equitativas os traços ou propriedades de tal categoria. Uma vez que há oscilação da quantidade de traços categoriais, há o que ele chama de gradação de prototipicidade. Para ele, quanto mais o item acumular maior densidade numérica de traços categoriais, mais prototípico será. Desse modo, membros que apresentam traços semelhantes devem ser considerados a partir do grau de distância ou proximidade desse número máximo de traços, não deixando de fazer parte da categoria.

Sendo assim, conforme enfatiza Silva (2005), na teoria dos protótipos, os protótipos reconhecidos como os membros centrais das categorias de nível básico, são os evocados pelos falantes em primeiro lugar e os demais membros são organizados em torno dele. Consequentemente, também existem atributos mais centrais – ou prototípicos – que outros. Em seu estudo, Silva (op. cit.) elenca critérios para determinar a prototipicidade de elementos contrastivos: 1. Ocupar posição fixa na

fronteira das orações; 2. Ser passível de conectar termos; 3. Ratificar e ressaltar o valor contrastivo das informações e, 4. Apresentar alto índice de frequência. Esses critérios foram decisivos para apresentar os itens mais e menos prototípicos, além de servirem de base para a elaboração dos critérios pertinentes ao objeto de nossa pesquisa.

A prototipicidade na categoria dos conectores comparativos

Antes de adentrarmos especificamente à prototipicidade, foi feito o levantamento da quantificação dos itens linguísticos presentes nas entrevistas do *corpus* VALPB com a função de conectores comparativos. Os resultados obtidos são demonstrados conforme a tabela 01, a seguir:

Tabela 01: Quantificação dos itens linguísticos comparativos:

Itens linguísticos comparativos	**Número de ocorrências**	**%**
Como	95	43
Tanto... como	37	17
Melhor/pior ... (do) que	30	13
Como se	23	10
Tipo	09	5
Não só... como	07	4
Feito	07	4
Que nem	04	2
Maior/ menor...(do) que	04	2
Total	**217**	100

A tabela 01 apresenta a quantificação dos itens comparativos observados nas entrevistas selecionadas no *corpus* Projeto VALPB, faladas por informantes da cidade de João Pessoa. Organizado em ordem decrescente de uso, optamos pela escolha dos 09 (nove) itens comparativos mais citados nas gramáticas de Sacconi (1893) e Cunha (2007)[3], além de acrescentarmos os itens *tipo* e *feito*- pela significativa utilização destes com a função comparativa-, totalizando, portanto, 11 (onze) itens. Como ilustra a tabela, o item mais encontrado com a função comparativa nas entrevistas foi o *como*, com 95 (noventa e cinco) ocorrências, equivalendo a 43% (quarenta e três por cento) de um total de 217 (duzentas e dezessete) ocorrências. Em sequência, os itens mais utilizados pelos informantes foram *tanto...como*, com 37 (trinta e sete) ocorrências, equivalendo a 17% (dezessete por cento) dos usos, *melhor/pior ... (do) que*, com 30 (trinta) ocorrências, equivalendo a 13% (treze por cento) do total e, *como se*, com 23 (vinte e três) ocorrências, equivalendo a 10% (dez por cento) do total.

Os exemplos seguintes, retirados das entrevistas, expõem a utilização dos itens *como* e *tanto...como*, que obtiveram maior quantidade de usos, com função comparativa:

> (01) Bom, fayø falta, porque hoje: existe coisas que, ôø melhóø, situação que eu quéøo é obtêø empregos e hoje me dificulta por isso, porque se hoje eu fosse um moço que tivesse <dedi, dedi> dado total valôr ao estudo, tivesse me dedicado para o estudo, tivesse me esforçado, tivesse é::: estudado muito **como** as minhas ismãø <fi> fizeram, hoje eu garantia que estava num bom emprego, porque o estudo tinha me dado condição pra isso, mas como num trôøxe, então, hoje para mim eu me sinto prejudicado por isso. **(*Masculino, Ensino Fundamental I*)**

Na ocorrência (01), presente em entrevista feita com um falante do sexo masculino que cursou o ensino fundamental I, observamos a utilização do item *como* através da comparação estabelecida na relação entre o ato de estudar do infor-

3. Verificamos quais as conjunções comparativas mais citadas nessas duas gramáticas para podermos elaborar o quadro. A escolha dessas duas gramáticas se justifica pelo fato de terem sido/serem bastante utilizadas em ambientes que prezam pelo estudo tradicional da gramática, a exemplo de algumas instituições escolares.

mante com o ato de estudar das irmãs. O falante se lamenta por não ter estudado da mesma maneira que as irmãs dele fizeram para que pudesse obter um bom emprego.

(02) *É o que é que você faria pela sua família?
I* Pra minha família, **tanto** pra minha família **como** a dele, eu fazia muita coisa pra eles e todo mundo, né ***(Feminino, Ensino Fundamental I)***

Na ocorrência (02), a informante do sexo feminino que cursou o ensino fundamental I utiliza a expressão *tanto...como* para fazer uma comparação, correlativa de igualdade. A informante estabelece uma relação de igualdade entre duas famílias que ela ajudaria, a dela e a de seu marido.

Ainda na tabela 02, que o item *tipo*, com 09 (nove) ocorrências, representando 5% (cinco por cento) do total, apresentou um maior uso em relação a itens listados nas gramáticas, como o *não só... como,* com 07 (sete) ocorrências*,* equivalendo a *4%* (quatro por cento) dos usos e *que nem*[4] *e maior/ menor...(do) que*, com 04 (quatro) ocorrências, equivalendo a 2% (dois por cento) dos usos. Já o item *feito* aparece com 4% (quatro por cento) dos usos, a partir de 07 (sete) ocorrências, a mesma quantidade apresentada por *não só... como* e, dessa forma, em maior porcentagem quando comparado aos itens *que nem* e *maior/menor (do) que*, já descritos. Tais questões salientam a importância de se incluir os itens *tipo* e *feito* na investigação da prototipicidade dos conectores comparativos. Os exemplos que seguem ilustram a ocorrência de *tipo* e *feito*:

(03) Sempre que um professôø passáø um um assunto você não ficáø só com aquilo, você i:ø mais além, procuráø + é: + mais + é: poderia dizêø, + um assunto bem mais profundo do o que o que ele passôø, + porque ele ali ele apenas + dá: **tipo** uma introdução. ***(Masculino, Ensino Superior)***

4. Consideramos relevante incluir o item *que nem* à quantificação, pois, embora ainda pouco evidenciado como um item comparativo, foi mencionado por Cunha (2007).

Produzido por um informante com nível superior de escolarização, o termo *tipo* funciona como conector comparativo, uma vez que o falante, explicando a importância de um aluno se dedicar aos estudos fora da sala de aula, pois o professor não aborda o assunto de maneira aprofundada, compara a maneira que este ministra o conteúdo a uma introdução. Se substituíssemos o termo em destaque por outro conector comparativo, por exemplo, a forma *como se,* daríamos conta da comparação, sem interferir no sentido da informação. Dessa maneira, a sentença ficaria: '... porque ele ali ele apenas dá *como se* fosse uma introdução'.

> (04) Aí mãe disse: "Tu: aí avisou, né? Fosse avisar a Deman que o menino nasceu, que é uma menina e que Vânia tá bem, a menina tá bem, fosse?" Saiu **feito** louco foi pro bairro doø Novais, pensanøo que ele tava lá, mays ele tava na casa do pai. ***(Feminino, Ensino Fundamental II)***

Na ocorrência (04), presente em entrevista feita com um informante do sexo feminino que cursou o ensino fundamental II, há o uso do item *feito* em função de conector comparativo. Durante a narração de como foi o dia do seu parto, a informante utiliza o *feito* para expressar a aflição do irmão no momento em que está procurando o marido para avisar que o bebê já havia nascido. Sendo assim, o irmão da informante saiu "feito louco" até o bairro dos Novais e, ao ver que o marido da irmã não estava lá, foi até a casa do pai do marido da informante para dar o aviso. O termo *louco* auxilia na ideia de aflição do irmão que a informante quis demonstrar, enquanto o item *feito* funciona como um conector que compara o sentimento do irmão a algo que de algum modo está fora do que se considera normal, a um louco.

Após essa breve descrição da ocorrência dos itens comparativos presentes no *corpus* de análise, é necessário delimitarmos critérios para a eleição da prototipicidade dos itens dessa categoria, considerando a relação de comparação que deve haver para ligar orações sintaticamente dependentes, além de outros aspectos julgados relevantes à classificação dos conectores comparativos. Os critérios delimitados foram os seguintes:

1. Posição fixa na cadeia sintagmática: quanto maior a rigidez do elemento na cadeia sintagmática, maior será a prototipicidade. Se o elemento comparativo possuir maior mobilidade, será menos prototípico em relação ao mais fixo.
2. Presença de elemento comum a dois membros comparados: o elemento deve ter a função de conectar dois membros que estarão sendo comparados. Esse critério define a função da categoria dos conectores comparativos
3. Permissão de substituição ou ocultação do conector/ locução conectiva: o fato de haver a possibilidade de o falante inserir outro termo que não aquele típico da locução conectiva ou poder ocultar um dos termos da locução, poderá definir a prototipicidade.
4. Frequência das ocorrências: a partir da quantificação dos itens, vê-se que a frequência também servirá como um importante prognóstico de mudanças e de um futuro estabelecimento e manutenção de novos usos linguísticos na gramática, já que a sociedade usa a língua motivada por práticas discursivas e sociais entre os falantes. Sendo assim, quanto maior for a frequência das ocorrências, maior a possibilidade de prototipicidade do elemento.

Com base nesses critérios, será feita a análise dos elementos e quanto maior for o número de critérios presentes em cada elemento, mais prototípico será o item de sua classe.

O quadro 01, a seguir, ilustra a identificação dos critérios apresentados em cada elemento tido como conector comparativo:

Quadro 01- Prototipicidade dos conectores comparativos

Conectores ↓ / **Critérios de prototipicidade** →	**Posição fixa na cadeia sintagmática**	**Elemento comum a dois membros comparados***	**Não subs-tituição/ acréscimo ou ocultação do conector/loc. conectiva**	**Frequência das ocorrências**	**Total**
Como	-	+	+	+	**3**
Tanto...como	+	+	-	+	**3**
Melhor/pior... (do) que	-	-	+	+	**2**
Como se	+	+	+	+	**4**
Tipo	-	+	-	-	**1**
Não só...como	-	-	-	-	**0**
Feito	-	+	+	-	**2**
Que nem	+	+	+	-	**3**
Maior/ menor...(do) que	+	+	-	-	2

* Embora todo e qualquer termo, para funcionar como um conector comparativo, tenha que possuir tal critério, considera-se conveniente verificar quais termos evidenciam o critério de modo mais direto, sem haver retomada de informações ocultas.

De acordo com o quadro 01, o conector *como* não possui uma posição fixa na cadeia sintagmática, podendo haver mobilidade. Os exemplos que seguem confirmam tal resultado:

(05) F* Des-lum-bran-te. Ar-ra-sa-dor. Bonito. **Como** como eu sonhei, com pompas e ci0cunstâncias. (***Feminino, Ensino Superior***)

(06) E * Hum, hum. Mas o pessoal da Bahia fala meio **como** carioca, né? O sotaque. (***Masculino, Ensino Superior***)

O conector *como* tradicionalmente está inserido na oração *suj. + verbo+ como+ obj.*. Essa sequência é vista em (06): *suj. + fala + como + obj*, o que demonstra uma rigidez na posição sintagmática do conector. No entanto, em (05), vemos que o *como* está iniciando uma frase, embora retome as qualidades anteriormente ditas pela informante e dê ênfase às qualidades ditas seguidas ao conector. Todas essas retomadas estão relacionadas à pergunta feita pelo entrevistador sobre como foi o casamento da entrevistada. A sequência em (05), portanto, será: *(o casamento foi) como + sonhei*.

Podemos perceber, ainda, que o elemento como é comum a dois membros comparados, o que é algo muito característico da categoria em questão. Tal critério é confirmado no exemplo (07):

> (07) I* Bom, Deus para mim não é **como** muitas pessoas é é: classificam **como** um sêø, **como** uma criatura. Existeø pessoas que infelizmente discriminaø muito a pessoa de Deus, diz: Ele é um sêø, ele é árvore. (***Masculino, Ensino Fundamental I***)

Nesse exemplo, vemos que *como* está ligando dois elementos comparados: Deus a uma criatura, um ser. O entrevistado nega acreditar que Deus seja classificado dessa maneira que as pessoas o classificam. Esse critério demonstra uma prototipicidade do conector comparativo *como*.

Quanto ao critério da não substituição ou ocultação do conector/loc. conectiva, observamos que não houve ocorrências, e, em relação ao último critério, como já vimos anteriormente, o *como* foi o conector mais utilizado com a função comparativa, o que também demonstra prototipicidade.

Em relação à locução conectiva *tanto...como*, observamos a ocorrência dos dois primeiros critérios. A locução possui uma posição rígida na oração e é elemento comum a dois membros comparados, o que é demonstrado em (08):

(08) I* Havia uma chamada Fátima, no coléjøo José Lins do Rêgo, que era uma professora que eu tinha muito assim dedicação. Inclusive até na sua aula eu nunca: bagunçava, brincava, porque eu sempre tinha o maióø respeito porela, então, isso fazia com que eu sempre respeitasse **tanto** a pessoa dela **como** a aula que ela estava ensinanøo que era a professora Fátima. (***Masculino, Ensino Fundamental I***)

No exemplo (08), o falante fez uso da locução conectiva seguindo a sequência sintagmática tradicional, respectivamente: *Suj + respeitar+ tanto +x + como (respeitar) + y*. Vê-se que a locução é comum a dois membros comparados *respeitar a pessoa dela* e *a aula*.

Em (09) e (10), não ocorre o critério da substituição ou ocultação de um dos termos da locução comparativa:

(09) I* Eu acho normal, né? eu num: esconøo nada não. Eu sôø uma pessoa pobre humilde certo? Não tive chance, né? Poøque quanøo você estuda você desenvolve mais, né? Você tá desenvolvenøo pra você mesmo. <Vamo sup> **como** pra você, **como** prá muita gente hoje em dia. (***Masculino, Ensino Fundamental II***)

(10) E* E o seu casamento mesmo Germana, o dia do seu casamento, como você gostaria que fosse?
I* Eu queria que fosse uma data muito feliz pra mim como p0o meus pais. (***Feminino, Ensino Fundamental II***)

Em (09), o falante substitui o termo *tanto* por *como*, transformando a locução em *como...como*. Tal substituição aparentemente não ocasionou dificuldades na compreensão da comparação apresentada. Já em (10), o informante oculta o termo *tanto*, o que também não causa problemas, embora subentenda-se a presença do termo: *suj + queria que fosse + (tanto) + para x + como + para y*.

Quanto à frequência das ocorrências do elemento, vimos que foi significativa, estando abaixo apenas do uso de *como*.

No que diz respeito às ocorrências de *melhor/ pior do que* e *maior/menor do que*, os exemplos (11), (12) e (13) demonstram que a locução é utilizada tanto no interior da sentença, quanto na introdução de uma resposta:

(11) F* Não vai resolver não, porque se é um problema que você tem você leva com ele, você não resolveu nada, e quem fica, vê-se pela situação **pior de que** aquela que cometeu suicídio porque se for um problema dela, que você <em vê> que você tivesse conversado, aí tenta- tentava resolver, conversando né isso? (***Feminino, Ensino Fundamental II***)

(12) E* O que você acha desses programas infantis?
I* **É melhor que**:: [cer] certos, né? Pra criança é o ideal, né? Pelo menos:: não tem não tem:: visão de muita coisa:: da [rea] da realidade triste, né? (***Masculino, Ensino Superior***)

(13) Se num fosse por ele eu acho que os filhoø dele num teria nem o que comer durante o dia. + Que a família dela mora longe né? São cinco filhoø, paga aluguel, pagar água, pagar luyø numa casinha dessa **menor do que** a minha, + e pra comprar gás e tudo. (***Feminino, Ensino Fundamental II***)

Em (11) e (13), vemos que a locução segue a sequência *x* + *locução comparativa* + *y*., o que demonstra rigidez, mas, em (12), observa-se que a locução introduz uma resposta, estando oculto o sujeito da oração: *(os programas infantis)* + *locução comparativa*+ *y*. Ainda em relação a (12), vê-se que a informação da sentença comparativa se apresenta incompleta, uma vez que o informante considera que os programas infantis são melhores do que "certos", ficando subentendido que ele quis dizer que são melhores do que certos programas inapropriados para as crianças. Tal ocorrência demonstra a não clareza da existência de dois membros comparados pelo uso da locução.

Também, não ocorre o critério da substituição ou ocultação de um dos termos da locução comparativa no uso das locuções. E quanto à frequência de uso, enquanto *melhor/ pior do que* apresenta maior ocorrência, a locução *maior/menor do que* é a que apresenta menor número de ocorrências.

Os exemplos, a seguir, demonstram o grau de rigidez de posição estrutural de *como se* e *não só...como*:

(14) I* Bom, a festa do ano que eu mais gosto, como já é normal, é o final do ano, porque é **como se** fosse a passageø de um ano para o ôøtøo. (***Masculino, Ensino Fundamental I***)

(15) Eu tenho um marido maravilhoso, e e: por incrível que pareça a família do meu marido é **como se** fosse a minha família depois de casada, como se eu, [ti-] se a minha outra família de pai, e mãe num num [ti-] contasse muito agora. (***Feminino, Ensino Superior***)
(16) I * [F] Foi bastante assi:m cum aquele [ne0vosis] aquele nervosismo assim, **não só** na primeira **como** na segunda e tal sempre sinto isso, pu-0que sempre são um0 público0 diferente (***Masculino, Ensino Superior***)

Em (14) e (15), observa-se que o termo *como se* obedece à seguinte ordem sintagmática: *suj* + *como se* + *verbo* + *obj.*, o que demonstra um alto grau de rigidez, já que o *como se* exige que o verbo esteja imediatamente posterior a ele. Já em (16) vemos que o informante utilizou *não só...como* da seguinte maneira: *(verbo) não só* + *x* + *como* + *y*, mas poderia ser utilizado também com a ordem sintagmática *não só* + *x* + *como* + *y* + *verbo* ou ainda, *não só* + *verbo* + *x* + *como* + *y*, havendo maior mobilidade na oração.

Da mesma forma, o *não só...como* permite o acréscimo do termo *também*, ficando *não só...como também*, dando ideia de adição, o que não ocorre em *como se*. Ainda em relação a *não só...como,* vê-se que a ocorrência demonstra a não clareza da existência de dois membros comparados pelo uso da locução, uma vez que os termos primeira e segunda retomam a pergunta feita pelo entrevistador acerca de apresentações em público do entrevistado. Primeira (apresentação) e segunda (apresentação) mostram que a informação da sentença comparativa se apresenta incompleta, o que não ocorre com o uso de *como se*.

Quanto à frequência de uso, o como se apresenta maior frequência em relação ao *não só...como.*

Os exemplos (17), (18) e (19) demonstram a ocorrência de *que nem*, *tipo* e *feito*:

(17) Então se um dia eu levar um uma “putucada” doma faca, eu acho que eu morro. Morro do nervosismo, certo? Então eu corri **que nem** um doido. ***(Masculino, Ensino Fundamental II)***

(18) A gente resolveu se juntáø mesmo, né? Que a gente num: + quanøo eu boli com ela, a gente não dormia junto, cada um na sua casa, a gente era **tipo** namorado, né? cada um na sua casa. ***(Masculino, Ensino Fundamental II)***

(19) I* (...) ele queria prendeø a gente de casa **feito** umas (risos) mocinhaø. Aí não dá. (***Masculino, Ensino Fundamental I***)

Em (17), o *que nem* funciona como conector comparativo obedecendo à ordem *x* + *verbo* + *que nem* + *y*, mas permite mobilidade sintática, tal como: *x* + *que nem* + *y* + *verbo*. Já em (18) e (19) *tipo* e *feito* possuem maior rigidez na oração.

Observamos, também, que os três conectores comparativos, apesar de serem pouco recorrentes, não são substituídos ou ocultados e nem foram acrescidos a outros termos, embora em outras ocasiões o *tipo* tenha tido função conectiva juntamente ao elemento *assim*, o que demonstra a possibilidade de não existência do terceiro critério. Vemos também nos três conectores a ligação a dois membros em comum: o *ato de correr* ao elemento *doido*; o sujeito *a gente* a *namorado* e, o sujeito *a gente* a *mocinha*.

Considerações finais

Os resultados demonstram que, embora a categoria dos conectores comparativos tenha se mostrado resistente a inovações, o grau de prototipicidade dos conectores comparativos aparece com mais concretude nos conectores *como se*, *tanto...como*, *como* e *que nem*, respectivamente, e com grau menor os conectores *não só...como* e *tipo*. Tais resultados evidenciaram que, nem sempre os conectores mais citados pela gramática tradicional ou os mais utilizados em contextos formais, a exemplo das entrevistas, serão os mais prototípicos.

Ainda, embora tenha sido identificada a ocorrência de itens que antes não faziam parte dessa categoria gramatical, a exemplo de *feito* e *tipo*, essas ocorrências se dão em grau de frequência pouco representativa. São itens que, ao atuarem como conectores comparativos, sofrem uma mudança de categoria lexical, autônoma e com bastante expressividade semântica, para uma categoria gramatical, mais dependente dos outros elementos presentes na sentença, sendo constituídos de um valor textual e discursivo mais forte. Ao mesmo tempo, apesar da pouca representatividade, considerando os critérios de prototipicidade elencados, pode-se observar que, por exemplo, o conector *não só...como*, aparece com menor grau de prototipicidade em relação ao conector *feito*.

Referências

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Edição de bolso. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.

GIVÓN, T. **A compreensão da gramática**. São Paulo: Cortez; Natal, Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2012.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd (eds.) **Approaches to grammaticalization.** Vol.I: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.

HORA, Dermeval da. e PEDROSA, Juliene Lopes R. (orgs). **Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba** (VALPB). 5 V. João Pessoa: Idéia, 2001.

SACCONI, Luís Antônio. **Nossa gramática:** teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atual, 1983.

SILVA, Camilo Rosa. ***Mas tem um porém***...: mapeamento da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

TAYLOR, John R. **Linguistic categorization:** prototypes in linguistic theory**.** Clarendon Press: Oxford, 1989.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

MOTIVAÇÕES COMPETIDORAS ENTRE ORAÇÕES RELATIVAS NA VOZ PASSIVA E ADJETIVOS DEVERBAIS NO PARTICÍPIO PASSADO

ARTHUR RASEC CAVALCANTE DE LIRA (UFRN)
JOSÉ ROMERITO SILVA (UFRN)

Introdução

No português atual do Brasil, existem duas formas que co-ocorrem na função de modificadores nominais, as quais são aparentemente intercambiáveis entre si, por apresentarem características em comum. Trata-se das construções oracionais relativas passivas (ORP) e das construções adjetivas deverbais no particípio passado (APP).

As primeiras são compostas por um pronome relativo, seguido por um verbo de ligação, um verbo principal no particípio e um agente da passiva, como em (1).

> 1) "[...] é um bosque [...] **que foi violado por... por ser humano**" (*Corpus* D&G/Natal, descrição de local, oral, 1998, p. 50).

As segundas consistem de adjetivos derivados de verbos no particípio, os quais mantêm a marca da construção relativa passiva em sua terminação, embora não esteja ligado a um pronome relativo e verbo de ligação, como em (2).

> (2) "um congresso de jovens **organizado pela diretoria da jubaleste**" (*Corpus* D&G/Natal, narrativa de experiência pessoal, escrita, 1998, p. 93).

Os dados para a presente pesquisa foram extraídos do *corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (D&G/Natal), composto por textos escritos e transcrição de textos orais nos seguintes gêneros: narrativa de experiên-

cia pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento, relato de opinião.

Durante a observação das ocorrências, percebemos que ainda co-ocorrem outras duas formas do fenômeno estudado, as quais apresentam como diferença a ausência do agente da passiva posposto ao verbo na voz passiva (ver exemplo 3) ou a pessoa a quem o adjetivo deverbal se refere (ver exemplo 4).

(3) "imagine os familiares dessas pessoas **que foram assassinadas**" (*Corpus* D&G/Natal, relato de opinião, oral, 1998, p. 119).

(4) "[...] leva um **determinado** tempo" (*Corpus* D&G/Natal, relato de procedimento, oral, 1998, p. 22).

Vemos, portanto, que por supressão do agente, no exemplo (3), não é informado quem assassinou as referidas pessoas, e no exemplo (4), não é explícito quem determinou o tempo. Sendo assim, trabalharemos com essas quatro variantes da construção passiva no português brasileiro.

Buscaremos, pelo método hipotético-dedutivo, perceber quais são as motivações sociocomunicativas e cognitivas para o emprego de cada uma das formas acima descritas numa mesma sincronia. Investigaremos também se essas formas podem ser intercambiáveis nas variadas situações comunicativas.

Linguística funcional centrada no uso

O modelo teórico-metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) utiliza concomitantemente os pressupostos da Linguística Funcional norte-americana e da Linguística Cognitiva. Por meio da LFCU, é possível analisar fenômenos formais da língua em uso (fonológicos, morfológicos e sintáticos), associados às suas devidas funções, em um dado contexto semântico e pragmático-discursivo.

Utilizamos o conceito de língua posto por Bybee (2010 *apud* FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013, p. 51), de "um sistema adaptativo complexo, uma estrutura plástica, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que emergem, em virtude de necessidades cognitivas e/ou comunicativas".

Essa definição nos permite afirmar que o sistema linguístico ao qual nos referimos não é estático, fixo, como propunham os estruturalistas, mas passível de inovações e mudanças, à medida que seus usuários empregam seu repertório linguístico em contextos diversos, visando à interação.

Assim, a partir de exemplares reais de fala e/ou escrita, a LFCU estuda como se comporta a estrutura da língua em seu uso efetivo por usuários nativos, buscando estabelecer relações entre a forma do material produzido e sua respectiva função, intencionalidade.

Consideramos que o uso recorrente de determinada forma linguística promove o estabelecimento de sua convencionalização, isto é, os falantes de determinada comunidade aceitam uma dada forma e a empregam de modo geral. Portanto, podemos constatar que a gramática é fruto de um conjunto de formas que se relacionam no discurso efetivo de usuários de determinada língua.

Todavia, é importante frisar que nenhuma adaptação aqui mencionada é aleatória, mas motivada por princípios cognitivos e funcionais. Se assim fosse, as pessoas não poderiam comunicar-se satisfatoriamente, em virtude de uma série de inovações cujo conhecimento lhes faltaria continuamente.

Portanto, para descobrir as motivações do uso de cada uma das formas aqui descritas, utilizaremos as seguintes categorias analíticas: iconicidade, economia e inferenciação pragmática. Descreveremos adiante cada uma delas, assim como o conceito de motivações competidoras.

Iconicidade

O conceito de iconicidade foi criado por Givón (1984) e se refere à motivação para uma dada forma linguística em virtude de sua função discursiva, isto é, uma construção se materializa no texto de uma determinada forma e não de outra, porque sua função assim o exige, por razões discursivo-pragmáticas, como clareza suficiente para que haja uma comunicação eficaz entre as partes envolvidas num diálogo, por exemplo, evitando mal-entendidos. Não obstante, em alguns casos, essa motivação não é tão aparente quanto aos casos mais prototípicos (nítidos).

Para analisar uma construção a partir da iconicidade, é necessário investigar seus três subprincípios, que são: **quantidade de informação** (quanto mais nova é uma informação para o interlocutor, mais material linguístico será empregado para expô-la, assim como uma informação velha demanda menos material linguístico para expressá-la); **proximidade entre os constituintes** (conceitos relacionados cognitivamente entre si aparecem mais ligados morfossintaticamente, enquanto que conceitos não relacionados não necessitam de proximidade textual); e **ordenação linear** (os conceitos se organizam na fala ou na escrita de acordo com pressões cognitivas).

Economia

As construções econômicas andam na contramão das icônicas, em virtude de sua alta frequência de uso. Enquanto a iconicidade justifica as formas pela quantidade, proximidade e ordenação linear, visando à expressão de informações novas, desconhecidas do interlocutor, e por isso necessitam de mais forma, a economia justifica suas ocorrências por pressões pragmáticas e comunicativas, uma vez que em geral é empregada para expressão uma informação velha, disponível.

Aquilo que é recorrente numa língua tende a ser condensado no momento de sua expressão, como o uso de abreviaturas, siglas, expressões curtas, assim como termos que são criados para representar conceitos complexos.

Isso já havia sido estudado por Zipf (1935) e retomado por Haiman (1983), que explica que quanto mais familiar é uma palavra numa comunidade, mais ela tende a ser opaca, de difícil recuperação quanto às suas motivações. Em oposição,

contextos menos familiares exigem mais explicação, mais clareza, forçando os usuários da língua a empregar palavras semanticamente transparentes, icônicas, visando promover a comunicação eficaz.

Quanto à sintaxe, em geral se usa a forma reduzida para expressar um objeto esperado, previsível, e as formas completas para se referir a objetos inesperados. Inclusive, uma informação pode ser tão previsível que pode ser substituída pela anáfora zero (HAIMAN, 1983). Deduzimos, portanto, que as construções APP são aplicadas em contextos previsíveis, ao passo que as ORP servem para propósitos mais específicos, introdução de assuntos novos. Essa hipótese será verificada nesta pesquisa.

Apesar das formas icônicas e econômicas serem aparentemente dicotômicas e existirem fortes motivações para o uso de uma em detrimento da outra, há também pressões para a alternância de uma pela outra em alguns contextos. Haiman (op. cit.) defende que tais formas parecem trabalhar em harmonia, isto é, cada uma possui seu espaço na língua. No entanto, é importante frisar um conceito básico para a semântica, o qual defendemos, que não existem sinônimos perfeitos/absolutos, conforme Bolinger (1977 *apud* HAIMAN, 1983). Uma vez que sinônimos próximos diferem na forma, também apresentam divergências no conteúdo, segundo uma determinada motivação.

Inferenciação pragmática

Traugott e Dasher (2002 *apud* BISPO; SILVA, 2015, *no prelo*) se debruçaram sobre o fenômeno da inferenciação pragmática, ou inferência sugerida, vista como o resultado do processo comunicativo no qual um falante usa uma determinada expressão linguística esperando que o ouvinte a compreenda, além do que foi produzido materialmente.

Seguindo essa tese, uma pessoa pode evitar explicitar algumas informações no momento da interação, contando que seu interlocutor entenda e aja conforme o esperado.

Um exemplo comum acontece em sala de aula. Alguém que está sentindo calor olha para o outro que está próximo ao controle do condicionador de ar e diz “Que calor!”. Nesse momento, espera-se que o ouvinte acione o aparelho pressio-

nando o botão ligar no controle remoto. Não é necessário pedir que ele o faça, pois a situação comunicativa recorrente o induz a fazer esse processo naturalmente, por inferência sugerida.

Motivações competidoras

Dizemos que há motivações em competição quando duas ou mais formas semelhantes são empregadas em contextos distintos dependendo do seu contexto de uso.

Para Radden e Panther (2004, p. 3, *tradução nossa)*, "uma unidade linguística (alvo) é motivada se alguma de suas propriedades é moldada pela fonte linguística (forma e/ou conteúdo) e por fatores extralinguísticos".

Isso quer dizer que a forma de uma determinada construção é responsável pelo significado que ela expressa. O que nos leva a afirmar que para cada função pretendida existe uma dada forma linguística (HAIMAN, 1983).

Características das construções orp e app

As construções ORP e APP podem atuar na função de modificadores nominais, ou seja, a de alterar o sentido de seus referentes, acrescentando-lhes informações.

Enquanto que as duas formas são distintas morfossintaticamente, quanto à semântica, ambas expressam eventos de natureza transitiva, em que um agente/causador realiza uma ação por meio da qual controla/afeta um paciente.

Para essa pesquisa foram desprezados os casos em que os adjetivos não são derivados de verbos ou que não estão associados a eventos transitivos. No entanto, serão consideradas inclusive as construções relativas que apresentam baixo grau de transitividade, segundo o modelo de Hopper e Thompson (1980).

A escala de transitividade considera se há mais de um participante envolvido na oração; se o verbo é de ação; se apresenta uma ação perfectiva; se a oração é afirmativa; se a ação foi realizada (*realis*); se há um agente (mesmo que implícito); e se o objeto é afetado e individuado.

Com 208 ocorrências, os dados foram tabulados da seguinte maneira:

ORP + Agente	ORP - Agente	APP + Agente	APP - Agente
16 (8%)	43 (20%)	16 (8%)	133 (64%)

A partir da análise quantitativa, percebemos que há uma predominância das construções em que o agente é oculto (84%). Isso nos leva a deduzir que o contexto pode ser o fator determinante para o entendimento da ideia expressa, não somente o verbo ou a oração isolada.

Também percebemos que há uma tendência ao uso dos adjetivos em detrimento das orações relativas, em virtude da economia no ato comunicativo, principalmente em contextos menos formais, como as entrevistas que compõem o *corpus* investigado neste artigo.

Motivações para o uso da construção orp

A construção ORP é mais extensa do que a APP. Isto se deve à necessidade de expressar mais informações, com mais riqueza de detalhes. Vejamos o exemplo 5, abaixo:

5) “todo mundo **que era enterrado** ali ou todo animal **que era enterrado** ali voltava” (*Corpus* D&G/Natal, narrativa recontada, oral, 1998, p. 6).

A partir do princípio da iconicidade, podemos fazer a seguinte análise: no momento de recontar um filme ao qual o informante assistiu, ele fala sobre os corpos que foram sepultados num cemitério mal assombrado. No trecho destacado, temos um aposto restritivo (informação nova) para especificar quem voltava: somente os que foram enterrados ali. Por isso se usou mais material linguístico. Quanto ao dêitico “ali”, é usado porque antes já havia sido citado o cemitério (informação velha), motivo pelo qual foi economizado material linguístico.

Quanto ao subprincípio da proximidade, vemos que os Sintagmas Nominais (SN) aparecem integrados, sem possibilidade de intervenção do verbo, por serem o determinante, o nome e seu adjunto adnominal um bloco indissociável, neste caso.

Em relação à ordenação linear, vemos que os apostos aparecem pospostos a seus referentes (todo mundo; todo animal), por serem restrições de algo que foi dito anteriormente, sendo introduzidas pelo pronome relativo “que”.

Portanto, vemos que palavras separadas expressam mais informações, logo denotam mais funções que são agrupadas à medida que novas palavras são adicionadas em um uma determinada ordem numa expressão.

Motivações para o uso da construção app

As construções formadas por APP estão no caminho inverso daquelas formadas por ORP. Possuem uma forma econômica sintaticamente, sem pronome relativo e verbo auxiliar. No entanto, sua herança na terminação do adjetivo permite a inferência dos elementos não expressos na oração, como vemos em 6:

> 6) “Você decide, também **exibido** pela Rede Globo” (*Corpus* D&G/Natal, relato de opinião, escrita, 1998, p. 79).

No exemplo acima, o adjetivo destacado deixa implícito que é o programa Você decide que é exibido pela Rede Globo. Por contar com o conhecimento de mundo do entrevistador e de sua experiência linguística, o entrevistado faz uso da economia para expressar sua ideia.

Em outros casos, a economia é maior, quando se omite o agente da ação expressa. O sentido é completado pela inferenciação pragmática. Vejamos o exemplo 7:

> 7) “Coloca-se o fermento **desmanchado** no leite” (*Corpus* D&G/Natal, receita, escrita, 1998, p.37).

Pelo fragmento acima, percebemos que a pessoa que segue a receita durante a preparação do alimento é mesma que desmancha o fermento. Por isso não há necessidade de explicitar o agente.

Em casos como esse, a preferência se dá pelo APP, enquanto que nos casos mais opacos há necessidade de explicitar os referidos agentes, empregando-se a forma ORP.

Considerações preliminares

Partimos da hipótese que as construções ORP e APP apresentam formas distintas, portanto devem servir para funções distintas, não podendo ser intercambiáveis em todos os contextos em que se encontrem.

Deduzimos que o segundo modelo surgiu mediante uma necessidade comunicativa diferente da primeira, por meio do processo de transformação derivacional, uma vez que ambas apresentam algumas características comuns.

Todavia, ainda estamos em processo de refinamento da pesquisa, para elaborar uma explicação mais precisa das motivações subjacentes ao uso das construções ORP e APP.

Referências

BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Análise Linguística em perspectiva funcional*. 2015 (no prelo).

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Revista do GELNE*, v. 15, n. 1/2, p. 49-74, 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *Corpus Discurso & Gramática:* a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

GIVÓN, T. *Syntax*: a functional-typological introduction. v. 1. New York: Academic Press, 1984.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. In: *Language*, v. 59, n. 4 (dez. 1983), pp. 781-819. Linguistic Society of America. Disponível em <www.jstor.org/stable/413373> Acesso em 07 Dez 2010.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. In: *Language*, v. 56, n. 2 (jun. 1980), pp. 251-299. Linguistic Society os America. Disponível em <www.jstor.org/stable/413757> Acesso em 21 Ago 2008.

RADDEN, G.; PANTHER, K. *Studies in linguistic motivation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

O PAPEL DA JUSTAPOSIÇÃO DE ORAÇÕES NO CORDEL: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

MARCELO DA SILVA AMORIM (UFRN)

1. Introdução

O objetivo precípuo deste trabalho é demonstrar como a justaposição, em romances de cordel de Leandro Gomes de Barros, abre espaço para maior participação do público na constituição da coerência do texto poético, já que delega aos leitores/ouvintes de tais composições a tarefa de preenchimento semântico-formal da lacuna deixada pela ausência de juntores (JØ). Os excertos apresentadas ao longo deste artigo referem-se a uma tabulação parcial realizada em cinco romances e traduzem as possíveis circunstancializações manifestadas em junções entre sentenças efetuadas sem a presença de segmentos prototípicos. É preciso compreender que a cifra de 10% para as relações justapostas identificadas é de caráter provisório, já que trabalhamos com um número aproximado de 4 mil sentenças em constante revisão. Não é ponto pacífico a etiquetação de algumas das relações hipotáticas nas justaposições, já que as leituras, em alguns casos, não podem e não devem ser peremptórias, e diversas variáveis situadas no contexto precisam ser reavaliadas em outra fase desta pesquisa para a confirmação dos percentuais. Assim, preferimos, a esta altura, nos abster de fornecer dados estatísticos sobre os valores circunstanciais das junções. Sabemos, entretanto, que as circunstâncias mais ostensivamente presentes nas justaposições são as temporais, as condições, as causais, as consecutivas e as concessivas. A segmentação e a etiquetação das cláusulas no *corpus* têm se efetuado através do *software UAM Corpus Tool*.

Pela exiguidade do espaço, a exemplificação aqui se restringirá a apenas três ilustrações, cujos comentários, entretanto, trarão à cena como o leitor/ouvinte de romances de folheto poderá compreender diferentemente o nexo lógico não explicitado formalmente. Nossa fundamentação teórica estear-se-á nas proposições de

autores como Hopper e Traugott (2002), Givón (1979; 1994; 2001), Lehmann (1988), Longhin-Thomazi (2011; 2013), dentre outros que seguem as perspectivas do Funcionalismo Linguístico em seus trabalhos.

O romance de folheto ou panfleto — gênero da literatura de cordel de tipologia predominantemente narrativa — apresenta em média 24 páginas, ao longo das quais são distribuídas estrofes cujo número oscila entre 100 e 150. Tais estrofes são compostas de seis versos (sextilhas) de sete sílabas poéticas (redondilhas maiores). Apenas os versos pares são rimados, ou seja, obedecem ao esquema ABCBDB. O folheto singulariza-se por certas feições que sugerem uma parcial vinculação sua a composições do repositório da antiga tradição oral primária, na qual a perpetuação de dados imprescindíveis à sociedade realizava-se por meio de traços presentes na linguagem especificamente engendrados para tal finalidade.

Em Amorim (2008), encontram-se identificados, quantificados e estatisticamente tratados vários desses traços, que são associados a fenômenos semelhantes que ocorrem em epopeias desde tempos ancestrais, como as de Homero. Na mencionada pesquisa, o autor aponta semelhanças entre os romances analisados e os poemas épicos da antiga Hélade, especialmente no que se refere a certa predileção dos poetas de acomodarem os sintagmas integralmente nos limites das linhas/pares, respeitando-se assim a sua plenitude semântico-sintática, o que se convencionou denominar *debordamento nulo*.[1]

Naturalmente que parte da falta de debordamento pode-se atribuir à já esperada ocorrência de junção de cláusulas por parataxe e por justaposição, processos de combinação muito produtivos em enunciados orais (LONGHIN-THOMAZI, 2013). A seguir, faremos um breve excurso para explicar como compreendemos termos "parataxe", "hipotaxe" e "subordinação" e quais serão os tipos de junção aqui arrolados sob o rótulo "justaposição".

1. Cf. Amorim (2008, p. 42-75) para uma descrição mais detalhada de outros fenômenos recorrentes no folheto e na épica homérica, como o semidebordamento, o debordamento necessário e a parataxe.

Algumas concepções essenciais

Antes de prosseguirmos, é preciso estabelecermos o que compreendemos pelos termos "parataxe" e "justaposição". Tal necessidade impõe-se pelo fato de tais conceitos nunca terem alcançado, na literatura especializada, um consenso entre os estudiosos das antigas e das novas gerações. Por motivos didáticos, seguiremos aqui uma simplificação do modelo elaborado pelos linguistas Hopper e Traugott (2002, p. 176-184), por meio do qual se podem visualizar três modos diferentes pelos quais as cláusulas podem ser articuladas: a subordinação, a hipotaxe e a parataxe.

Na **subordinação**, ocorre uma robusta integração gramatical entre a cláusula subordinante (principal ou matriz) e sua subordinada (margem). Neste processo, a margem desempenha um papel essencial na constituição da própria gramaticalidade da oração resultante da junção, pois passa a funcionar como *termo* constituinte da matriz, apresentando alto traço de encaixamento em relação a ela. Daí resulta uma clara dependência semântica, que se traduz por um princípio idealizado por Givón (2001, p. 40): "quanto mais dois eventos ou estados estejam semântica ou pragmaticamente integrados, maior será a integração gramatical entre as cláusulas que os codificam" (tradução nossa). Sob esse rótulo, costuma-se acomodar a maioria das orações previamente denominadas subordinadas substantivas e subordinada adjetiva restritiva.

Na **hipotaxe**, o grau de integração gramatical é mais tênue. Apesar de certa interdependência semântica entre a cláusula-núcleo e sua margem, esta não figura como termo essencial para a gramaticalidade da estrutura global resultante da combinação; portanto, o grau de encaixamento é mínimo. O funcionamento da hipotaxe volta-se para a organização discursiva, com a margem modificando ou expandindo a predicação do núcleo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 443ss). Aqui se incluem grande parte das antigas subordinadas adverbiais e as subordinadas adjetivas explicativas.

Na **parataxe**, descreve-se como débil o grau de integração gramatical, pois as cláusulas participantes deste processo apresentam núcleos sintaticamente autônomos. Não havendo margens, portanto, uma cláusula não funciona como constituinte na outra. Apesar da aparente independência sintática, há de se levar em consideração a observação de Green (2012), que lembra que as paratáticas podem

(ou não) ser pragmaticamente dependentes. Como se pode perceber, o conceito de parataxe liga-se à ideia de paridade hierárquica, presente no processo de junção que se costuma denominar coordenação (sindética ou assindética).

Apesar de existir certa sobreposição entre as definições de parataxe ou coordenação assindética e justaposição, os conceitos podem se distinguir claramente, já que, em nossa opinião, a **justaposição** não consiste exatamente em um processo de combinação de cláusulas; antes, representa o modo como os tipos de combinação se manifestam. O termo se aplica sempre que uma sentença esteja contígua a outra, sem que, de permeio, exista um item desempenhando o papel de juntor ou conectivo, não importando as possibilidades de relações semântico-pragmáticas contraídas entre elas. Considera-se aqui, pois, uma perspectiva meramente formal na definição de justaposição. Dessa forma, a parataxe poderá efetuar-se por justaposição, quando suas sentenças se articularem sem o auxílio de segmentos conectores. Todavia, nem toda justaposição poderá ou deverá ser compreendida como parataxe. Pelo contrário, a justaposição poderá investir-se de valores hipotáticos, subordinados e até correlativos, como se pode verificar em Azeredo (2008, p. 209-210):

a.	JUSTAPOSIÇÃO Está tudo normal com o avião; [JØ] Fiquem tranquilos.	PARATAXE (conclusiva) Está tudo normal com o avião. Fiquem, **pois**, tranquilos.
b.	JUSTAPOSIÇÃO Talvez a greve tenha terminado; [JØ] os ônibus voltaram a circular.	PARATAXE (explicativa) Talvez a greve tenha terminado; **pois** os ônibus voltaram a circular.
c.	JUSTAPOSIÇÃO O feirante desmontou a barraca; [JØ] não havia mais fregueses.	HIPOTAXE (causa) O feirante desmontou a barraca, **porque** não havia mais fregueses.
d.	JUSTAPOSIÇÃO O porteiro falou claro; [JØ] o estacionamento está lotado.	SUBORDINAÇÃO (encaixada objeto) O porteiro esclareceu **que** o estacionamento estava lotado.

e.	JUSTAPOSIÇÃO Eu estava muito cansado; [JØ] dormi imediatamente.	CORRELAÇÃO (consequência) Eu estava **tão** muito cansado **que** dormi imediatamente.

Além disso, logicamente, sentenças podem estar em posições contíguas sem necessariamente se combinarem por parataxe, já que também algumas construções reduzidas bem como inserções parentéticas podem prescindir de juntores. Em nosso recorte, contemplamos a hipotatização (leitura circunstancial) apenas nas justaposições por parataxe e nas reduzidas justapostas.

A justaposição e as circunstâncias nos romances de folheto

O *corpus* selecionado apresenta cinco romances de folheto, de autoria de Leandro Gomes de Barros, alistados a seguir: 1) *A força do amor* (AFAM); 2) *Branca de Neve e o soldado guerreiro* (BASO); 3) *Historia João da Cruz* (JOCZ); 4) *O Principe e a Fada* (PIFA); e 5) *Os soffrimentos de Alzira* (OSAL).

Uma farta quantidade de ocorrências de hipotáticas reduzidas sem juntores foi identificada neste *corpus*. Tais cláusulas, juntamente com suas sentenças-núcleo, constituem exemplos muito interessantes do grau de explicitude do conectivo comentado por Lehmann (1988, p. 210), que afirma: "[...] a presença ou a ausência de um dispositivo conectivo entre duas cláusulas nada tem a ver com parataxe vs. hipotaxe, mas constitui-se exclusivamente numa questão de síndese" (tradução nossa). Pelo princípio, preveem-se graus de explicitude que variam de máximo a mínimo tanto para a parataxe quanto para a hipotaxe/subordinação. Neste caso, em uma articulação de valor circunstancial, na qual se poderia esperar encontrar um juntor explícito, deparamos com JØ. Observe-se o exemplo [1] a seguir:

> [1] [a] Inda o duque estando vivo / [b] Delle eu posso me livrar, / [c] Tenho um preparado chimico / [d] Com que o posso matar, / [e] Elle tomando esse liquido / [f] Ahi podemos casar. (OSAL, 18:e6)[2]

2. Para facilitar a consulta aos folhetos, adotamos o procedimento a seguir. Exemplo: (OSAL, 18:e6) – as quatro letras iniciais remetem ao nome do romance, que figura na lista de poemas que constituem o *corpus*; o número que se segue após a vírgula diz respeito à página onde se encontra o trecho citado; e

Observa-se entre as cláusulas [a] e [b] uma circunstância de concessão, cujo juntor prototípico seria a conjunção “embora”. Aqui, o advérbio “inda” obviamente se constitui em um vestígio da locução conjuntiva “ainda que”, bastante comum em contextos nos quais se quer obter a ideia de quebra de expectativa, característica das orações concessivas. Todavia, o uso da locução tornaria inviável a construção na forma reduzida, pois o predicador teria de ser flexionado no presente do modo subjuntivo — “Ainda que o duque **esteja** vivo...” — e, como consequência, a estrutura se desgramaticalizaria. Como diria Kury (2000, p. 94), o efeito apenas reforçador do termo “inda” para a integração das cláusulas fica evidente quando a construção, mesmo sem ele, persiste como uma alternativa perfeitamente gramatical: “O duque estando vivo, dele eu posso me livrar”. Além disso, “inda” pode ocupar na sentença outras posições, já que é um modificador da oração como um todo, o que confirma seu caráter adverbial, em detrimento de sua função conectiva.

É necessário, porém, que levemos em consideração alguns detalhes da história:

- Ernesto — irmão do Duque Agripino — expressa o enunciado [1] através de um cartão;
- O Duque, marido de Alzira, viaja para um reino longínquo, deixando a infeliz esposa entregue à própria sorte;
- Na ausência do irmão, Ernesto começa a assediar Alzira, planejando tomá-la como esposa e apoderar-se do reino;
- Após cinco meses sem dar notícias, o duque escreve para a mulher, o que desfaz uma falsa notícia de sua morte veiculada por Ernesto;
- Irado por ter seu embuste descoberto, Ernesto estabelece um pacto com o Diabo, na esperança de convencer Alzira a se entregar a ele;
- Em sonho, sob a forma de um velho, o Diabo visita a moça; prevê a morte do Duque; e aconselha Alzira a se evitar futuros sofrimentos,

---

número depois de “e” significa a ordem que a estrofe ocupa dentro da página. Neste exemplo, o trecho encontra-se em *Os sofrimentos de Alzira*, 6ª estrofe da página 18. Os romances aqui trabalhados podem ser acessados no site da Fundação Casa de Rui Barbosa: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/ cordel/ leandro.html>.

ficando ao lado de Ernesto. Ao acordar, a jovem esconjura o mal, frustrando os planos sórdidos do cunhado;

- Então Ernesto envia o cartão a Alzira, declarando-lhe seu amor e sustentando ter meios para assassinar o próprio irmão.

O contexto no qual se expressa [1], dessa forma, acolhe duas informações que se contradizem: a primeira — a de que o Conde teria morrido — é um ato de má-fé de Ernesto, como se percebe pelo exposto até aqui; a segunda consiste de um sinal de vida, em forma de carta, escrita pelo Duque supostamente morto. É por este motivo que, a partir da perspectiva da enunciatária (Alzira), não é possível abrir mão do advérbio "inda", porque, sem ele, a circunstância seria interpretada de maneira diferente, provavelmente como condição. Para Alzira, porém, a hipótese da condição não parece plausível, já que não há como a protagonista conceber um "se", sabendo que o Duque *encontra-se* vivo. Dessa forma, o que assegura a leitura concessiva é o índice em forma de advérbio. Na concessão, segundo Bechara (*apud* Kury, 2000, p. 92), a declaração contida na sentença-núcleo não será impedida ou modificada por um obstáculo real ou suposto expresso na circunstância. A vida do Duque Agrippino, portanto, representa o obstáculo do qual Ernesto necessita se livrar. Alzira compreende o enunciado, dessa forma, como uma construção prototípica, comutável por "*Embora* o duque esteja vivo...".

Todavia, uma questão que ainda persiste é por que o enunciador, para expressar em forma de código o obstáculo ao seu plano maquiavélico, opta pela hipotática reduzida de gerúndio e não pela sua desenvolvida correspondente [1b'] ou mesmo por um desenvolvida hipotática concessiva prototípica [1c']. Aqui alcançamos o ponto de vista do enunciador. Vejam-se as três possibilidades a seguir:

[1a'] "Inda o duque estando vivo, / Delle eu posso me livrar," (enunciador Ernesto)
[1b'] Ainda que o duque esteja vivo, dele eu posso me livrar.
[1c'] Embora o duque esteja vivo, dele eu posso me livrar. (enunciatária Alzira)

Origem do boato da morte do Conde e mortificado pelo ciúme e pela rejeição, Ernesto provavelmente não avançaria sua escolha de [1a'] para [1b'] e muito menos para [1c], porque isso significaria admitir uma realidade (a existência do irmão) que representa para ele um entrave do qual ele tem consciência de que não poderá se desvencilhar tão facilmente. Através de [1a'], Ernesto logra não reconhecer nem para si mesmo nem para os outros, tão abertamente, a sua própria fraude. Deixar de enunciar [1a'] significaria desistir de crer em sua própria mentira. Trata-se, pois, de uma estratégia de ocultação que se reflete iconicamente na forma, já que em [1a'] a forma gerundial deixa ver apenas o aspecto cursivo do verbo, que nada tem de assertivo, enquanto a sua flexão em [1b'] e [1c'], ainda que no subjuntivo, revela um sujeito morfologicamente marcado[3] e menos alienado pela gramaticalização da estrutura de [1a'].

Um exemplo de justaposição por parataxe com leitura circunstancial poderá se verificar em [2] a seguir:

[2] "[a] Eu boto-a n'uma prizão, / [b] Mato-a de baixo dos ferros / [c] Lhe acabo a opinião." (AFAM, 6:e1)

Percebe-se que pode ser de fato bastante relativa a independência entre as sentenças justapostas ao se observar o princípio semântico da ordem linear elaborado por Givón (1994, p. 54): "A ordem das cláusulas num discurso coerente tenderá a corresponder à ordem temporal da ocorrência dos eventos descritos" (tradução nossa). Em [2], parece fora do logicamente aceitável, por exemplo, o intercâmbio de posição entre [a] e [b]: na linha em que se sucedem os eventos, é preciso primeiro aprisionar Marina para, logo após, matá-la — conotativa ou denotativamente — debaixo de ferros e, consequentemente, aniquilar a determinação que sustenta a posição da protagonista, que tenta persuadir o pai, barão ilustre, a aceitar o pedido de casamento que ela recebera de Alonso, um dos empregados da família. A subversão da ordem, neste caso, significaria guardar um corpo morto numa prisão, o que não faria sentido algum na narrativa.

3. Ainda que, na realidade, pouco marcado, já que está conjugado na 3ª pessoa do singular, cuja DNP é Ø.

Embora constituísse uma violação da representação da sequência temporal dos eventos, seria possível posicionar [c] à frente das outras duas sentenças em [2] sem grandes prejuízos para a compreensão do leitor, embora, do ponto de vista do discurso, não fosse inócua a mudança. Mas existem ainda os impedimentos por conta dos padrões formais do gênero. Neste caso, o esquema ABCBDB trava as rimas nos versos pares e não permite o deslocamento de [c] para a dianteira, a não ser que [a] tome seu lugar, o que novamente destruiria o sentido narrativo.

Apesar da considerável imobilidade, pode-se perceber que é realmente paritária a relação entre as cláusulas que constituem o enunciado do cruel pai de Mariana, já que nenhuma delas funciona, explicitamente, como um termo sintaticamente submetido a um constituinte de outra. Para além das previsíveis leituras aditivas entre as sentenças, percebem-se nas transições [a]-[b] e [b]-[c] valores circunstanciais como, por exemplo, de finalidade, como em [2a'] a seguir:

[2a'] Eu boto-a numa prisão **para** matá-la debaixo de ferros e **para** acabar-lhe com a opinião.

— ou ainda de modo em [a]-[b] e de finalidade em [b]-[c], como codificado em [2b'] a seguir:

[2b'] Eu boto-a numa prisão **para**, **matando**-a debaixo de ferros, acabar-lhe com a opinião.

Entre outras possíveis circunstâncias, alista-se, por exemplo, a de causa, conforme se poderá verificar na sextilha [3] a seguir:

[3] [a] O negro partiu a elle / [b] Numa colera desmarcada / [c] Vibrando nelle o alfange / [d] Mas errou a cutilada / [e] O soldado era um heroe / [f] Livrou-se dessa pancada. (BASO, 21:e4)

Aqui, o último par de versos [e]-[f] estabelece uma relação de causa-efeito: pelas virtudes de herói, o soldado se livra das pancadas. O preenchimento do elo poderia se efetuar por meio do prototípico "porque", mas, como a causa ocupa a

dianteira do enunciado, “como” acode à mente com maior prontidão: “Como o soldado era um herói, livrou-se dessa pancada”.

Considerações finais

Seguindo o *continuum* idealizado por Payne (2011), no qual as “cláusulas separadas” se apresentam como soltas, sem nenhuma integração gramatical, e considerando a acertada ponderação de Azeredo (1999, p. 49) de que “a coordenação é um mecanismo antes discursivo que sintático”, chega-se à conclusão de que a circunstancialização da justaposição consiste em um mecanismo que cria espaços de interação mais intensa no texto, convidando o leitor/ouvinte a reestruturar o plano discursivo pelo mecanismo de contraste gestáltico de *figura* e *fundo*, que distribui a informação no texto segundo seu grau de centralidade e perifericidade, respectivamente. Espera-se que o interlocutor — neste caso, o poeta — oriente seus interlocutários —aqui o público leitor/ouvinte — quanto ao nível de relevância/relevo dos enunciados produzidos por meio de mecanismos discursivos utilizados na produção de seu texto (GIVÓN 1979).

Se, como nos lembra Decat (2001, p. 150), “a cláusula adverbial, como satélite que é, costuma ser usada como *fundo*, a *moldura*, a informação necessária à compreensão do que é relatado no núcleo” (grifos da autora), então tendemos a reconhecer que as possibilidades de leituras hipotáticas nas justaposições proveem a oportunidade ao público de localizar circunstancialmente um evento/asserção codificado na cláusula matriz (DECAT, 2001). A manipulação do que é suficientemente saliente no texto, assim, escorrega das mãos do poeta para a capacidade do público de “hipotatizar” combinações clausulares antes vistas como meras coordenações não mediadas por juntores explícitos. Ou melhor, nas narrativas que analisamos, há um espaço no qual o público participa de maneira efetiva, podendo ele mesmo definir o próprio relevo discursivo como mais ou menos saliente, segundo possa compreendê-lo como figura ou fundo. Este espaço de “folga”, digamos, democrática nos romances de cordel encontra-se na ordem de 10% entre as outras formas de combinação de cláusulas.

Dessa forma, longe da "simplicidade" atribuída à parataxe, à justaposição e ao cordel em geral, tão combatida entre nós, a narrativa nos romances de folheto impõe uma economia própria, que está resumida de forma brilhante nas palavras de Longhin-Thomazi (2011, p. 238):

> [...] o trabalho de elaboração mental, exigido por uma sintaxe menos explícita, tende a resultar em uma maior fixação de fatos na memória se comparado à simples recepção de algo [que] alguém nos apresenta como explícito. Nessa perspectiva, a parataxe pode ser vista como uma estratégia de memorização, propriedade que pode explicar sua recorrência em tradições da oralidade.

Assim, embora tal configuração poética — um conjunto de frases justapostas sob a forma de versos de sintaxe plena — pareça destituída do mesmo refinamento que as construções hipotáticas/subordinadas, é ela que deflagrará operações mentais tão requintadas quanto as que vimos demonstrando. A voz poética, pois, de fato ouvida na *performance*, mas sempre pressentida em qualquer leitura da narrativa, faculta ao seu público a confecção/concepção de parte da coerência do próprio texto, que se constitui ao passo que dele nos apropriamos.

Referências

AMORIM, Marcelo da Silva. *A permanência de aspectos orais no romance de folheto*. 227f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BARROS, Leandro Gomes. *A força do amor* (AFAM). Recife: s.n., 1910.

BARROS, Leandro Gomes. *Branca de Neve e o soldado guerreiro* (BASO). Recife: s.n., 1917.

BARROS, Leandro Gomes. *Historia de João da Cruz* (JOCZ). Recife: s.n., 1917.

BARROS, Leandro Gomes. *O príncipe e a fada* (PIFA). Recife: s.n., 1917.

BARROS, Leandro Gomes. *Os soffrimentos de Alzira* (OSAL). Guarabira: s.n., 1919.

DECAT, M. B. N. *Aspectos da gramática do português*: uma abordagem funcionalista. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

GIVÓN, Talmy. Isomorphism in the Grammatical Code: Cognitive and Biological Considerations. In: SIMONE, Raffaele (org.). *Iconicity in Language*. Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 47-76.
GIVÓN, Talmy. *On Understanding Grammar*. Nova York: Academic Press, 1979.
GIVÓN, Talmy. *Syntax II*: An Introduction. Vol. 2. Philadelphia: John Benjamins, 2001.
GREEN, Clarence. An Analysis of Hierarchy in English Clause Combination. *International Journal of Applied Linguistics & English Literature*, 2012. <http://www.journals.aiac.org.au/index.php/IJALEL/article/view/698>. Data de acesso: 15 mar. 2016. p. 1-17.
HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. Nova York: Routledge, 2014.
HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.
LEHMANN, Christian. Towards a Typology of Clause Linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (orgs.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 181-226.
LONGHIN-THOMAZI, S. R. Aquisicao de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída, 2011. <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4175>. Data de acesso: 18 mar.2016. p. 225-248.
LONGHIN-THOMAZI, S. R. O modo paratático de junção: considerações sobre o pareamento entre forma e função. In: RODRIGUES, Violeta V. (org.). *Gramaticalização, combinação de cláusulas, conectores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 41-59.
PAYNE, Thomas E. *Understanding English Grammar*. Cambridge: Cambridge UP, 2011.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DO *ENTÃO*EM DADOS DA ORALIDADE

DAIANE APARECIDA CAVALCANTE (UFPB)

O *então* sob a égide da Gramática Tradicional

Na Perspectiva formalista da Gramática Tradicional, o *então* pertence a categoria gramatical dos advérbios, exercendo a função de modificador do verbo, com o papel de expressar as várias circunstâncias que gravitam em torno da significação verbal.

De antemão, vamos investigar sobre a natureza histórica e biológica dos advérbios, a partir da Gramática Histórica do Português, segundo Coutinho (2011, p. 263-264) os advérbios portugueses derivam-se do latim. A língua vulgar latina costumava formar locuções com valor adverbial. Em sua expressão clássica, o latim possuía várias terminações para formar advérbios de modo, sendo elas as seguintes: -im,-ter,tus, -e,-o, -um. Exemplos: sensim (insensivelmente), firmiter (firmemente), romanite, certo (certamente), multum (muito).

Conforme preconiza o autor acima supracitado, esses advérbios de modo, certamente não eram empregados no latim vulgar; entretanto, dos advérbios terminados em - e, podem ser citados tarde > port. tarde, lat. bene > port. bem, lat. male > port. mal. Os falantes do português tardio devem ter buscado compensar essa perda, utilizando uma locução.Um novo processo de formação eclodiu dessa locução, radicalizando-se nas línguasromânicas. Fazendo alusão a Leite de Vasconcelos, o autor assevera que no português arcaico até se separavam os dois elementos do advérbio: mente na qualidade de substantivo e o adjetivo correspondente, por exemplo, cortês mente e nas locuções à boa mente, de boa mente.

As gramáticas tradicionais definem o advérbio, como uma classe gramatical de natureza prototipicamente homogênea, como assevera e corrobora alguns autores.

> O advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo [...]. A essa função básica, geral, certos advérbios acrescentam outras que lhe são privativas. Assim, os chamados ADVÉRBIOS DE INTENSIDADE e formas semanticamente correlatas podem reforçar o sentido a) de um adjetivo [...] b) de um advérbio [...]. Saliente-se ainda que alguns advérbios aparecem, não raro, modificando toda a oração [...].(CUNHA E CINTRA, 2001: 541-542).

> Trata-se de um nome, ou pronome, que serve de determinante a um verbo. (MATTOSO CÂMARA, 2004, p. 79).

> Advérbios são palavras modificadoras do verbo. Servem para expressar as várias circunstâncias que cercam a significação verbal. Alguns advérbios, chamados de intensidade, podem também prender-se a adjetivos ou a outros advérbios, para indicar-lhes o grau (ROCHA LIMA, 2006: 174).

É notório o caráter do advérbio como modificador do verbo, ou seja, reforçando o sentido de um adjetivo, de um advérbio, modificando também a estrutura de toda a oração, expressando, portanto, a gama de circunstâncias denotadas pelo verbo. No entanto, vale ressaltar que a lingüista Maria Helena Mira Mateus (2003, p. 417) redimensiona o olhar defronte a categoria dos advérbios e apresenta uma nova categorização, quando apregoa que o advérbio é uma classe ou categoria de palavras bem heterogênea e complexa, cuja designação apóia-se na idéia enganosa, de que modifica apenas verbos e que geralmente vem ao lado deles: porém, os advérbios modificam vários tipos de constituintes e podem exercer posições diversas.

O advérbio *então,* na gramática tradicional também pertence à categoria gramatical das conjunções conclusivas do ponto de vista da parataxe, sendo agregado ao rol dasorações coordenadas sindéticas conclusivas, veementemente perceptível em exemplos do livro didático do 9º ano, livro do Projeto Teláris da autora Borgatto (2012, p.65) “São crianças, **então** precisam brincar”. Assumindo nesse viés, não mais características funcionais de advérbio, mas de uma categoria gramatical sinalizadora de ideia conclusiva.Sob esse prisma, uma teórica citada pela autora Carone (1988 apud Pezatti, 2001, p. 58-59) aborda que as conjunções são geralmente expressões que deslizaram de um estatuto de advérbio para o de conjunção.

De acordo com a GT, é perceptível que a sintaxe é autônoma, que as estruturas gramaticais lingüísticas são fossilizadas, não são ancoradas no processo de mudança ou da variação, da gramaticalização, da reanálise, do desbotamento e da erosão sintática, são categorias prototipicamente estáticas.

Partimos do princípio segundo o qual os usos do elemento ***então*** são conseqüentes de uma trajetória de mudança por gramaticalização espaço > (tempo) > texto. No português atual, o ***então*** já não tem mais sentido espacial, mas esse valor pode ser encontrado na origem latina do elemento: a antiga forma **intunc**(**in** + **tunc**). Segundo Ernout e Meillet (1959), **tunc**é o resultado da formação **tum**+ **ce**, sendo a partícula **ce**um elemento de valor demonstrativo comum nas línguas itálicas, que se liga normalmente a pronomes demonstrativos, como **hic(e)** (este) e **illic(e)** (aquele), ou a advérbios tirados de temas demonstrativos, como **sic(e)** (assim) e **nunc(e)** (agora).

O elemento **tum**, segundo Faria (1975), tem valor de advérbio e pode significar"então, naquele tempo, depois disso, donde, além disso, por outro lado". A base demonstrativa de **tum**pode ser encontrada em Leite e Jordão (1958), que apontam, como origem desse elemento a raiz do grego antigo **te**, que também está na base dos demais elementos de intensificação **talis**, **tantus**, **tot**e**tam**e dos pronomes **iste, ista, istud**, que podem significar **esse**, **essa**, **isso**; **tal**, **tamanho**, **semelhante.**

Essa origem demonstrativa (que remete a dados espaciais) do elemento **tum**e dos demais elementos de intensificação acima mencionados explica o valor anafórico, que estes elementos apresentam até hoje. É desse valor anafórico que surgem os atuais valores argumentativos desses elementos: ***então*** (conclusivo), **portanto** (conclusivo), **entretanto**(adversativo), entre outros.

O *então* na perspectiva funcionalista

A Linguística Funcional norte americana tem como escopo central analisar a língua pelo viés do uso, considerando o contexto lingüístico e a situação extralingüística, que imbrica os eventos comunicativos dos falantes. Sob esse ângulo funcionalista, gramática e discurso interagem e se influenciam mutuamente, a gramática é moldada pelo discurso e este é moldado pela gramática, que é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, não estanque, que só se

materializa em conseqüência das vicissitudes do discurso. Essa abordagem não se limita à mera observação de aspectos formais, ou da difusão de formas pela estrutura social, atrelando às suas análises pressupostos semânticos, pragmáticos e discursivos.

Parte-se da ideia da língua como objeto social que se renova pelo uso através da sua dinamicidade e sensibilidade ao uso, sendo a língua entendida como uma atividade em tempo real, não existe uma gramática pronta, acabada, mas sim numa contínua gramaticalização, como bem asseveram alguns autores funcionalistas "não há gramática, há gramaticalizações".

Assim conforme corrobora Tomasello (1998), a língua (gem) constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais, estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana.É mister frisar que ao processar o discurso, o falante atualiza, ativa esquemas de natureza cognitiva, como simbolização, transferência de domínios, armazenamento de informação na memória, processamento da informação, a criação de analogias, de construções metafóricas, de mapeamentos estruturais, fatores que evidenciam o subjetivismo dos falantes em relação à competência defronte a linguagem.Conforme corrobora Tomasello (*apud* in Martelotta, 2003, p. 70):

> O importante é entendermos que, na visão centrada no uso, não há um universo pronto, esperando para ser nomeado, mas sim criado pela e para comunicação linguística, através de um processo de categorização que reflete a utilização de aspectos cognitivos atualizados no uso, tendo, portanto, caráter sociocultural.

A Línguística Centrada no Uso tem como enfoque primacial a atualização das categorias gramaticais, que se recategorizamemergentemente para atender às atividades discursivo-pragmáticas dos falantes, onde é preponderante aceitar a relevância de informações contextuais na criação e na interpretação de sentenças, o que implica numa visão adaptativo-funcional do sistema linguístico que serve de sustentáculo basilar para a arquitetura comunicativa verbal. Conforme preconiza Martelotta (2001, p. 58):

> As abordagens centradas no uso, portanto, se distinguem da proposta gerativa no sentido de que veem a sintaxe como uma estrutura que está a serviço do discurso, aqui entendido como o uso criativo da língua nos diferentes contextos comunicativos. Segundo Langacker (1987) a gramática de uma língua constitui um conjunto de princípios dinâmicos que associam-se a rotinas cognitivas que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso.

Sob a seara funcionalista, os estatutos categoriais gramaticais desestabilizam-se em função do contexto, se gramaticalizam, passam por mudanças, metaforizações, variações, isto é, se recategorizam, sendo a gramática suscetível às pressões externas do uso, ela se resolve no equilíbrio entre forças internas e externas ao sistema.

Nesse ínterim, conforme preconiza Dubois (1985, 1987) a gramática é um sistema adaptativo em que forças motivadoras dos fenômenos externos interagem com o sistema interno da língua, confrontando, e harmonizando-se sistematicamente entre si.Essa concepção também é vista em Hopper (1987) que defende que a gramática das línguas é compreendida como constituída de partes, cujo estatuto vai sendo constantemente negociado durante o processo da fala, não podendo ser separado das estratégias de construção do discurso.

Nesse contexto, a gramaticalização é definida por Martelotta (2011, p. 92):

> Como um processo de mudança linguística unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Seguindo esse processo, o elemento deixa de atuar no nível representacional, característico dos elementos que fazem referência a dados mais objetivos associados ao nosso mundo biossocial, para atuar no nível interpessoal, que engloba as expressões de valor processual, ou seja, aquelas cujas funções estão relacionadas aos processos através dos quais o falante elabora seu enunciado para um determinado ouvinte em um contexto específico de uso.

As categorias quando se gramaticalizam funcionam no nível interpessoal, os chamados elementos processuais, que não tem exatamente aquela atribuição de caráter referencial, apresentando funções tradicionalmente definidas como gramaticais funcionais ou interacionais. Os elementos ficam sintaticamente mais livres, vinculando estratégias discursivo-pragmáticas, demarcando a atitude ou a perspectiva do falante em relação ao conteúdo transmitido ou sua preocupação com a recepção desse conteúdo por parte do ouvinte.

Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991) propuseram, então, uma trajetória de mudança semântica de um elemento linguístico tenderia a sofrer até atingir o status do conectivo: espaço > tempo > texto. É a metáfora espaço > discurso que ocorre em função da extensão analógica do uso espacial do termo para valores temporais e textuais e nessa metáfora eclode a abstratização de sentidos, perda de estruturação fonética e extensão de sentidos metaforizados, subjetivados através da inferência sugerida dos falantes.Sob esse matiz, o *então* do ponto de vista funcionalista, discursivo-pragmático já é perceptível que se desgastou, ocorrendo o desbotamento sintático e semântico de sua forma-fonte, apresentando comportamento funcional fluido, o qual vai se alternando na dependência de contextos variados, funcionando como advérbio, conector e marcador discursivo, como evidenciam os dados do *Corpus* do D&G de Natal.

Análise dos dados

No corpus D&G de Natal, faremos um recorte e usaremos entrevistas de oito informantes, quatro do ensino superior e quatro do ensino médio, contemplamos os gêneros: narrativa de experiência pessoal, relato de procedimento, descrição de local e relato de opinião, tais dados serão analisados a partir do subprincípio da marcação apregoado por Givón.

Nas tabelas e gráficos elucidados abaixo, dos informantes do ensino superior e médio, podemos observar o grau de ocorrência do *então*nos gêneros acima supracitados, vejamos:

Tabela1: Frequência de usos do então de informantes do Ensino Superior- Corpus D&G-Natal- (parte oral).

Gênero	**Ocorrências do então**	%
Narrativa de experiência pessoal	21 + marcado	24,42%
Descrição de local	31 - marcado	36,05%
Relato de procedimento	20 + marcado	23,26%
Relato de opinião	14 - marcado	16,28%

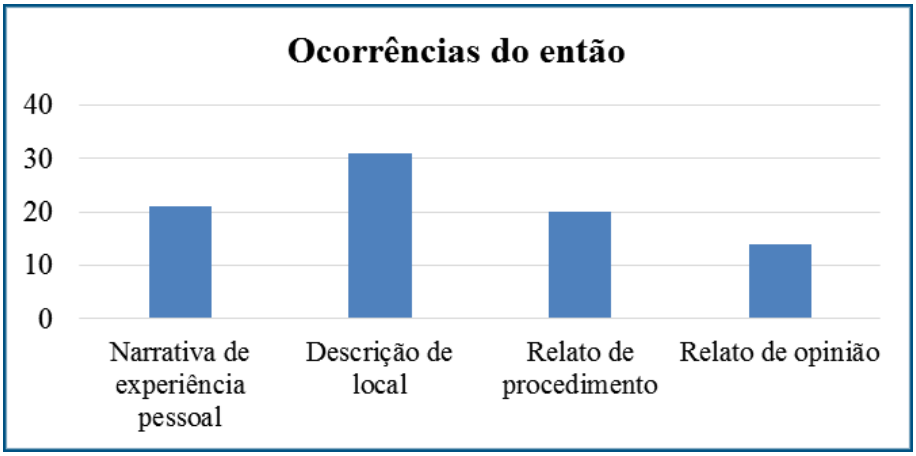


Gráfico 1: Frequência de usos do item então- Informantes do Ensino Superior- Corpus D&G-Natal (parte oral).

A partir dos dados acima, podemos destacar a saliência do item *então* no gênero descrição de local, onde registramos 31 ocorrências do então, representando um percentual de 36,05 %, sendo, portanto, menos marcado e mais icônico, mais representando. Podemos perceber o comportamento fluido do *então* nos dados, confiramos:

(1) porque a ... a ... as instalações ... é as primeiras instalações né ... lá do estudo ... são ... são pequenas né ... num oferecem estrutura pra ... pra os cursos agora que entraram ... entraram mais três cursos agora em noventa e três e num ... não ofereceu estrutura pra esses cursos ... **então** ... por enquanto está funcionando lá no Ferro Cardoso esse ... esses primeiros anos... desses cursos ...

(2) uma outra experiência fantástica que eu passei ... foi o seguinte ... a escola pública em mil novecentos e oitenta ... não ... setenta e nove ... tava numa sacanagem tão grande ... a escola pública... que resolveu adotar outro sistema ... colocaram diretores nas escolas ... diretores mais ... é ...rigorosos ... né ... **então**aconteceu que o Atheneu tava numa baderna tão grande que foram buscar um diretor famoso que tinha lá no Salesiano ... para assumir a direção do Atheneu ... **então** quando o cara chegou simplesmente botou chave em todos os corredores fechou... todas as portas ...

(3) foi dado por fim a festa ... aí todo mundo sai triste ... sai:: sai parques ... vai barracas que é o mês de movimento na cidade ... **então** quando sai:: é ... termina a festa ... ( ) todo mundo triste ... porque trabalhou muito ( ) aí diz e acabou ... pois**então** a cidade volta ao normalzinho ... é uma cidade pacata ... mas todo mundo se encontra ... **então** quando tem festa todo mundo vai lá ...

É perceptível nesse gênero que o *então*desliza-se da sua categoria prototípica,funcionando como um marcador discursivo, nos exemplos (1 e 2) perdendo traços prototípicos de advérbio de tempo e de conjunção conclusiva, destarte o falante prosseguir com o seu discurso, com o *então* o falante reorganiza os pensamentos, dando uma pausa retórica, para posteriormente continuar externando suas colocações.

O gênero que apresenta maior saliência do *então* é a narrativa de experiência pessoal, no qual registramos 21 ocorrências, contabilizando um percentual de 24,42%, onde tal categoria se recategoriza, perdendo peculiaridades gramaticais, ganhando traços discursivos, vejamos fragmentos selecionados dos dados:

> (1) porque a ... a ... as instalações ... é as primeiras instalações né ... lá do estudo ... são ... são pequenas né ... num oferecem estrutura pra ... pra os cursos agora que entraram ... entraram mais três cursos agora em noventa e três e num ... não ofereceu estrutura pra esses cursos ... **então** ... por enquanto está funcionando lá no Ferro Cardoso esse ... esses primeiros anos né...

> (2) uma outra experiência fantástica que eu passei ... foi o seguinte ... a escola pública em mil novecentos e oitenta ... não ... setenta e nove ... tava numa sacanagem tão grande ... a escola pública... que resolveu adotar outro sistema ... colocaram diretores nas escolas ... diretores mais ... é ...rigorosos ... né ... **então**aconteceu que o Atheneu tava numa baderna tão grande que foram buscar um diretor famoso que tinha lá no Salesiano ... para assumir a direção do Atheneu ... **então** quando o cara chegou simplesmente botou chave em todos os corredores fechou... todas as portas ...

O *então* nesses casos não assume traços adverbiais, nem de circunstancializadores, modalizadores, mas em contrapartida atua também como elemento cadenciador do discurso, indicando pausas discursivas por parte dos falantes, para dar continuidade e reorganizar a sua enunciação discursiva.

O terceiro gênero,*relato de procedimento,*esboça um registro de 20 ocorrências do então, percentualmente indicado por 23,26%, perdendo traços da forma fonte e ganhando traços da forma alvo:

(1) Não ...eu acho que ... o ... o futebol quando virar empresa ... vai melhorar né? mas enquanto ... enquanto está essa situação ... num tem condições porque ... todos os jogadores ... cada um procurando ... cada um queria ganhar mais ... **então** ... é ... cada um procurando ga/ querendo ganhar mais do que o outro né ...

(2) ... normalmente eu faço uma arrumação para os meus gostos ... né ... eu não gosto muito de peixe picante ... aí eu já tiro alguma coisa ... eu não gosto de determinada salada ... **então** eu já tiro essa salada ... **então** esse peixe ... que eu faço muito lá em casa é um peixe frito ... então a primeira coisa que eu faço é ...pegar o cardápio e ver o que que eu vou fazer ... olho o que que eu tenho em casa e o que eu não tiver ... vou ao supermercado ... **então** esse peixe ... ... eu compro a posta de peixe e boto no limão ...

(3) ... que é pra ... e umas rodelas de limão ao lado do peixe ... porque determinadas pessoas gostam que ele fique mais puxado pro limão ... aí eu coloco ... **então**esse prato tá arrumado ... **então**eu ponho a mesa ... aí ponho a salada ... o arroz e o peixe ... posterior a isso tem pessoas que gostam de molhos ... né ... é o caso da minha filha ... vai comer peixe frito ... **então** eu faço um molho rosê ....

Partindo dos pressupostos dos dados denotados acima, conforme corrobora Martelotta (1996) e Risso (1996), que enquadram o *então*nesses excertos, mantém uma relação coesiva entre as partes do texto, estabelecendo aberturas, encaminhamentos e retomadas, como os exemplos apontados acima.

Por fim, o quarto gênero, *relato de opinião*,que demarca 14 ocorrências do item, estatisticamente representando por 16,28%, a natureza discursivo-pragmática do *então*, também é veementemente perceptível nos trechos que seguem:

(1) não ... eu acho que ... o ... o futebol quando virar empresa ... vai melhorar né? mas enquanto ... enquanto está essa situação ... num tem condições porque ... todos os jogadores ... cada um procurando ... cada um queria ganhar mais ... **então** ... é ... cada um procurando ga/ querendo ganhar mais do que o outro né ...

(2) a gente sempre tem é ... essa ... essa coisa que vem por trás de cada indivíduo ... dessa força superior que faz com que você se direcione pra determinado objetivo ... **então**... o espiritismo ... eu sou mais tendenciosa a ele por isso ...

(3) é ... existe uma fábrica de brinquedos atrás disso ... essa semana é ... porque é carnaval né ... **então** ... tinha ... tinha o Ório filho da Mira e Cristiane filha de uma amiga em comum da gente ...

Nos exemplos (1), (2) (3) o *então*se comporta como um elemento coesivo, como um elemento encadeador no discurso, um pausador, marcador discursivo.

Prosseguindo com esboço no corpus dos informantes do ensino médio, da parte oral do corpus D&G de Natal.

Tabela 2: Frequências de uso do então- Informantes do Ensino Médio- Corpus D&G de Natal.

Gênero	**Ocorrências do então**	%
Narrativa de experiência pessoal	29 - marcado	30,53%
Descrição de local	25 + marcado	26,32%
Relato de procedimento	21 - marcado	22,11%
Relato de opinião	20 + marcado	21,05%

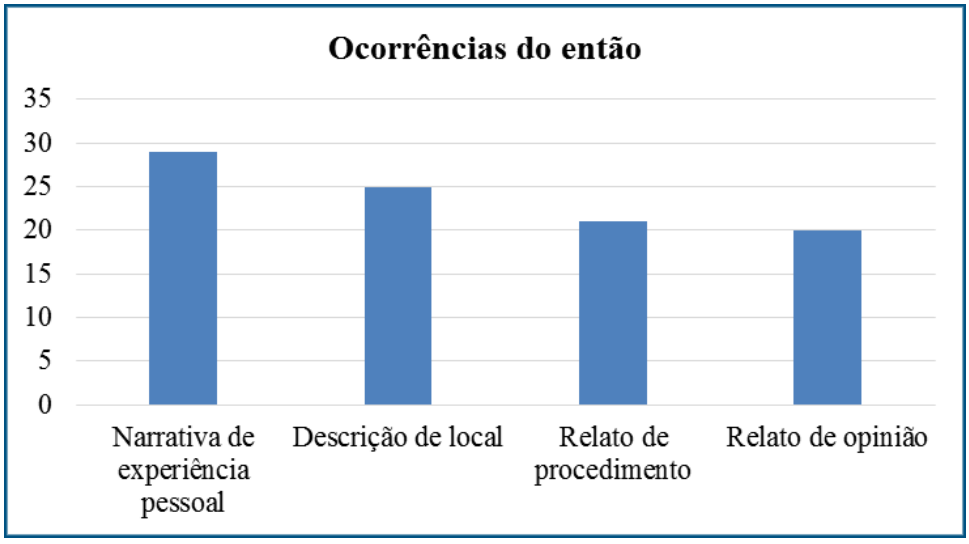


Gráfico 2: Frequências de uso do então- Informantes do Ensino Médio-Corpus D&G de Natal.

De acordo com a configuração dos gráficos e tabela, podemos perceber que ao contrário dos informantes do ensino superior, o gênero que demarca um grau de freqüência de uso elevado, é o gênero narrativo de experiência pessoal, onde compilamos 29 ocorrências, sendo o *então* menos marcado e mais icônico, distribuído percentualmente em 30,53%, conforme podemos averiguar nos dados abaixo:

(1) eu poderia muito bem escolher se eu queria ganhar ou não ... se eu queria batalhar ou não ... **então** se você:: se fosse uma coisa à força ... se você quisesse ajudar uma pessoa à força só para ganhar o prêmio ....

(2) vivendo assim ... por noite ...saía com um ... saía com outro ... e assim que ela sobrevivia ... e**então**... nessa noite ela ... se arrumou toda ... e foi pra rua ... né ... pra ver se arranjava alguns clientes ... **então** na rua que ela estava ...

(3) no momento não tinha motorista ... pra segui-lo ... com ele nessa viagem ... **então** ... ele foi de avião ... mas o motorista ... ele ia precisar quando chegasse lá ... pra andar no automóvel ... **então** ele foi de avião ... chegando lá... já tinha um carro super chique pra ele ... **então** ele teve que:: botar ... arregaçar as mangas e dirigir ... então ele ... saiu pela cidade ... saiu do aeroporto ...

Em segundo lugar, destacamos *o gênero descrição de local*, com 25 ocorrências, com o percentual de 26,32%, a presença do então é mais marcada em relação ao primeiro gênero, vejamos a partir de fragmentos dos dados:

(1) era uma avenida longa ... grande ... na mesma rua ... né ... aí tinha várias casas ... **então** é:: algumas ruas ... é:: praticamente um conjunto lá ... é:: o centro da cidade ... **então** ... **então** veja só ... a escola era amarela ...

(2) eu num prestei atenção não ... eu sei que era muito grande mesmo ... **então** ... acho que aqui em Natal num tem uma praça daquele jeito ... num tem de jeito nenhum ... **então** ... é:: se você sair de frente para a igreja ...

(3) num chega nem à metade a cidade... eu acho que é isso aí ... **então** ... muito pequena mesmo ... **então** ... como é que chama ... é:: sim ...tinha essa igreja na frente ...

Tais dados corroboram com a força discursiva, argumentativa e conectiva do *então*, nesses exemplos, o itemperde traços adverbiais e conclusivos e, por sua vez, ganha nuances discursivas, vislumbrando a ilocução dos falantes.

Já no gênero relato de procedimento registramos 21 ocorrências, com 22,11%¨, mas o então em todos os gêneros frisados permanece com os mesmos traços semânticos de operadores discursivos, em todos os casos, os falantes o concebem como um item coesivo, ganhando traços mais discursivos e perdendo traços mais gramaticais.

(1) essa substância química que está descendo da calha de Pacha ... né ... uma substância ... **então** ... você vai ter que misturar para manter o mecanismo que gasta energia girar e misturar água ... **então** ... eles fazem essa rebaixa ...

(2) girando como se tivesse girando uma colher dentro de uma sopa ... né ... como se fosse girando mesmo ... **então** tem uma palhetinha lá:: quando eu digo palhetinha ... uma palheta de ferro ... né ... **então** esse floculador é acionado e ele vai girando ...

O *então* tem um caráter pausador nesse contexto discursivo, em que esse elemento se presta mais ao discurso emergente do que á gramática.

Enfim, o gênero relato de opinião pontuou 20 ocorrências, com o índice de 21,05% da rotinização do uso pelos falantes, mas também possuem caráter extremamente discursivo, assumindo um papel de articulador sintático e semântico. Observemos nos trechos seguintes:

(1) eles querem que a gente ... num tenha capacidade de discernir o que é certo e o que é errado ... **então** ... por isso mesmo eles não vão investir numa classe ... tem que ser uma pessoa muito de bem ...

(2) porque lá eles têm comida ... né? tem dormida ... mal ou bem mas tá lá ... **então**... e morte não ... tem que morrer ...

Considerações finais

A pesquisa de cunho quantitativo realizada nesse trabalho procurou investigar o comportamento funcional do *então,* a partir do pressuposto da gramaticalização, considerando que a respectiva categoria gramatical, perde traços prototípicos do estatuto adverbial e conjuntivo, mas que por sua vez, ganha traços discursivos-pragmáticos. Com base nos dados, chegamos à conclusão que nos informantes do Ensino Superior o *então* é menos marcado, mais icônico, no gênero descrição de local, onde registramos 21 ocorrências, com índice percentual de rotinização de uso de 36,05%. Em contrapartida, nos informantes do Ensino Médio o gênero onde o então veicula com preponderância e realeza, sendo mais saliente, com mais representatividade é o gênero descrição de local, com 29 ocorrências de uso e índice percentual de 30,53%, sendo perceptível que em todos os gêneros com grau de marcação maior ou menor, o então funciona como um elemento coesivo, como um operador argumentativo, um articulador da práxis discursiva. Espera-se ter demonstrado com este trabalho que o elemento *então* realmente não teve seu processo de gramaticalização concluído e que, na modalidade da língua oral, os falantes tem recorrido a outras estratégias comunicativas e discursivo-pragmáticas para atender a demanda de seus eventos comunicativos.

Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORGATTO, Ana Maria Trinconi. **Projeto Teláris:** Português. Ensino Fundamental II. São Paulo: Ática, 2012.

CÂMARA JR, J. MATTOSO. **Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CEZÁRIO, Maria Moura; CUNHA, Mária Angélica Furtado da.**Linguística Centrada no Uso:** uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro, Maudox: FAPER J, 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUBOIS, J.W. CompetingMotivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in Syntax.**Amsyterdam/ Philadelphia: J.Benjamins, 1985.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança Linguística:** uma abordagem centrada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRA MATEUS, Maria Helena (et alii).**Gramática da Língua Portuguesa.**Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

PEZATTI, E.G. **O advérbio "então" já se gramaticalizou como conjunção?** Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.17, n.1, p.81-95, 2001.

RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; URBANO, Hudinilson. Marcadores Discursivos: Traços definidores. In: KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática do português falado.** Vol. VI. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

OS ITENS *MAS*, *E*, *AÍ* E *AGORA* NA FUNÇÃO DE ADVERSATIVOS

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA (IFRN-CAICÓ/ UFPB-PROLING)
CAMILO ROSA DA SILVA (UFPB-PROLING)

Introdução

Segundo Givón (1995), o princípio funcionalista da marcação pode ser usado para distinguir categorias marcadas de categorias não marcadas, mediante os critérios da complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva. Partindo dessa perspectiva conceitual, este trabalho objetiva observar como esse princípio atua na realização da adversidade na fala do natalense, especificamente, em relação aos itens *mas, e, aí, agora,* no exercício da função adversativa.

A análise se sustenta pela teoria funcionalista norte-americana, sobretudo, firmada pelas ideias de Givón (1995, 2005). Para desenvolvê-la, observamos entrevistas retiradas do *corpus* Discurso e Gramática da cidade de Natal (FURTADO DA CUNHA,1998) numa composição por amostragem buscada em recortes dos relatos de opinião e narrativas de experiência pessoal do *corpus* em menção. Selecionadas as amostras, localizamos as ocorrências de uso dos itens no contexto sob análise, computamos manualmente e registramos a frequência de uso de cada um. Em ato posterior, observamos os itens mais frequentes e averiguamos sobre eles a atuação do princípio da marcação.

Vale salientar que a análise averigua dados de fala, que em geral são menos complexos, e de processamentos mais simples. Nos contextos gerais da comunicação, considera-se que é a modalidade de língua menos marcada em relação à língua escrita, muito embora se considere a marcação uma noção relativa, dependente de um contexto de uso.

Além desta introdução, o trabalho se organiza em: A marcação: análise de dados; a marcação controlada por fatores sociais e linguísticos; a marcação quanto aos

fatores idade e escolaridade; a marcação quanto aos tipos de discurso; A marcação quanto aos níveis de articulação; considerações finais.

A marcação: uma análise de dados

Para analisar a atuação do princípio da marcação, precisamos situar o leitor em relação à frequência dos dados. Salientamos que os conectores adversativos mais recorrentes pela ordem de recorrência nos dados são assim distribuídos: o *mas* é o campeão, com 269 (65,6%) ocorrências, seguido pelo *e* com 64 (15,6%), *aí* com 38 (9,2%), agora com 26 (6,3%) , *só que* com 10 (2,5%), *no entanto* com 2 (0,5%). Os exemplos (1), (2), (3), (4), (5), (6) e (7) ilustram o uso dos itens na fala, no exercício da função adversativa.

(1) essa cirurgia que fiz **... mas** tive seqüelas né ... fiquei com seqüelas como ... meus dentes ficaram num sei quantos anos ... caindo sozinho ... amolecia sozinho e caía ... é só sem ver de que caía e também tive que ... eu tava ... tinha seis anos né ... (narrativa de experiência pessoal, p.7)

(2) ... (carro passando)) aí ele veio no ... na ... na ... na ... na ((riso)) aí ele veio pediu ... pediu pra passar ... **aí** o motorista também tava muito melado né ... aí passou ... aí na ... na ... na ... **aí** o motorista não deixou passar ... aí ele cortou pela direita e trancou a gente e jogou todo mundo na BR ... (narrativa de experiência pessoal, p.6)

(3) ... eu chamei umas duas colegas minhas pra mostrar a experiência que eu tinha achado fantástico ... **só que** ... eu achei o seguinte ... se o professor colocou um pouquinho ... foi aquele desfile ... imagine se eu colocasse mais ... peguei o mesmo béquer ... coloquei uma colher ... uma colher de cloreto de sódio ... foi um fogaréu tão grande ... foi uma explosão ... quebrou todo o material que estava exposto em cima da mesa ... (narrativa de experiência pessoal, p. 20)

(4) talvez aqui na via costeira em Natal tenha um ar igual no inverno ... **mas** muito agradável o ar e uma imensa rajada de frio ... porque eu tinha ... eu pensava que tinha ido bem agasalhado ... que tinha levado os cober/ é ... os casacos certos ... a luva certa **...** (narrativa de experiência pessoal, p. 44)

(5) ...ele enfrenta uma transformação muito grande **agora ...** vem enfrentando **... agora** vai tá piorando e a gente vê aí os brasileiros ... os nordestinos ... os sertanejos ... ninguém abre os olhos ... tá todo mundo iludido ... todo mundo pensando em como se divertir ... todo mundo pensando em ter amanhã o dia melhor ... mas num abre pra situação econômica ... que vai melhorar sua vida ... (relatos de opinião, p.36)

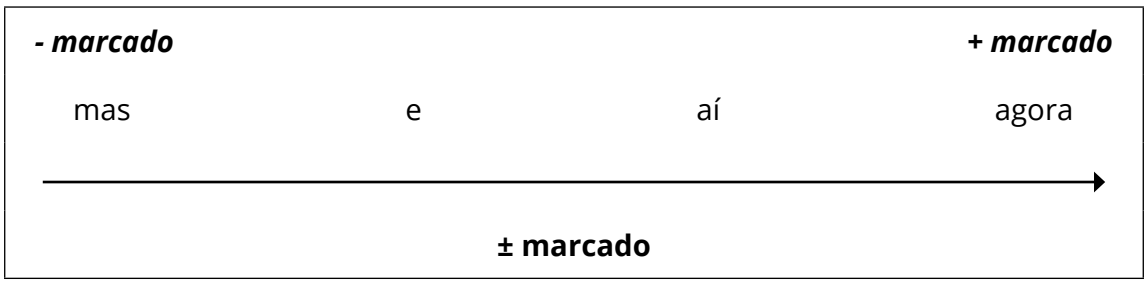
(6) tá todo mundo lá vidrado porque:: porque eles querem sonhar com a vida melhor ... **mas** eles só sonham ... **no entanto ...** querem receber aquilo ... não vê e pra abrir os olhos é difícil ... é preciso que haja alguém que invista mais na educação ... (relatos de opinião, p.37)

(7) ... toda relação tem dificuldades **e** elas devem ser superadas no convívio ... num acredito que ... o casamento ... que se resolva alguma coisa fugindo de um relacionamento ... é ... onde já existam é ... outras pessoas é ... personagem passar por quatro ... cinco pessoas ... (relatos de opinião, p.73)

Para este trabalho, escolhemos apenas os quatro itens mais recorrentes. Considerando que o princípio da marcação age através de uma relação por oposição binária ou eneária entre um termo (marcado= - frequente) e outro (não marcado= + frequente) ou entre termos marcados e não-marcados de categorias linguísticas e que, para estabelecer o princípio, Givón (1995, 2001) observa a distinção binária ou eneária -“um membro do par/dos pares tem presença de uma propriedade e o outro tem ausência”, e apresenta três critérios de análise das categorias marcadas e não marcadas: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva, segue o quadro (1), o qual explica a marcação geral entre os quatro adversativos aqui envolvidos

Possivelmente o nível de gradiência da configuração da marcação entre os quatro adversativos mais recorrentes pode ser assim representado:

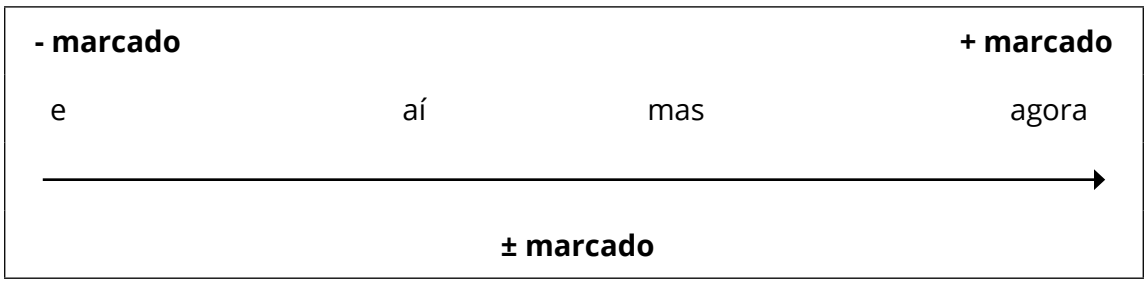
Quadro (1): Marcação/ frequência dos conectores adversativos



No que diz respeito à complexidade estrutural o *e* é o que apresenta menor estrutura, sendo, por isso, mais fácil de codificar. Na sequência, em ordem de gradação, aparecem *aí, mas, agora*.

Em suma, o quadro da distribuição dos adversativos por ordem de complexidade estrutural, pode ser o seguinte:

Quadro (2): marcação/ complexidade estrutural dos conectores adversativos



Pelo critério da complexidade cognitiva, percebemos que as codificações são mais fáceis ou difíceis de processar. É o que pretendemos observar entre os conectores em uso pelo falante natalense.

A versão do mundo impressa na mente do habitante de Natal parece considerar o *mas* como o conector de contraste mais fácil de se processar, porquanto percebemos que mesmo entre os gramáticos tradicionais é ele o primeiro item a ser citado como representante da categoria dos adversativos. Além de ser um item dotado de pouco volume morfológico, é o protótipo de muitas situações de adversidade, demandando pouco esforço mental por parte do falante/ouvinte.

O "*e",* apesar de conter pouco material morfológico e ser átono, é recorrente nas sequenciações, além de ser o protótipo das aditivas, e exercer outras funções na língua, contribuindo para sua maior complexidade cognitiva, em relação ao *mas*, como bem afirma Silva (2005, p. 158) em análise dos mesmos conectores na língua escrita:

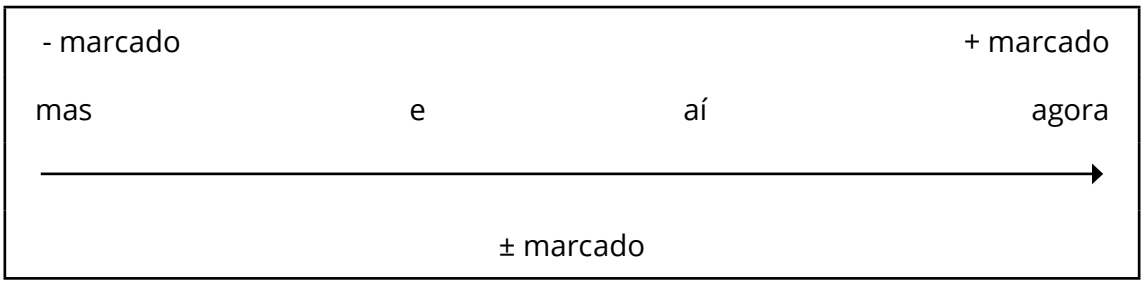
> No que diz respeito ao item *e*, o fato de ser mais recorrente em funções seqüenciais, nas quais atua no engatamento das informações que se sucedem na linearidade textual, ocasiona, em relação à função opositiva, maior complexidade cognitiva, se comparado ao *mas*, que já se cristalizou como item prototípico em tal função.

O *aí,* também é privilegiado por conter menos volume de forma. No entanto, a sua complexidade cognitiva está em um esforço maior por parte do falante para evitá-lo em muitas circunstâncias, talvez movido pela existência do preconceito que proíbe seu uso em situações mais formais ou por ser considerado vício de linguagem (TAVARES, 2006, p. 130). O item se mostrou saliente no contexto em tela, talvez porque o falante esteja diante de uma situação discursiva menos formal.

Agora é um item reconhecido pela gramática tradicional como advérbio de tempo. Naturalmente, usá-lo como adversativo, requer do falante mais esforço mental, além do fato de que o item também já assume outras funções conectoras e discursivas.

Dessa forma, o quadro configurativo do nível de complexidade cognitiva dos itens inquiridos pode ser o seguinte:

Quadro (3): marcação/ complexidade cognitiva dos conectores adversativos



Considerando que os critérios de marcação givonianos atuam correlacionados, observem-se quais itens adversativos são, possivelmente, os escolhidos como tendências de escolha do usuário natalense:

Quadro (4): marcação dos conectores adversativos

- marcado			+ marcado
mas	e	aí	agora
→			
- complexidade + frequência	± complexidade ± frequência		+ complexidade - frequência

Os itens *mas/agora*, os quais se posicionam nas extremidades da tabela são respectivamente –marcados e +marcados. Desta guisa, são mais recorrentes e menos recorrentes; os que se apresentam na posição intermediária são considerados ± (mais ou menos) marcados, o que significa que são recorrentes em certas circunstâncias e preteridos em outras.

A marcação controlada por fatores sociais e linguísticos

Avaliados os conectores adversativos *mas, e, aí* e *agora* em relação aos três critérios da marcação propostos por Givón (1995), já explicitados anteriormente, a análise se concentra a partir de agora na marcação dos fatores que distinguem cada grupo entre si, para, em seção posterior, analisarmos a relação dos conectores adversativos relacionados a seus fatores condicionadores, procedimento similar ao adotado por Tavares (2003) em relação ao *e , aí, daí, então*. Para a autora, "é esperado que os fatores definidos como mais marcados atraiam com mais frequência os conectores mais marcados, e os fatores definidos como menos marcados favoreçam os conectores menos marcados" (p. 183).

A primeira etapa da análise revelou a seguinte distribuição dos adversativos falados pelo natalense: *mas* > *e* > *aí* > *agora.*

Como se pretende verificar o uso desses mesmos conectores em relação a fatores sociais de grupos entre si, serão controlados a variável idade/escolaridade, tipos de discurso e níveis de articulação discursiva. Dessa forma, serão contemplados fatores relacionados à natureza do falante (idade), fatores adquiridos (escolaridade), fatores linguísticos (tipos de discurso e articulação discursiva).

Marcação quanto aos fatores idade e escolaridade

De acordo com Tavares (2003, p. 232), "a idade exerce influência sobre o modo como lidamos com a língua. Entender os efeitos da idade sobre a língua requer entender as mudanças nas relações sociais ao longo de nossas histórias de vida".

Com o propósito de controlar o fator idade na comunidade de fala de Natal, foram observados no *corpus* os relatos de opinião e narrativas de experiência pessoal de informantes, correspondentes a recortes de falas dos grupos na faixa etária de 23 anos acima; (3º ano do 3º grau); grupos de 18 a 20 anos (3º ano do ensino médio); grupos de 13 a 16 anos (nono ano); grupos de 9 a 11 anos (5º ano) e grupos de 5 a 8 anos (Alfabetização). Os recortes etários foram feitos pela própria organização do *corpus*, e foram assim divididos porque estão relacionados ao fator condicionador escolaridade.

O fator escolaridade produz também efeitos sobre o uso da língua. Labov (2001) acredita que o uso das variáveis pelas crianças é mais determinado pela quantidade de escolarização que receberam. Assim sendo, a análise dos dois fatores condicionadores será concomitante.

Em nível geral, observamos nos dados uma tendência forte de uso das construções adversativas pelos grupos de idade e escolaridade mais elevada. Esse fato é corroborado pela afirmação de Martelotta (1988, p. 51):

> essa tendência de as orações contrastivas relacionarem-se a níveis de escolaridade e idade mais altos provavelmente remete ao fato de que os usos dessas cláusulas refletem estratégias semânticas e discursivas, que indicam, por um lado, a quebra da relação de causa/efeito entre os fatos que expressam e marcam, por outro lado, a quebra de expectativa dos interlocutores.

A seguir, vejam-se os dados distribuídos por idade e escolaridade:

Tabela 3: distribuição dos adversativos – idade/escolaridade

CONECTORES →	Mas		E		aí		agora	
IDADE/ESCOLARIDADE ↓	freq	%	freq	%	**freq.**	**%**	**freq.**	**%**
Classe de Alfabetização: 5 a 8 anos	8	3	4	6,2	7	18,4	1	3,9
Quinto Ano do Ensino Fundamental: 9 a 11 anos	18	6,7	3	4,7	1	2,7	3	11,5
Nono ano do Ensino Fundamental: 13 a 16 anos	49	18,2	10	15,6	17	44,7	3	11,5
3º Ano do Ensino Médio: 18 a 20 anos	98	36,4	23	36	4	10,5	11	42,3
3º ano do 3º grau: + de 23 anos	96	35,7	24	37,5	9	23,7	8	30,8
TOTAIS	**269**	**100**	**64**	**100**	**38**	**100**	**26**	**100**

A tabela acima demonstra que os falantes entre 18 e 20 anos, como também os falantes de mais de 23 anos tendem a usar as construções adversativas com mais frequência, comprovando a hipótese de que os usos dessas construções se relacionam a contextos mais complexos.

É importante mencionar algumas particularidades que os dados evidenciam. Merece, pois, comentário o fato do item *aí* ser usado predominantemente na faixa etária entre 13 a 16 anos, o que já era esperado. É natural que formas estigmatizadas sejam mais aceitas pela população mais jovem, que apresenta menos anos de formação sistematizada. Não se pode deixar de lembrar também que o *aí* apresenta marcação intermediária, atraindo, desse modo, contextos de marcação intermediária.

Outro fator importante a se comentar é que o uso do conector diminui bastante entre informantes que estão concluindo o Ensino Médio, mas volta a aumentar entre os que já estão concluindo o 3º grau, certamente porque os alunos do Ensino

Médio estão em plenas atividades escolares e os de 3º grau já estão se preparando para deixar a escola.

O uso do item "*agora*" como adversativo recebe a adesão das pessoas entre 18 a 20 anos, cujo recorte etário abrange os informantes que estão concluindo o Ensino Médio, composto por pessoas jovens e com mais instrução para aderir ao uso de formas mais novas e mais complexas cognitivamente.

É possível traçar o seguinte quadro de gradatividade decrescente, envolvendo os quatro conectores mais recorrentes em relação aos fatores idade/escolaridade dos falantes, cuja sequência revela na primeira coluna o item (*mas)* menos marcado e na última o mais marcado.

Quadro (5): marcação dos conectores adversativos- idade/escolaridade

ALFABETIZAÇÃO: 5 A 8 ANOS	QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: 9 A 11 ANOS	NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: 13 A 16 ANOS	3º ANO DO ENSINO MÉDIO: 18 A 20 ANOS	3º ANO DO 3º GRAU: + DE 23 ANOS
mas ↓(-)	mas ↓(-)	mas ↓(-)	mas ↓(-)	mas ↓(-)
Aí	e	aí	e	e
E	agora	e	agora	aí
agora (+)	aí (+)	agora (+)	aí (+)	agora (+)

Os informantes do 3º grau, cuja faixa etária abrange as pessoas de 23 anos acima, apresentam como menos marcados sequencialmente os conectores *mas* > *e* > *aí* > *agora.*

Em relação aos informantes da faixa etária entre 18 a 20 anos, clientela do 3º ano do Ensino Médio, o quadro não é muito diferente, divergindo apenas em relação ao uso do *aí e agora* que invertem suas posições.

O quadro muda um pouco mais, quando se observam os dados que compreendem a faixa etária de 13 anos abaixo. Nesse recorte etário, o *mas* continua sendo o primeiro da preferência (- marcado). A disputa pelo segundo lugar fica entre o e, *aí* e o *agora.*

A marcação quanto aos tipos de discurso

Para se verificar a marcação entre os tipos de discurso, foram observados os dois tipos discursivos selecionados para compor a amostra deste estudo: narrativas de experiência pessoal e relatos de opinião.

As narrativas se estruturam pela ação do informante ao contar um ou mais fatos que se passaram em um certo lugar e em um determinado tempo, com participação de personagens. Atente-se para a amostra:

> (8) chegou o dia da viagem ... é ... eu nunca tinha viajado de avião ... ((riso)) e ... estava uma ... eu tinha medo ... tinha ... existia uma certa expectativa ... uma ansiedade de ... pela primeira vez eu tive medo de sair de casa sabe? e fiquei ... **mas** ao mesmo tempo um medo com coragem ... porque era um desafio ... era um ... mostrar pra mim que eu já era homem ... que eu já podia caminhar sozinho ... longe de meus pais da minha ... da minha terra e tudo mais ... essa experiência que você viveu quando saiu de Fortaleza ... (D&G, narrativas de experiência pessoal, p. 41)

Com o fim de comparar os dois tipos de discurso, quanto à marcação, observam-se os tempos verbais mais recorrentes e a natureza do tipo de informação que predomina em cada discurso.

Segundo Tavares (2007), o contexto em que se insere a narrativa envolve sequenciação cronológica e as ações são delimitadas temporalmente, ancoradas no evento narrado. O tempo verbal que predomina nesse tipo de texto é o pretérito perfeito, considerado de baixa marcação nos contextos gerais da língua e o aspecto é perfectivo, completo, por isso, é um tipo de discurso mais facilmente processável.

Os relatos de opinião são considerados textos de argumentação, os quais se ancoram na fala, não apresentam uma sequencialidade, são apresentados no tempo presente, cujo aspecto é imperfectivo, durativo, incompleto. Processam informações referentes a um ponto de vista e dessa forma, o seu processamento e percepção são relativos, uma vez que se utiliza de tempo e aspecto mais marcados. Observe-se a amostra do tipo de discurso:

(9) sabe a religião da Assembléia de Deus ... principalmente ... ela não deixa o indivíduo raciocinar ... ela lhe joga aquele pensamento dela e você não:: você apenas aceita ... sem fazer questionamentos ... **mas** na própria igreja protestante você já vê outras alas ... né ... uma Presbiteriana ... uma Batista que mostra um outro ... que mostra Deus mais acessível ... que as pessoas tenham mais condições de se aproximar dele ... você pode ... (D&G, relatos de opinião, p. 25)

A tabela abaixo representa em números a frequência dos conectores adversativos nos dois tipos de discurso:

Tabela 4: distribuição dos conectores adversativos - tipos de discurso

Conectores →	***mas***		***E***		***aí***		**agora**	
Tipos de discurso ↓	**freq**	**%**	**freq**	**%**	**freq.**	**%**	**freq.**	**%**
Narrativas de experiência pessoal	147	54,6	21	32,8	18	47,4	5	19,2
Relatos de opinião	122	45,4	43	67,2	20	52,6	21	80,8
TOTAL	**269**	**100**	**64**	**100**	**38**	**100**	**26**	100

Considerando que a narrativa é um tipo de discurso menos marcado e menos complexo, é natural que atraia com mais frequência o conector menos marcado, "o mas", como comprovam os dados.

É válido comentar a pouca diferença quantitativa no uso do *aí* nos dois tipos de discursos -18 ocorrências nas narrativas (47,4%) e 20 (52,6%) nos relatos de opinião.

Ainda merece comentário o fato de o *agora* ser mais usado nos relatos de opinião.

Embora os dois tipos de discurso apresentem semelhanças na sequência de uso dos conectores em análise, evidenciam pequenas diferenças que, possivelmente, serão exibidas no quadro de marcação abaixo, em uma leitura vertical, expostos do menos marcado para o mais marcado:

Quadro (6): marcação dos conectores adversativos - tipos de discurso

NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA PESSOAL	RELATOS DE OPINIÃO
mas ↓ (-)	mas ↓ (-)
e	e
aí	agora
agora (+)	aí (+)

Observa-se que o *aí* e o *agora* estão presentes em muitos contextos na disputa pelo terceiro lugar na preferência do falante natalense.

O *aí* é considerado de menos complexidade estrutural e cognitiva, mas a questão do preconceito que ainda circunda o uso de tal item talvez explique a resistência ao seu uso no contexto dos relatos de opinião, mesmo porque o contexto que envolve exposição de ponto de vista é considerado mais complexo.

O *agora* talvez tenha ganhado um espaço nos contextos dos relatos, porquanto é um tipo discursivo mais complexo, o que vem confirmar o pensamento meta-icônico de Givón (1995), para quem contextos mais marcados atraem formas mais marcadas.

Marcação quanto aos níveis de articulação

As adversativas podem se articular em segmentos oracionais, tópicos, intertópico, subtópico.

Entendendo que o interesse do trabalho é averiguar a integração entre segmentos básicos e adversativos, este trabalho considera para esta análise apenas os segmentos oracionais e tópicos, envolvendo em um só bloco as três últimas divisões, uma vez que os segmentos oracionais se diferenciam das demais articulações por apresentar um grau maior de integração. Já que as duas articulações são as mais recorrentes do *corpus* utilizado, compreendemos que atendem ao objetivo do trabalho.

Segmento tópico[1] - o papel do conector é ligar dois segmentos adjacentes com a presença de pausas entre as conexões.

(10) todos nós temos nossas coisas boas ... e acredito no arrependimento ... claro que eu acredito no arrependimento ... **mas não é assim** ... de repente você vai entrar no reino de Deus porque mudou de religião ... você só vai entrar no reino de Deus se você realmente tiver arrependido ... (D&G, oral, p. 27)

Segmento oracional - "o conector interliga orações que mantêm fortes elos de integração, do que é reflexo a ausência de pausa entre elas" (TAVARES, 2007a, p.99). Observe-se uma amostra:

(11) ...porque cada pessoa tem a sua forma de chegar a Deus ... eu não costumo ir à igreja porque eu acho que Deus não está em muita gente ali ... porque a igreja passa a ser um ritual ... você vai todo domingo ... muitas vezes você vai **e não está ali** ... enquanto que se você estivesse em casa ... estivesse conversando com ele ali você estaria com ele ... então o importante é ter Deus dentro de si ... não importa o caminho que você utilize ... se é catolicismo ... se é ... como é que se diz? (D&G, oral, p.27)

Para diferenciar os níveis de articulação, no que diz respeito à marcação, a exemplo de Tavares (2007a), recorre-se a Givón (1995, 2005) para considerar o tratamento que este dedica às relações de coerência que circundam o discurso.

Conforme o autor, enquanto propriedade observável no texto, a coerência é vista como continuidade ou recorrência de elementos que constituem os melhores pontos para avaliar a coerência textual, por serem mais concretos e mensuráveis. São eles: referência, localização, temporalidade, aspectualidade, modalidade/modo e ação/evento e perspectiva de voz. O último foi acrescentado por Givón (2005). Esses componentes podem atuar nos segmentos adversativos tanto no nível da coerência local ou global.

---

1. Para maiores detalhes sobre as articulações subtópico e intertópico, consultar Tavares (2003).

Givón (2005) ainda defende que a coerência pode ser definida com base em componentes cognitivos, os quais operam na mente de quem produz textos. Dessa forma, o fenômeno acontece com base em dois pontos de vista: os elementos são mensuráveis no texto (referencial, aspectual e temporal) e do ponto de vista das projeções mentais envolvidos em sua produção. Está em Tavares (2007a, p.99) que "a coerência no texto, isto é, suas marcas e pistas expressas materialmente, é reflexo de sua contraparte cognitiva, dos processos mentais responsáveis pela organização coerente do texto".

Nesse âmbito, as articulações oracionais parecem menos complexas do ponto de vista cognitivo, visto que percebemos uma maior continuidade de subcomponentes (referencialidade, temporalidade e aspectualidade), resultando em um maior amarramento entre as orações, o que torna o processamento mais automático (TAVARES, 2007a).

Os segmentos tópicos, por sua vez, são considerados mais complexos. É perceptível uma distância maior entre seus subcomponentes, e como afirma Givón (1995, p.110), "o tamanho da pausa temporal entre as fatias de informação corresponde ao tamanho da distância cognitiva temática entre eles". Assim, os segmentos tópicos se organizam de forma mais descontinuada, o fluxo discursivo é quebrado, comprovando que o processamento acontece de forma mais lenta e complexa.

A seguir, atente-se para a tabela que representa tais articulações no D&G:

Tabela 5: distribuição dos conectores adversativos/ níveis de articulação

Conectores →	***mas***		***E***		***aí***		**Agora**	
Níveis de articulação ↓	freq.	%	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Oracional	15	5,6	9	14	1	2,7	1	3,9
Tópico	254	94,4	55	86	37	97,3	25	96,1
TOTAL	**269**	**100**	**64**	**100**	**38**	**100**	**26**	100

Os segmentos base se conectam ao segmento adversativo, predominantemente, antes de pausas. Não é de se estranhar o grande número de informações organizadas em tópicos, visto que a topicalização é uma das estratégias da língua falada.

Um fator relevante a se considerar é que os itens que apresentaram mais segmentos oracionais foram o *mas* e o *e*, possivelmente, porquanto já são itens com mais gramaticalidade e aceitação na comunidade de fala de Natal.

Conforme os dados, podemos visualizar a gradiência da marcação dos conectores adversativos distribuídos em segmentos tópicos e oracionais no quadro de marcação abaixo, em uma leitura vertical, expostos do menos marcado para o mais marcado:

Quadro (7): marcação dos conectores adversativos- níveis de articulação

SEGMENTOS TÓPICOS	SEGMENTOS ORACIONAIS
mas ↓ (-)	mas ↓ (-)
e	E
aí	agora/aí (+)
agora (+)	_

Considerações finais

Analisados os dados, observamos que eles são reveladores e comprovam o pensamento de Givón (1995), para quem os itens menos marcados são menos complexos e frequentes, os mais ou menos marcados são mais ou menos complexos e frequentes e os mais marcados são mais complexos e menos frequentes.

É digno de nota que a tendência dos contextos mais marcados atraírem formas mais marcadas, ou seja, complexo atrair complexo, defendida por Givón (1995), é refletida pelos dados. Os conectores de marcação intermediária foram mais utilizados por pessoas também de idade/escolaridade intermediária, entre 13 a 16 anos. O *aí*,

por exemplo, que é estigmatizado pela escola como item de menor *status,* é mais utilizado nos dados pelos jovens dessa faixa etária.

Outra constatação visível no princípio em análise é a relação entre complexidade e frequência. Os conectores considerados mais complexos foram mais frequentes nos relatos de opinião do que nas narrativas. Acreditamos que certamente isso acontece porque o gênero relato depende de estratégias argumentativas, as quais são consideradas mais complexas do que as estratégias utilizadas para construir a narração.

Referências

FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). *Corpus Discurso & gramática* - a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. John Benjamins: Amsterdam/ Philadelphia: 1995.

_____. Syntax. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, v.1.

_____. *Context as other's minds*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*: social factors. Oxford: BLACKWELL, 2001.

MARTELLOTA, M. E. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. In: *Vereda***s**: revista de estudos lingüísticos, Juiz de fora, v-2, n. 3, 1988, p. 37-56.

SILVA, C. R. *Mas tem um porém***...:**mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos**.** Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa, 2005.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então*: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações - um estudo sociofuncionalista. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

_____. Conectores seqüenciadores na fala natalense: algumas sugestões para o ensino de gramática. In: *Odisséia*. v. 9, n. 13-14, Natal: EDUFRN, 2006.

_____. Os conectores e, aí e então na sala de aula. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática***.** Natal-RN: EDUFRN, 2007, p. 87-115.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

SINTAGMAS NOMINAIS GENÉRICOS RESPONSÁVEIS PELA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM EDITORIAIS JORNALÍSTICOS

HERBERTT NEVES (UFPE/ UFCG)

Introdução

Segundo a Tradição Gramatical (HAUY, 2014), encontramos o 'sujeito indeterminado' quando o sujeito do enunciado não pode ser identificado por nenhum elemento do (con)texto. Ele ocorre, ainda, apenas quando, nesse enunciado, o verbo é empregado na 3.ª pessoa do plural (*Gritaram que o mundo ia se acabar*) ou quando é empregada a 3.ª pessoa do singular, seguida do índice de indeterminação do sujeito 'se' (*Precisa-se de digitadoras*), com exceção dos casos de verbo transitivo direto, considerados estruturas de voz passiva sintética. Em geral, essas são as únicas observações que se fazem a respeito desse fenômeno nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa.

Analisando essa definição, percebemos que o tratamento conferido ao fenômeno ainda deixa lacunas em diversos aspectos. Em geral, não se levam em conta os contextos de uso da língua, deixando-se, então, de lado os aspectos semânticos, pragmáticos, textuais e discursivos, decisivos para a seleção que o falante/ escritor faz dentre os vários tipos de sujeito, quando atua produzindo sentidos, no discurso. Numa abordagem desvinculada dessas questões, acaba-se deixando de lado, por exemplo, a análise do papel referencial que o sujeito indeterminado desempenha (ANTUNES, 2002), fundamental para a escolha dessa forma de sujeito pelo usuário da língua. Em resumo, podemos verificar que a principal fragilidade percebida é a abordagem da língua ainda desvinculada de questões relativas a contextos variados de uso, que entra, muitas vezes, em contradição, quando alguns exemplos que cabem na definição tradicional se distanciam dos casos pro-

postos pelos gramáticos.

Observamos que o reconhecimento desse tipo de sujeito no enunciado leva em conta apenas aspectos estruturais. Diversos outros casos em que o viés semântico é decisivo para indeterminar-se esse sujeito não são considerados. Surge, daí, a necessidade de que haja novas abordagens para a indeterminação do sujeito, em que esse fenômeno seja visto sob um olhar diferenciado, mostrem-se as reais formas de sua realização e ressalte-se o papel desse modo de realização do sujeito em mais contextos sociais de uso da língua.

No ensaio *Pessoas indeterminadas*, publicado originalmente em 1950, Manoel Said Ali analisa diversos casos de indeterminação que não estão presentes na abordagem tradicional da gramática. É importante destacar que o texto foi publicado pela primeira vez há mais de 65 anos, o que prova que esse debate não é recente, e agrava o fato de tais reflexões não terem chegado até hoje às páginas de nossas gramáticas tradicionais, sobretudo as escolares, nem às salas de aula.

Embora com alguns equívocos, a partir do uso generalizado do termo 'gente', Said Ali (2006) explica o emprego da expressão 'a gente'. Para ele, essa expressão significará mormente o grupo (genérico, indefinido) de pessoas com quem o falante convive, incluindo-se aí o próprio falante. É isso que explica o frequente emprego de tal expressão na função de pronome indefinido, emprego que é condenado pela Gramática Tradicional quando usado em contextos formais (HAUY, 2014). Esse uso, no entanto, é frequente no Português brasileiro, o que é explicado por Said Ali (*op*. *cit*.) como uma influência lusitana.

A discussão levantada pelo filólogo traz ainda mais subsídios para questionarmos, então, os postulados da Gramática Tradicional sobre a indeterminação do sujeito. Para os autores dessa tradição (ALMEIDA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008; ROCHA LIMA, 2012), como já indicado, são estruturas gramaticais (terceira pessoa do plural dos verbos e partícula 'se' conjugada à terceira pessoa do singular) as responsáveis pela indeterminação dos sujeitos. Há, entretanto, outras formas de se indeterminar o sujeito de um enunciado. As observações de Said Ali (2006), por exemplo, permitem-nos observar que também os elementos do léxico podem atuar nessa indeterminação, e não apenas as estruturas gramaticais indicadas pela tradição. Em suma, o sujeito de uma sentença será indeterminado quando o sintagma que o expressa não fizer referência precisa a elementos da realidade

discursiva, ou seja, quando a expressão referencial que desempenha a função sintática de sujeito não possibilita a identificação precisa do objeto de discurso referido. Diante dessa visão sobre o fenômeno, objetivamos entender como, no texto e no discurso, elementos lexicais funcionam enquanto casos de indeterminação do sujeito. Mesmo compreendendo que há outros casos de indeterminação do sujeito em Língua Portuguesa, vamos buscar entender, neste trabalho, como isso se dá por meio de elementos do léxico.

No esteio das teorias sobre referenciação (CAVALCANTE, 2012; NEVES, 2007), compreendemos a ideia de que o linguístico deve se ajustar, textualmente, à realidade discursiva. Isso significa dizer que os objetos de discurso já existem no mundo; ao serem referenciados nos textos, eles apenas evidenciam o que já é concreto. Linguisticamente, isso quer dizer que quaisquer estruturas da língua podem remeter ao mundo externo a ela, o que não é diferente com as realizações linguísticas dos sujeitos, casos em que se enquadra o 'sujeito indeterminado'. Essa 'indeterminação' ocorreria, então, quando não quiséssemos explicitar que objeto do discurso está envolvido como elemento do enunciado. Podemos, assim, perceber a estreita relação entre a indeterminação do sujeito e as relações textuais de referenciação, o que torna necessário fazermos nossas análises a partir do processo referencial estabelecido pelas estruturas responsáveis pela indeterminação dos sujeitos gramaticais.

Para coleta do *corpus* analisado neste artigo, buscamos sintagmas de núcleo lexical que se encaixem na definição de sujeito indeterminado. Analisamos um total de 300 ocorrências encontradas em 12 editoriais publicados em jornais do Recife, em sua versão *on-line*, no primeiro semestre de 2014, metade no *Jornal do Commercio* e metade no *Diario de Pernambuco*. Todas as ocorrências aconteciam em casos de sujeito indeterminado cuja referência textual era construtora, ou seja, cujo referente indicado entrava no texto pela primeira vez (NEVES, 2007). Dessas, 118 eram ocupadas por sintagmas nominais genéricos de núcleo lexical. Aqui, vamos analisar alguns deles, com atenção voltada a seu funcionamento textual-discursivo. Antes, vamos indicar o que dizem três importantes linguistas brasileiros (NEVES, 2011; PERINI, 2010; BAGNO, 2011), em suas gramáticas, a respeito desse fenômeno.

O que dizem alguns linguistas brasileiros

Analisando os casos de indeterminação do sujeito no português brasileiro, alguns linguistas-gramáticos, em obras de orientação mais voltada para a perspectiva funcionalista, reconhecem o emprego de itens lexicais como estratégias de indeterminação do sujeito. Neves (2011), Bagno (2011) e Perini (2010) tratam de sintagmas nominais (com ou sem determinantes) que constroem uma referência genérica, indeterminada no sujeito gramatical do enunciado. Nesta seção, procederemos a um resumo crítico do que esses autores trazem a respeito do assunto.

As discussões de Neves (2011) a respeito da indeterminação do sujeito foram pioneiras entre os estudos gramaticais funcionalistas brasileiros, tendo sido publicadas pela primeira vez no ano 2000. Dentre outros casos, ela observa o emprego de sintagmas nominais genéricos como ‘o cara’, ‘o cidadão’, ‘o pessoal’, ‘a pessoa’, entre outros (NEVES, 2011) para expressar um sujeito indeterminado. A autora traz os seguintes exemplos:

(1) O trem atrasa o quê? Nem meia hora e o cara quebra tudo.

(2) Um número e um nome simples, que acompanharam o cidadão até a sepultura modesta do cemitério de São Francisco Xavier.

(3) Eu gosto de você, mas o pessoal fala que você é meio biruta.

(4) O erro é sempre o fruto da ignorância. Ou a pessoa erra por que ignora que está agindo mal ou, então, quando ela erra sabendo que está em falta [...].

Nos casos (1) a (4), a expressão genérica é um sintagma de núcleo substantivo; tais sintagmas, formalmente, são sintagmas nominais definidos, uma vez que o determinante do núcleo nominal é um artigo definido. Semanticamente, no entanto, percebemos seu sentido indeterminado, indefinido, justamente pelo fato de haver, aí, uma referência genérica do elemento linguístico. Tal referência acontece em diferentes graus, o que aponta para uma interpretação escalar do fenômeno.

Teríamos, assim, estruturas mais indeterminadas que as outras. Nos casos em tela, o exemplo 4 constrói uma referência mais genérica que o exemplo 3, por exemplo. O universo de possibilidades referenciais daquele enunciado é mais amplo que o deste, abrindo, assim, mais opções de referentes pontuais que possam se encaixar na situação descrita.

Essa interpretação, vale ressaltar, ocorre nos contextos dos quais a autora retirou as sentenças em análise. É possível estabelecermos outros contextos em que outra interpretação seja a de uma referência definida, o que caracterizaria um sujeito mais determinado. Isso reforça, mais uma vez, a necessidade de que o contexto da sentença seja sempre indicado na hora da análise, o que nem sempre é possível nas gramáticas, mesmo as de orientação funcionalista, por causa de limitações de diversas ordens, as quais não cabe aqui detalhar.

Postura semelhante é encontrada em Bagno (2011): "a indeterminação é um traço semântico que recorre a elementos morfossintáticos para obter efeitos pragmáticos de não explicitação do agente" (BAGNO, 2011, p. 749). Como vemos, para essa definição, conjugam-se critérios morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Esses três níveis de análise são, sempre que possível, levados em consideração quando o autor explica os exemplos de indeterminação do sujeito no Português Brsileiro. Aqui, optamos por nem sempre reproduzir o contexto das sentenças, uma vez que sempre o imaginamos como uma situação de referência genérica. Ainda segundo o autor,

> a indeterminação do agente é um **traço semântico**, isto é, tem a ver com o signo linguístico e suas relações com o referente no mundo real. Quando não sabemos, não podemos ou não queremos enunciar esse agente, empregamos formas que expressam essa indeterminação – indeterminação que também empregamos para **generalizar** ações que, para nós, podem ser desempenhadas por qualquer pessoa (BAGNO, 2011, p. 803) (grifos do autor).

É por isso que não podemos conceber o estudo da indeterminação do sujeito sem levar em conta as relações que as expressões linguísticas têm com os elementos da realidade. Quando o enunciador, por algum motivo (pragmático), não estabelece relação (semântica) entre o elemento linguístico na função de sujeito (sintático) e seu referente (textual) no discurso, temos, então, e apenas nesse caso, o sujeito indeterminado.

Especificamente sobre itens lexicais, observemos os seguintes exemplos trazidos por Bagno (2011, p. 821-822):

(5) e quando ele tava morrendo procuravam a vela "comadre, cadê a vela?" sempre tinha uma comadre que tá ali ajudando o sujeito a morrer... porque tudo se ajuda até morrer... (NURC/REC/005)

(6) aí põe aquele refogado, mexe, apaga o fogo e põe, dois ovos, mas a gema dura, ovo duro, só a gema bem amassada, põe ali, salsa, enfim aí o tempero que a pessoa quer. (NURC/POA/291)

Tanto em (5) quanto em (6), os sintagmas nominais destacados estabelecem uma referência vaga a qualquer pessoa que possa morrer (cf. (5)) ou a qualquer pessoa que possa preparar a receita descrita (cf. (6)). Bagno (2011) observa que esses e muitos outros sintagmas nominais podem cumprir este papel no Português brasileiro: são termos genéricos que ocupam a posição de sujeito da sentença por não ter o enunciador do texto a ideia exata de quem seja o agente da ação indicada pelo verbo. O autor ainda observa que

> essas formas genéricas variam, evidentemente, de acordo com o grau de monitoramento da fala [e da escrita]. Expressões como **neguinho**, **o cara**, **o maluco** remetem a situações de extrema informalidade – no caso de **o maluco**, também remete a faixas etárias específicas. O emprego de **o outro** é muito comum no Nordeste, principalmente para citar provérbios, idiomatismos etc. (*como diz **o outro**: 'é dando que se recebe'*) (BAGNO, 2011, p. 821) (grifos do autor).

Percebemos, com isso, que, além do desconhecimento em relação ao agente da ação verbal, outra motivação pragmática para a escolha do elemento linguístico utilizado para indeterminar o sujeito é o contexto em que o produtor do texto se encontra (mais ou menos monitorado).

Outro autor que também traz visão diferente da tradicional é Perini (2010), que relaciona a indeterminação (de forma geral, não só do sujeito, mas também do objeto ou do próprio verbo) à capacidade que um sintagma tem de fazer referência a elementos externos à língua. Tal fenômeno é assim explicado pelo autor:

> Indeterminação é o fenômeno que consiste em entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma. Por exemplo, o sintagma *esse menino* é determinado porque fornece ao receptor meios de identificar a pessoa em questão. Já *menino*, sem determinante, é menos determinado porque ao usá-lo estamos falando dos meninos em geral (*menino dá muito trabalho*). Ou, ainda, podemos nos referir a um ser humano sem maiores delimitações (*alguém mexeu no meu prato*) e assim por diante. Quanto menos individualizada (isto é, quanto mais esquemática) for a referência, mais indeterminado será o sintagma respectivo. Esses graus de indeterminação, ou pelo menos alguns deles, são marcados gramaticalmente pelas línguas. (PERINI, 2010, p. 83)

Como ficou evidenciado nas palavras do autor, quanto menos individual for a referência feita pelo sintagma, mais indeterminada será a referência expressa por ele, e vice-versa. Nos enunciados, esse fenômeno pode ser reconhecido lexical e gramaticalmente, mostra o autor. Destacamos, aqui, os casos em que o léxico atua na indeterminação, com a nomenclatura proposta pelo próprio Perini (2010). De início, os sintagmas nominais sem determinante, como no exemplo (7):

(7) Criança suja muito o chão.

Segundo Perini (2010), esse tipo de sintagma tem uma referência genérica, identificando um tipo de entidade, e não um indivíduo; ele pode marcar um menor grau de determinação. A análise do autor mostra que tais sintagmas têm alto grau de indeterminação. Isso se confirma quando observamos a referência feita pela

expressão em destaque. No exemplo (7), o sintagma 'criança' faz referência a toda e qualquer criança, sem estabelecer um ser pontual, específico, que realize a ação indicada pelo verbo. Significa dizer que qualquer criança do mundo suja muito o chão. Tal sintagma, então, é caracterizado por ser, semanticamente, bastante indefinido e pouco específico, por isso genérico.

Como outra estratégia de indeterminação, Perini (2010) também indica o uso de elementos lexicais nominais, como nos exemplos a seguir:

(8) O sujeito toma droga e ameaça quebrar tudo.

(9) A pessoa deve acondicionar o lixo em recipiente específico, separando lixo orgânico, vidro, papel, lata etc.

(10) Na calada da noite, o cara chega, invade sua casa, você vê o cara e tem que afinar.

Nesses casos, encontramos, mais uma vez, itens lexicais que ocupam a posição de sujeito, deixando uma referência genérica, mesmo que saibamos que essa referência só pode ser preenchida por um item [+humano]. Estudos como o de Neves (2011) mostram ser essa uma tendência em alta no Português brasileiro. Nos exemplos temos sintagmas de núcleo substantivo como 'o sujeito' (cf. (8)), 'a pessoa' (cf. (9)) e 'o cara' (cf. (10)).

Funcionamento textual-discursivo de sintagmas nominais genéricos responsáveis pela indeterminação do sujeito nos editoriais

Na análise da indeterminação do sujeito nos editoriais em estudo, destacamos algumas funções desse tipo de estrutura no contexto, indicando, inclusive, prováveis intenções do produtor do texto com o emprego da indeterminação. Nesta seção, vamos sistematizar as funções mais recorrentes do sujeito indeterminado nos editoriais jornalísticos.

Os sintagmas nominais mais utilizados para marcar a indeterminação do sujeito foram os sintagmas nominais genéricos com determinante. O que caracteriza a indeterminação desse tipo de sintagma é o seu núcleo, que é responsável por indicar a referência estabelecida pelo sintagma. Os graus de indeterminação são percebidos inicialmente a partir da análise desses núcleos. Vejamos o exemplo a seguir:

> **A humanidade** não pode dar guarida a nenhuma delas, pouco importando se fundamentadas em razões religiosas, culturais ou quais sejam. [SI289-DP06]

Nessa sentença, o sujeito destacado tem como núcleo uma palavra cuja referência é genérica. Quando o autor afirma que "a humanidade não pode dar guarida a nenhuma barbárie", ele quer dizer que qualquer pessoa que pertence à humanidade não pode tolerar nenhuma crueldade como as que são indicadas no texto. Essa afirmação aparece como verdade universal, no texto, fazendo com que o leitor, que fica incluso nas possibilidades de referência do sujeito, seja levado a concordar com as ideias defendidas no editorial.

Mesmo com a individualização da expressão "humanidade" ocasionada pela utilização do artigo definido como determinante, a indeterminação do sujeito continua evidente pelo fato de o leitor não conseguir delimitar com clareza os referentes indicados no sintagma.

Outra espécie de sintagma nominal indeterminado encontrado no *corpus* foram os sintagmas nominais genéricos sem determinante. Pudemos observar que

a ausência do determinante, de forma geral, imprime a esse tipo de sintagma um grau mais forte de indeterminação que o dos sintagmas com determinante. Isso acontece porque, naturalmente, o leitor interpreta essa ausência como uma marca a mais da genericidade do sintagma. É o que podemos observar, por exemplo, a seguir:

Acessibilidade é direito de todos [SI141-DP01]

Nessa ocorrência, o emprego unicamente do substantivo abstrato é suficiente para imprimir ao sintagma um forte grau de indeterminação. Quando o autor emprega essa expressão referencial, ele quer dizer que qualquer elemento associado ao livre acesso aos bens comuns da sociedade é direito de todo cidadão. A referência feita é vaga; não permite ao leitor a recuperação exata de um referente, mas sim uma visão geral dos elementos associados à acessibilidade. Como essa sentença corresponde ao título do editorial, essa indeterminação se torna importante para guiar o leitor sobre o tema abordado no texto, partindo de um plano mais geral para um mais específico.

Na análise de seus usos nos editoriais, uma função que podemos destacar é que as expressões referenciais indeterminadas podem servir para indicar elementos do eixo temático da argumentação. Podemos observar isso na ocorrência SI076, do editorial JC04, que aborda o desrespeito com os idosos no país:

Mas **o descaso com os idosos no Brasil** continua. [SI076-JC04]

O núcleo do sujeito em SI076 é a palavra abstrata “descaso”, por isso há indeterminação, uma vez que a referência estabelecida por termos abstratos geralmente é genérica. O uso de expressões ligadas ao tema global do editorial favorece a manutenção do texto nesse tema, estabelecendo sua coesão sequencial.

Estruturas de indeterminação do sujeito também funcionam para marcar a progressão temática do texto. No mesmo editorial, JC04, outra ocorrência acrescenta informações ao tema central do texto:

> Como se fosse natural **o desrespeito, a falta de cuidado e a omissão** que deixam os mais velhos, além de menosprezados, desamparados. [SI079-JC04]

No exemplo SI079, o autor retoma o tema do texto, o desrespeito aos idosos, indicando também que ele está ligado a outros elementos, a falta de cuidado e a omissão. Essas novas informações serão tratadas no editorial logo em seguida. Na mesma sentença, inclusive, esse sintagma já é retomado, como observamos na ocorrência SI080:

> Como se fosse natural o desrespeito, a falta de cuidado e a omissão **que** deixam os mais velhos, além de menosprezados, desamparados. [SI080-JC04]

O sujeito do verbo “deixar” é o pronome relativo “que”, o qual retoma todo o sintagma sujeito da ocorrência anterior. Por serem os núcleos substantivos abstratos, sua referência no texto é genérica, o que os caracteriza como indeterminados, além de transferir essa indeterminação também para o pronome que os retoma. A retomada dos sujeitos indeterminados também favorece a construção da cadeia referencial do texto e sua consequente progressão de ideias.

A seleção de expressões referenciais indeterminadas também revela intenções do enunciador. Na ocorrência SI168, do editorial DP01, isso fica evidente na crítica que o autor pretende fazer a todos que não se mostram compromissados com os direitos do próximo.

> **A falta de compromisso** é resquício caduco. [SI168-DP01]

Empregando esse sintagma nominal genérico, o produtor do texto faz essa crítica, dando uma orientação argumentativa ao texto que o leva para um apelo social.

Outra estratégia argumentativa de construção do editorial é o uso de termos genéricos para enquadrar os argumentos do texto como verdades universais. Vemos isso acontecer no exemplo SI232, do editorial DP04:

A estagnação preocupa. [SI232-DP04]

Usando essa sentença, o enunciador do texto quer mostrar que, como ele, todos estão preocupados com a possível estagnação negativa do Poder Legislativo. Essa estagnação é, assim, colocada como real quando ele diz que todos estão preocupados com ela. Isso atrai o leitor para concordar com o autor, uma vez que o argumento é apresentado como uma verdade absoluta.

Considerações finais

Examinar a indeterminação em editoriais jornalísticos é importante por nos fazer perceber que, até em textos escritos formais, o interlocutor não se limita a indeterminar o sujeito apenas nos casos previstos pela tradição. Comparando os sujeitos encontrados no *corpus* em sua totalidade, podemos dizer que houve mais indeterminação do sujeito do que determinação, sobretudo quando alargamos nossa visão do fenômeno pelo viés textual. Além do caráter coletivo do gênero, diversos podem ser os motivos para esse uso predominante, mas todos estão ligados à referência estabelecida pelo sujeito com o contexto do editorial.

Em exame mais geral, compreendemos que a principal função da indeterminação do sujeito é representar essa "voz" coletiva que o editorial traz em relação ao jornal. A opinião ali representada não é individual, mas é genérica, procurando mostrar à sociedade pensamentos tidos como verdadeiros e universais, uma vez que representam a concepção de um grupo de pessoas a respeito de acontecimentos de visibilidade social.

As estratégias de indeterminação do sujeito mais encontradas no *corpus* foram aquelas de natureza lexical (sintagmas nominais genéricos com ou sem determinante). A opção por esse tipo de estrutura se deve às múltiplas possibilidades de escolha lexical de que o autor dispõe para indeterminar o sujeito por meio dessa estratégia. Fica evidente, então, que é essa a maneira mais produtiva de estabelecer a indeterminação no editorial, por meio do léxico, e não da gramática,

como reza a Gramática Tradicional. Além disso, é preponderantemente a intenção argumentativa do autor que o fará optar por indeterminar o sujeito em um grau mais forte ou mais fraco de indeterminação.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009 [1944].

ANTUNES, Irandé Costa. *Aspectos da coesão do texto*: uma análise em editoriais jornalísticos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

_____. Particularidades sintático-semânticas da categoria de sujeito em gêneros textuais da comunicação pública formal. In.: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas*: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: EDUSC, 2002. p. 215-224.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157-176.

HAUY, Amini Boainain. *Gramática da língua portuguesa padrão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A*. 14 (número especial): 169-190, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação. In.: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática do português culto falado no Brasil*: volume I: construção do texto falado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 381-399.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012 [1957].
SAID ALI, Manoel. *Investigações filológicas*: com estudo e organização de Evanildo Bechara. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

SUBSTANTIVO COMPOSTO ‘AULA ATIVIDADE’: REFLEXÕES SOBRE SIGNIFICADO E CONHECIMENTO DE MUNDO.

LUÍS CARLOS CIPRIANO (UFPB)
DENILSON PEREIRA DE MATOS (UFPB)

Introdução

A educação brasileira na segunda metade da primeira década do século XXI passa por transformações amplas, já há muitos anos reivindicados pelos educadores no país, desde as questões administrativas pedagógicas, passando pelas referências curriculares, dentre as quais uma reforma na língua portuguesa, possibilitando assim uma aproximação maior e entendimento do idioma em países que falam a mesma língua. Essas transformações também desencadearam um processo de entendimento maior da linguística com todos os estudos direcionados para o conhecimento especifico da língua, objeto de estudo principal da área, e assim, propiciando um maior aprofundamento do universo da língua portuguesa e seus recursos. Nesse estudo, especificamente nos ateremos a uma especificidade da gramática que é a palavra composta à luz do significado linguístico, e em seguida analisaremos uma palavra bastante utilizada pelos educadores na atualidade, enquanto seu emprego, seu significado, partindo da concepção do seu emissor. O estudo em tela buscará entender a palavra AULA ATIVIDADE, palavra composta que muito foi e é discutida pelos educadores e seus gestores desde a aprovação da Lei 11.738/2008 (Fonte: CNE/MEC parecer 018/2012). Conhecida por todos como lei do piso. Mas o que há de interessante na palavra em questão? A aula atividade corresponde ao tempo especifico que o professor fica fora da sala de aula e assim, se prepara para um melhor aperfeiçoamento de sua função ou na preparação de sua aula. Porém é importante saber que a palavra em questão é carregada de significados, que muitas vezes desagradam tanto professores, quanto gestores. Essas interpretações ou

conceituações que ambos tenham pela palavra, serão nossa base de sustentação a este estudo que está apenas iniciando, direcionando assim ao objetivo nosso que é compreender a proximidade entre o significado linguístico, significado este de próprio conceito do signo, ou seja, a ideia que se tem de determinada palavra; e sua normatização gramatical, enquanto palavra composta. Não a normatização velada do tradicionalismo gramatical, mas segundo Simões e Matos, essa normatização deve adivir e ser:

> " A gramática inteligente que é aquela que pode ser compreendida e praticada por qualquer falante médio que se sinta constrangido ou coagido a usá-la. Trata-se da aprendizagem de modelos possíveis e de sua adequação a situações reais de comunicação.
> A gramática inteligente traz do funcionalismo as regras de ajuste entre o que se diz e as funções exercidas ao dizer.
> A gramática inteligente explora a iconicidade das formas (orais ou escritas), explorando as marcas inevitáveis que os textos devem conter para mais bem representar o projeto comunicativo do falante..." (SIMÕES e MATOS, 2012, p.39)

E é esse contexto bivalente entre o significado linguístico e a normatização gramatical que permitirá entender ao longo das páginas seguintes, o processo de entendimento de inserção de uma nova palavra, com classificação substantiva composta, em meio a uma realidade de compreensão de significado da Aula Atividade pelos sujeitos/usuários envolvidos, e sua dicotomia em relação à compreensão e uso da mesma.

Para tanto evocaremos o mestre da linguística, Ferdinand Saussure e estudiosos da língua como Castelar de Carvalho, Mário Eduardo Martelotta, José Luiz Fiorin, e Denilson Matos, e da gramática Maria Helena de Moura Neves, Mário Perini e Ataliba Teixeira de Castilho.

Ao explicar como ocorre a compreensão, o significado da palavra composta Aula Atividade na concepção de professores e gestores em uma mesma rede de ensino, sem que ambos se direcionem para lados completamente opostos, considerando que a utilização dessa palavra é recente, nos leva a possibilitar uma contribuição desse estudo para discussões futuras em meio a estudiosos da língua, não

só no sentido aberto da palavra, enquanto conceituação etimológica ou gramatical, mas como o significado pode interferir diretamente em um contexto após exposição, explanação da palavra pelo individuo.

> A língua é uma realidade psíquica formada de significados e imagens acústicas; " constitui-se num sistema de signos, onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas" (Curso de Linguística Geral - CLG, p. 23) ... a língua é " uma soma de sinais depositados em cada cérebro , mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos" (CLG, p. 27) (SAUSSURE apud CARVALHO, 2013).

Com esse destaque de Saussure, é possível se aproximar ainda mais da base escolhida para esse estudo que é o significado da palavra composta Aula Atividade e sua concepção funcional em meio a determinado grupo que se utiliza constantemente da mesma.

O cenário escolhido e que será analisado posteriormente com a amplitude desse estudo, que desencadeará a dissertação de mestrado em linguística e ensino do autor deste na Universidade Federal da Paraíba, será a cidade de Ipojuca, localizada a 60km da capital do estado de Pernambuco, considerando que a mesma passa por grandes transformações em sua economia local. Após instalação de uma refinaria e porto de águas profundas que subsidiaram para segundo plano, o setor da cana-de-açúcar e o turismo de seu balneário Porto de Galinhas. Com isso, ocorreu a melhoria no salário dos educadores da localidade (Fonte: educação.ipojuca.pe.gov.br, 28/02/2016), mas ao mesmo tempo a discordância entre os Professores e a SEDUC Ipojuca no que tange a palavra composta aula atividade, tornou o ambiente desconfortável para ambos os lados. Porém esse desconforto passa por uma desconfiança, pois, o processo foi discutido, inclusive com oitiva e sugestões dos professores, afirma a Seduc, através de sua representante no Conselho Municipal de Educação – CMEIpojuca, neste representada pela Diretora de Avaliação e Estatística. (Fonte: Relatório e Ata CMEIpojuca. 22/06/2015). Ora, se realmente ocorreu um diálogo que possibilitou um acordo entre a gestão da educação local e os educadores, porque ocorre discordância quanto à compreensão da palavra Aula Atividade no município?

Esse questionamento é o eixo de partida principal de nosso estudo. Pois o significado linguístico da palavra Aula Atividade, enquanto Significado, puro, típico e latente, e sua própria etimologia enquanto conceituação possibilita o entendimento acerca de uma palavra eregida recentemente, que causa desconforto de significado, não só linguístico, mas também, a uma normatização gramatical, que tenta classificar e ordenar a mesma em suas regras técnicas e estruturantes, estrutura esta, que possibilita uma ponte que poderá explicar ou não tal desentendimento entre gestores e professores nesse cenário.

A metodologia adotada para este estudo é à pesquisa de abordagem qualitativa, pois sua especificidade é o social, que está associada a valores, considerando, representações, hábitos, atitudes e opiniões, e ainda notória por estar ligada a momentos da história pela sua organização e realidade junto ao social; sempre situada no espaço e no tempo, pressupondo conflito e reprodução social. Sendo *suas características principais, o ambiente natural que fielmente aponta os dados, a descrição e a valorização e análise do processo da pesquisa, e não só os resultados*, como bem nos recorda Minayo, (1994). E ainda acerca da pesquisa qualitativa nos escreve a autora: " A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser qualificável".

O processo de pesquisa ora adotado, auxiliará nas entrevistas semi-estruturadas, pois nela, o investigador tem uma lista de questões ou tópicos para serem preenchidos ou respondidos, como se fosse um guia. *A entrevista tem relativa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista* (MATTOS, 2005).

Ainda para auxiliar no processo metodológico como instrumento temos, à observação e a descrição do desenho sócio-linguístico, que favorecerá a compreensão do espaço pesquisado (a aula atividade do sistema educacional de Ipojuca – PE), com suas peculiaridades e conhecimentos acerca de como vive e pensa cada personagem envolvido nessa pesquisa. Por mais, a análise de conteúdo acompanhada da pesquisa bibliográfica irá referenciar todo processo na revisão de documentos e fundamentação das discussões. Assim, ambas se completam para que ocorra um maior aproveitamento de dados, chegando a uma satisfatória consideração da pesquisa. Ato este que chama o conhecimento cientifico como uma necessidade que nos aproxima da necessidade da busca cessante de informações.

Para Minayo (2007) e Lakatos et al (1986), quando se determina um objeto de estudo, selecionam - se as variáveis que seriam capazes de influenciar, definindo forma de controle e de observação dos efeitos que a variável produz.

A análise bibliográfica para este, tem como caráter em nosso estudo, fundamentar língua e o significado Saussureano, e a palavra composta, revisitando os estudos da linguística. Nestes procuraremos aproximar a compreensão das palavras aula atividade enquanto estrutura e concepção normativa gramatical e o Significado linguístico cognitivo da mesma palavra, buscando entendimento entre as representações e conhecimentos prévios de cada ente envolvido no processo de pesquisa aqui apresentado.

Prosseguindo nas páginas seguintes, será possível o leitor ter uma diagnose amparada teoricamente acerca do significado da palavra composta aula atividade; o esperado é que se chegue ao etimológico da palavra estudada, ao percorrer a linguística e ao mesmo tempo procurar compreender sua função estrutural no contexto gramatical. Nesse sentido discutiremos em seguida a palavra aula atividade e sua formação. Recordamos que este estudo ainda está em fase de captação de dados, pois ele é parte de um formato de estudo mais amplo de dissertação, que será apresentado ao Mestrado de Linguística e Ensino da Universidade Federal da Paraíba, em março de 2017.

Aula atividade e o significado de língua

A Constituição de 1988 coloca o Brasil em um caminho onde o respeito à Educação, pelo menos no papel, muito a frente de outros países, inclusive no que tange as garantias trabalhistas dos professores. Garantias essas ditas em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN:

> *Art. 13 os docentes incumbir-se-ão de : ... V- ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional*. Ainda sobre: *Art. 67 Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: ... III - Piso salarial profissional... V- período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga de trabalho...*, mas efetivamente

> confirmada em julho de 2008, com a sanção presidencial da Lei 11.738, que *trata do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Lei do Piso. Art. 2, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.*

Alertamos inicialmente que esse estudo não se deterá a esclarecer as competências da Lei em relação à legislação ou jurisprudência, apesar do esclarecimento acerca da mesma, mas, o foco a ser destacado será a palavra composta Aula Atividade. Palavra esta que avança como entrave em diversos municípios do país, segundo Ação de Inconstitucionalidade – ADI 4167 do Supremo Tribunal Federal - STF, nas reuniões entre educadores, seus representantes e seus gestores devido envolver recebimento de proventos, horas fora da sala de aula, e formações em contra-turno.

> O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a reserva de um terço da carga horária de professores para realização de atividades extraclasse, como planejamento pedagógico. Alei que fixa a carga horária e um piso nacional para os professores foi questionada na justiça pelos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com a decisão, o professor que cumpre jornada de 40 horas semanais, tem de ficar pelo menos 13 horas em atividades fora da sala de aula. (Ultimosegundo.ig.com.br. 2011)

Então, de acordo com o Conselho Nacional de Educação – CNE (2012), a Aula Atividade corresponde ao direito do Professor, que está em sala de aula, a ter reservado para si 1/3 (um terço) de sua carga horária, extraída dos 2/3 (dois terços) daqueles propostos para desempenho de atividades extra – classe. Na qual servirá para o educador realizar atividades pedagógicas correlatas ao seu serviço, tais como; preparação de aula e correção de provas, formação, afim de que não utilize seu tempo de descanso para essas atividades. Ou seja, temos claro que esse respectivo tempo extraído do período de atividade profissional do professor corresponde a tempo específico para preparação, planejamento e formação do professor. Sendo assim este tempo de 1/3 (um terço) não poderá ser computado a intervalos, recreios, passeios propostos pela gestão, encontros com pais e famílias na escola.

Nesse sentido evocaremos os conhecimentos linguísticos, acerca da língua e suas dicotomias dentro do significado para compreendermos o que acontece no ambiente descrito até então em relação à difusa compreensão e entendimento acerca da palavra Aula Atividade.

Qualquer palavra pensada, falada ou escrita passa por uma estrutura de funcionamento, como uma engrenagem de máquinas, mas para que ela se materialize é necessário que haja uma composição dessas engrenagens. Essa composição foi descrita com maestria por Ferdinand de Saussure, ao enfatizar a ideia de que *língua é um sistema*, e o próprio trabalhou no direcionamento de que as unidades obedecem a certos tipos de princípios de funcionamento, levando assim a coesão ao todo. As engrenagens. A partir desta é possível entender que a língua possui elementos coesos, que ao entrarem em funcionamento, em movimento, formam uma relação semelhante a uma máquina que trabalha perfeitamente o sistema.

Por isso a conceituação de língua perpassa a ideia de normas em torno de regras que determinam o que deve ou não ser pensado ou falado. Neste caso, o que ocorre é uma correlação de conectores próprios do ser humano formando um sistema.

> A língua é uma realidade psíquica formada de significados e imagens acústicas; " constitui-se num sistema de signos, onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas" (Curso de Linguística Geral - CLG, p. 23) ... a língua é " uma soma de sinais depositados em cada cérebro , mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos" (CLG, p. 27) (SAUSSURE apud CARVALHO, 2013).

Outro destaque se faz necessário nos estudos dos primeiros estudiosos dos escritos de Saussure, pois eles, após análise e estudos da metodologia estruturalista revelaram que na concepção de língua como sistema, além de delimitar o objeto de estudo da linguística, também chamam a atenção para necessidade de abandonar o extralinguístico, pois os elementos são exclusivamente internos, portanto, sem relação entre agentes externos. Neste caso, a cultura, o tempo, a localização

geográfica, dentre outras. Estrutura externa essa que mais tarde viria favorecer a função da língua.

> Os Funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades obsevadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica este uso... (MARTELOTTA, 2013. p. 157).

Parafraseando Carvalho, 2013, a língua segundo o mestre Saussure não é completa em nenhum individuo, mas sim na massa. Sendo a língua ao mesmo tempo realidade psíquica e instituição social. Neste sentido, a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto necessário de convenções, adotadas pelo todo social, para que se permita o exercício dessa faculdade nos sujeitos. A língua em Saussure é um sistema de signos que exprimem ideias, ou noção de valor.

O uso normativo da palavra aula atividade

Ao escolher a palavra Aula Atividade como ponto de partida desse estudo, se faz necessário entender sua estrutura gramatical, pois, sendo ela uma palavra composta, e fonte da pesquisa, decompô-la nos fará compreender seu foco principal e especificamente o significado da palavra enquanto a sua aplicação pelo sujeito emissor da mesma. Para tanto temos que entender que:

> " O termo gramática também é usado para designar uma perspectiva científica ou um método de investigação sobre as línguas. Ao longo dos estudos sobre a linguagem, diferentes perspectivas se sucederam, umas mais centradas na língua como sistema em potencial, como conjunto de signos à disposição dos falantes, outras voltadas para os usos reais que os interlocutores fazem da língua, nas diferentes situações sociais de interação verbal. É por essas perspectivas que se fala, por exemplo, em 'gramática estruturalista', 'gramática gerativa', 'gramática funcionalista', 'gramática tradicional' etc." (ANTUNES, 2007, p. 31)

Em principio a formação e o significado da Aula Atividade é oriunda de duas palavras distintas, aula e atividade. Ambas, substantivos femininos. Neste, seus significados de acordo com o dicionário (Michaelis, 2015) Aula, do latim, aula. Sala em que se dão ou recebem lições; classe, lição de uma disciplina, preleção. Sendo Atividade, do latim, activitate. Qualidade de ativo, multiplicidade dos trabalhos ou das ideias de um homem. Diligência, presteza, prontidão.

Etimologicamente, a palavra aula tem haver com pátio de palácios, local onde se reúnem as pessoas para discussões, ou sala onde ficam os estudantes durante suas lições. Do grego aulé, palácio ou corte, pois as primeiras escolas funcionavam em construções anexas aos prédios de reis e religiosos. Do local se dava também o nome prática. Alguns filólogos admitem que aulé também valia para os pátios da residências, o que torna a origem da palavra menos imponente e mais prosaica. (Dicionário Etimológico, 2016)

No que tange a etimologia da palavra atividade segundo o mesmo dicionário, vem da palavra ativo, do latim activitate, de actus, algo feito, de agere, agir, realizar, fazer, colocar em movimento. Ação, capacidade ou tendência para agir, para se movimentar ou realizar alguma coisa.

Ao descrever etimologicamente ambas as palavras que constitui Aula atividade é possível perceber que seus significados enquanto sentido estrutural, não se distancia da aplicabilidade que ambas estão inseridas no cotidiano do sujeito que a emite. Pois ambas são utilizadas em contextos educacionais, pela descrição acima desde seus primórdios. Claro que essa afirmação é rasa, pois para tanto seria necessário um aprofundamento na mesma. Porém, nesse contexto é possível criar um elo entre seus significados linguístico enquanto palavras substantivas simples, e posterior palavra substantiva composta. Neste caso, Aula Atividade.

> " Como se pode concluir, o uso de determinada língua constitui mais que um fato isolado. É mais que um fato especificamente linguístico, vocal ou gráfico. É mais que um exercício prático de emissão de sinais. É um ato humano, social, político, histórico, ideológico, que tem consequências, que tem repercussões na vida de todas as pessoas. É um fato pelo qual passa a história de todos, o sentido de tudo..." (ANTUNES, 2007, p. 21)

Aula Atividade é uma palavra substantiva feminina composta, surgida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, em 1996, e referendada em 2008 com a Lei do Piso Nacional dos Professores da Educação Básica. Sua etimologia trata dos trabalhos extras sala de aula realizada pelos docentes em sua função. (Conselho Nacional de Educação – CNE, 2012)

Segundo, Castilho 2015, palavra composta é aquela que resulta da fusão de duas ou mais palavras. Como podemos observar o conhecimento acerca da palavra composta perpassa muito além da etimologia de duas palavras ou mais, o seu trajeto percorre estruturalmente suas raízes, a individualidade de cada unidade/palavra até que no uso e sua funcionalidade, ambas tomam um novo sentido, significado. Ponto este de coesão nesse estudo. E é esse significado que pode ser interpretado de maneira distinta ou errônea pelos seus sujeitos/emissores caso sua raiz (palavras primeiras) não sejam compreendidas.

Trazendo para mais próximo da linguística, notadamente se entende que o significado tanto descrito por Saussure é explicitamente o sentido dado à imagem que temos como concepção no cognitivo. Na gramática e no uso ele se materializa, e é esse momento que nos aproxima da raiz citada acima no que tange a palavra composta. Portanto justificando o caminho a ser seguido nesse estudo. Ou seja, além

do significado enquanto base linguística de concretude do objeto ora desenhado no cognitivo do sujeito emissor da palavra, é possível perceber que a estrutura gramatical advinda da raiz tipifica e fundamenta a palavra composta em sua concepção.

> "... O funcionalismo caracteriza-se por uma concepção dinâmica do funcionamento das línguas. Nessa perspectiva, a gramática é vista como um organismo maleável, que se adapta as necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes. Isso implica reconhecer que, ao lado de padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, a gramática de qualquer língua exibe mecanismos de codificação emergentes, que são consequentes da necessidade de formas mais expressivas. A gramaticalização é um fenômeno relacionado a essa necessidade de se refazer que toda gramática apresenta." (MARTELOTTA, 2008, p.173)

O que é possível perceber que mesmo sendo uma palavra explicitamente recente no contexto normativo gramatical, Aula Atividade, essa palavra composta, traduz literalmente o que nos referencia Martelotta em seus extratos transliterados acima. Sendo a adaptação e as necessidades comunicativas, advindas do social cognitivo do sujeito, às engrenagens propulsoras para o significado dado dentro de uma normatização gramatical para qualquer nova palavra.

Considerações finais

Considerando a palavra composta Aula Atividade e a dicotomia entorno do significado linguístico cognitivo da mesma palavra, vislumbra – se a possibilidade que o estudo em relação a sua conceituação e empregabilidade, auxilie na compreensão de como se comporta a normatização no que tange o significado de uma palavra surgente na contemporaneidade. Pois ao colocar em estudo o assunto será possível viabilizar um novo viés na formação e prática daqueles que utilizam a palavra aula atividade em seu cotidiano, tendo ciência que tanto o significado, quanto a estrutura gramatical que caracteriza esse significado se justifica pela ausência de materiais sobre o assunto, e pela compreensão em torno da palavra composta e seus aspectos linguísticos e gramaticais.

> “Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração”. (NEVES: 1994, p.109).

Para Neves, a funcionalidade da gramática nos faz revisitar a importância de trabalhar o todo funcionamento não só cognitivo, mas, social e estrutural da palavra enquanto sua concepção da língua. Resgatando um processo, mas que atual estudado pelos funcionalistas. Também é importante perceber que:

> “ Mas um compêndio de gramática também pode focalizar a língua como sistema em potencial, descontextualizado, como focalizar a língua nos seus usos reais, testemunhados pelas situações da interação social. Pode ainda ressaltar os aspectos de flexibilidade, de heterogeneidade da língua, como pode enfatizar a rigidez de algumas de suas regras ou formas. Pode concentrar-se no escrito como pode concentrar-se no oral ou em ambas modalidades...” (ANTUNES, 2007, p. 33)

As palavras descritas tanto por Martelotta ainda na discussão do texto, Neves e por Antunes agora nas considerações, nos apresenta até uma mobilidade clara da interligação entre o significado linguístico e a normatização gramatical ante apresentação de uma recente palavra composta, porém, a questão é entender o porque da palavra composta, Aula Atividade, causar uma dicotomia em relação ao seu significado linguístico cognitivo, tendo em vista que a palavra em questão possui uma concepção já tomada de um significado, tanto linguístico, quanto gramatical em sua função de conceituação e empregabilidade. Sobre o assunto temos:

> “ A linguística cognitiva propõe uma mudança de perspectiva no estudo da linguagem, colocando os usuários da língua no centro da construção do significado. Ou seja, a busca da compreensão do fenômeno da significação impossibilita a exclusão dos principais personagens desse processo: o falante e o ouvinte. O falante não é mais visto como um mero manipulador de regras preestabelecidas, mas como um produtor de significados em situações comunicativas reais nas quais interage com interlocutores reais.” (MARTELOTTA, 2008, p. 181)

Ainda assim refletimos, como é possível à mesma palavra composta ser significada e posicionada em um contexto diferentemente daquele que a conceituação linguística cognitiva havia delimitado, inclusive pelos sujeitos/emissores que discutiram a conceituação em relação à mesma palavra, criando assim uma imagem cognitiva antecipada. Ciente que para maior desenvoltura neste estudo se faz necessário continuar as buscas acerca do proposto inicial, porém esperamos ter dado um sinal significativo para possível estudo dessa abordagem.

Referências

ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de Projeto, TCC, dissertação e Tese: Uma Abordagem Simples, Prática e Objetiva. São Paulo: Atlas, 2014.

ANTUNES, Irandé. Muito além da Gramática. Por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BASTOS, Cleverson Leite; e KELLER, Vicente. Aprendendo a Aprender: Introdução à Metodologia Científica. Petropólis, Rio de Janeiro: 28º ed. Vozes, 2014.

CARVALHO, Castelar de. Para Compreender Saussure. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB Fácil: Leitura Crítico – Compreensiva Artigo a Artigo. Petropólis, Rio de Janeiro: 22º ed. Vozes, 2014.

CHARLOT, Bernard. A Mistificação Pedagógica: Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação. São Paulo: Cortez, 2013.

CUNHA, Célio; GADOTTI, Moacir e Orgs. O Sistema Nacional de Educação: Diversos Olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: MEC/SASE, 2014.

DEPUTADOS, Câmara. Legislação Brasileira sobre Educação. Brasília: 3º ed. Edições Câmara, 2015.

FIORIN, José Luiz e Orgs. Linguística? Que é isso?. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos da Metodologia Científica: Teoria da Ciência e iniciação à Pesquisa. Petropólis, Rio de Janeiro: 33º ed. Vozes, 2013.
MARTELOTTA, Mário Eduardo e Orgs. Manual de Linguística. São Paulo: 2º ed. Contexto, 2013.
MATOS, Denilson P.de, orgs. Estudos Sobre Língua e Linguagem na EAD. João Pessoa:Editora UFPB, 2012.
MINAYO, Maria Cecília de Souza e Orgs. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petropólis, Rio de Janeiro: 33º ed. Vozes, 2013.
NEVES, Maria Helena de Moura. Uma Visão Geral da Gramática Funcional. São Paulo: Alfa, 1994.
NEVEU, Franck. Dicionário de Ciências da Linguagem. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
OLIVEIRA, Maria Marly de. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. Petropólis, Rio de Janeiro: 6º ed. Vozes, 2014.
PEIRCE, Charles S. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2015.
PELIZZONI, Jorge Marques e PEDROLONGO, Tatiana. Palavra composta. www.nilc.icmc.usp.br/nilc/pc/. Acessado em 12/02/16.
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2012.
SEVERINO, Joaquim Antônio. Metodologia do Trabalho Cientifico. São Paulo: 22º ed. Cortez, 2014.
SOUZA, Licia Soares de. Introdução às Teorias Semióticas. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
TRASK, R. L. Dicionário de Linguagem e Linguística. São Paulo: Contexto, 2011.